

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
Centro de Artes e Comunicação
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano

CLÁUDIO ANTÔNIO VIEIRA DA SILVA

**MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NA PAISAGEM DO SÍTIO DE
IGARASSU/PE**



Recife
2014

CLÁUDIO ANTÔNIO VIEIRA DA SILVA

**MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NA PAISAGEM DO SÍTIO DE
IGARASSU/PE**

Dissertação apresentada como requisito final para obtenção de Grau de Mestre em Desenvolvimento Urbano, ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco – MDU/UFPE, na linha de pesquisa de Conservação Integrada, sob a orientação da Prof. Dra. Vera Lúcia Mayrinck de Oliveira Melo.

Recife

2014

Catálogo na fonte
Bibliotecário Jonas Lucas Vieira, CRB4-1204

S586m Silva, Claudio Antonio Vieira da
Mudanças e permanências na paisagem do sítio de Igarassu - PE /
Claudio Antonio Vieira da Silva. – Recife: O Autor, 2015.
214 f.: il., fig.

Orientador: Vera Lúcia Mayrinck de Oliveira Melo.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco,
Centro de Artes e Comunicação. Desenvolvimento Urbano, 2015.

Inclui referências e anexos.

1. Sítios históricos. 2. Paisagens fragmentadas. 3. Paisagens -
proteção. 4. Comunidades - desenvolvimento. I. Melo, Vera Lúcia
Mayrinck de Oliveira (Orientador). II. Título.

711.4 CDD (22.ed.)

UFPE (CAC 2015-93)



Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano

Universidade Federal de Pernambuco

Ata de Defesa de dissertação em Desenvolvimento Urbano do mestrando **Cláudio Antônio Vieira da Silva**.

Às 14h do dia 08 de agosto de 2014 reuniu-se na Sala de Aula do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano do Centro de Artes e Comunicação, a Comissão Examinadora de dissertação, composta pelos seguintes professores: Vera Lúcia Mayrinck de Oliveira Melo (orientadora), Ana Rita Sá Carneiro Ribeiro (examinadora interna), Leonardo Barci Castriota (examinador externo) para julgar, em exame final, o trabalho intitulado: “MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NA PAISAGEM DO SÍTIO DE IGARASSU/PE”, requisito final para a obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Urbano. Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Profa. Vera Lúcia Mayrinck de Oliveira Melo, após dar conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra a candidato, para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa do candidato. Logo após, a comissão se reuniu, sem a presença do candidato e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Pelas indicações, o candidato foi considerado **APROVADO**. O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar eu Renata de Albuquerque Silva, lavrei a presente ata, que será assinada por mim, pelos membros participantes da Comissão Examinadora e pelo candidato. Recife, 08 de agosto de 2014.

- Indicação da Banca para publicação ()

Vera Lúcia Mayrinck de Oliveira Melo
Orientadora

Profa. Ana Rita Sá Carneiro Ribeiro
Examinadora Interna/ MDU/UFPE

Prof. Silvio Mendes Zancheti
Examinador Externo/ Universidade
Presbiteriana Mackenzie

Prof. Leonardo Barci Castriota
Examinador Externo /UFMG / MACPS

Renata de Albuquerque Silva
Secretária do MDU

Cláudio Antônio Vieira da Silva
Candidato

*A minha família que a todo instante
esteve ao meu lado me apoiando, dando
força e torcendo por mim.
Por tudo.
Dedico.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente sou grato a Deus pela sabedoria, pela força e pela sua presença em todos os momentos.

Gostaria de expressar meus agradecimentos aos meus pais e meus irmãos por tudo que eles significaram para mim durante o desenvolvimento dessa dissertação.

A minha orientadora, a professora Vera Mayrinck, que foi fundamental no desenvolvimento da dissertação, pois me ajudou a compreender melhor várias concepções, teve paciência, atenção e pelas suas exigências que resultaram na qualidade do trabalho.

Aos professores Silvio Zancheti, Ana Rita Sá Carneiro e Caio Maciel pelas ricas colaborações, reflexões sobre a paisagem e nas sugestões na defesa do meu projeto que em muito contribuíram nos encaminhamentos da dissertação.

À FACEPE pelo apoio financeiro durante o desenvolvimento do trabalho.

Aos professores da banca examinadora pelas ricas contribuições e por terem aceitado o convite para avaliar e participar da defesa da minha dissertação.

A Renata e Elida da secretária do MDU por toda paciência e atenção disposta durante os dois anos de curso.

Aos bibliotecários, pesquisadores, técnicos e estagiários dos centros de pesquisa documental, de Pernambuco e do Rio de Janeiro, que me receberam e me ajudaram na consulta dos acervos e na disponibilização dos materiais que enriqueceram o trabalho.

Aos moradores de Igarassu pela colaboração e participação nas entrevistas.

Aos amigos discentes do MDU, em especial a Dayse Luckwu, Rafaella Cavalcanti e Maria Vanessa.

Aos meus queridos amigos: Roberto Alves, Neiva Marion, Gleydson Leandro, Juliana Lyra, Andrezza Karla, João Carlos, Eluan Lemos, Ana Paula Pontes, Pedro Nôbrega e Edjane Santos, com quem eu pude compartilhar as alegrias, receios, lutas e vitórias em vários momentos durante o desenvolvimento da dissertação e pelo apoio material, moral e psicológico que recebi deles nesses dois anos.

À todos, os meus sinceros agradecimentos!

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo interpretar se os elementos naturais e culturais que contribuíram para a formação do sítio geográfico de Igarassu, nos séculos XVI e XVII, mudaram e/ou permaneceram na paisagem entre os séculos XVIII e os dias atuais, a fim de contribuir com a conservação integrada da paisagem desse território. Isto será feito por meio da interpretação dos atributos desses elementos, com base em iconografias, relato de viajantes e depoimentos de grupos que vivenciam e observam esse território, assim como de especialistas e acadêmicos. Foi utilizado, também, como instrumento de leitura e interpretação dos elementos da paisagem, a cartografia social elaborada pelo grupo dos usuários. A escolha deste tema foi motivada pela vivência e observação neste sítio dos elementos que constituem o Patrimônio Cultural existente em Igarassu, e dos elementos naturais. Apesar de estar na interação desses elementos, a identidade do sítio de Igarassu, desde a origem da sua formação, foi reconhecido pelo IPHAN, em 1972, pelo seu conjunto arquitetônico e paisagístico, onde a paisagem é tratada como um panorama, e não como resultado da integração entre os elementos, natural e cultural, material e imaterial que constituem o cerne da paisagem. O entendimento de paisagem adotado neste trabalho é que ela é resultado da ação do homem sobre o meio ambiente, carregada de significados atribuídos por ele, representando um documento a ser lido e interpretado. Nesse sentido, foi construída uma narrativa tendo como eixo norteador a leitura, identificação e interpretação da paisagem do Sítio de Igarassu tendo como referência teórica a concepção de paisagem utilizada por alguns adeptos da Nova Geografia Cultural.

PALAVRAS-CHAVE: Elementos. Atributos. Significados. Paisagem Cultural. Sítio de Igarassu.

ABSTRACT

This paper aims to interpret whether the natural and cultural elements that contributed to the formation of the geographical location of Igarassu, in XVI and XVII centuries, had changed and or remained in the landscape between XVIII century end nowadays, in order to contribute with integrated conservation of this territory landscape. This will be done by the interpretation of this elements attributes based iconography, the traveler's report and the testimony of groups who experience and observe this territory and experts. Was also used a reading instrument and interpretation of landscape elements, the social cartography created by the users. This themes choice was motivated by the experience and observation of elements that are cultural heritage in Igarassu, and the natural elements. Despite integrate these elements, the identity of the site Igarassu, from its origins, was recognized by IPHAN in 1972, by architectural and landscaped, where the landscape is treated as a panorama, instead of results of integration between elements, natural and cultural, material and immaterial that constitute the core of the landscape. The meaning of landscape adopted in this paper is that landscape is a result of man's action on the environment, loaded of meanings assigned by himself, representing a document to be read and interpreted. Accordingly, a narrative was constructed focused in reading, identification and interpretation of Igarassu site landscape, with theoretical framework on the landscape conception used by some followers of new cultural geography.

KEY WORDS: Elements, Attributes, Meaning, Cultural landscape, Igarassu site.

LISTA DE FIGURAS

| | | |
|------------|---|-----|
| FIGURA 01 | Mapa de localização do sítio geográfico de Igarassu/PE | 14 |
| FIGURA 02 | Mapa de bacia hidrográfica do município de Igarassu e localização do Rio Igarassu cortando a sede do município | 15 |
| FIGURA 03 | Esquema da pesquisa | 29 |
| FIGURA 04 | Convento de Santo Antônio de 1588 | 65 |
| FIGURA 05 | Igreja de São Cosme e São Damião de 1535 | 65 |
| FIGURA 06 | Igreja de Nossa Senhora do Livramento do século XVIII | 66 |
| FIGURA 07 | Igreja de São Sebastião do século XVIII | 66 |
| FIGURA 08 | Igreja e Recolhimento do Sagrado do Coração de Jesus | 67 |
| FIGURA 09 | Igreja de Nossa Senhora do Pasmado | 70 |
| FIGURA 10 | Engenho Monjope | 70 |
| FIGURA 11 | Poligonal do tombamento, limite oficial proposto e demarcado pelos <i>experts</i> no PPSH/RMR | 71 |
| FIGURA 12 | Localização da Avenida 27 de Setembro em Igarassu | 73 |
| FIGURA 13 | Marco de pedra da feitoria de Cristóvão Jacques na localidade do Sítio do Marcos em Igarassu/PE | 80 |
| FIGURA 14 | Ilustração da perspectiva dos índios no Brasil Colonial vivendo harmonicamente com a natureza primitiva. | 82 |
| FIGURA 15 | Ilustração do relato de Hans Staden chegando ao litoral brasileiro pelo Cabo de Santo Agostinho | 84 |
| FIGURA 16 | Zona costeira de Recife até à Ilha de Itamaracá destacando os povoados fundados antes de 1549 na proposta de Fouquet | 85 |
| FIGURA 17 | Roteiro da trajetória percorrida por Staden em Pernambuco baseado no seu relato. | 86 |
| FIGURA 18 | Ilustração original retratando o episódio do cerco de Igarassu na ilustração de Hans Staden | 87 |
| FIGURA 18a | Ilustração destacando a zona costeira da Capitania | 88 |
| FIGURA 18b | Ilustração destacando o Rio, a mata e equipamentos de defesa | 88 |
| FIGURA 18c | Ilustração destacando as construções da Vila de Igarassu | 89 |
| FIGURA 19 | Mapa da missão missionária da ordem dos franciscanos no nordeste do Brasil | 90 |
| FIGURA 20 | Perspectiva da invasão holandesa em 1630 na Capitania de Pernambuco | 92 |
| FIGURA 21 | Ilustração da invasão holandesa à Vila de Igarassu em 1632, utilizando o Rio como canal de acesso | 94 |
| FIGURA 22 | Paisagem de Pernambuco, circa 1637 / 1680. Frans Post, óleo sobre madeira, 34,3 x 47,3 cm | 101 |
| FIGURA 23 | Igreja de São Cosme e São Damião em Igarassu, circa 1637 / 1680. Frans Post, óleo sobre madeira, 33,4 x 41,4 cm | 102 |
| FIGURA 23a | Detalhamento do primeiro plano da pintura de Frans Post | 103 |
| FIGURA 23b | Detalhamento da vegetação nas laterais da pintura | 103 |
| FIGURA 23c | Detalhamento do segundo plano no espaço amplo observado na pintura | 104 |
| FIGURA 23d | Representação do céu na pintura e ausência de sol visível | 104 |
| FIGURA 24 | <i>Garasv</i> na gravura a sépia de Frans Post no livro de Barléu | 106 |
| FIGURA 24a | Identificação das legendas na gravura de Post | 107 |
| FIGURA 24b | Identificação das figuras representadas na gravura | 107 |
| FIGURA 25 | <i>Praefecturae Paranambucae pars Borealis, una cum praefectura de Itamaracá</i> | 109 |
| FIGURA 25a | Trecho da costa do território do Brasil na obra de Barléu | 110 |
| FIGURA 25b | Proximidade entre as Vilas de Igarassu e da Conceição, tendo como principal rota de acesso o Canal de Santa Cruz e o Rio Igarassu | 111 |
| FIGURA 25c | Afluentes do rio Igarassu identificados no mapa holandês do século XVII | 112 |
| FIGURA 26 | Tela de Ação de Graças aos Santos Cosme e Damião pela Proteção da vila de Igarassu contra a Peste em 1685 | 118 |
| FIGURA 27 | Vista da Vila de Igarassu na Fotografia de Stahl em 1859 | 125 |
| FIGURA 27a | Destaques no 1º plano da fotografia de Stahl na Vila de Igarassu em 1859 | 125 |
| FIGURA 27b | Destaques dos elementos no plano central da fotografia de Stahl na vila de | 126 |

| | | |
|------------|---|-----|
| | Igarassu em 1859 | |
| FIGURA 28 | Eglise do Coração de Jesus [Título original], o cotidiano e vida social na Vila de Igarassu | 127 |
| FIGURA 28a | Grupos humanos na vila de Igarassu | 127 |
| FIGURA 28b | Trecho do arruamento de pedra na Vila de Igarassu e casario | 128 |
| FIGURA 29 | <i>Kirche zu St. Kosmas u St. Damian in Igarassú</i> [Título original] | 129 |
| FIGURA 29a | Configuração do relevo e vista da vegetação no entorno da Vila de Igarassu | 129 |
| FIGURA 30 | Fotografia da colina histórica (outeiro da Vila) com a vista do Convento do Sagrado Coração de Jesus e da Igreja de São Cosme e São Damião (Igreja matriz) de Igarassu em meados de 1930 | 130 |
| FIGURA 31 | Fotografia da Ladeira da Misericórdia com a Torre do sino do Convento do Sagrado Coração de Jesus em meados de 1930 | 130 |
| FIGURA 32 | Fotografia sobre a sombra de uma árvore registrando no outeiro o Convento do Sagrado Coração de Jesus, a Igreja de São Cosme e São Damião, a colina histórica, alguns coqueiros e o caminho de pedra em meados da década de 1940/1950 | 131 |
| FIGURA 33 | Fotografia da vista frontal da parte alta do outeiro com a Igreja matriz e os dois Conventos da Vila em meados das décadas de 1940/1950 | 131 |
| FIGURA 34 | Mapa com os bairros abrangidos e onde foram realizadas as entrevistas semiestruturadas com os atores do grupo dos usuários | 139 |
| FIGURA 35 | Representação pictórica de E. R. | 148 |
| FIGURA 36 | Representação pictórica de J. C. B. C. | 148 |
| FIGURA 37 | Representação pictórica de M. A. | 148 |
| FIGURA 38 | Representação pictórica de M. H. B. C. | 148 |
| FIGURA 39 | Representação pictórica de J. L. T. | 151 |
| FIGURA 40 | Representação pictórica de N. M G. S. | 151 |
| FIGURA 41 | Artesanato talhado no tronco de madeira | 152 |
| FIGURA 42 | Representação pictórica de C. F. | 156 |
| FIGURA 43 | Representação pictórica de B. J. | 156 |
| FIGURA 44 | Representação pictórica de R. A. P. | 157 |
| FIGURA 45 | Representação pictórica de J. G. | 161 |
| FIGURA 46 | Representação pictórica de K.K.S.L. | 161 |
| FIGURA 47 | Representação pictórica de I. F. | 161 |
| FIGURA 48 | Representação pictórica de V. N. D. | 161 |
| FIGURA 49 | Mapa da trajetória da procissão dos Santos padroeiros de Igarassu | 167 |
| FIGURA 50 | Início da procissão saindo do largo da Igreja de São Cosme e São Damião e percorrendo importantes ruas e bairros da cidade | 168 |
| FIGURA 51 | Trecho da procissão de São Cosme e São Damião na Rua São Sebastião sobre a Ponte do Rio Igarassu com suas margens vegetadas de manguezal | 168 |
| FIGURA 52 | Vista longitudinal do Desfile Cívico a partir da Colina histórica, a partir da “arquibancada” natural | 169 |
| FIGURA 53 | Percepção visual do telespectador a partir da Colina histórica, ao fundo uma frondosa área vegetada que circunda o Sítio | 169 |
| FIGURA 54 | Representação pictórica de M.M.F. | 170 |
| FIGURA 55 | Representação pictórica de R. P. | 170 |
| FIGURA 56 | Representação pictórica de M. F. | 170 |
| FIGURA 57 | Igreja de Nossa Senhora das Dores, no distrito de Nova Cruz | 174 |
| FIGURA 58 | Igreja de Nossa da Boa Viagem do Pasmado, próximo a PE-041 | 174 |
| FIGURA 59 | Constante urbana no Sítio de Igarassu a luz da memória urbana ibérica | 176 |
| FIGURA 59a | Saúde da alma (Igreja Matriz) | 176 |
| FIGURA 59b | Meio e diretriz juridical | 176 |
| FIGURA 59c | Saúde do corpo (Ruínas da misericórdia) | 176 |
| FIGURA 60 | Identificação dos elementos da Paisagem Cultural do Sítio de Igarassu | 188 |
| FIGURA 61 | Cartografia Social do grupo dos usuários | 189 |

LISTA DE QUADROS

| | | |
|-----------|---|-----|
| QUADRO 01 | Definição dos <i>stakeholders</i> | 26 |
| QUADRO 02 | Classificação das paisagens culturais pela UNESCO | 52 |
| QUADRO 03 | Os tipos de Livros de Tombo | 64 |
| QUADRO 04 | Monumentos históricos tombados pelo IPHAN no Sítio de Igarassu/PE | 68 |
| QUADRO 05 | Síntese dos elementos e atributos interpretados nas iconografias dos séculos XVI e XVII | 96 |
| QUADRO 06 | Síntese dos elementos e atributos interpretados nas pinturas e cartografia do século XVII | 113 |
| QUADRO 07 | Síntese das permanências identificadas nas iconografias dos séculos XVIII e XIX | 121 |
| QUADRO 08 | Síntese das permanências identificadas nas Fotografias | 133 |
| QUADRO 09 | Elementos expressos na paisagem e os atributos que permaneceram e/ou modificaram no sítio de Igarassu, a partir dos depoimentos orais | 190 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | | |
|------------|--|-----|
| GRAFICO 01 | Bens protegidos legalmente no Sítio de Igarassu e reconhecidos pelos moradores | 142 |
| GRAFICO 02 | Elementos de reconhecimento patrimonial segundo os moradores | 144 |
| GRAFICO 03 | Elementos da paisagem do Sítio de Igarassu segundo os moradores | 147 |
| GRAFICO 04 | Elementos reconhecidos pelo grupo dos artesãos | 153 |
| GRAFICO 05 | Elementos merecedores de reconhecimento patrimonial pelos artesãos | 155 |
| GRAFICO 06 | Atributos da paisagem cultural do Sítio de Igarassu, segundo os artesãos | 155 |
| GRAFICO 07 | Elementos e atributos com reconhecimento patrimonial, segundo os guias turísticos | 159 |
| GRAFICO 08 | Atributos da paisagem cultural do Sítio de Igarassu, segundo os guias turísticos | 160 |
| GRAFICO 09 | Elementos merecedores de reconhecimento patrimonial pelos religiosos | 164 |
| GRAFICO 10 | Elementos da paisagem do sítio de Igarassu, segundo os atributos | 166 |
| GRAFICO 11 | Bens reconhecidos no Sítio de Igarassu segundo os especialistas | 173 |
| GRAFICO 12 | Elementos e atributos considerados no Sítio de Igarassu, segundo os especialistas | 182 |
| GRAFICO 13 | Principais elementos e atributos que compõem a Paisagem Cultural Sítio de Igarassu | 185 |

LISTA DE ABREVIATURAS

| | |
|----------|--|
| RMR | Região Metropolitana do Recife |
| SPHAN | Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional |
| IPHAN | Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional |
| UNESCO | Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura |
| FUNDARPE | Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco |
| IAHGPE | Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco |
| ICOMOS | Conselho Internacional de Monumentos e Sítios |
| FIDEM | Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife |
| PPSH | Plano de Preservação dos Sítios Históricos |
| LUOS | Lei de Uso e Ocupação do Solo |

SUMÁRIO

| | | |
|-------|--|-----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 12 |
| 2 | A TRAJETÓRIA TÉORICA: paisagem e patrimônio | 32 |
| 2.1 | Do caráter estético ao caráter subjetivo da paisagem | 33 |
| 2.2 | A paisagem cultural enquanto categoria de um bem patrimonial | 47 |
| 2.2.1 | Paisagem como bem patrimonial: âmbito nacional | 56 |
| 3 | OS INSTRUMENTOS DE PRESERVAÇÃO DO SÍTIO DE IGARASSU/PE | 61 |
| 3.1 | O município de Igarassu e as ações de tombamento federal | 62 |
| 3.2 | O município de Igarassu e as ações de tombamento estadual e municipal | 69 |
| 4 | LEITURA DAS REPRESENTAÇÕES: Significados dos elementos e atributos da paisagem da Vila de Igarassu nos séculos XVI a XX | 75 |
| 4.1 | O olhar dos viajantes sobre Igarassu: relatos dos séculos XVI e XVII | 77 |
| 4.2 | O olhar dos artistas sobre Igarassu: iconografias dos séculos XVI e XVII | 97 |
| 4.3 | O olhar dos viajantes sobre Igarassu: séculos XVIII e XIX | 114 |
| 4.4 | O olhar dos artistas-fotógrafos sobre Igarassu | 123 |
| 5 | LEITURA DA PAISAGEM PELOS GRUPOS CULTURAIS ENVOLVIDOS | 135 |
| 5.1 | Leituras da paisagem pelos usuários | 138 |
| 5.1.1 | Grupo dos moradores | 142 |
| 5.1.2 | Grupo dos turistas | 149 |
| 5.1.3 | Grupo dos artesãos | 152 |
| 5.1.4 | Grupo dos guias turísticos | 157 |
| 5.1.5 | Grupo dos religiosos | 162 |
| 5.2 | Leituras da paisagem pelos especialistas | 171 |
| 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 191 |
| | REFERÊNCIAS | 197 |
| | ANEXOS | 207 |

1. INTRODUÇÃO

O objeto de estudo deste trabalho é a interpretação das permanências e/ou mudanças que ocorreram nos elementos naturais e culturais da paisagem do Sítio geográfico de Igarassu entre os séculos XVI, XVII, XVIII, XIX, XX e os dias atuais. A interpretação será feita por meio dos relatos de viajantes, de representações iconográficas, tais como: mapas, pinturas e fotografias e nos depoimentos orais.

Nesse trabalho, a Paisagem pode ser compreendida como uma área (região) composta pela associação entre as formas físicas naturais e culturais, que vão mudando como resultado da ação do homem sobre o meio, na qual é carregada de significados diversos que lhe são atribuídos, representando um registro cultural.

Segundo Besse (2006), geógrafo francófono, a paisagem é produto das interações e combinações entre as condições naturais do meio e as condições humanas (economia, sociedade, cultura), salientando que tais interações são mutáveis e percebidas nas paisagens visíveis e invisíveis.

Para Cosgrove (1998), geógrafo americano, a paisagem é concebida como um modo de ver e de representar e seus significados são expressos e apreendidos das mais variadas formas entre os diversos atores culturais que contribuíram para a sua construção, permanência e mudança.

A escolha desse tema se justifica, sobretudo, pelas interações entre o significativo Patrimônio Cultural de Igarassu, constituído de elementos históricos, representado pelas edificações erguidas pelo homem como casario e igrejas seculares e, o ambiente natural, formado por elementos como: rio, vegetação de mangue, coqueiros, mata atlântica e a colina que constitui o relevo deste sítio. As interações desses elementos representam a paisagem peculiar que identifica o sítio de Igarassu e que foi possível identificar a partir da vivência neste sítio.

A vila de Igarassu foi fundada pelo donatário da capitania de Pernambuco, o português Duarte Coelho, em meados de 1536, as margens do Rio São Domingos¹. Ao longo dos séculos XVI e XVII ocorreram as mais expressivas formas de crescimento urbano neste Sítio, na qual, inicialmente, as primeiras casas e capelas

¹ O Rio Igarassu também pode ser conhecido pelo nome de Rio São Domingos decorrente de caráter religioso. Todavia, a Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (CPRH) traz sobre a denominação de Rio Igarassu, na qual também esta sendo adotada na pesquisa.

eram no estilo quinhentista, e por usarem materiais de natureza precária, não resistiram à ação do tempo, restando apenas indícios de onde se localizavam e documentos que relataram a existência de algumas dessas edificações.

O município de Igarassu faz parte da Região Metropolitana do Recife (RMR) desde que esta foi regulamentada através da Lei Complementar nº 14 de 08 de junho de 1973 e apresentava, inicialmente, uma área territorial total de 476 km². Com o passar das décadas, seu território foi sendo gradualmente reduzido devido às emancipações políticas de alguns de seus distritos. Atualmente, a área territorial do município de Igarassu (Figura 01) tem em torno de 305 km².

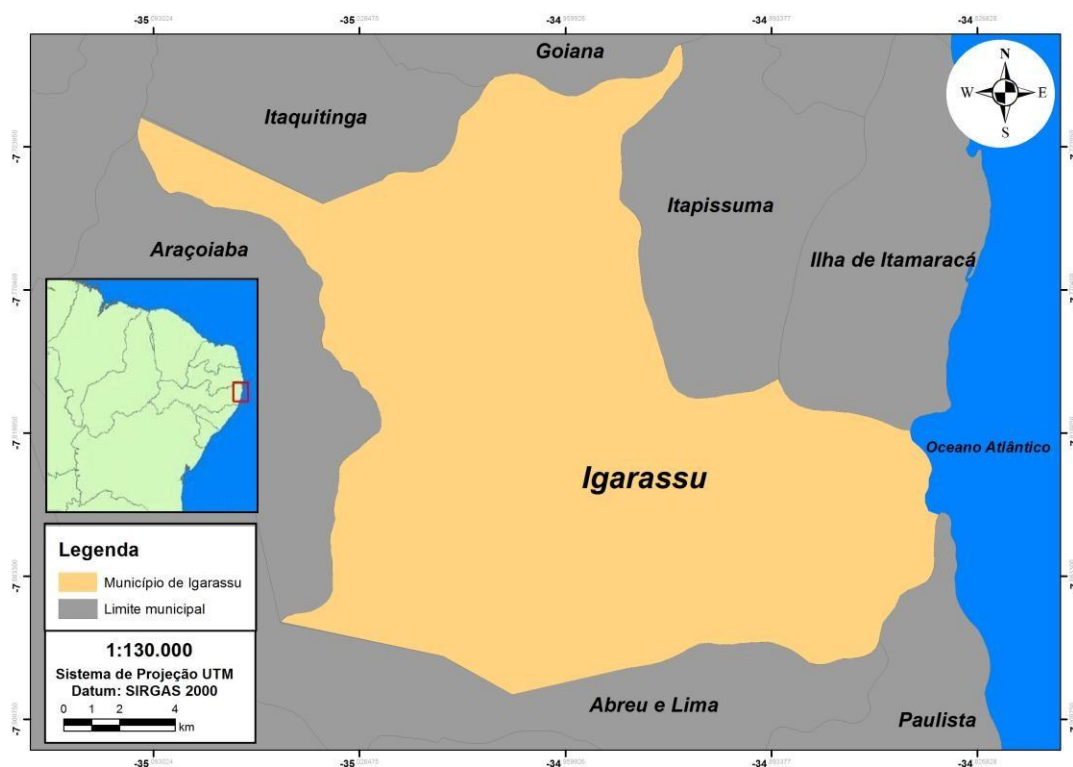


Figura 01. Mapa de localização do sítio geográfico de Igarassu/PE.

Fonte: o autor, 2014.

O principal curso d'água deste município é denominado rio Igarassu² (Figura 02), que corta a sede do município de mesmo nome e deságua no Canal de Santa Cruz ao sul da Ilha de Itamaracá (CPRH, 2000).

² A bacia do rio Igarassu ocupa uma área, aproximadamente, 164 km² e possui caráter de perenidade em toda a sua extensão, englobando diversos cursos d'água secundários, tais como: os rios Tabatinga, Conga, Maniquara e Monjope e os riachos do Paulo e Arrombados. Os recursos hídricos presentes na área territorial do município de Igarassu integram o GL-1 (Grupo de Pequenos rios Litorâneos) (CPRH, *op. cit.*).

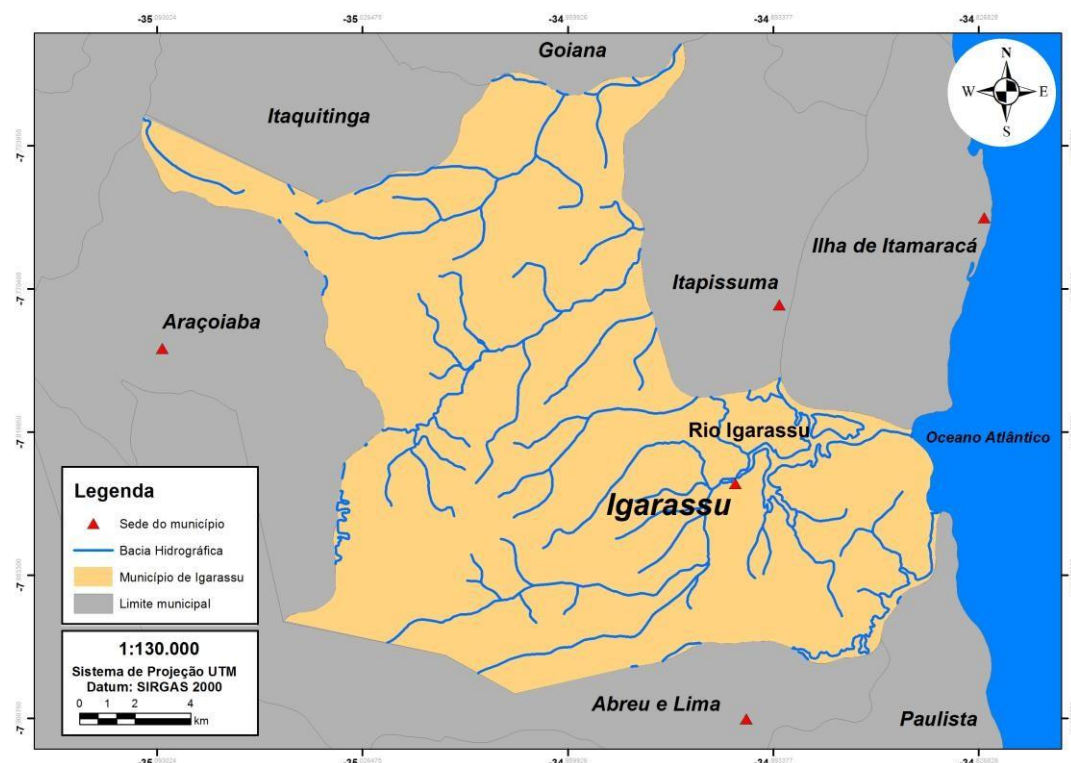


Figura 02. Mapa de bacia hidrográfica do município de Igarassu e localização do Rio Igarassu cortando a sede do município.

Fonte: o autor, 2014.

A interação dos efeitos das marés resulta em condições ecológicas para uma fitogeografia da vegetação de manguezal no seu ambiente urbano. Além disso, a suave declividade em relação ao nível do Rio se eleva de modo significativo pela Colina histórica que compõe o relevo de parte do local onde foram instaladas algumas das Igrejas seculares e parte do casario da Vila de Igarassu, ou seja, essa interação entre os elementos fisiográficos corresponde à fisionomia do relevo, tendo papel fundamental na escolha da implantação dessa vila pelos portugueses.

A relação entre os elementos fisiográficos desse sítio e a ocupação da Vila de Igarassu no alto da colina é condizente com a realidade vigente no momento da colonização e fixação dos primeiros europeus em solo brasileiro, visto que era uma característica dos países ibéricos, no caso Portugal, em construir e edificar suas vilas e cidades nas regiões mais elevadas, sendo essa conformação urbana motivada por questões religiosas, culturais e militares.

Historicamente, o processo de formação das cidades brasileiras ocorreu, mormente, devido ao condicionamento dos recursos naturais, ou seja, a maior parte das cidades brasileiras surgiu em volta de elementos naturais, como os rios,

estabelecendo uma relação de conjunto harmônica entre elementos naturais e objetos construídos (LACERDA, ZANCHETI & DINIZ, 2000).

Nesse contexto, o sítio geográfico de Igarassu foi uma das primeiras ocupações da capitania de Pernambuco, ainda durante o período colonial, na então Vila de Igarassu no século XVI. Desde a origem dessa Vila existiu a interação entre o homem e o meio, pois os elementos naturais, culturais e imateriais, representado pelos eventos religiosos e de fé, podem ser Identificados tanto por meio de iconografias como de relatos de viajantes que representavam este período.

A paisagem e a prosperidade da terra pernambucana, naquele período, eram assim relatadas por Oliveira Lima (1975):

“a capitania de Duarte Coelho foi a que mais cedo prosperou, conquanto à custa de muito gasto e de muito esforço, porque, além das pouco vulgares qualidades pessoais do donatário a terra recomendava-se pela sua excelência. Clima quente, porém temperado pelas suaves viradas de terra e mar, tão faladas de Piso, o sábio médico de Mauricio de Nassau. Chuvas abundantes e regulares em toda zona aquém do sertão, refrescando os campos, engrossando os rios e evitando as secas. Terreno acidentado sem demasias, descendo gradualmente dos platôs ou tabuleiros do interior para as matas frondosas, nas quais a pujança não sobrepuja a beleza, e para as várzeas fertilíssimas banhadas por muitos rios, e expirando nos mangues ou alagados do mar.”

A representação da paisagem pernambucana teve especial expressão, ainda na primeira metade do século XVII, quando da dominação holandesa³ entre 1630-1654.

De acordo com Souto Maior e Silva (1993), apesar de já figurar em mapas portugueses, a paisagem pernambucana ganhou mais riqueza e perfeição de detalhes nos mapas, gravuras e pinturas com os flamengos, na qual vamos encontrar os elementos indispensáveis para o conhecimento da paisagem pernambucana na primeira metade do século XVII.

O Brasil Holandês sob a administração do conde Mauricio de Nassau, que governou entre 1637 e 1644, deixou nesse curto período o mais importante acervo paisagístico e científico, envolvendo o norte do Brasil e outras regiões por onde

³ Desde a chegada da esquadra invasora às costas de Pernambuco, em 14 de fevereiro de 1630, reunindo 65 navios e 7280 homens sob o comando do almirante Hendrick Corneliszoon Lonck, numa empresa financiada pela Companhia das Índias Ocidentais, os holandeses procuraram descrever, com detalhes e grande apuro técnico, a paisagem da terra que estavam a conquistar.

passou⁴. Dentre os muitos artistas trazidos pela sua comitiva estavam os pintores Frans Post e Albert Eckhout.

Frans Post tornou-se um dos primeiros pintores a retratar a paisagem e os habitantes do Brasil do século XVII, como pode ser constatadas em muitas de suas pinturas. Segundo Lago (2006, p. 06), Post é considerado o primeiro pintor da paisagem brasileira, assim como o primeiro paisagista das Américas.

A pintura de Frans Post representando o Sítio de Igarassu naquele período foi uma interpretação dos elementos existentes na paisagem, por ele experienciada, segundo um olhar transcultural de um observador holandês a quem coube representar a paisagem do trópico, na qual foi destinada de ser vista por um público europeu. Assim, para entender a paisagem de Igarassu daquele período é necessário se pautar na concepção apresentada por Besse (2006), na qual afirma que para entender a Paisagem é preciso decifrá-la a partir de um esforço interpretativo de conhecimento, e que vai, portanto, além da fruição e da emoção.

Hoje, os elementos que foram representados por Post, permanecem na paisagem e ainda apresentam estreita interação uns com os outros e com o homem, constituindo a Paisagem atual e dessa forma a unidade histórica, natural e cultural que dá uma identidade a cidade de Igarassu.

O sítio de Igarassu, mesmo tendo como característica a integração entre os elementos naturais e culturais, apenas os monumentos arquitetônicos foram declarados como bens, em 1938, pelo então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atualmente sob a nomenclatura de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O tombamento desses monumentos feito pelo SPHAN se pautou na sua relevância, por contar uma parte da história de Pernambuco e do Brasil, visto que a cidade apresenta uma conformação urbana de traçado irregular e espontâneo, característica do primeiro século de ocupação do país.

Segundo Choay (2006), o monumento era tudo aquilo edificado que representava a memória ou acontecimento de alguma comunidade de indivíduos. Ou

⁴ A saber, partes da África e o Chile.

seja, o monumento era a representação isolada de algo relevante para as civilizações passadas, que a ele atribuía valores. Por se tratar de elementos representativos de um grupo de indivíduos, merecem proteções específicas para salvaguardar a sua identidade e os valores presentes.

Somente em outubro de 1972 o IPHAN declarou o sítio histórico deste município como Conjunto arquitetônico e paisagístico de Igarassu⁵, com uma área de aproximadamente 0,4 km² (396.202 m). Salientando que a escolha do IPHAN levou em conta a presença de pelo menos 02 (dois) Monumentos Tombados em nível Federal; a existência de unidade histórica e morfológica do tecido urbano, que contribui para a configuração do Conjunto Urbano; e também o sítio em questão estar protegido pelos níveis estadual ou municipal (PROGRAMA MONUMENTA, 2005).

Mesmo sendo um avanço, este instrumento de tombamento definido pelos *experts* considera o aspecto paisagístico do sítio histórico de Igarassu apenas como um panorama, ou seja, o aspecto e a aparência pitoresca que representa o patrimônio histórico onde se insere o conjunto arquitetônico desse sítio e não o conjunto dos elementos naturais, culturais e imateriais que contribuíram com o desenvolvimento inicial da Vila de Igarassu de forma integrada, ou seja, os elementos que deram origem ao Sítio tombado não foram considerados de forma articulada que é a característica da Paisagem Cultural. Além disso, os *experts* ao demarcarem o perímetro tombado não consideraram alguns atributos fora do perímetro em questão.

⁵ O Sítio histórico de Igarassu está inscrito no livro de tomo intitulado por: “Livro arqueológico, etnográfico e paisagístico” sob a designação de Igarassu, PE: conjunto arquitetônico e paisagístico, com processo nº 0359-T45, inscrito em 051, vol. 1, fl. 12. Disponível em: <http://www.monumenta.gov.br/upload/Sitios%20Historicos_Vol%201_1168630377.pdf>.

Apesar dos avanços existentes no âmbito dos instrumentos patrimoniais⁶, a categoria da paisagem cultural é ainda muito recente. Assim, é necessário que no estudo de alguns sítios, por terem como características elementos naturais e culturais, que contribuíram para a sua fundação, seja possível interpretar se esses elementos permanecem na atualidade, segundo a maneira de ver dos *stakeholders*⁷ por meio da interpretação dos significados dos atributos desses elementos e se os mesmos constituem a paisagem do Sítio de Igarassu.

Diante do exposto, tendo como referência as particularidades da categoria da Paisagem Cultural, como forma de norteamiento do estudo em questão cabe os seguintes questionamentos:

- i) Quais os elementos naturais e culturais que contribuíram para a formação da paisagem da Vila de Igarassu nos séculos XVI e XVII?
- ii) Quais desses elementos permanecem e /ou mudaram na paisagem atual segundo a maneira de ver dos *stakeholders*?
- iii) Que atributos têm estes elementos para os *stakeholders*?
- iv) Será que estes elementos poderiam constituir a paisagem cultural do sítio de Igarassu, como bem patrimonial?

⁶ Estes dizem respeito, sobretudo, aos diversos congressos e convenções realizados na esfera internacional durante o século XX com o intuito de encontrar meios para promover a salvaguarda dos bens patrimoniais de natureza material e imaterial. Segundo Bo (2003, p.26), é a partir da segunda metade do século XX que ocorre a seleção, proteção e preservação dos elementos culturais representativos e dos sítios históricos e naturais. Destacam-se, no âmbito da conservação do patrimônio, a publicação da Carta de Atenas em 1931, disponível em <http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Atenas_1931.pdf>, a qual trouxe orientações de como proceder na conservação dos monumentos histórico-arquitetônicos e demonstrar os desafios recentes enfrentados pelas cidades; a Carta de Veneza em 1964, disponível em <http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Veneza_1964.pdf>, a qual houve um aprofundamento e um alcance maior no entendimento e nas práticas de conservação. E a Declaração de Amsterdã em 1975, disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=246>>, que estabeleceu as políticas patrimoniais europeias e mundiais, das quais se destaca: a preservação dos conjuntos históricos como forma de preservar a identidade local e regional, a fim de evitar a homogeneização dos espaços.

⁷ Os *stakeholders* são os grupos de interesse abrangidos no estudo e foram divididos em dois grupos, a saber: dos usuários e dos especialistas.

Tais questionamentos serviram de direcionamento para este trabalho e foram pensados tomando como referência a premissa de que há interação entre os elementos naturais e culturais na conformação das paisagens do sítio de Igarassu. Apesar dos avanços nos instrumentos de preservação ao longo do século XX, a partir do desenvolvimento de teorias patrimoniais, neste período, ainda não existia uma definição clara na esfera da conservação sobre a relação do homem com o meio ambiente, ou seja, da dimensão cultural com a dimensão natural, sendo considerada, portanto, uma relação dicotômica entre o homem e a natureza (RIBEIRO, 2007) no que diz respeito aos instrumentos patrimoniais.

Tendo em vista esse contexto, Castriota (2009), diz que os mecanismos tradicionais no campo do patrimônio relacionados à preservação ambiental já não bastam para atender, documentar, proteger e conservar esse campo, pois o patrimônio é muito mais vasto e formado com arranjos distintos, desse modo precisam ser revistos e reexplorados metodologicamente para que se adaptem.

Além disso, os elementos naturais, culturais e imateriais de Igarassu não têm sido considerados em conjunto tanto no plano de preservação existente, como em outros instrumentos normativos municipais (Plano Diretor de 2006 e na Lei de Uso e Ocupação do Solo de 1990), que vêm tratando esses elementos isoladamente.

Segundo o IPHAN/COPEDOC (2009) a proteção dos bens culturais está estritamente ligada à vontade coletiva de conservar a memória, expressa nesses bens. No entanto, não considera que também é importante conservar os bens naturais e os culturais, já que foram estes em conjunto que formaram a Vila de Igarassu. Sendo, normalmente, de responsabilidade do Poder Público determinar que bens culturais seja objeto de proteção, abordando, inclusive, de que forma se dará essa proteção.

Tanto que o Poder Público reconhece, por meio do ato administrativo, e após estudos técnicos realizados por especialistas, que determinado bem, móvel ou imóvel, tem valor cultural, ou seja, a definição de quais devem ser considerados Patrimônio é feito pelos *experts*, sendo privilegiado o bem cultural. Entretanto, segundo a Constituição Federal de 1988, artigo 216 inciso primeiro, o Poder Público deve contar com a colaboração da população, isso inclui a escolha dos bens patrimoniais a serem salvaguardados, entretanto nem sempre isso acontece.

Na definição dos bens culturais, segundo alguns instrumentos do IPHAN, fica evidente que a escolha, na maioria das vezes, não leva em consideração a população. Todavia, a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira⁸, criada em 2009 pelo IPHAN, define que a escolha da Paisagem Cultural a ser chancelada seja definida em comum acordo entre o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada, resultando em uma gestão compartilhada (IPHAN, 2009). Mediante este contexto, tem-se que a proteção dos bens patrimoniais deve ter uma gestão negociada, pois a noção de preservação deve ser incutida na população e o Poder Público deve levar em consideração e ter em vista a vontade coletiva.

Fonseca (2005), afirma que muitos dos bens tombados pelo governo brasileiro funcionam mais como símbolos abstratos do que como marcos de uma identidade nacional, em que a maioria da população se identifique.

Já Castriota (2009), ao se referir às medidas políticas em torno dos bens patrimoniais chama atenção para a tomada de decisões sobre a conservação do patrimônio, salientando que as definições explícita ou implicitamente têm que ter como ponto de referência a articulação e atribuição de valor⁹ dada pela comunidade e pelos órgãos oficiais que define a conservação ou não de um bem cultural.

“as políticas de preservação trabalham sempre com a dialética lembrar-esquecer: para se criar uma memória, privilegiavam-se certos aspectos em detrimento de outros, iluminam-se certos aspectos da história, enquanto outros permanecem na obscuridade. Como sabemos, no campo da conservação do patrimônio, os valores vão ser sempre centrais para se decidir o que conservar – que bens materiais e imateriais representarão a nós e a nosso passado – bem como para determinar como conservar – que tipos de intervenção esses bens devem sofrer para serem transmitidos para as gerações futuras” (CASTRIOTA, *op. cit.*).

É importante destacar que a Paisagem é um bem dinâmico e mutável, na qual os elementos que a compõem estão em constante alteração, e dessa forma é fundamental a consulta dos diversos atores culturais envolvidos nesse processo,

⁸ Publicada pelo IPHAN por meio da portaria nº 127 de 30 de abril de 2009, disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixarFcdAbnexo.do?id=1070>, a Chancela da Paisagem é um instrumento de reconhecimento do valor cultural de uma porção definida do território nacional, que possui características especiais como resultado da interação entre o homem e o meio ambiente.

⁹ Apesar da referência feita ao Valor de um patrimônio, a sua atribuição não será levada em consideração no estudo em questão, pois se está buscando interpretar e entender o significado contido nos atributos dos elementos da Paisagem Cultural, para os Stakeholders e não sua significância.

pois a paisagem do passado não é a mesma do presente, embora alguns atributos da paisagem possam permanecer com o passar dos anos.

À medida que o tempo avança as relações e essas interações se perdem, outras vão se modificando e algumas permanecem na Paisagem, dessa forma os entendimentos mudam e os usos também, podendo inclusive gerar conflitos entre os grupos culturais envolvidos. Esses conflitos se traduzem em relações dicotômicas, pois a preservação dos patrimônios culturais é feita pelo Estado, no sentido de nação, ou pelas iniciativas culturais de intelectuais ou especialistas, mas será que o patrimônio escolhido atende aos atores que habitam o território onde se insere o patrimônio?

Neste sentido, é necessário interpretar se os elementos existentes na paisagem nos séculos XVI e XVII, quando se deu a fundação da Vila de Igarassu, permanecem ou mudaram no presente, de forma a contribuir com subsídios visando à elaboração de instrumentos que possam auxiliar na conservação integrada, levando-se em consideração a relação entre a sociedade e a natureza, fundamentada na categoria da Paisagem Cultural.

Diante disso, o objetivo geral deste trabalho é interpretar se os elementos naturais e culturais que contribuíram para a formação da paisagem do Sítio geográfico de Igarassu mudaram e/ou permanecem atualmente por meio dos significados dos atributos dados a esses elementos pelos grupos que os vivenciam cotidianamente, juntamente com os que observam esse recorte espacial, a fim de contribuir com a conservação dessa paisagem. Já os objetivos específicos são:

- Interpretar as permanências e /ou mudanças dos elementos existentes na paisagem no século XVI, XVII, XVIII, XIX e primeira metade do século XX, identificados por meio das representações nas pinturas de Frans Post, mapas, fotografias e nos relatos dos viajantes.
- Interpretar quais os significados dos atributos dados aos elementos naturais, culturais e imateriais da paisagem atual do sítio de Igarassu, pelos *stakeholders*, por meio dos depoimentos orais;
- Construir, a partir da interpretação dos atributos dados aos elementos da paisagem do Sítio de Igarassu, um quadro contendo as permanências e /ou

mudanças desses elementos, como também uma Cartografia Social com a representação simbólica dos mesmos.

Para alcançar os objetivos propostos, o presente trabalho adotou no seu desenvolvimento a pesquisa qualitativa, aprofundando-se no mundo dos significados e das ações e relações humanas (MINAYO, 2008) através de uma abordagem hermenêutica, apreendida como a arte da interpretação da modernidade (MELO, 2003), partindo do pressuposto de que ambos, investigador e seu “sujeito” de observação, são expressões de seu tempo e de seu meio cultural. Como também, essa abordagem trata da comunicação entre os atores sociais, compreendendo também seu contexto e sua cultura (GADAMER, 1999; MINAYO, 2008).

A pesquisa abarcou os seguintes passos metodológicos: levantamento de dados (bibliográfico e documental); pesquisa semiestruturada (observação livre e entrevistas semiestruturadas) e o tratamento do material (análise e interpretação dos dados) (MINAYO, 2008; RICHARDSON, 2012).

A pesquisa bibliográfica compreendeu o aprofundamento teórico sobre o conceito de paisagem dentro do campo da geografia cultural. Buscou-se, inicialmente, levantar um referencial teórico onde seja possível abordar brevemente o surgimento da concepção da paisagem enquanto dimensão estética. Posteriormente, tomou-se como enfoque os estudos envolvendo a concepção de Paisagem a partir do seu caráter científico na perspectiva dos estudos na Ciência Geográfica. Chegando-se, por fim, as formulações mais recentes sobre os estudos envolvendo a subjetividade na Paisagem Cultural, destacando a atuação de alguns geógrafos adeptos da Nova Geografia Cultural, de modo a aprofundar o entendimento de paisagem que será adotado neste estudo.

Nessa perspectiva, o conceito de paisagem assume a ideia de um texto cultural, que pode ser lido e interpretado, por meio de produtos culturais, como as iconografias, os relatos e os depoimentos. Nesse contexto a Paisagem é tratada como um texto, que é uma metáfora, apropriada por alguns geógrafos adeptos da Nova Geografia Cultural, apoiada na abordagem hermenêutica do conceito de cultura encontrada nas obras de Geertz (2013).

Para realizar tal aprofundamento teórico sobre a concepção de paisagem serão utilizados, sobretudo, os textos de Cauquelin (2007), Barros (2006), Duncan (1990), Melo (2003), Claval (1999, 2001, 2012), Besse (2006), Geertz (2013), Gomes (1996), Berque (1995), Cosgrove (1998, 2000, 2012).

Em seguida, após se ter o entendimento de paisagem adotado nesse estudo foi realizado uma pesquisa bibliográfica visando a se conhecer a concepção do patrimônio, ao longo do tempo, iniciando pela noção de monumento como bem isolado, chegando à categoria da paisagem cultural como bem patrimonial, integrada por aspectos tangíveis e intangíveis integrado em um único patrimônio. Para isso, abordaremos, sobretudo, os textos de Choay (2006, 2009), Zanchetti (2009), Castriota (2009, 2010), Ribeiro (2007), das Cartas Patrimoniais publicadas pelo *International Council of Monuments and Sites*¹⁰ (ICOMOS), e dos documentos propostos pela *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*¹¹ (UNESCO).

A pesquisa documental compreendeu os documentos especiais, tidos como os produtos culturais, sobretudo as iconografias e o material historiográfico. Para isso, houve a coleta de dados primários diretamente nas fontes de pesquisa, realizadas nos centros de pesquisa¹² nos Estados de Pernambuco e do Rio de Janeiro. Em Pernambuco a coleta documental abrangeu a biblioteca Blanche Knopf da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ); a biblioteca da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE); o Instituto Ricardo Brennand (IRB); o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGPE), a biblioteca pública municipal de Igarassu; e o Gabinete Português de Leitura. Já no Estado do Rio de Janeiro a pesquisa documental compreendeu o Museu Nacional de Belas Artes (MNBA); o Museu Histórico Nacional (na Biblioteca e no Arquivo Técnico do referido museu) e na Biblioteca Nacional (BN).

¹⁰ Conselho Internacional de Monumentos e Sítios.

¹¹ Organização das nações unidas para a educação, à ciência e a cultura.

¹² O material levantando foi disponibilizado por meio de visitas que foram previamente agendadas, assim como em pedidos de autorização e concessão para uso e direito das imagens de mapas, pinturas, fotografias e textos dos acervos dos supracitados centros de pesquisa.

A coleta dos dados primários trouxe para o trabalho em questão, a possibilidade da interpretação dos produtos culturais, alguns deles únicos como as pinturas holandesas e algumas obras raras dos séculos XVI e XVII, que enriqueceram a pesquisa (documentalmente e com as imagens originais) e contribuíram na identificação dos registros culturais com base em iconografias dos séculos XVI, XVII, XVIII, XIX e primeira metade do século XX.

Todo o material iconográfico e historiográfico coletado, tais como: pinturas, mapas, fotografias e relatos de viajantes, são considerados pela Geografia Cultural como produtos culturais, e são importantes na interpretação das paisagens, sendo que todos estarão referenciados ao longo do texto, desse modo o leitor terá uma melhor compreensão da narrativa apresentada.

Nesse contexto, o levantamento documental desse material foi referente, especificamente, à Vila de Igarassu no período abrangido no trabalho (do XVI até a primeira metade do século XX). Esses registros serviram de base para a interpretação dos significados dos atributos dados aos elementos da paisagem de Igarassu e assim foi possível a construção de quadros contendo as permanências e /ou mudanças desses elementos ao longo do tempo.

A pesquisa documental abordou também os documentos oficiais, compostos pela legislação nos níveis federal, estadual e municipal, ressaltando que esses instrumentos legais apresentam um teor mais técnico, portanto insuficientes para subsidiar o entendimento dos atributos dados à Paisagem Cultural do Sítio de Igarassu.

Com relação ao trabalho de campo, foi baseado na pesquisa qualitativa semiestruturada, que é constituída pela observação livre e aplicação da entrevista semiestruturada. Esta etapa foi fundamental para aprofundar o conhecimento sobre o sítio nas suas dimensões material e imaterial, bem como identificar os interlocutores e os *stakeholders*, pois como se busca interpretar os significados¹³ e

¹³ Tanto o método quantitativo quanto o método qualitativo serão fundamentais para alcançar o escopo da pesquisa, devido ao debate argumentativo entre esses métodos, na qual aproxima o objeto do sujeito (SANTOS, 2002, p. 125) e cada um dos dois tipos de métodos tem seu papel, lugar e sua adequação e ambos conduzirão a resultados importantes sobre a realidade social (MINAYO, 2008, p. 57).

as representações da paisagem optou-se pela linha de pesquisa qualitativa semiestruturada, através de uma abordagem utilizando o método interpretativo da hermenêutica. A observação livre também permitiu identificar os usos e ocupações dentro do Sítio de Igarassu e nas suas adjacências, assim como alguns eventos imateriais como as procissões religiosas.

Na definição dos atores culturais de cada grupo a serem entrevistados foram considerados os indivíduos representativos dos diferentes grupos (Quadro 01). No caso do grupo dos usuários foi feita a escolha a partir das observações *in loco*, pois esses atores apresentam algum tipo de envolvimento com o Sítio de Igarassu, sendo entrevistados 26 atores culturais desse grupo no total, subdividido em 05 grupos. O número de entrevistas realizadas não é uma amostragem, contudo atende aos objetivos estabelecidos, uma vez que o sítio de Igarassu tem uma dimensão territorial pequena.

Já o grupo dos *Experts* foi definido considerando a atuação profissional individual e o envolvimento com as temáticas citadas. No total esse grupo abrangeu 10 atores, considerando as suas atuações em instituições patrimoniais que atuam à nível federal, estadual e municipal e os acadêmicos. Com relação aos acadêmicos, buscou-se indivíduos com atuação em campos disciplinares distintos, dessa forma foi possível apreender diferentes leituras da paisagem. Assim foram entrevistados: 02 arquitetos, 01 geógrafo, 01 antropólogo e 01 historiador.

Quadro 01. Definição dos *stakeholders*

| Grupos dos Especialistas (ou <i>Experts</i>) | Grupo dos Usuários |
|---|---|
| ▪ Técnicos da prefeitura municipal (01) | ▪ Moradores do Sítio e das adjacências de Igarassu (12) |
| ▪ Técnicos da Fundarpe (02) | ▪ Artesãos (03) |
| ▪ Técnicos do Iphan (02) | ▪ Religiosos (04) |
| ▪ Acadêmicos especialistas nas temáticas: paisagem e conservação (05) | ▪ Turistas (02) |
| | ▪ Guias Turísticos (05) |

Fonte: o Autor, 2013

As questões da entrevista foram organizadas dentro de tópicos semiestruturados com a intenção de se obter respostas aos itens a serem esclarecidos. O conteúdo das questões das entrevistas, para cada um dos grupos definidos, apresentou uma base comum, contudo, alguns tópicos foram diferenciados dependendo dos atores contemplados, por exemplo: os especialistas do patrimônio e acadêmicos, têm um tópico diferente dos moradores locais (Anexos A e B). Além disso, as questões foram pensadas possibilitando que os entrevistados se expressassem livremente. Vale salientar que uma pesquisa teste foi realizada para verificar a eficácia das perguntas.

Com relação às entrevistas, estas foram gravadas a partir dos depoimentos dos grupos culturais definidos e que estão diretamente relacionados com o objeto de estudo. Em seguida, na etapa do tratamento do material, a análise e interpretação dos dados foram feitas em duas etapas: na primeira foi feita a interpretação dos materiais iconográficos (pinturas, mapas, fotos) e relatos de viajantes (portugueses e holandeses), por se tratarem de representações únicas dos atributos da paisagem de Igarassu entre os séculos XVI e primeira metade do século XX.

Por sua vez, na segunda etapa, os resultados das entrevistas semiestruturadas foram interpretados individualmente, considerando-se o contexto social de cada entrevistado, segundo pressupõe o método hermenêutico. Logo após, as respostas obtidas foram comparadas e agrupadas de acordo com o grau de proximidade nos modos de ver a paisagem. Depois de interpretados os atributos dados aos elementos da paisagem da Vila de Igarassu, a partir do modo de ver dos atores culturais, eles foram quantificados e expressos em gráficos e as permanências e /ou mudanças foram colocados em um quadro.

A partir da interpretação dos depoimentos orais poderemos responder ao problema da pesquisa: entre os atributos dados aos elementos que constituem a paisagem atual do Sítio de Igarassu, quais os que permaneceram e /ou mudaram desde o período da formação da Vila de Igarassu em meados dos séculos XVI e XVII? Esses elementos possuem atributos para os usuários e para os *experts* que justifique a inserção do Sítio geográfico de Igarassu na categoria patrimonial de Paisagem Cultural?

Com base na interpretação dos produtos culturais trabalhados nas duas etapas foi feita uma comparação entre os elementos que constituíam a paisagem e os seus atributos nos séculos XVI e primeira metade do século XX e os significados dos atributos dados aos elementos da paisagem pelos *stakeholders*, para se apreender as permanências e mudanças entre as duas etapas que foram apresentadas em um quadro. A interpretação seguiu uma narrativa a partir do eixo norteador proposto, baseado nas distintas maneiras de ver a paisagem do sítio de Igarassu. Ressaltando que a narrativa foi apoiada na teoria e em fontes documentais, bibliográficas, iconográficas e empíricas, além de diversos produtos culturais, que segundo Cosgrove (1998), fornecem uma firme base a respeito dos significados que lugares e paisagens possuem, expressam e evocam.

Juntamente com a entrevista semiestruturada foi solicitado, especificamente, ao grupo dos usuários¹⁴, que cada um fizesse um croqui¹⁵ com a representação gráfica contendo os elementos de maior destaque na paisagem de Igarassu, segundo a sua maneira de ver. Ressaltando que essa representação gráfica é uma das etapas inseridas na chamada Cartografia Social.

Essas representações simbólicas da paisagem são consideradas produtos culturais, pois são reflexos das leituras e interpretações dos usuários dos elementos da paisagem, segundo os seus atributos. De acordo com Cosgrove (1998 *apud* MELO, 2003), os documentos que permitem interpretar o simbolismo contido nas paisagens se constituem produtos culturais.

A Cartografia Social, tem se destacado, nos últimos anos, nas questões envolvendo diagnósticos acerca do território (área), pois permite interpretações a partir de grupos culturais que vivenciam os espaços (ACSELRAD, 2010) (HOFFMANN, 2010), dessa forma permite construções simbólicas geradas em função do processo de mapeamento.

¹⁴ A restrição ao grupo dos usuários leva em conta o grau de proximidade e vivência com o objeto de estudo, pois esses atores se relacionam cotidianamente e diretamente com o objeto e, dessa forma, apresentam um olhar peculiar no modo de ver a paisagem, que podem indicar elementos e atributos não considerados pelos especialistas.

¹⁵ Todo o material para realizar tal procedimento foi cedido durante a entrevista, a saber: lápis, borracha, lápis de cor, piloto, prancheta para apoio, folhas de ofício brancas e mapa base apresentando a localização de Igarassu.

No estudo em questão, serão abordados apenas alguns princípios e diretrizes da Cartografia Social, pois a ação participativa, que torna este instrumento com rigor e validade metodológica é, sobretudo, o fato de o conhecimento produzido ser proporcional aos diálogos realizados, ou seja, ao contato feito com os atores culturais.

Após a coleta dos desenhos do Sítio de Igarassu, haverá o ajustamento e a sobreposição dos desenhos para então realizar a confecção do mapeamento participativo como um produto cultural final em acordo com o modo de ver a paisagem do Sítio pelo olhar peculiar dos atores culturais selecionados.

A construção de uma Cartografia Social, também conhecida como Mapeamento Participativo, atua como um instrumento que promove a identificação visual pelo grupo dos usuários dos elementos que identificam e permanecem na paisagem atual, sendo sua representação feita em mapas com os limites do território de Igarassu. A cartografia é uma representação simbólica do espaço geográfico concebido por meio das maneiras de ver dos grupos culturais.

Dessa forma, o estudo segue o esquema apresentado na Figura 03:

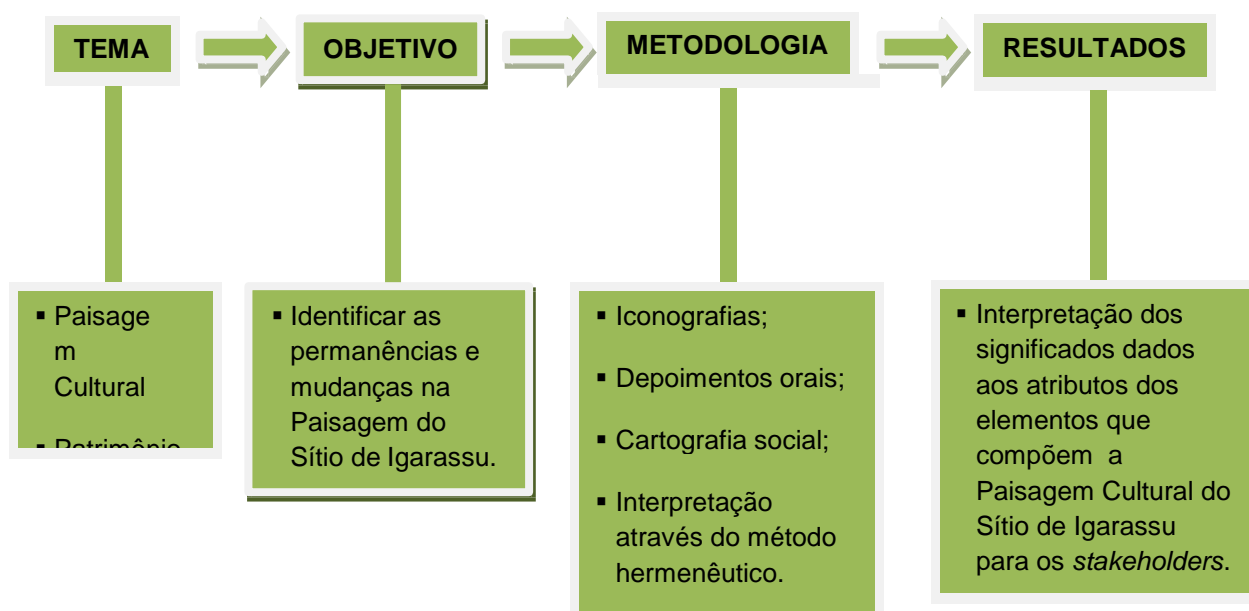


Figura 03. Esquema do estudo.

Fonte: o autor, 2013

A dissertação está organizada em 04 capítulos. O primeiro capítulo corresponde ao arcabouço teórico onde foi abordada a concepção de Paisagem a partir de várias perspectivas distintas, desde o seu caráter estético chegando à concepção de Paisagem Cultural, tendo em vista o seu caráter científico, destacando a abordagem dos geógrafos adeptos da Nova Geografia Cultural. Ainda nesse capítulo será apresentada, brevemente, a evolução do conceito de patrimônio desde a noção de monumento isolado até as perspectivas mais recentes que trazem a paisagem cultural enquanto categoria patrimonial em âmbito internacional e nacional.

O segundo capítulo tratou das ações de tombamento que foram instituídas no município de Igarassu, visando à preservação do seu patrimônio cultural. Nesse sentido, foram abordados os tombamentos que ocorreram durante o século XX no âmbito federal, estadual e municipal.

No terceiro capítulo foi apresentada a identificação e a interpretação das representações, relacionadas aos elementos existentes na paisagem da Vila de Igarassu desde a sua fundação no século XVI até meados da segunda metade do século XX, por meio de iconografias (pinturas, mapas, desenhos e fotografias) e dos relatos de viajantes, durante o período mencionado.

A interpretação dos produtos culturais citados, ao longo destes períodos, evidenciou a dinâmica das permanências e/ou mudanças dos elementos da paisagem, como resultado das relações estabelecidas entre Sociedade e Natureza ao longo do tempo, pois a Paisagem é um bem dinâmico e mutável, portanto, os elementos que a compõem estão em constante alteração.

Por fim, no quarto capítulo foi apresentado o resultado da pesquisa semiestruturada, a partir da interpretação dos depoimentos dos atores mencionados. Com esse intuito foram elaborados gráficos com o percentual dos atributos dados aos elementos mais significativos para os grupos consultados. Com base nos dados desses gráficos foi feito um quadro contendo as permanências e /ou mudanças desses elementos nos dias atuais.

Ainda nesse capítulo, com base na representação pictórica feita pelo grupo dos usuários sobre como eles viam Igarassu, foi confeccionada uma cartografia

social que permite visualizar os elementos da paisagem de hoje, significativos para esses atores por seus atributos. Dessa forma, foi possível averiguar as permanências e /ou mudanças que ocorreram na paisagem desde a fundação da Vila no século XVI até o século XXI, tendo como resultado um quadro final contendo essas informações, como também uma cartografia social.

Para finalizar, nesse capítulo com base no depoimento dos especialistas e acadêmicos, foram interpretados os entraves e avanços em torno da categoria de Paisagem Cultural enquanto bem patrimonial, visando a contribuir com a conservação integrada do sítio de Igarassu, contribuindo também com os estudos de sítios que tenham como característica elementos natural, cultural e imaterial que de forma integrada contribuíram na formação da sua paisagem, constituindo a identidade desses sítios.

2. A TRAJETÓRIA TEÓRICA: Paisagem e Patrimônio

“A paisagem, de fato, é uma “maneira de ver”, uma maneira de compor e harmonizar o mundo externo em uma “cena”, uma unidade visível”.
(COSGROVE, 2012, p. 223).

O presente capítulo apresenta a fundamentação teórica que serviu de base para este estudo, com este intuito dividimos o capítulo em dois itens. No primeiro, pretendemos abordar a discussão da Paisagem, levantando um quadro teórico da sua concepção a partir de várias perspectivas distintas, desde o seu caráter estético chegando até a dimensão multidisciplinar nos estudos envolvendo a concepção de Paisagem Cultural, tendo em vista o seu caráter científico, destacando a concepção abordada na Nova Geografia Cultural. Também neste item será tratada a linha de pensamento a ser seguida, diante de mais de uma abordagem possível. No segundo item, é apresentada, de forma breve, a evolução do conceito de patrimônio desde a noção de monumento isolado até as perspectivas mais recentes que trazem a paisagem cultural enquanto categoria patrimonial com o intuito de trazer à discussão sobre o entendimento da paisagem como bem cultural em âmbito internacional e nacional, visando a se ter subsídios sobre a paisagem cultural da Vila de Igarassu, nosso objeto de estudo.

2.1 Do caráter estético ao caráter subjetivo da Paisagem

O estudo envolvendo a concepção de Paisagem pode requerer certo grau de complexidade, porque essa noção se apresenta multifacetada e seu entendimento vai além do senso comum enquanto dimensão física (a ideia de panorama que se apresenta por meio da visão) e em sua dimensão natural (como sinônimo de natureza) (SILVA *et. al.*, 2007).

A multiplicidade de significados da palavra paisagem permite que o mesmo vocábulo designe realidades tão aparentemente “*disímbles*” como em um entorno físico, uma ideia ou um sentimento (BERJMAN, 2008). Ou seja, na verdade estudar a Paisagem remete a um leque de possibilidades, visto que o termo Paisagem é estudado por diferentes campos disciplinares, como a Antropologia, História, Arquitetura e Urbanismo e Geografia, a partir de diferentes perspectivas de abordagem, correntes de pensamentos e métodos de análise e de interpretação.

A paisagem enquanto concepção estética está relacionada ao visível, relativo a um ponto de vista, uma imagem, e certo tipo de enquadramento, sobre a qual a

Paisagem é pensada como objeto. A noção de Paisagem muitas vezes está relacionada às artes e literatura, vinculada a poemas e pinturas que se referem à apreciação da natureza.

Especificamente a pintura, na composição do artista, desempenhou um papel determinante na construção de códigos, sobretudo, estéticos que levaram as pessoas a olhar a natureza com outros olhos, valorizando-a.

Cauquelin (2007, p. 93), afirma que a visualização de um lugar (que seria o território) é feita pelo artista que representa o meio enquadrando-o, diferente de um texto onde o autor descreve a paisagem. A autora afirma ainda que embora o texto não permita visualizar a paisagem como a pintura, existe um conjunto indissociável entre a Literatura e a pintura na maneira de representar a paisagem:

“A paisagem [...] estava inteiramente submetida às convenções pictóricas e literárias; exemplificada sob a forma de quadros, ela dependia, de algum modo, de certo estado da cultura” (CAUQUELIN, *Ibidem*, p. 15).

A Paisagem começou a ser expressa na pintura, sobretudo em quadros que representavam elementos naturais como as montanhas e os cursos d'água, assim como na poesia. Segundo Berque (1996), a noção de Paisagem surgiu no oriente, na China, na forma de poemas e se firmou, historicamente, em torno do termo *shanshui* que significa monte e água (ou rio).

Já no ocidente, a representação da Paisagem surgiu com o Renascimento¹⁶ Europeu, sobretudo nos quadros dos pintores renascentistas, entre eles: Rembrandt e Frans Post¹⁷. Segundo Clark (1991, p.33 *apud* BARROS, 2006) as pinturas de paisagens começam a aparecer na Europa no final do século XV e início do século XVI, isto é, no período renascentista. O Renascimento trouxe a objetividade ao meio ambiente, ou seja, dividiu o mundo entre um ponto de vista subjetivo, centrado no

¹⁶ O Renascimento ocorreu, sobretudo, no período que compreende os séculos XIV e XVI. O ideal humanista e a preocupação com o rigor científico podem ser encontrados nas diferentes manifestações culturais como na pintura, por exemplo. Para saber mais sobre essa temática ler: GODINHO, Rosemary de Sampaio. Renascimento: uma nova concepção de mundo através de um novo olhar para a natureza. *In*: DataGramaZero – Revista da Informação, volume 13, nº1, 2012. Disponível em: http://www.dgz.org.br/fev12/Art_01.htm. Acesso em: fev. 2014.

¹⁷ Esse pintor holandês é considerado o primeiro pintor da paisagem brasileira, assim como o primeiro paisagista das Américas (LAGO, 2006, p. 06), pois soube retratar a paisagem e os habitantes do Brasil do século XVII, como pode ser constatado em muitas de suas pinturas.

homem, e outro ponto de vista centrado no objeto, a natureza, (BERQUE, 1994). Analogamente Cosgrove (1998), afirma que a palavra Paisagem surgiu durante o Renascimento e acrescenta que a palavra paisagem indicava uma nova relação entre os seres humanos e o ambiente natural.

Ao decorrer dos séculos, a concepção de Paisagem foi além de um estado artístico para uma concepção científica. Contudo, esse processo de passagem apresentou várias oscilações e, na realidade, não conduziu a uma separação absoluta (BARROS, 2006).

Para Claval (2012), os geógrafos não permaneciam indiferentes às paisagens que descobriam, eles *“apreciavam a sua beleza, sua majestade; provavam o sublime que nasce de ambientes ameaçantes. A sensibilidade clássica privilegiava a ordem e a simetria; o romantismo estava mais aberto ao pitoresco”*. Além disso, o observador se extasiava com a harmonia que detectava e formas que descobria, e que confirmavam a sabedoria ou a cólera do Criador (CLAVAL, *ibid*).

Nessa mesma direção, Barros¹⁸ (2006, p. 25) enfatiza que a concepção de Paisagem apresenta um forte caráter estético vinculado às artes plásticas, à literatura e à poesia. E complementa acrescentando que o ato de visualizar e de imaginar espacialmente são aspectos fundamentais na concepção de Paisagem.

Na ciência geográfica, enquanto campo disciplinar, o termo Paisagem apresenta etimologia com alguns significados distintos nas duas principais formas em que esta aparece na literatura geográfica, seja nos países de língua latina (*Paysage, Paisaje, Paisagem*), ou germânica (*Landschaft, Landscape*).

Na matriz latina, o termo em francês *pays* tem sentido de “região” e foi difundido para as outras línguas latinas, designando a extensão de território que o olhar alcança, mas também pode ter uma conotação de transformação dos territórios por meio da ação de processos dinâmicos naturais e culturais. Já, no tocante as línguas germânicas, o termo advém de *land* e tem sentido de espaço livre, espaço aberto, unidade administrativa, se referindo a território, ou ainda de terra no sentido

¹⁸ O professor Nilson Cortez Crócia de Barros é livre docente (FFLCH/DG, USP, 2004) e professor titular na Universidade Federal de Pernambuco no departamento de ciências geográficas, mantendo pesquisas nas áreas de Dinâmica Regional e História da Geografia para o CNPQ desde 1988.

literal, e também pode apresentar o sentido de região. (MARTINS *et al.*, 2004; POZZO & VIDAL, 2010).

O vocábulo Cultural, adjetivando o termo Paisagem, busca expressar as interações humanas com o ambiente natural, considerando os seus aspectos tangíveis e intangíveis. Todavia a concepção de Paisagem Cultural no âmbito acadêmico da Geografia já era tratada desde o século XIX.

A reflexão em torno dessa concepção teve início nos estudos do naturalista alemão Alexander Von Humboldt, sendo que foi a partir dos estudos do geógrafo francês Paul Vidal De La Blache que a Paisagem adquiriu um caráter acadêmico, sobretudo na escola regionalista francesa (RIBEIRO, 2007). A Antropogeografia física, isto é, a concepção da influência da natureza sobre os homens também merece destaque, sendo esta a contribuição do geógrafo alemão Carl Ritter (GOMES, 2007). Neste contexto, nos estudos da paisagem tanto a geografia francesa como na alemã, embora apresentem pressupostos distintos, cada uma deixou a sua contribuição aos estudos da paisagem.

No final do século XIX, houve uma ampliação nos estudos sobre a concepção de Paisagem. Segundo Côrrea e Rosendahl (2012), o termo paisagem é um dos conceitos-chave da geografia, sendo um tema de grande interesse por parte dos geógrafos, na qual a história envolvendo essa concepção na geografia pode ser evidenciada em dois grandes momentos: o primeiro momento compreende o final do século XIX até meados de 1970; o segundo momento compreende de 1970 até a presente data. Cada um desses momentos é caracterizado por um modo específico de analisar e tratar a paisagem.

Melo (2003), ao se referir ao conceito de paisagem diz que ele é um dos mais antigos da geografia e em algumas abordagens da geografia clássica os geógrafos afirmavam ser a geografia “a ciência das paisagens”. No entanto, devido às diversas acepções, inclusive dentro de uma mesma corrente de pensamento alguns geógrafos chegaram a levantar questionamentos sobre sua cientificidade.

Do século XIX até meados de 1970, a paisagem é analisada por meio da sua morfologia, ou seja, o conteúdo da paisagem tem fundamento nas qualidades físicas de uma área e na sua transformação e foi inserida em estudos e temas da geografia

regional. Salientando que não eram considerados os fatos não materiais e os aspectos subjetivos da paisagem (MELO, 2003). A partir de 1970 até a data presente a paisagem é estudada por meio de seus significados, ou seja, a realidade é interpretada e os fenômenos são observados como parte de um fenômeno maior, integral, sendo a paisagem percebida pelo indivíduo não como uma soma de objetos próximos uns dos outros, mas de forma simultânea (MELO, *op. cit.*). Além disso, os estudos passaram a ter abordagens distintas e novas leituras e paradigmas emergiam orientando a geografia (CORREA & ROSENDAHL, 2012 p. 11-12).

Inserido no primeiro momento, nos anos 1920, o geógrafo americano Carl Sauer¹⁹, da escola de Berkeley, em seu clássico *The Morphology of Landscape* (SAUER, 1998 [1925]), partia do pressuposto que o estudo de morfologia da paisagem implicava uma associação distinta entre as expressões culturais e físicas, ou seja, a paisagem geográfica era estudada enquanto conjunto de formas resultantes da ação do homem sobre a natureza, sendo este o objeto principal da Geografia (ROSENDAHL & CORRÊA, 2001, p. 14).

A paisagem cultural, até então, era tratada, segundo Sauer (1998), como resultado de uma paisagem natural modelada a partir de um grupo cultural (concepção que deriva da influência antropológica), ou seja, o ambiente natural é o meio e a cultura é o agente e a relação entre ambos traz como resultado a paisagem cultural.

Essa linha de abordagem proposta por Sauer ao considerar que a paisagem cultural é resultado da ação do homem sobre o meio demonstra que, embora, ele tenha sido condicionado durante seus estudos acadêmicos nos Estados Unidos ao determinismo ambiental, sua aproximação com o historicismo contribuiu para que houvesse o “rompimento” com essa corrente de pensamento:

A geografia norte-americana era dominada, desde o final do século XIX até aquele momento pelo determinismo ambiental, a versão geográfica do positivismo introduzido na geografia física por Nathanael Shaler e William Morris Davis e na geografia humana por Ellen Semple, aluna de Ratzel [...]

¹⁹ SAUER, Carl O. *The Morphology of Landscape*. In: *Land and Life: A Selection from the writings of Carl Ortwin Sauer*, ed. by J. Leighly (Berkeley: University of California Press, 1963), pp. 315-350 (p. 343). Disponível em: http://geography.uoregon.edu/amarcus/geog620/Readings/Sauer_1925_Morphology_of_landscape.pdf. Acesso em: jan. 2014.

Sauer familiarizou-se com a pesquisa de campo e com os métodos de trabalho das ciências naturais [...] esses métodos não eram estranhos ao historicismo (ROSENDAHL & CORRÊA, 2001, p 12).

Apesar da relação existente entre o homem e a natureza, Sauer não levou em consideração os aspectos subjetivos existentes, privilegiando a análise morfológica da paisagem cultural e os aspectos culturais relacionados.

Sauer e a Escola de Berkeley contribuíram efetivamente em muitas abordagens e temas relativos às pesquisas na geografia cultural, como aconteceu com a paisagem cultural. Apesar disso, várias críticas foram lançadas à geografia cultural da primeira metade do século XX (CLAVAL, 2001, p. 41) dentre elas: i) a preocupação em descrever mais do que compreender; ii) a ênfase dada a um certo esteticismo colocado na paisagem; iii) o destaque atribuído ao ambiente rural era maior em comparação ao ambiente urbano; iv) o peso conferido ao passado; v) e a falta de atenção ao significado dos acontecimentos espaciais.

Além disso, a crítica mais contundente a geografia cultural adotada por Sauer e a Escola de Berkeley veio do geógrafo americano James Duncan, na década de 1980. Segundo Duncan (1980), a Cultura foi vista como uma entidade acima do homem (entidade superorgânica), ou seja, existia uma separação entre o indivíduo e a cultura, sendo o indivíduo concebido como um simples “agente de forças culturais”.

O resultado das críticas lançadas a então geografia cultural, juntamente com a corrente de pensamento vigente, o positivismo lógico, e o forte declínio sofrido a partir da década de 1950 devido à introdução da “revolução teórico-quantitativa”, fez com que o estudo da Paisagem passasse a não ser predominante (CORRÊA, 1997).

Estes novos questionamentos deram a tônica da reestruturação da Geografia Cultural, após meados da década de 1970. “A geografia cultural entra em declínio, porque desaparece a pertinência dos fatos de cultura para explicar a diversidade das distribuições humanas” (CLAVAL, 1999, p. 48).

Enquanto que na geografia cultural *saueriana*, a cultura é definida em termos gerais, abrangendo, entre outros: costumes, crenças, hábitos, técnicas, leis etc. Ou seja, a cultura é entendida com uma unidade supraorgânica (CORREA &

ROSENDAHL, 2012), no âmbito de uma nova corrente de pensamento, que redirecionaria os rumos da geografia cultural, o conceito de cultura refere-se aos significados criados e recriados pelos diversos grupos culturais presentes numa variedade de escalas espaciais. Nesse sentido, a geografia cultural pós-80 insere-se numa perspectiva interpretativa (CORREA & ROSENDAHL, *op. cit.*).

Segundo McDowell (1996, p. 161), a cultura pode ser definida como:

“um conjunto de ideias, hábitos e crenças que dá forma as ações das pessoas e à sua produção de artefatos materiais, incluindo a paisagem e o ambiente construído. A cultura é socialmente definida e socialmente determinada. Ideias culturais são expressas nas vidas de grupos sociais que articulam, expressam e contestam esses conjuntos de ideias e valores, que são eles próprios específicos no tempo e no espaço”.

No movimento de renovação da geografia cultural o conceito de cultura proposto por Clifford Geertz foi fundamental no modo interpretativo e teve grande influência na corrente chamada “Nova Geografia Cultural”. Geertz (2013) defende que o conceito de cultura é essencialmente semiótico, acreditando que o homem é um animal amarrado a teias de significados tecidas por ele mesmo. Nesse contexto, faz-se necessário levar em consideração essa variada teia de significados produzidos pelo homem, na interação com o meio para a interpretação da Paisagem.

No seu estudo, Geertz é contrário ao conceito supraorgânico da cultura, que é defendida na geografia cultural *saueriana*. Para este autor, a cultura deve ser entendida com base em uma ciência interpretativa, a procura do significado, partindo-se do entendimento de que a cultura consiste em estruturas de significado socialmente estabelecidas (GEERTZ, 2013).

Neste contexto, esta concepção de interpretação da cultura influenciou o estudo da paisagem na nova geografia cultural. Dessa forma, a paisagem vai além da sua fisionomia, deixando de ser analisada apenas por suas características materiais, passando a incluir as interpretações de seus significados para os grupos que a vivenciam ou que a modelaram, pois a paisagem é “*resultado de uma expressão humana intencional composta de muitas camadas de significados*” (COSGROVE, 1998, p. 98).

Assim, as críticas resultaram no desenvolvimento da concepção da Paisagem em novas perspectivas de abordagem, pois não faz mais sentido tratar a Paisagem dicotomicamente, ou seja, numa perspectiva da geografia cultural tradicional e nas considerações dos geógrafos alemães tradicionais²⁰ (RIBEIRO, 2011). Dessa forma, o estudo em questão, aborda a paisagem considerando as concepções teóricas metodológicas presentes na nova geografia cultural, iniciada em 1980.

A abordagem da Paisagem a partir de 1980, na Geografia Humanista, passa a ter um caráter mais subjetivo e seu estudo passa a incluir a relação entre o homem e meio na busca pelo seu significado para os grupos culturais. Com a aproximação das ciências humanísticas, tais como a Antropologia, novos métodos para interpretação da paisagem foram adicionados à prática geográfica, objetivando, sobretudo, superar o modelo morfológico de análise. A geografia Cultural lida, por definição, com grupos humanos, com suas inter-relações e ações coletivas transformando a natureza (COSGROVE, 2012, p. 108).

Nesse contexto foi criada por alguns Geógrafos anglo-saxões, tendo destaque James Duncan e Denis Cosgrove, a denominada Nova Geografia Cultural²¹. Já a geografia francófona também passou a ter outros pressupostos considerando a subjetividade na relação do homem com a natureza. Ressaltando que o debate acadêmico no desenvolvimento dos estudos que contemplam a paisagem, em cada uma dessas perspectivas de abordagem, surgiu de forma independente e com pressupostos distintos. No estudo em questão, foi dado ênfase aos pressupostos da geografia anglo-saxônica, devido à maior proximidade deste estudo com a perspectiva de abordagem dos geógrafos acima citados, tendo como eixo a interpretação da Paisagem.

Esses geógrafos adeptos da nova geografia cultural consideram necessário para interpretar a paisagem levar em consideração os significados que ela apresenta

²⁰ Os geógrafos alemães tradicionais instituíram o termo paisagem cultural (*kulturlandschaft*) e paisagem natural (*naturlandschaft*) para distinguir os locais que o homem transformou dos que não sofreram mudanças culturais. Um melhor entendimento no tratamento dessa concepção, consultar o trabalho de Gomes (2007).

²¹ A Nova Geografia Cultural sob o olhar da geografia anglo-saxônica se deu pela introdução da análise de símbolos e de aspectos subjetivos; sob o olhar da geografia francófona a Nova Geografia Cultural analisa a Paisagem através daqueles que as habitam como a gênese dos traços da organização do espaço, sendo o papel da cultura alvo de discussão.

para os diferentes grupos culturais envolvidos compreendendo de que forma as paisagens foram e são produzidas. Neste contexto, Cosgrove e Duncan trouxeram grandes contribuições aos estudos que versam sobre as paisagens, seus significados e o simbolismo presente nas mesmas.

Cosgrove se baseia na aproximação entre a teoria materialista dialética e as interpretações da paisagem através do seu significado. Além disso, ele especifica três diretrizes no estudo da paisagem: 1) que a paisagem deve estar focalizada na estrutura espacial, em sua composição e nas formas que a definem (no caso as formas visíveis); 2) que a paisagem se refere à unidade e concepção racional do meio ambiente; 3) e que a paisagem é o resultado da intervenção humana (COSGROVE, 1998, p. 99).

Este autor também enfatiza que o estudo cultural da paisagem não pode estar desvinculado de um contexto histórico das relações humanas que envolvem a produção e o mundo a qual habitam, ou seja, o entendimento da produção das paisagens está relacionado ao estudo das relações de poder. Nesta mesma direção, McDowell (1996) diz que ideias e valores culturais são ligados à relações de poder e que determinados grupos na sociedade tentam impor sua definição de cultura e outros grupos a contestam. Com isso, normalmente, um grupo dominante tentará impor sua visão de mundo:

“O poder é expresso e mantido na reprodução da cultura. Isto é melhor concretizado quando é menos visível, quando as suposições culturais do grupo dominante aparecem simplesmente como senso comum [...]. Há, portanto, culturas dominantes e subdominantes ou alternativas, não apenas no sentido político, [...] mas também em termos de sexo, idade e etnicidade (COSGROVE, 1998).”

Por isso que no momento da escolha dos bens culturais, o que prevalece é a vontade da cultura dominante, ou seja, o poder público baseado em estudos técnicos realizados por *experts* define que bens culturais devem ou não ser conservados. No entanto, vale salientar que a conservação e proteção desses bens deveriam levar em consideração a opinião da população. Essa perspectiva pode ser observada, inclusive, na Vila de Igarassu, onde os bens tombados pelo patrimônio não contaram com a participação dos moradores deste município.

As intervenções humanas no meio natural, fatalmente acarretarão transformações culturais, pois todas as paisagens possuem significados simbólicos

porque elas são o produto da apropriação e da transformação do meio ambiente pelo homem (COSGROVE, 2012). Nesse sentido, a paisagem “[...] não se resume apenas ao resultado material das interações entre o ambiente e a sociedade, mas também a consequência de uma maneira específica de olhar” (MCDOWELL, 1996, p. 176).

Estes significados são revelados e expressos das mais variadas formas na paisagem, sendo apreendidas de formas distintas entre os diversos atores culturais envolvidos. Dessa forma, revelar os significados na paisagem cultural exige a habilidade imaginativa de entrar no mundo dos outros de modo autoconsciente num nível em que os significados possam ser interpretados e expressos (COSGROVE, 1998, p. 103).

Com o intuito de criar novos métodos de interpretação da paisagem alguns geógrafos adeptos da nova geografia cultural, introduziram mudanças com relação a análise da paisagem, feita pela geografia tradicional. Segundo COSGROVE & DOMOSH (1993:31), uma das mudanças introduzidas foi a substituição das metáforas tradicionais que enfocavam a paisagem como sistema a ser quantificado para ser utilizado como “*modelo*” de uma realidade neutra, pelas metáforas utilizadas no campo da cultura e das artes, como textos, teatro, mapas e pintura. Essas metáforas são utilizadas nas áreas de atividades humanas como representações e foram incorporadas pelos novos geógrafos culturais como instrumental retirado da “*arena da criação do significado humano*”.²² As metáforas são escolhidas pelo pesquisador para interpretar as visões de mundo de grupos humanos, porque elas expressam a forma como esses grupos representam o mundo e a sua relação com ele (MELO, 2003, p.28).

Para Cosgrove a paisagem é concebida como um modo de ver e de representar. Em um dos seus trabalhos “*The iconography of landscape*” (1988), ele utiliza como metáfora a iconografia, partindo do pressuposto de que a paisagem é uma *imagem cultural*²³, representada como uma forma pictórica, estruturada e repleta de simbolismo. Nesse contexto, a paisagem pode ser representada de

²² - “(...) *arena of human meaning creation*” (COSGROVE & DOMOSH, *op.cit.*:31).

²³ A landscape is a cultural image, a pictorial way of representing, structuring or symbolising surroundings (COSGROVE & DANIELS, 1998).

variadas formas materiais e em muitas superfícies: na pintura sobre telas, escritas em papel, na terra, na rocha, na água e vegetação no chão. E deve ser interpretada através da iconografia, que é o estudo histórico e teórico do imaginário simbólico, na qual se caracteriza como o método com mais precisão para interpretar as imagens visuais (COSGROVE & DANIELS, 1988).

Dessa forma, a paisagem sendo evidenciada em iconografias, pode ser considerada como um produto cultural que determina e é determinada pela cultura. E a partir da investigação desses produtos culturais é possível realizar a interpretação dos atributos e significados da paisagem, decifrando-a. Esta é uma das metáforas que será utilizada como referência neste trabalho.

Outro método de interpretação da paisagem, enfatizado por Cosgrove como importante é a “linguagem”, que é o modo primário de comunicação humana, e tem sido alvo de interesse nos estudos dos significados e interpretações da paisagem cultural e no papel simbólico da linguagem nas relações com o ambiente natural (COSGROVE, 2012, p. 108). Segundo Mitchell (1986 *apud* COSGROVE & DANIELS 1988):

“O comum dos estudos modernos de imagens, na verdade, é que eles devem ser entendidos como um tipo de linguagem; em vez de fornecer uma janela transparente sobre o mundo, imagens são agora consideradas como o tipo de sinal que apresenta uma aparência enganosa de naturalidade e transparência, ocultando um opaco, distorcido, mecanismo arbitrário de representação, um processo de mistificação ideológica”.

Nesse contexto, tanto a iconografia como a “linguagem” são valiosas ao se considerar os estudos de interpretação de significado da paisagem cultural. Assim, serão usados tanto iconografias, como os depoimentos orais dos *experts* e aqueles que vivenciam a Vila de Igarassu, para a identificação e interpretação dos atributos da paisagem cultural daquele Sítio.

No cenário da nova geografia cultural, o papel do geógrafo norte-americano James Duncan (1990) também merece atenção. Ele afirma que a paisagem é um dos elementos centrais num sistema cultural já que “age como um sistema de criação de signos através do qual um sistema social é transmitido, reproduzido, experimentado e explorado” (DUNCAN, 2004, p. 106).

Duncan parte da premissa da leitura da paisagem, ou seja, a paisagem como um texto, que pode ser lido e interpretado, numa análise da relação entre a paisagem e reprodução do poder. Para tal, ele defende que se deve utilizar a investigação dos relatos das pessoas locais, não locais e o sistema de significação implícito na paisagem estudada, além da do próprio pesquisador; a essa qualidade Duncan chama de *significação da paisagem*. Os relatos dos locais sobre a paisagem fornecem a base para que o pesquisador interprete seu significado para aqueles que “a produzem, a reproduzem ou a transformam” (DUNCAN, 2004 p. 107).

Um ponto em comum no conceito de paisagem na geografia humanista, apesar das variadas possibilidades de abordagem, é sem dúvida, como afirma Ribeiro (2007), a percepção da paisagem enquanto um documento a ser lido, ou seja, interpretar a paisagem a partir de uma leitura da própria paisagem feita pelos grupos culturais envolvidos com a paisagem em questão. Paralelamente, Cosgrove (2012), diz que a paisagem é como um texto cultural que pode ser lido e interpretado, e complementa afirmando que os textos têm muitas dimensões, oferecendo a possibilidade de leituras diferentes, simultâneas e igualmente válidas.

A interpretação de produtos culturais como iconografias (mapas, pinturas, fotografias), conteúdos historiográficos, assim como os relatos e depoimentos orais são subsídios utilizados para a identificação dos elementos e atributos da paisagem permitindo a sua interpretação. Como forma de interpretar a Paisagem esses geógrafos adotam o método Hermenêutico, salientando que este não é o único método adotado pelos adeptos da Nova Geografia Cultural.

A perspectiva hermenêutica, na qual busca esclarecer o contexto dos diferentes atores (MINAYO, 2008), trata-se de investigar sobre a experiência dos atores, e consoante Claval (2001) “*sobre o sentido que dão a vida e sobre a maneira pela qual modelam os ambientes e desenham as paisagens para neles afirmar sua personalidade, suas convicções e suas esperanças*”. E dentro de um sistema de representação icônica do mundo, Besse (2006) afirma que a paisagem é uma espécie de signo ou, mesmo, conjunto de signos, na qual é preciso decifrar a partir de um esforço interpretativo de conhecimento, e que vai, portanto, além da fruição e da emoção. Para Foucault (1999, p. 46), a hermenêutica é o conjunto de

conhecimentos e de técnicas que permitem fazer falar os signos e descobrir seu sentido.

Nesse sentido, foi adotado como método de interpretação o hermenêutico, partindo do pressuposto que todos os grupos e atores são portadores de cultura e potenciais intérpretes da paisagem, inclusive o pesquisador, pois o método hermenêutico transforma um elemento distante em próximo através de um discurso racional, direcionado pelo diálogo entre o pesquisador e os atores pesquisados. Assim, neste estudo foram considerados intérpretes da paisagem do Sítio de Igarassu, os grupos culturais que vivenciam essa paisagem cotidianamente e os grupos culturais que moram nas adjacências, como também os *experts* do patrimônio do Sítio de Igarassu e, que foram mediados pela figura do pesquisador, como interprete dos depoimentos orais dos grupos culturais considerados e da cartografia social elaborada pelo grupo dos usuários.

Dessa forma, para que os argumentos sejam adequados e fidedignos quanto a interpretação da paisagem, faz-se necessário relacionar a evidência empírica, por meio das iconografias, relatos de viajantes e depoimentos orais, com a teoria, tendo como base os fundamentos e métodos criados por alguns geógrafos adeptos da nova geografia cultural, como Cosgrove e Duncan, por meio do qual será construída uma narrativa.

Segundo Cosgrove (1993 *apud* MELO, 2003), a narrativa é “a habilidade de selecionar e entrelaçar teoria e evidência dentro de convincentes representações de momentos históricos e geográficos específicos”. Já Daniels (2000 *apud* MELO, 2003), afirma que a narrativa é um método e, como forma de explanação, é parte da experiência cotidiana.

A narrativa é uma construção de um eixo de leitura que envolve a mediação entre a visão do narrador e dos intérpretes particulares, composta por indivíduos de grupos culturais participativos no processo de interpretação da paisagem. Nesse sentido, a interpretação e o julgamento são componentes da narrativa e não ações a serem executadas antes ou depois de as evidências terem sido coletadas e processadas (MELO, 2003). Com isso, pelo fato de a paisagem permitir uma gama de leituras a partir do envolvimento dos diferentes grupos culturais, é fundamental e

necessário que se escolha uma narrativa que seja o eixo central para a leitura da paisagem (RIBEIRO, 2011).

Nesse contexto, para orientar a análise da leitura da paisagem da Vila da Igarassu, o eixo construído se baseia em representações iconográficas datadas dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, relatos de viajantes, material historiográfico e fotografias, juntamente com os depoimentos orais dos grupos culturais envolvidos (usuários e especialistas) e da cartografia social elaborada pelo grupo dos usuários. Essas relações entre o passado e o presente na narrativa dialogam entre si, e se comportam como verdadeiros produtos culturais e detentores de fontes do saber histórico e cultural do espaço geográfico, sendo fundamental no contexto deste estudo, na busca da interpretação e dos significados da paisagem da Vila de Igarassu.

A interpretação desses produtos culturais são subsídios utilizados para identificação dos elementos e atributos que compõem a paisagem da Vila de Igarassu. Os atributos tem um papel fundamental nesse contexto, pois um território somente pode vir a ser tratado como uma paisagem cultural se o seu principal atributo for a relação da sociedade com a natureza. Isto é, se os elementos naturais, materiais e imateriais estiverem relacionados entre si e forem reconhecidos pelos grupos culturais envolvidos em determinado local. Sendo este método o caminho percorrido na identificação e busca dos significados da paisagem cultural do Sítio de Igarassu.

Diante do quadro teórico construído enfatizamos que o conceito de paisagem, embora polissêmico e em permanente construção (RIBEIRO, 2010), envolve entendimentos, compreensões e aplicações diversas, sendo papel fundamental no aporte da investigação científica. Bem como, a paisagem, neste estudo é entendida a partir das relações existentes entre o homem (a sociedade) e o meio (a natureza), por meio dos significados dos elementos e atributos presentes no território: trata-se de interpretar as diferentes maneiras de ver, de compor e harmonizar o mundo externo em uma 'cena', em uma unidade visual (COSGROVE, 1998, p. 98) que é específica de um determinado território.

2.2 A paisagem cultural enquanto categoria de um bem patrimonial

O termo Patrimônio assume o significado de algum bem de natureza econômica herdada ou acumulada durante um período de tempo, que podiam ser objeto de apropriação privada, em muitos casos, este relacionado ao direito romano de uma herança de vista paterna ou familiar (FERREIRA, 1986; CASTRIOTA, 2009).

Este termo sofreu ampliação de significado e, conseqüentemente, pode abarcar uma gama de fenômenos, muito mais ampla do que a inicial: patrimônio arquitetônico, patrimônio histórico e artístico, patrimônio natural e patrimônio cultural.

Foi, sobretudo, a partir do século XX que diversos congressos e convenções foram realizados no âmbito internacional, com o intuito de desenvolver documentos que promovessem a salvaguarda dos bens patrimoniais de natureza material e imaterial (BO, 2003, p26).

E foram nesses congressos e convenções que se estabeleceram diretrizes e recomendações para o tratamento do Patrimônio propriamente dito. Nesse contexto, um dos primeiros instrumentos legais para a proteção dos monumentos surgiu com a publicação da Carta de Atenas em 1931, pelo ICOMOS, na qual trouxe recomendações com respeito às obras históricas e artísticas do passado, trazendo procedimentos para a conservação dos monumentos histórico-arquitetônicos diante dos desafios recentes enfrentados pelas cidades.

A aceção de monumento, em linhas gerais, é resultado das representações das obras humanas construídas ou erguidas propositalmente em resposta às comemorações de grandes feitos, de pessoas e, até mesmo, das crenças. Nesse contexto, no caso da Vila de Igarassu alguns monumentos foram erguidos, como a Igreja matriz dos Santos Cosme e Damião, após a vitória dos colonizadores sobre os colonizados. Além disso, dentre as atribuições de monumento relacionadas à sua produção, encontramos o fator de rememoração para as gerações futuras.

“Por monumento, no sentido mais antigo e verdadeiramente original do termo, entende-se, uma obra criada pela mão do homem e edificada com o propósito preciso de conservar presente e viva, na consciência de gerações futuras, a lembrança de uma ação ou destino” (RIEGL, 2006, p. 43)

Choay (2006) afirma que o monumento era tudo aquilo edificado que representava a memória ou acontecimento de alguma comunidade de indivíduos. Ou seja, o monumento era a representação isolada de algo relevante do passado dos grupos sociais, na qual esse monumento era dotado de valores. O monumento tem um papel identificatório, decorrente de sua materialidade e valor simbólico ancorado nas sociedades humanas. Choay (2009, p.12) afirma que o monumento²⁴, de formas variadas, existe em todas as culturas e sociedades humanas.

Embora a acepção do termo monumento e monumento histórico tenham a mesma construção semântica, não podemos enxergá-los como sinônimos. Riegl (2006) aponta para essa diferença e ressalta que o termo monumento é referente a algo que se queira lembrar, apresentando um valor de rememoração; enquanto o monumento histórico assume a posição de atribuição de valor, no caso o valor histórico, conferida pelos homens, os sujeitos modernos que assim o designam (SANCHES, 2011).

Com a publicação da Carta de Veneza em 1964, durante o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos sobre Monumentos Históricos, houve um aprofundamento e um alcance maior no entendimento e nas práticas de conservação. Neste documento, a concepção de monumento histórico se amplia, visto que inclui não somente as grandes criações da humanidade, mas também às obras de menor porte, além de incluir na discussão os sítios urbanos, que anteriormente não eram contemplados. De acordo com a Carta de Veneza:

“A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Entende-se não só as grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural” (ICOMOS, Carta de Veneza, 1964, p.1).

²⁴ A compreensão do termo monumento sofreu, ao longo dos séculos, diversas alterações referentes às atribuições que lhe foram concebidas, na qual durante a primeira revolução cultural europeia, a chamada Renascença, houve o interesse dos humanistas italianos sobre as Antiguidades gregas e romanas (CHOAY, 2009; RIEGL, 2006)

A noção de patrimônio cultural sofre uma ampliação de sentido devido às contribuições da Antropologia, pois passou a incluir os aportes de grupos e segmentos sociais que se encontravam à margem da história e da cultura dominante (CASTRIOTA, 2009).

A partir do final de 1970, é ampliado o entendimento de “cidade-monumento” para “cidade-documento” (Ribeiro, 2007). Nesta abordagem, os conjuntos urbanos eram tratados de forma conjunta e foram considerados bens patrimoniais, sendo incorporados os vestígios deixados pelo homem sobre este meio ambiente.

Em 1972, acontece em Paris a Convenção sobre a proteção do patrimônio cultural e natural da UNESCO²⁵ quando se amplia a concepção dos bens patrimoniais. Esta convenção tem como objetivo inventariar e classificar os Bens a partir do valor a eles atribuídos, dividindo-os em: patrimônio cultural e patrimônio natural. A partir da Convenção foram lançados os primeiros esforços para a conservação do patrimônio cultural e natural, diante da constatação das crescentes ameaças de destruição dos patrimônios e também tendo em vista as transformações sociais e econômicas por que passava o mundo (ARAÚJO, 2009)

Segundo Ribeiro (2007, p.35), uma lista de critérios para a seleção foi estabelecida e para que determinados Bens Culturais se inscrevessem, estes deveriam atender e satisfazer pelo menos algum desses critérios. Contudo, esse mesmo autor chama a atenção para o fato de que apesar da divisão proposta, foi verificado que alguns bens existentes apresentavam uma natureza mista (natural e cultural), sendo então classificados nas duas categorias. Posteriormente é criada a classificação de bem misto, ou seja, considerava-se que determinados bens do patrimônio cultural e natural tinham excepcional interesse, contudo não havia a integração entre ambos para o mesmo objeto²⁶ de análise.

A partir da Declaração de Amsterdã em 1975 é que são estabelecidas as políticas patrimoniais europeias, das quais se destaca: a conservação dos conjuntos

²⁵ Disponível em: <http://www.icomos.org.br/cartas/ConvencaoPatrimonioMundial.pdf>

²⁶ O patrimônio cultural se refere aos lugares notáveis resultantes de obras humanas ou obras combinadas do homem com o meio ambiente.

históricos como forma de preservar a identidade local e regional, a fim de evitar a homogeneização dos espaços.

“[...] não somente as construções isoladas de um valor excepcional e seu entorno, mas também os conjuntos, bairros de cidades e aldeias, que apresentam um interesse histórico e cultural” (ICOMOS, Declaração de Amsterdã, 1975, p.1).

Nesta declaração também se identifica a preocupação com relação a conservação do patrimônio arquitetônico nas áreas urbanas, devido aos problemas de planejamento físico-territorial, na qual compete ao setor público tomar medidas legislativas e administrativas quando necessário.

“O planejamento das áreas urbanas e o planejamento físico-territorial devem acolher as exigências da conservação do patrimônio arquitetônico e não considerá-las de uma maneira parcial ou como um elemento secundário, como foi o caso num passado recente. Um diálogo permanente entre os conservadores e os planejadores tornou-se, desde então dispensável” (ICOMOS, Declaração de Amsterdã, 1975, p.4).

Diante dos avanços nos instrumentos de preservação ao longo do século XX a partir do desenvolvimento de teorias patrimoniais e dos documentos propostos, na década 1980, surge a discussão sobre a categoria da Paisagem Cultural definida pela associação entre os aspectos culturais e naturais, contudo ainda não existia uma definição muito clara na esfera da conservação no que compete a relação do homem com a natureza que continuava a ser tratada de forma dicotômica (RIBEIRO, 2007).

Um dos principais motivos para superar esse panorama foi decorrente do aumento da preocupação com o meio ambiente e os impactos negativos que o então modelo econômico adotado em esfera global causava nos recursos naturais. Em meados da década de 1970 até a década de 1980, foram promovidos debates sobre sustentabilidade que culminaram com a publicação do Relatório Brundtland²⁷ ou, também conhecido, Nosso Futuro Comum (*Our Common Future*, na sigla em inglês).

Esse relatório foi apresentado em 1987, e propôs algumas diretrizes visando o desenvolvimento sustentável, que é “*aquela que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades*”. Isto é, o relatório aponta para a incompatibilidade entre

²⁷ Disponível em: <http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf>

desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo, que segundo o Relatório, traz à tona mais uma vez a necessidade de uma nova relação “*ser humano-meio ambiente*”. Além disso, o documento enfatizou problemas ambientais, como o aquecimento global e a destruição da camada de ozônio (conceitos novos para a época).

A ideia de desenvolvimento sustentável contribuiu para as tomadas de decisão nas ações de preservação e conservação dos recursos finitos (aqueles que não são renováveis), sobretudo os naturais, e a partir da década de 1990 a concepção de sustentabilidade começou a ser incorporado ao campo da conservação cultural, considerando os bens patrimoniais como recursos não renováveis, ou seja, como recursos finitos que necessitam de uma atenção para que não acabem, sendo um tema bastante recorrente em sítios urbanos patrimoniais.

Assim, segundo Muños Viñas (2005), uma das chaves para entender o futuro da conservação deve levar em conta a noção de sustentabilidade, considerando que a melhor intervenção é a que proporciona o máximo de satisfação para mais pessoas, onde ocorra uma melhor combinação entre preservação e restauração.

Diante disso, a UNESCO constatou que certos bens patrimoniais podiam também ser resguardados levando em consideração tanto elementos naturais como os elementos culturais e imateriais e para isso este órgão cria em 1992 a categoria patrimonial da Paisagem Cultural.

A UNESCO definiu, em 1992, as paisagens culturais da seguinte forma:

“Paisagens culturais representam o trabalho combinado da natureza e do homem designado no Artigo I da Convenção. Elas são ilustrativas da evolução da sociedade e dos assentamentos humanos ao longo do tempo, sob a influência das determinantes físicas e/ou oportunidades apresentadas por seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, tanto internas, quanto externas. Elas deveriam ser selecionadas com base tanto em seu extraordinário valor universal e sua representatividade em termos de região geocultural claramente definida, quanto por sua capacidade de ilustrar os elementos culturais essenciais e distintos daquelas regiões” (UNESCO, 1992).

Para caracterizar os tipos de paisagens a UNESCO as agrupou em três categorias diferentes para serem inscritas como patrimônio (Quadro 02):

Quadro 02 – Classificação das paisagens culturais pela UNESCO

| TIPOS | | CARACTERÍSTICAS |
|---|---|--|
| 1. Paisagens claramente definidas (<i>clearly defined landscape</i>) | | São aquelas desenhadas e criadas intencionalmente. Como nos jardins e parques construídos. |
| 2. Paisagem evoluída organicamente (<i>organically evolved landscape</i>) | Paisagem relíquia ou fóssil (<i>relict or fóssil landscape</i>) | Aquelas cujo processo de construção terminou, porém os aspectos ainda são visíveis como vestígios materiais. Como nas ruínas de Igrejas seculares. |
| | Paisagem contínua (<i>continuing landscape</i>) | Aquela que mantém um papel ativo na sociedade contemporânea, sobretudo associada às formas de vida tradicionais. Como nos terraços de rizicultura do continente asiático. |
| 3. Paisagem cultural associativa (<i>associative cultural landscape</i>) | | São as paisagens que têm seu valor dado em função das associações, sem que, necessariamente, haja manifestações materiais da intervenção humana. Como o Parque Nacional de Tongariro, localizado na Nova Zelândia. |

Fonte: adaptado de Ribeiro (2007, p.42).

Ribeiro chama a atenção acerca da repercussão da inclusão da paisagem cultural na lista do patrimônio mundial:

“a razão para a inclusão de uma paisagem cultural na lista do patrimônio mundial e os critérios para atribuição de valor são relativos à sua funcionalidade e inelegibilidade. Em qualquer caso, a parte selecionada precisa ser substancialmente adequada para representar a totalidade da paisagem cultural que ela ilustra” (RIBEIRO, 2007).

Cerca de dez anos após a criação da categoria da paisagem cultural pela UNESCO, Peter Fowler (2003), ao estudar os sítios inscritos, nos primeiros dez anos, nesta categoria identificou que em torno de 65% destes bens encontravam-se na Europa e os outros 35% no restante do mundo, refletindo as mesmas concentrações de bens verificados nas outras categorias do patrimônio mundial. Segundo Ribeiro (2010), as paisagens culturais inscritas e reconhecidas eram caracterizadas a partir do ponto de vista geográfico, topográfico e funcional, sobretudo as áreas rurais e assentamentos habitados por pequenas cidades, e por apresentarem significado histórico e/ou natural. Esses aspectos são fundamentais para a inscrição na categoria de Paisagem cultural, todavia devem ser consideradas como paisagem cultural não apenas as paisagens rurais, como têm sido dadas maior ênfase, mas também devem ser considerados e identificados todos os tipos de paisagem, como por exemplo: paisagens urbanas, industriais, costeiras e submarinas (FOWLER, 2003).

Com a afirmação de Fowler, percebemos que há uma necessidade de expandir a categoria objetivando incluir cidades de médio e grande porte ou conforme afirma Ribeiro (2010), abranger também as áreas metropolitanas.

Essa limitação e dificuldade de certos setores da UNESCO em reconhecer que em áreas maiores também é possível encontrar forte integração entre o homem e meio, contribuiu para a criação de uma nova categoria, que talvez não fosse necessária, a de Paisagem Histórica Urbana²⁸ (no original, *Historic Urban Landscapes*). Todavia, vale ressaltar que a Paisagem Cultural, no entendimento da própria UNESCO, já é em si uma paisagem histórica, pois é possível encontrar traços de ações humanas acumulados ao longo tempo e que são expressos nas áreas urbanas. Nesse sentido, por que não considerar as áreas e sítios urbanos de médio e grande porte na categoria da paisagem cultural enquanto bem patrimonial?

Segundo Ribeiro *op. cit.*, em função de concepções mais restritas de paisagem cultural, associadas às populações tradicionais que os sítios urbanos tem encontrado dificuldade de inscrição nesse bem, como foi o caso verificado com a negativa da solicitação de inscrição de Buenos Aires dentro dessa categoria. Somente em 2012 que a UNESCO reconheceu uma cidade de grande porte dentro da categoria da paisagem cultural, a saber: o Rio de Janeiro²⁹.

Outras questões que dificultam a inserção de alguns sítios urbanos na categoria patrimonial da paisagem cultural são algumas de suas características, uma delas é que a paisagem deve ser compreendida como a soma de seus elementos materiais e imateriais que se relacionam entre si com características próprias, na

²⁸ As paisagens históricas urbanas são áreas urbanas compreendidas como o resultado de uma estratificação histórica dos valores e atributos culturais e naturais, que se estende além da noção de “centro histórico” para incluir o contexto urbano mais amplo e a sua localização geográfica. Além disto, a nova categoria procura superar a compreensão de áreas históricas como um simples grupo de edificações ou um patrimônio imobiliário, aceitando que uma paisagem urbana de cunho histórico pode ser considerada como um sítio representativo da criatividade humana que apresenta vestígios da história de determinada ocupação (JOKILEHTO, 2009; UNESCO, 2011 disponível em: http://www.sintraovpm2011.com/ocs/public/conferences/1/docs/UNESCO_RECOMENDA.pdf?PHPSESSID=25f455cc3e79b22f3de89e90062ee414)

²⁹ Os diferentes elementos das imagens clássicas da cidade do Rio de Janeiro, associadas aos elementos naturais e únicos da cidade e ao paisagismo moderno, onde os elementos da natureza são cantados em prosa e versos há séculos por aqueles que a visitam e que nela vivem foram fundamentais para o reconhecimento pela UNESCO da primeira grande área urbana como paisagem cultural, incitando uma revisão de determinados pré-conceitos da UNESCO (RIBEIRO, 2010).

qual cada elemento se torna importante em função do contexto em que se insere (ANTROP, 2006).

Além disso, a paisagem é dinâmica, contínua e muda constantemente, e esse caráter dinâmico da paisagem no âmbito patrimonial acaba levantando questionamentos sobre o que de fato devemos manter da paisagem para as gerações futuras e de que forma trabalhar com os atributos da paisagem de forma integrada? Neste sentido, é que pretendemos contribuir com a conservação da paisagem cultural da Vila de Igarassu, partindo da configuração enquanto Vila desde a sua fundação nos séculos XVI e XVII, interpretando por meio das iconografias, relatos de viajantes e depoimentos orais, quais os significados dos elementos e atributos desta paisagem ao longo do tempo, visando identificar as permanências e mudanças entre os séculos XVIII e XXI.

As paisagens são compostas por elementos, atributos e processos. Os processos têm como característica a dinâmica de mudança da paisagem ao longo do tempo, resultante dos processos naturais e/ou culturais provocados pelas ações humanas. Já os atributos, segundo Zancheti (2009), podem ser materiais ou imateriais, e são todas e quaisquer características de um objeto reconhecidas por uma população como importante.

O próprio entendimento de uma paisagem cultural tem semelhanças com esta compreensão, na qual os objetos de uma paisagem devem ser culturais, naturais e imateriais, e devem coexistir ao mesmo tempo num único território que ultrapassa os limites da localização espacial, ou seja, indo além de qualquer polígono ou definição territorial estabelecido.

Em 1995, foi apresentada a recomendação europeia³⁰ pelo Conselho da Europa, que trata sobre a conservação integrada das áreas das paisagens culturais como integrante das políticas paisagísticas, além de ratificar as diretrizes quanto à proteção do patrimônio cultural e natural das convenções anteriores. Essa recomendação estabelece que a paisagem cultural deva ser preservada e protegida, pois nela tem-se a memória do povo e a identidade cultural das comunidades humanas, além de reconhecer que o meio ambiente é um sistema dinâmico que

³⁰ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=266>

engloba elementos naturais e culturais interagindo num determinado tempo e espaço. O entendimento de paisagem, segundo essa recomendação adotada pelo Conselho da Europa, é:

“Paisagem é considerada em um triplo significado cultural, porquanto, ela é definida e caracterizada da maneira pela qual determinado território é percebido por um indivíduo ou por uma comunidade; dá testemunho ao passado e ao presente do relacionamento existente entre os indivíduos e seu meio ambiente, ajuda a especificar culturas e locais, sensibilidades, práticas, crenças e tradições” (RECOMENDAÇÃO EUROPEIA, IPHAN, p. 3).

Neste sentido, a Recomendação Europeia se diferencia da UNESCO, pois as propostas de ações visando à conservação passam a privilegiar todas as paisagens, inclusive as que não contam com atributos especiais ou que tenham sido degradadas pelo homem, considerando todas as paisagens como objeto de proteção e preservação; já a UNESCO considera somente as paisagens memoráveis e excepcionais que merecem ser preservadas e protegidas.

Aprovada em 2000 na cidade de Florença na Itália, a Convenção Europeia da Paisagem³¹ tem como concepção que: *“a Paisagem designa uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo caráter resulta da ação e da interação dos fatores naturais e ou humanos”*.

A partir desse princípio, toda a Paisagem Cultural expressa as ações implementadas pelo homem no meio, e é constituída por elementos visíveis ou materiais, assim como elementos invisíveis ou imateriais, ressaltando ainda a maneira como a sociedade apreende e, portanto, fazem parte da Paisagem também os aspectos subjetivos. Isto é, os bens de interesse patrimoniais são constituídos por elementos naturais, culturais e imateriais, que juntos integram de forma única a paisagem como um bem.

Essa Convenção tem o objetivo de trazer regras para proteção, gerenciamento e planejamento das paisagens europeias, ou seja, dá diretrizes para que todos os países europeus membros elaborem políticas de Paisagem, tendo em vista as suas próprias dinâmicas e características, constituindo um elemento fundamental para a gestão territorial. Alguns dos países como a Espanha, Portugal e Reino Unido elaboraram políticas de gestão e conservação, além de formas de uso

³¹ Council of Europe. Disponível em: <http://www.gddc.pt/siii/docs/dec4-2005.pdf>

e controle do solo e das paisagens, instituindo regras e recomendações de proteção do patrimônio³² natural e humano. Apesar de ser um instrumento institucional regional, obteve grande repercussão internacional.

A criação da categoria da paisagem cultural, como bem patrimonial, representou importante contribuição no campo do entendimento patrimonial tendo como referência a relação estabelecida entre o homem e o meio. Todavia, a própria UNESCO reconhece que esse conceito não é definitivo e sua utilização, por parte dos gestores, enfrenta uma série de debates em torno da sua gestão.

Diante da breve evolução dos instrumentos patrimoniais, no âmbito internacional, aqui apresentados é importante pontuar que até o momento do reconhecimento oficial por parte da UNESCO nas interações existentes do homem com o meio ambiente, o patrimônio cultural percorreu um intenso percurso que partiu da ideia de monumento enquanto bem isolado até a noção da paisagem como bem patrimonial.

2.2.1 Paisagem como bem patrimonial: âmbito nacional

No Brasil, a prática de preservação do patrimônio cultural³³ teve início em meados de 1937, período da criação do SPHAN. Contudo vale ressaltar que algumas iniciativas pontuais surgiram antes da instituição do decreto-lei nº 25/1937 que criou o SPHAN (RIBEIRO, 2005). Durante o período de vigência do SPHAN, o tombamento tornou-se o instrumento de proteção mais efetivo, sendo em alguns casos o único instrumento utilizado para tal finalidade de preservação.

³² Mesmo com os avanços no tratamento e no pensamento da concepção de patrimônio cultural, o seu desenvolvimento não termina com a categoria da paisagem cultural, sobretudo devido às possibilidades de utilizar novos conceitos no âmbito da proteção dos bens (RIBEIRO, 2011).

³³ A Constituição Federal de 1988 (CF) define o patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjuntos, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais incluem as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados as manifestações artístico-culturais; e os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

A escolha dos bens patrimoniais no Brasil, sobretudo nas primeiras décadas de atuação do SPHAN, privilegiava o tombamento³⁴ de monumentos segundo o seu caráter estético, cujas inscrições, prioritariamente, se concentravam no Livro do Tombo de Belas Artes, enquanto que no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico eram bem menos representativas as inscrições de tombamento, devido à excepcionalidade estética em vigor.

Embora ocorressem debates internacionais sobre a salvaguarda do Patrimônio Cultural, e mediante as diretrizes e recomendações que eram feitas ao longo das décadas de 60 e 70, a exemplo, do que era estabelecido na Carta de Veneza, na Convenção da UNESCO em Paris e na Declaração de Amsterdã, o Brasil desenvolveu documentos especiais referentes à salvaguarda dos Patrimônios brasileiros.

Um dos primeiros documentos especiais do Brasil, elaborado pelo IPHAN, foi a Carta de Petrópolis³⁵ de 1987. Nesta Carta ficou estabelecido o entendimento de Sítio Histórico Urbano (SHU). Segundo essa Carta, entende-se por SHU o espaço que concentra testemunhos do fazer cultural da cidade e suas diversas manifestações, na qual comporta as paisagens natural e construída, assim como a vivência de seus habitantes num espaço agregado de valores produzidos do passado e do presente em processo dinâmico de transformação.

Um diferencial desse documento é que a preservação do SHU deve contar com a ação integrada da comunidade civil em associação com os órgãos federal, estadual e municipal na tomada de decisão.

Em seguida tem-se a Declaração de São Paulo³⁶ de 1989 que reafirma as propostas apresentadas pela Carta de Veneza em 1964 e amplia o campo de trabalho em preservação e restauro mediante os avanços tecnológicos da época. Além disso, essa declaração trouxe novos pressupostos na preservação do

³⁴ O SPHAN possuía quatro livros de Tombo, nas quais as obras eram inscritas e divididas a partir de seu excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico. A saber, os quatro livros: Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro de Tombo Histórico; Livro de Tombo das Belas Artes; e Livro de Tombo das Artes Aplicadas.

³⁵ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=257>

³⁶ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=260>

patrimônio natural e nas questões ambientais no âmbito patrimonial, que começou a ser inserida no final da década de 1980, contudo ela é de fato expressa a partir da década de 1990.

Em 1992, acontece na cidade do Rio de Janeiro a Conferência Geral das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Este evento foi um marco na criação de instrumentos internacionais e nacionais visando à proteção do meio ambiente pela ação humana, no âmbito internacional a UNESCO estabelece a concepção da Paisagem Cultural e no âmbito nacional é apresentada a Carta do Rio³⁷.

Este documento aborda as preocupações relacionadas com o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. Uma das principais características dessa Carta é que a proteção do meio ambiente deve ser constituída como parte integrante do desenvolvimento e não pode ser considerada isoladamente nesses processos. Ou seja, a relação dicotômica, até então presente, ao tratar o meio ambiente isoladamente sem se relacionar com as ações humanas sobre o meio no que diz respeito ao desenvolvimento, deve então passar a serem integradas.

Em comemoração aos 60 anos de criação do IPHAN, acontece em 1997, na cidade de Fortaleza, o Seminário sobre o Patrimônio Imaterial: estratégias e formas de proteção. Durante esse encontro, foi estabelecida a Carta de Fortaleza³⁸ que trouxe propostas e recomendações para o tratamento do Patrimônio Cultural Imaterial. Nesta carta é expresso que o patrimônio cultural brasileiro é constituído de bens materiais e imateriais, e que os bens de natureza imaterial devem ser objeto de proteção específica e seu reconhecimento deve contar com a colaboração de consultores universitários e instituições de pesquisa, ou seja, por *experts*.

Assim, apesar dos documentos especiais propostos e dos avanços existentes no âmbito dos instrumentos patrimoniais nacionais, buscando encontrar meios para promover a salvaguarda desses bens de natureza material e imaterial, a associação entre esses aspectos em conjunto formando um único bem cultural ainda não

³⁷ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=263>

³⁸ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=268>

apresentava uma definição muito clara na esfera da conservação na relação dicotômica entre o homem e a natureza (RIBEIRO, *op. cit.*).

Somente em 2007, em um seminário que ocorreu na cidade de Bagé no Rio Grande do Sul foi abordada de forma pioneira a concepção de Paisagem Cultural, em um painel que contou com a contribuição de diversos especialistas proferindo palestras sobre o tema, sendo estabelecida a Carta de Bagé ou a Carta da Paisagem Cultural³⁹. Esta Carta tem por objetivo a defesa das paisagens culturais e, mais especificamente, do território dos Pampas e das paisagens culturais de fronteira.

Segundo essa Carta, a paisagem cultural brasileira pode ser definida fundamentada na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, segundo a qual:

“O patrimônio cultural é formado por bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico e culturais, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”.

A paisagem cultural é o meio ao qual o ser humano imprimiu as marcas de suas ações e formas de expressão, resultando em uma soma de todos os testemunhos resultantes da interação do homem com a natureza e, reciprocamente, da natureza com homem, passíveis de leituras espaciais e temporais (CARTA DE BAGÉ, 2007).

Todavia, a partir da publicação da Chancela da Paisagem Cultural⁴⁰ brasileira em 30 de abril de 2009, na portaria nº 127 pelo IPHAN, que se considerou que os atuais instrumentos de conservação que tratam do patrimônio cultural e natural, quando tomados individualmente, não contemplam integralmente o conjunto de fatores implícitos nas paisagens culturais.

³⁹ Disponível em: http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Bage_PaisagemCultural.pdf

⁴⁰ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1236>

A Chancela define Paisagem Cultural como a porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores.

Diferentemente do tombamento, a Chancela reconhece o caráter dinâmico da cultura impregnado na ação humana, sendo essa característica fundamental para a preservação do bem cultural. Além disso, esse entendimento vai além dos instrumentos tradicionais, adotando uma compreensão mais ampla da paisagem, no momento em que esta não se limita a uma área restrita, indo além dos limites político-administrativos. Esse fato rompe com o modelo tradicional bastante utilizado na proteção dos centros históricos que necessitava de uma definição de polígonos.

Embora seja um grande avanço no âmbito da conservação e preservação, a Chancela da Paisagem Cultural é mais um instrumento que deve ser pensando de modo integrado com as atuais práticas de tombamento, inventário e registro cultural, pois nos diversos âmbitos de proteção patrimonial brasileira a conservação dos bens é realizada através desses instrumentos (CASTRIOTA, 2010) (Anexo C).

Além disso, a Chancela requer um aparato legal que a torna, de fato, efetiva para as políticas no âmbito do Patrimônio, ausente até o momento da legislação brasileira, pois ainda falta uma clara definição de como converter o uso teórico da categoria em diretrizes práticas que auxiliem na conservação, por parte das instituições envolvidas no campo da proteção patrimonial.

3. OS INSTRUMENTOS DE PRESERVAÇÃO DO SÍTIO DE IGARASSU/PE

O presente capítulo trata das ações de tombamento que foram instituídas no município de Igarassu, visando a preservação de seu patrimônio cultural. O capítulo foi dividido em dois itens: no primeiro serão abordados os tombamentos que ocorreram durante o século XX no âmbito federal; no segundo item serão tratados os tombamentos no âmbito estadual e municipal.

Considerando o período temporal e o contexto na qual a política patrimonial estava inserida, foi possível identificar que determinados elementos e atributos foram priorizados no processo de proteção patrimonial devido aos instrumentos de tombamento disponível naquele período ter como referência as características morfológicas e no aspecto pitoresco visível, em contrapartida outros elementos e atributos não foram considerados nesse contexto e não tiveram proteção ou, mesmo, reconhecimento legal por parte dos gestores do patrimônio.

3.1 O município de Igarassu e as ações de tombamento federal

Historicamente, O Brasil teve seus primeiros núcleos de povoação ainda no século XVI que se originaram, sobretudo, na porção litorânea devido às características culturais dos colonizadores europeus. A escolha dos locais onde foram fundadas as vilas e povoações era determinada por fatores estratégicos, e por isso estavam localizadas no litoral tendo como objetivo a dominação e defesa dos novos territórios.

Nesse contexto, foi fundado em 09 de março de 1535, pelo donatário português Duarte Coelho Pereira, a Capitania de Pernambuco e nela foi erguida a Vila de Santa Cruz dos Santos Cosme e Damião, que posteriormente passou a ser chamada de Vila de Igarassu, considerada o primeiro núcleo de povoamento em Pernambuco e um dos primeiros núcleos do Brasil (ALECRIM, 2007). A Vila foi fundada mediante Carta-Régia⁴¹ na encosta leste de uma pequena elevação

⁴¹ Nome dado à Carta de um rei dirigido à(s) autoridade(s) contendo, muitas vezes, determinações gerais e permanentes em seu conteúdo.

localizada entre o rio e os mangues, após a vitória dos portugueses sobre os índios Caetés que habitavam aquele território (FIDEM, 1970).

Ao longo dos séculos XVI e XVII ocorreu um rápido crescimento urbano na Vila de Igarassu, salientando que as primeiras casas e capelas eram no estilo quinhentista, onde eram utilizados materiais de natureza precária, e muitas não resistiram à ação do tempo. Atualmente o conjunto arquitetônico do núcleo histórico de Igarassu apresenta um valor histórico expresso na qualidade da arquitetura religiosa e civil, na qual conta também com exemplos dos séculos XVIII e XIX, decorrente de um momento posterior ao período de maior crescimento.

O município de Igarassu possui diversas edificações, das quais boa parte delas conta com o reconhecimento de órgãos do patrimônio nacional, sendo então edifícios tombados, o que significa que estão sujeitos a medidas legais que têm por função garantir sua preservação cultural.

O tombamento⁴² tem sido o principal instrumento utilizado pelo IPHAN na proteção e preservação do patrimônio cultural brasileiro, embora existam outras formas de proteção instituídas pela lei, como o inventário e o registro. No artigo 216 da Constituição Federal fica estabelecido em seu parágrafo 1º:

“O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”.

Dotado de procedimentos administrativos e na declaração dos valores culturais dos bens materiais e/ou imateriais, o instrumento do tombamento é responsável pela inscrição no respectivo Livro de Tombo dos bens indicados para a manutenção do valor patrimonial a partir dos elementos e atributos reconhecidos pelos especialistas.

Vale ressaltar que para qualquer bem ser integrado e considerado como um patrimônio histórico, este deve obrigatoriamente estar inscrito em algum Livro de Tombo. Sem isso não é considerado como tal, e nesse sentido termina por invalidar outros possíveis instrumentos de reconhecimento patrimonial nacional.

⁴² O instrumento do Tombamento foi instituído pelo decreto lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 e ainda é aplicável hoje. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm.

O Livro de Tombo é composto por quatro livros formalizados pelo Decreto-Lei nº 25/1973 e os bens somente serão considerados parte integrante do patrimônio histórico o artístico nacional, depois de inscritos separados ou agrupados num destes quatro Livros (Quadro 03).

Quadro 03. Os tipos de Livros do Tombo

| LIVRO DE TOMBO | CARACTERÍSTICAS |
|--|--|
| Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico | Consiste nas coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular. |
| Livro do Tombo Histórico | Consiste nas coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica |
| Livro do Tombo das Belas Artes | Consiste nas coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira. |
| Livro do Tombo das Artes Aplicadas | Consiste nas obras que se incluem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras. |

Fonte: adaptado do Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937.

O tombamento do patrimônio cultural de Igarassu teve início em 1935 com a elevação de Igarassu a categoria de Monumento Público Estadual pelo então deputado estadual Mario Melo. No ano de 1938, o Convento Franciscano de Igarassu do século XVI foi tombado pelo então SPHAN (que posteriormente passou a ser conhecido como IPHAN) e inscrito no Livro de Tombo de Belas Artes, devido aos aspectos artísticos e preceitos estéticos que o bem apresentava (Figura 04). Em 1951, foram tombados no sítio histórico do município os seguintes monumentos: a Igreja matriz de São Cosme e São Damião do século XVI e as Capelas de Nossa Senhora do Livramento e de São Sebastião, assim como o Convento do Sagrado Coração de Jesus, todos do século XVIII (Figuras 05 a 08).

Dentro do contexto desse período, houve uma preocupação inicial do SPHAN em salvaguardar, sobretudo, os monumentos da arquitetura religiosa, representativos do estilo barroco (o patrimônio pedra e cal), como sendo: “[...] representante de uma arte e cultura autenticamente brasileiras, construídas a partir de um modelo europeu, mas reapropriado e reinventado pelos nacionais” (RIBEIRO, 2007, p. 73).

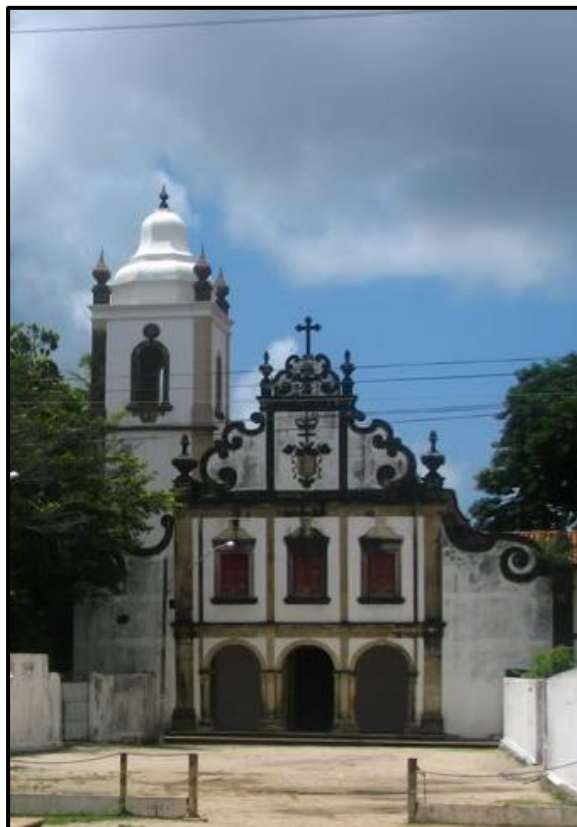


Figura 04. Convento de Santo Antônio de 1588.
Foto: o Autor, 2013



Figura 05. Igreja de São Cosme e São Damião de 1535.
Foto: o Autor, 2013



Figura 06. Igreja de Nossa Senhora do Livramento do século XVIII.
Foto: o Autor, 2013



Figura 07. Igreja de São Sebastião do século XVIII.
Foto: o Autor, 2013



Figura 08. Igreja e Recolhimento do Sagrado do Coração de Jesus.
Foto: o Autor, 2013

Com a publicação da Carta de Veneza em 1964 houve um aprofundamento e um alcance maior na concepção de monumento histórico, que se ampliou e passou a incluir não somente as grandes criações da humanidade, mas também às obras de menor porte, além de incluir e considerar na discussão os sítios urbanos.

No Estado de Pernambuco, a atuação do IPHAN seguiu essa tendência e as primeiras propostas efetivas de programas para a revitalização e a conservação dos Sítios Históricos foi elaborada, ainda na início da década de 1970, por meio do IPHAN e da Fundação Pró-Memória⁴³, sendo, primeiramente, feita no bairro do Recife no município de mesmo nome.

Somente em 1972, em um contexto de ampliação do conceito de bem cultural e da incorporação das áreas urbanas como objetos de preservação, aconteceu o tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do município de Igarassu pelo IPHAN.

⁴³ Fundação Nacional Pró-Memória (PRÓ-MEMÓRIA) criada pela Lei n.º 6.757 de 17 de dezembro de 1979, disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/d91144.pdf>

A atuação do IPHAN em Igarassu compreende praticamente todos os bens de natureza histórica e arquitetônica presentes na área do município e estão relacionados no Quadro 04, a seguir. Segundo o IPHAN, o conjunto arquitetônico e paisagístico de Igarassu possui uma área de aproximadamente 0,4 km² (396.202 m). Alguns destes bens encontram-se sobre a administração de particulares, de órgãos da prefeitura e de ordens religiosas que são corresponsáveis juntamente com IPHAN na preservação e proteção do patrimônio cultural.

Quadro 04. Monumentos históricos tombados pelo IPHAN no Sítio de Igarassu/PE

| MONUMENTO HISTÓRICO | LIVRO DE TOMBO/INSCRIÇÃO | DATA/PERÍODO |
|---|--|-----------------------|
| Convento de Santo Antônio | Processo 131-T-38, inscrição nº 68/fl.13 no Livro do Tombo das Belas Artes. | 17 de maio de 1938 |
| Capela de Nossa Senhora do Livramento | Processo 359-T-45, inscrição nº 399/fl.77 no Livro do Tombo das Belas Artes; inscrição nº 286/fl.48 no Livro do Tombo Histórico. | 25 de maio de 1951 |
| Igreja de São Cosme e São Damião | Processo 359-T-45, inscrição nº 397/fl.77 no Livro do Tombo das Belas Artes; inscrição nº 285/fl.48 no Livro do Tombo Histórico. | 25 de maio de 1951 |
| Igreja e Recolhimento do Sagrado Coração de Jesus | Processo 359-T-45, inscrição nº 400/fl.77 no Livro do Tombo das Belas Artes; inscrição nº 287/fl.48 no Livro do Tombo Histórico. | 25 de maio de 1951 |
| Capela de São Sebastião | Processo 359-T-45, inscrição nº 398/fl.77 no Livro de Tombo das Belas Artes; inscrição nº 284/fl.48 no Livro do Tombo Histórico. | 25 de maio de 1951 |
| Tombamento do Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Igarassu | Processo 359-T-45, inscrição nº 51/fl.12 no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico | 10 de outubro de 1972 |

Fonte: Adaptado do Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico

Apesar da proposta de Tombamento levar em consideração referências do passado que representam a memória e identidade coletiva, não houve a consulta junto aos grupos de atores culturais envolvidos com o bem, na definição e escolha dos elementos e atributos que deveriam ser preservados, tomando como base os significados expressos por esses grupos. Assim, sem a participação social nesse processo, a definição ficou restrita aos técnicos e especialistas.

3.2 O município de Igarassu e as ações de tombamento estadual e municipal

Segundo Castriota (2009, p. 162), após a década de 1970 teve início no Brasil um “processo de descentralização das políticas de patrimônio, com a criação de vários órgãos estaduais e municipais de preservação”.

Dentro desse contexto, foi criada a FUNDARPE em 1973⁴⁴. Apesar de apresentar diferenças no que concerne a escolha dos bens salvaguardados, a FUNDARPE no âmbito estadual e o IPHAN no âmbito nacional seguem alguns parâmetros em comum nas suas práticas de proteção dos conjuntos urbanos. A FUNDARPE, por meio de sua política visando ao tombamento⁴⁵ (Anexo D) tem se destacado ao realizar diversificadas ações políticas de proteção em todo o Estado de Pernambuco, identificando bens materiais e imateriais detentores de valor cultural para o Estado.

No tocante à proteção do patrimônio estadual, além de reconhecer os tombamentos dos bens efetivados pelo IPHAN, no município de Igarassu, a atuação da FUNDARPE é bastante limitada, pois o bem tombado a nível estadual se resume a Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem do Pasmado e o Engenho Monjope⁴⁶, enquanto que os demais bens patrimoniais estão sobre jurisdição federal.

A igreja de Nossa Senhora do Pasmado (Figura 09) está abandonada e atualmente é administrado pela Usina São José que está em processo de tombamento pelo IPHAN. Já o Engenho Monjope de Igarassu (Figura 10) está sobre a administração da FUNDARPE e em processo de tombamento por esta instituição, também estando abandonado.

⁴⁴ A FUNDARPE foi criada em 17 de julho de 1973 e é o órgão responsável pela proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado de Pernambuco.

⁴⁵ A instituição e regulamentação do tombamento de bens no Estado de Pernambuco foi regulamentada pela Lei estadual nº 7.970, de 18 de setembro de 1979. Onde o tombamento poderá ser total ou parcial de bens móveis ou imóveis, públicos ou particulares, existentes em seu território e que, por seu valor arqueológico, etnográfico, histórico, artístico, bibliográfico, folclórico ou paisagístico devam ficar sob a proteção do poder público, segundo os artigos 180, parágrafo único, da Constituição da República e 144 da Constituição do Estado.

⁴⁶ Lei nº 7.970/79 e o Decreto nº 6.239/80.



Figura 09. Igreja de Nossa Senhora do Pasmado.
Foto: o Autor, 2013



Figura 10. Engenho Monjope.
Foto: o Autor, 2013

Em 1978, a Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (FIDEM), órgão do governo do Estado de Pernambuco, elaborou o Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife (PPSH/RMR). Este plano identificou e cadastrou 109 sítios históricos, urbanos e rurais, dos então nove municípios da Região Metropolitana do Recife (RMR) (Figura 11).

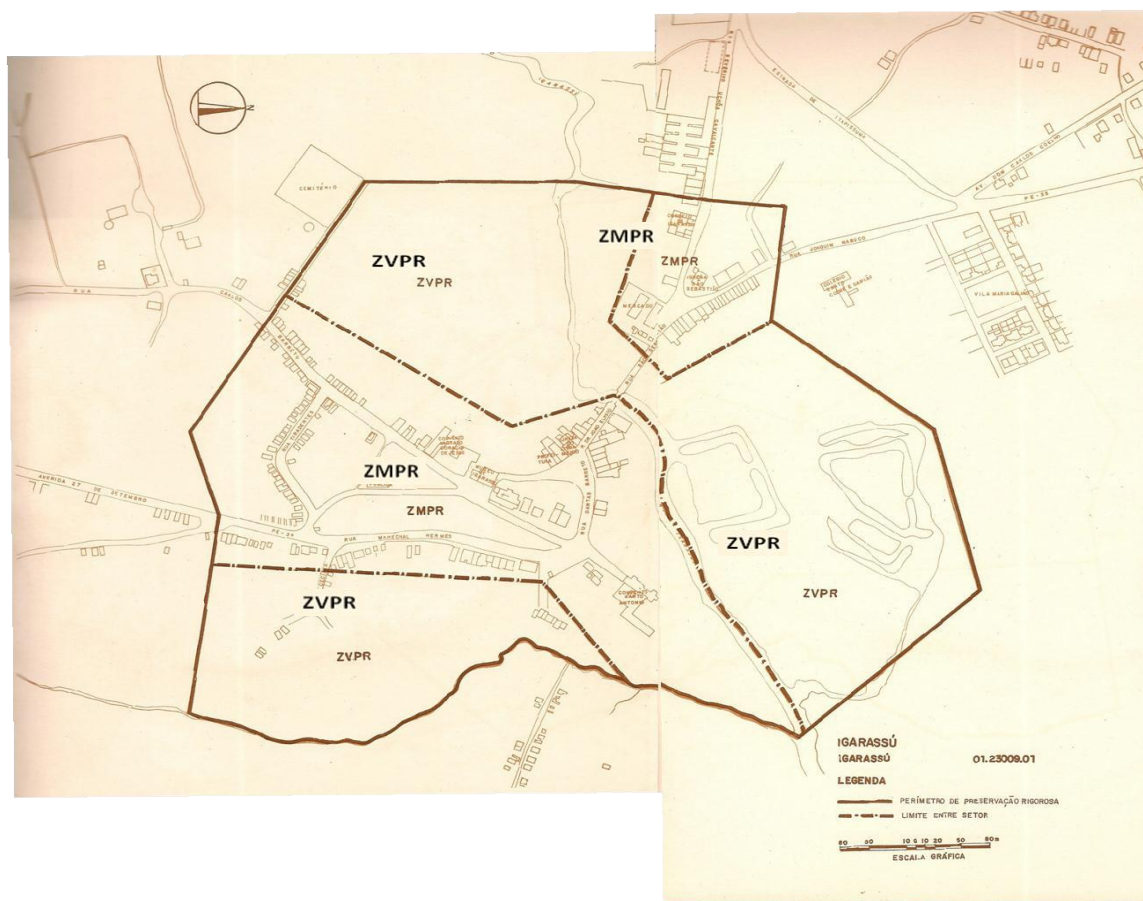


Figura 11. Poligonal do tombamento, limite oficial proposto e demarcado pelos *experts*.

Fonte: FIDEM, 1978

Na poligonal do tombamento do município de Igarassú, foi proposta a setores do Sítio e classificada em duas zonas: a Zona Verde de Preservação Rigorosa (ZVPR) e a Zona Monumental de Preservação Ambiental (ZMPA), na qual foram estabelecidas diretrizes visando a permissão, das novas construções e ocupação do uso do solo, como: a preservação da paisagem natural quanto ao relevo e a vegetação, a proibição de desmonte e desmatamento e a proibição de aterros, sendo estabelecidas as ZVPR; já a preservação das características essenciais do conjunto quanto a cor, forma, escala, materiais de vedação e a restauração dos

edifícios civis e religiosos e obras de infraestrutura foram diretrizes estabelecidas para as ZMPR (GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 1978, p. 100)

A poligonal do tombamento⁴⁷ e área de entorno no referido documento do PPSH/RMR para o município de Igarassu, apresenta a mesma conformação e delimitação adotado pelo IPHAN por meio de *experts* até os dias de hoje, e as implicações legais aplicadas na gestão e conservação do patrimônio cultural de Igarassu tem um tratamento uniforme da área delimitada pela poligonal do tombamento.

Em âmbito municipal, existem alguns instrumentos de planejamento urbano e conservação do patrimônio cultural que são dispostos pela prefeitura municipal de Igarassu. A lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) elaborou a *Planta Diretora de Igarassu*⁴⁸ em 2003 e definiu macrozonas e setores de preservação histórica e ambiental, na qual é destacado nesse documento a Avenida 27 de Setembro, que pode ser entendida e definida como um Corredor Especial de Interesse da Preservação Histórico-Ambiental no município de Igarassu⁴⁹.

Além de apresentar relevância histórico-cultural, a Avenida 27 de Setembro é um via de intenso movimento e circulação de veículos e pessoas, tendo início na BR-101 norte e conflui até dentro dos limites do Sítio histórico de Igarassu (Figura 12), nas suas margens ficam localizadas construções, em grande parte, de caráter domiciliar e na porção do Sítio observam-se alguns exemplares de casarios seculares.

⁴⁷ Para saber mais detalhes sobre a poligonal que inclui a paisagem, consultar o trabalho elaborado pelos técnicos participantes do I curso de especialização em planejamento urbano e local promovido pela SUDENE em 1974 e que resultou no livro: ANDRADE, Moisés *et al.* (org.). Igarassu proposições urbanológicas. SUDENE, UFPE: Série estudos urbanológicos. 1974, 76p.

⁴⁸ Lei nº 2.466/2003 de 03 de novembro de 2003.

⁴⁹ Diante de toda relevância histórica, cultural e ambiental; esta Avenida se configura no município de Igarassu como um dos principais acessos a vários bairros tradicionais da cidade e se destaca, sobretudo, por conter vários elementos e atributos integrados que são expressos e marcados na Paisagem. Nesse sentido, consideramo-la como um **Corredor Especial Interesse da Preservação Histórico-Ambiental no município de Igarassu**.



Figura 12. Localização da Avenida 27 de Setembro em Igarassu.

Fonte: Google Earth. Esquema do Autor

Três anos após a instituição da LUOS, foi lançada em 2006 a Agenda 21 do município e o Plano Diretor de Igarassu⁵⁰, que contou com a participação de técnicos do IPHAN e da FUNDARPE. Em todos os documentos da esfera municipal, as prioridades são no incentivo dos usos culturais para o lazer e as atividades turísticas.

Dessa forma, observamos que em todos os instrumentos de preservação patrimonial do Sítio de Igarassu, no âmbito federal, estadual e municipal, o caráter holístico da paisagem visando à integração das dimensões natural, cultural e

⁵⁰ Lei municipal nº 2.629/06 de 20 de dezembro de 2006.

imaterial que a compõem não foram considerados em conjunto, e até hoje a área do Sítio corresponde à poligonal de tombamento instituída na década 1970 que traz diretrizes diferenciadas no tratamento do patrimônio cultural do Sítio geográfico de Igarassu. Uma vez que, como foi discutido no Capítulo 1, o estudo da Paisagem compreende a relação do homem e meio, tendo um caráter dinâmico e mutável, não convém seguir a delimitação do território instituída por uma poligonal criada por critérios formais.

A relação dicotômica envolvendo os elementos e atributos naturais e culturais é outro aspecto que pode ser observado nas ações protecionistas na Vila de Igarassu. Apesar do avanço na criação de instrumentos de proteção patrimonial no âmbito internacional e nacional, as ações de preservação patrimonial vigentes no Sítio de Igarassu, permanecem sem considerar o processo de integração entre a Sociedade e Natureza.

A fim de superar essas limitações no âmbito patrimonial, integrando os aspectos culturais e naturais formando um único bem, a categoria da paisagem cultural pode vir a ser uma alternativa. Para isso devem ser interpretados os significados dos elementos e atributos representativos e escolhidos mediante consulta aos grupos culturais que vivenciam a paisagem da Vila de Igarassu. Essa abordagem supracita será desenvolvida no capítulo quatro deste trabalho.

4. LEITURA DAS REPRESENTAÇÕES: significados dos elementos e atributos da paisagem da Vila de Igarassu nos séculos XVI a XX

“Nas proximidades de Recife encontra-se a cidadezinha de Igaraçu, às margens do riacho do mesmo nome, que emboca no braço de mar entre a Ilha de Itamaracá e o continente. Igaraçu, cuja linda igreja matriz é considerada o mais antigo templo existente no Brasil, recebeu, em 1935, o título de Monumento público estadual, dada a sua significação histórica”.
FOUQUET, 1943.

O objetivo deste capítulo é interpretar os elementos e atributos existentes na paisagem da Vila de Igarassu desde a sua fundação no século XVI até meados da segunda metade do século XX, por meio de pinturas e de iconografias (cartografia e fotografias) e nos relatos de viajantes portugueses e holandeses, durante o período mencionado.

Para abranger o período citado, dividimos este capítulo em quatro itens, considerando-se os produtos culturais, mais representativos na identificação dos elementos da paisagem desta Vila durante o período em questão. Neste sentido, no primeiro item foram interpretados textos, relatos e documentos escritos que fazem menção a Igarassu e suas demais nomenclaturas, nos séculos XVI e XVII. Em seguida, a abordagem levou em conta as iconografias do período acima referido, como pinturas e cartografias feitas por artistas, destacando as que foram representadas por Frans Post e a coletânea de Gaspar Barléus.

Dessa forma foram realizadas leituras e interpretações a partir dos produtos culturais dos exploradores portugueses e holandeses frente ao descobrimento de um “Novo Mundo”, procurando interpretar o significado desta paisagem para esses exploradores por meio da maneira como eles representaram este território. O terceiro item abrange os relatos e registros históricos dos séculos XVIII e XIX, salientando que os produtos culturais deste período a cerca da Vila de Igarassu são bem escassos. Por fim, foi feita a leitura e interpretação das fotografias feitas por artistas-fotógrafos tendo como foco essa Vila, entre a segunda metade do século XIX até a segunda metade do século XX, período que corresponde a introdução do gênero da fotografia do Brasil e onde foram feitos os registros mais expressivos de caráter artístico-fotográfico.

A interpretação dos produtos culturais mencionados, ao longo destes períodos, evidenciará a dinâmica das permanências e mudanças dos elementos e atributos da paisagem, como resultados das relações estabelecidas entre Sociedade e Natureza ao longo do tempo; pois a Paisagem é um bem dinâmico e mutável, na qual os atributos que a compõem estão em constante alteração.

A leitura e interpretação da paisagem da Vila de Igarassu foi condicionada por uma narrativa tendo como eixo orientador, conforme apresentado no primeiro capítulo, a relação entre a evidência empírica e a teoria. Neste sentido, foi utilizado

como referência, os princípios teóricos contidos na concepção de paisagem de alguns adeptos da Nova Geografia Cultural, a exemplo de Cosgrove, visando a apreender e interpretar os elementos e atributos da paisagem da Vila de Igarassu, daqueles que “a fizeram, a alteraram, a mantiveram (e) a visitaram (...) (COSGROVE, 1998, p.134). Neste contexto, foram utilizadas as iconografias, como pinturas, cartografias, relatos e fotografias, como registros “simbólicos” cujas representações são valiosas, por serem produtos culturais cujo conteúdo revelará o modo de ver a paisagem dos atores sociais, e o seu significado no período citado.

Igarassu é hoje uma cidade de quatrocentos e setenta e nove anos, na qual as marcas de diversos momentos vividos no trajeto da sua história estão impressas na sua paisagem. Ressaltando que as mais expressivas marcas encontram-se representadas nos séculos XVI e XVII, sendo pouco expressiva a dinâmica de transformação da cidade entre os séculos XVIII e XIX, recuperando a sua importância histórica, a partir do século XX, devido ao reconhecimento de alguns bens patrimoniais e atos preservacionistas governamentais.

4.1 O olhar dos viajantes sobre Igarassu: relatos dos séculos XVI e XVII

Desde o “descobrimento” do Brasil pelos portugueses no século XVI, já figurava em relatos e mapas lusitanos, elementos e características da paisagem, embora que durante esse primeiro momento os mapas portugueses apresentassem pouco detalhamento. Neste contexto, tomamos como referência os relatos dos viajantes e documentos históricos que fazem menção a Igarassu e suas demais nomenclaturas, visando interpretar os significados dos primeiros elementos e atributos da paisagem representados.

Os viajantes e aventureiros estiveram presentes logo nos primeiros anos de “descobrimento” do Brasil. O primeiro a relatar a primitiva e desconhecida paisagem foi Pero Vaz de Caminha, numa carta enviada para o então *El-Rei* de Portugal, D. Manoel I.

“Neste dia, a hora de véspera, houve vista de terra! Primeiramente dum grande monte, mui alto e redondo; e doutras serras mais baixas ao sul dele; e de terra chá, com grandes arvoredos: ao monte alto o capitão pôs nome – o Monte Pascoal e à terra – a Terra de Vera Cruz” (Trecho da carta de Pero Vaz de Caminha⁵¹).

Esses registros culturais são elementos únicos de vestígios dos artefatos da paisagem existente naquele período, tendo esses relatos, as iconografias e as fotografias como testemunhos de um dado período histórico, onde, os registros culturais adquirem significado e sentido (MARTINS, 2001). Esses registros representam artefatos culturais, que por serem relíquias do passado, a sua conservação é um ato cultural.

Nesse contexto, as leituras e interpretação desses registros tanto os escritos como os retratados em iconografias compartilham uma subjetividade que pode ser expressa e lida. Nas palavras de Foucault (2002, p. 47), *“entre as marcas e as palavras, não difere a observação da autoridade aceita ou o verificável, da tradição. Por toda a parte há somente um mesmo jogo, o do signo e do similar, e é por isso que a natureza e o verbo podem se entrecruzar ao infinito, formando, para quem sabe ler, como que um grande texto único”*.

Alguns elementos da paisagem em sua composição original, enquanto categoria de Vila permanecem na atualidade. A possibilidade de identificar e interpretar os significados dos elementos que compunham aquela paisagem pôde ser feita no presente, por meio dos relatos dos viajantes e documentos históricos que representam os séculos XVI até XIX, juntamente com as fotografias de artistas-fotógrafos do século XX, dando subsídio à realização deste estudo.

Os registros documentais da Vila de Igarassu, na sua grande maioria, abordam fatos históricos que atestaram a dominação e conquista do território frente aos indígenas que habitavam a porção desse espaço durante o início do processo de colonização dos portugueses, assim como as invasões feitas pelos estrangeiros, sobretudo os holandeses. No estudo ficou constatado, que boa parte dos relatos

⁵¹ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=572>

data dos séculos XVI e XVII, destacando dois momentos principais: o cerco a Igarassu em 1549/1551⁵² e a invasão holandesa em 1632.

Mesmo que o foco destes documentos sejam fatos históricos é possível neles identificar aspectos da paisagem cultural da vila de Igarassu no momento de sua criação, formação e desenvolvimento. Ao longo de dois séculos muitas feições foram representadas nesses documentos por meio de relatos feitos pelos viajantes. Assim, a paisagem da Vila de Igarassu, será considerada como resultante das relações estabelecidas entre o homem e o ambiente natural, portadora de significados. Esses relatos abordaram, sobretudo, a relação com o Rio e aspectos vegetais nativos da região nas referências feitas aos indígenas.

Os primeiros colonizadores chegaram à porção do litoral brasileiro, na localidade que ficou conhecida como Sítio dos Marcos, por volta de 1516. Nesse sítio estava localizado um dos mais conhecidos ancoradouros do litoral brasileiro e significativo ponto de contato entre os ameríndios e europeus (ALECRIM, 2007). Nesse local foi instalada uma feitoria⁵³ por Cristóvão Jacques no ano de 1516 (Figura 13), sendo essa a primeira referência que se tem de Igarassu.

⁵² Algumas referências bibliográficas trazem a data do episódio do cerco de Igarassu como tendo ocorrido no ano de 1549. Contudo, alguns trabalhos apresentam como data o ano de 1551. Assim, não irei considerar uma data como referência, podendo abordar as duas durante o decorrer do trabalho em questão, salientando que ambas irão tratar do mesmo fato.

⁵³ Segundo Santos (1968, p.72), as feitorias eram pequenos assentamentos constituídos por casas e armazéns pouco estruturados e sem vida social, religiosa e política consolidada. As feitorias não afastaram os invasores estrangeiros, muitos dos quais, como os franceses, mantiveram suas próprias feitorias ao longo da costa brasileira.



Figura 13. Marco de pedra da feitoria de Cristóvão Jacques na localidade do Sítio dos Marcos em Igarassu/PE.

Fonte: autor, 2013.

Precisamente em 09 de março de 1535, nas margens do Canal de Santa Cruz, o donatário da capitania de Pernambuco, o português Duarte Coelho Pereira, fundou a armada no porto de Itamaracá e desembarcou com sua família e parentes próximos no chamado Sítio dos Marcos, as margens do Rio Igarassu, do Rio São Domingos⁵⁴, que desemboca no canal de Santa Cruz, limite de suas terras com a da capitania de Itamaracá (ALECRIM, 2007). A ordem da fundação veio do Capitão Afonso Gonçalves que mandou erigir no local da vitória sobre os índios Caeté, os primeiros habitantes do território, uma capela votiva consagrada aos Santos Cosme e Damião (BARRETO, MELO & VIEIRA, 2013, p. 11).

O termo Igarassu, de origem Tupi, comumente é traduzido como: *Igara* = Canoa e *Assu* = Grande, ou seja, Canoa Grande ou também pode ser interpretado como Grande Embarcação (ALECRIM, 2007). Entretanto, Honorato (1976) vai além e diz que o nome deriva “... de três palavras índias: *Hi* ou *Ig* = água ou rio; *Guara* =

⁵⁴ O Rio Igarassu também pode ser conhecido pelo nome de Rio São Domingos. Todavia, a Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (CPRH, 2000) traz a denominação de Rio Igarassu, também adotada nesse trabalho.

ave aquática; e *Açu* = grande”. Desta forma, a palavra Igarassu⁵⁵ significaria Rio dos Grandes Pássaros, em alusão as embarcações que desembarcavam no porto do Sítio dos Marcos, durante os primeiros trinta e cinco anos da nossa história.

Ao observar o significado da palavra Igarassu e sua associação direta com os elementos naturais, sobretudo a sua relação com Rio, vemos que desde antes do início da fundação da Vila havia interações entre o homem e o meio natural, num primeiro momento, obviamente, na figura do indígena que mesmo não sendo “civilizado” nos padrões europeus, detinham uma relação direta com o ambiente expressando suas marcas na paisagem, constituindo uma *paisagem cultural primitiva*⁵⁶. Embora não existam registros iconográficos da porção do território em questão, a partir dos relatos de viajantes temos informação que essas terras já eram habitadas. Vale salientar que em outras porções territoriais do Brasil, ao longo do litoral, especificamente, encontramos exemplos de relações do homem com o meio, expressas na paisagem, como: nas pinturas rupestres e nos sambaquis (cemitérios indígenas localizados próximo ao litoral), registros culturais que representam essa paisagem cultural primitiva.

Segundo Barreto, Melo & Vieira (2013), Os índios Caetés habitavam essa região de muitas matas, na qual eram grandes caçadores e pescadores e detinham um bom conhecimento das plantas, frutas e raízes existentes na região (Figura 14). Com a invasão portuguesa, os índios ofereceram resistência aos colonizadores e inúmeras lutas foram travadas com os índios Caetés, que só foram derrotados após muitos confrontos com as tropas lusitanas que receberam a ajuda dos índios Tabajara⁵⁷.

⁵⁵ Ao longo do capítulo a menção ao termo Igarassu vai ser vista por formas distintas em decorrência de fatores históricos e das atribuições dos viajantes europeus. Além da nomenclatura atual também encontramos: *Garasv*, *Garasu*, *Iguarassu*, *Iguaraçu*, *Igaraçu*.

⁵⁶ Defino como *paisagem cultural primitiva* as primeiras impressões humanas na paisagem, antes da chegada dos colonizadores europeus, pois nesse momento anterior a relação do homem com a natureza não tinha a interferência e nem as impressões culturais de outros povos tidos como “civilizados”. No caso da paisagem cultural primitiva, os indígenas eram os principais atores culturais e sua relação com a natureza era muito mais de sobrevivência do que de exploração (referência aos europeus).

⁵⁷ Os tabajaras eram índios Potiguaras vindos da Paraíba, que foram aldeados em Igarassu pelos portugueses e passaram a se chamar Tabajara (BARRETO, MELO & VIEIRA, *op. cit.*).



Figura 14. Ilustração da perspectiva dos índios no Brasil Colonial vivendo harmonicamente com a natureza primitiva.

Fonte: Rugendas, 1835, p. 117.

O episódio de batalha mais conhecido, foi o Cerco de Igarassu de 1549/1551. Esse momento da história foi bastante abordado e relatado por vários viajantes. Os fatos ocorridos em Igarassu despertaram, em repetidas ocasiões, o interesse dos pesquisadores diante das questões relacionadas ao período do Brasil Colônia, por contribuírem com informações sobre fatos históricos.

Fouquet (1943), ao se referir a Igarassu diz:

“Representa Igaracú, excetuadas, talvez, algumas feitorias, o mais antigo povoado dos portugueses ao longo do litoral nordestino do Brasil e desempenhou, na primeira metade do século XVI, um papel saliente, como primeiro domicílio do donatário Duarte Coelho e como cenário das mais remotas lutas entre portugueses e indígenas, das quais foram transmitidos à posteridade certos pormenores dignos de serem rememorados”.

O relato de Fouquet se baseou nos relatos do viajante alemão Hans Staden⁵⁸ e nos de Frei Vicente de Salvador⁵⁹. O primeiro viajante a escrever sobre o Brasil foi Hans Staden, que relatou sua viagem na primeira pessoa, confessando medos e premonições. Sua importância é devido ao fato do seu pioneirismo em narrar a sua experiência entre os índios brasileiros (BELUZZO, 1994, p. 44). O texto ilustrado de Staden, publicado após regresso de sua viagem, relata o início da fundação de Pernambuco e marca a era dos viajantes dos séculos XVI e XVII.

“Velejamos então para diante com bons ventos e divisamos, 84 dias depois de termos visto terra por último, a 28 de outubro de 1548, um outeiro no cabo de Santo Agostinho. Oito milhas além alcançamos o porto de Pernambuco, onde os portugueses haviam fundado uma povoação por nome de Olinda. Entregamos os prisioneiros a Duarte Coelho, o comandante do lugar. Desembarcamos também alguma mercadoria, que lá ficou; liquidamos nossos negócios no porto e tencionávamos prosseguir a viagem para fazer carregamentos” (Itinerário de Staden citada na adenda 2 – capítulo 2, pp. 45-50)(Figura 15).

Em seguida, Staden relata que os indígenas de *Prannenbucke*⁶⁰ (Pernambuco) se rebelaram e queriam destruir uma povoação dos portugueses, distante cinco milhas de Olinda, no lugar conhecido como Garasú (Igarassu).

“Rebentou então, por culpa dos portugueses, uma revolta dos índios, que anteriormente se mostravam pacíficos, e o chefe da terra pediu-nos, pelo amor de Deus, que fôssemos à pressa auxiliar o lugar *Garasú* [...] do qual os indígenas queriam se apoderar” (Itinerário de Staden citada na adenda 2 – capítulo 3, pp. 45-50).

⁵⁸ Hans Staden era um artilheiro naval de Hessen (na Alemanha) e foi autor de um livro publicado em Marburg, no ano de 1557, intitulado de “Verdadeira história e descrição de uma Terra de antropófagos selvagens, nus e ferozes, que se encontra no Novo mundo da América...”. Na qual, dentre os muitos registros, traz o episódio do Cerco de Igaracú.

⁵⁹ Considerado o primeiro historiador brasileiro, a quem se deve a obra “História do Brasil”, por ele concluída em 1627.

⁶⁰ O nome atual é Pernambuco, de procedência do tupi *Paranam-buca*, que aos ouvidos do narrador (Hans Staden) soou *Prannenbucke*.

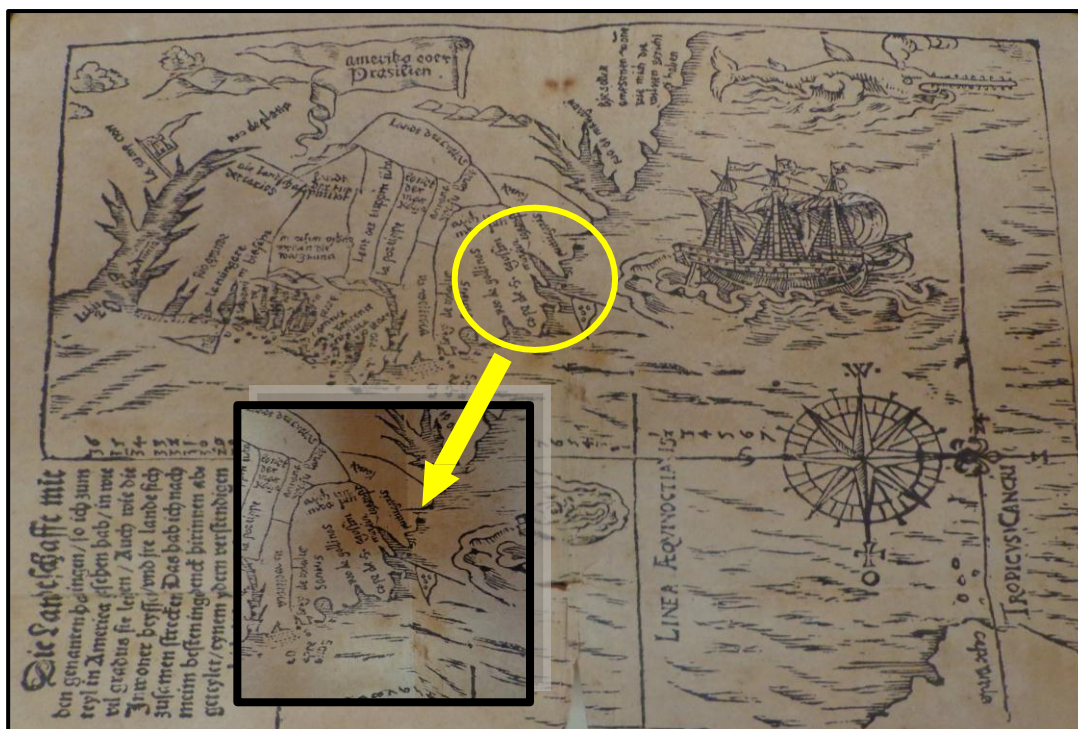


Figura 15. Ilustração do relato de Hans Staden chegando ao litoral brasileiro pelo Cabo de Santo Agostinho.

Fonte: Staden, 1557.

Provavelmente essa é a primeira menção feita a Vila de Igarassu de que se tem registro em relatos de viajantes. Na figura 16, tem-se a representação proposta por Fouquet (1943) sobre a zona costeira de Pernambuco e a localização dos povoados existentes até 1549.

Os círculos em vermelho destacam as vilas e povoados portugueses no início da colonização. Chama-se a atenção para a vila de Igarassu, na qual está muito próxima ao Rio e encontra-se mais interiorizada se comparada com a Vila de Olinda. A linha em azul na vertical indica a distância de cinco milhas, percorrida por Staden de Olinda a Igarassu conforme ele aborda no seu relato.

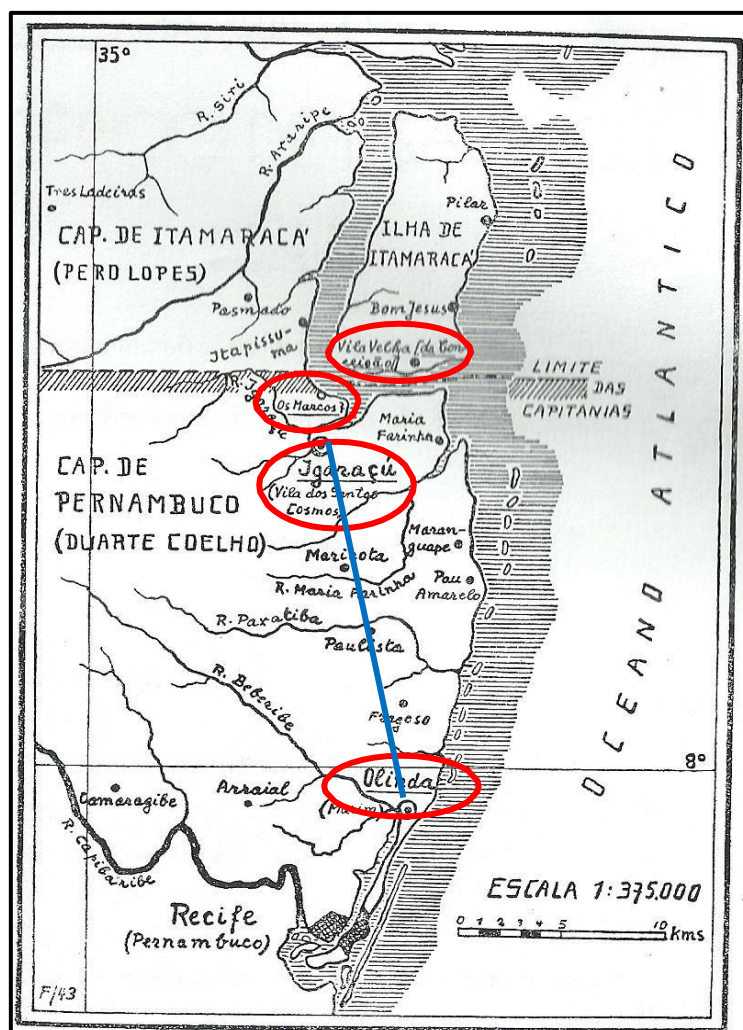


Figura 16. Zona costeira de Recife até à Ilha de Itamaracá destacando os povoados fundados antes de 1549 na proposta de Fouquet. Destaque feito pelo autor.

Fonte: Fouquet, 1943

Um dos episódios a ser destacado no relato de Staden diz respeito ao momento em que é feito o socorro aos colonos de Igarassu, se optando ter acesso a Vila pelo mar ao invés de ir por terra, onde adentraram pelo Canal de Santa Cruz, chegando à foz do Rio Igarassu, que dista duas milhas até a Vila em questão.

“Tomamos 40 homens dentre a guarnição do nosso navio, para prestar socorro aos colonos de Igarassu, e seguimos em um pequeno barco através dum braço de mar, que se estendia duas milhas terra a dentro e no qual jazia a povoação. O número dos defensores montava, incluindo-nos, cerca de noventa cristãos. Acrescentem-se a este número trinta negros e escravos brasileiros, ou sejam selvagens que pertenciam aos colonos. Os silvícolas que nos sitiavam estimavam-se em oito mil. Nossa única proteção consistia numa estacada de cepos” (Itinerário de Staden citada na adenda 2 – capítulo 3, pp. 45-50).

Baseado no relato de Staden foi construído um roteiro (Figura 17) apresentando o caminho provavelmente percorrido pelos colonos do momento da chegada em *Prannenbucke* (Pernambuco) até a Vila de Igarassu.

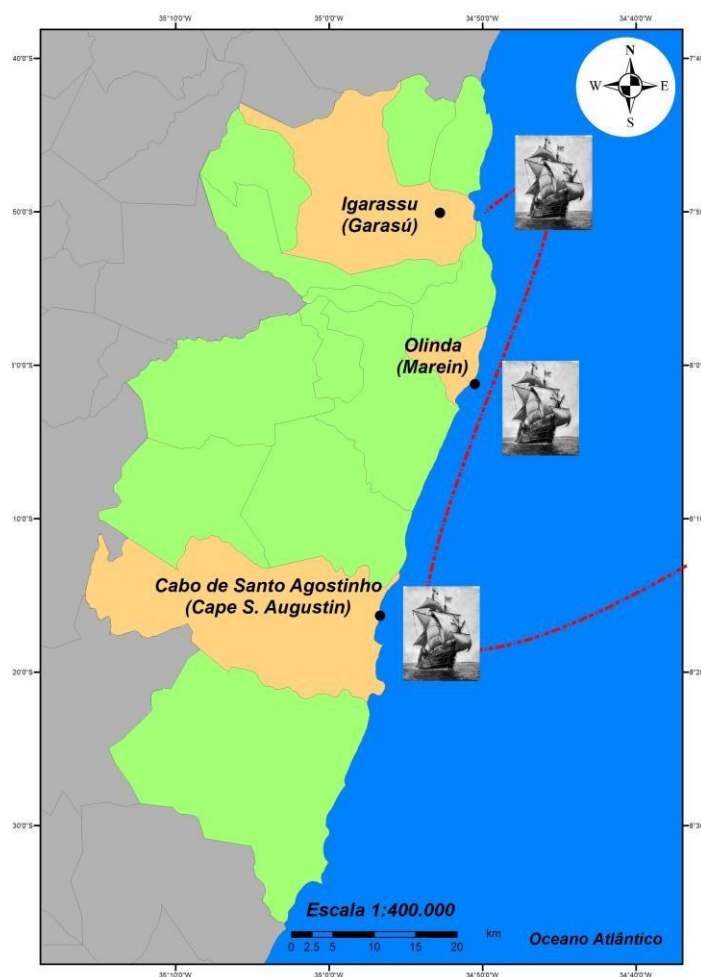


Figura 17. Roteiro da trajetória percorrida por Staden em Pernambuco baseado no seu relato.
Fonte: o Autor, 2014

É importante notar, neste relato, que desde o início da constituição da Vila de Igarassu havia uma relação direta com os recursos naturais, sobretudo o Rio, que funcionava como uma importante via de ligação entre os povoados ao longo dos territórios litorâneos das capitanias de Pernambuco e Itamaracá.

Além disso, as águas do Rio também serviram de cenário para inúmeras batalhas entre os índios caetés e os portugueses. Os nativos usavam grande canoas que tinham a capacidade de deslocar mais de 15 homens. Já os colonizadores com pouco conhecimento da região se utilizaram de batéis, barcos bastante pesados para aquele tipo de luta e navegação (BARRETO, MELO & VIEIRA, 2013).

Esses aspectos naturais foram fundamentais e constituíram, naquele momento, os elementos presentes naquela paisagem, ou seja, aquilo que era visto e vivenciado pela população que viveu naquele período e pelo que era experienciado pelos viajantes, demonstrado nos relatos e nas representações em croquis, mapas e

pinturas. Ainda que não haja uma referência clara a paisagem por parte de Staden, os termos presentes no seu relato fazem menção aos elementos da paisagem, sobretudo a relação que existiu do homem com o meio natural naquele período.

A ilustração a seguir (Figura 18) é um desenho original do próprio Hans Staden e é considerada a mais remota reprodução iconográfica de Igarassu.



Figura 18. Ilustração original retratando o episódio do cerco de Igarassu na ilustração de Hans Staden.

Fonte: Staden, 1557

Na figura percebemos uma vista da zona costeira citada por Staden no seu relato e ilustração de cenas isoladas do cerco. Na margem esquerda vê-se a referência feita ao Cabo de Santo Agostinho (*Cape S. Augustin*); ao lado, à direita, sobre um outeiro acha-se a vila de Olinda (*Marein*) e no meio, em posição avançada, a Ilha de Itamaracá (*Ipa aun tamerca*) (Figura 18a).



Figura 18a. Ilustração destacando a zona costeira da Capitania. Destaque do autor.

Fonte: Staden, 1557

Na parte do meio do segundo plano vê-se, cercada de mata, a praça forte de Igarassu, com quatro construções estilo europeu e outra construção estilo indígena, bem como quatro canhões, do qual um acaba de ser disparado. No rio pode ser observada uma embarcação e adiante troncos e estacas de madeiras tentando impedir a passagem. Na figura C, é representado a Praça do Forte da Vila.

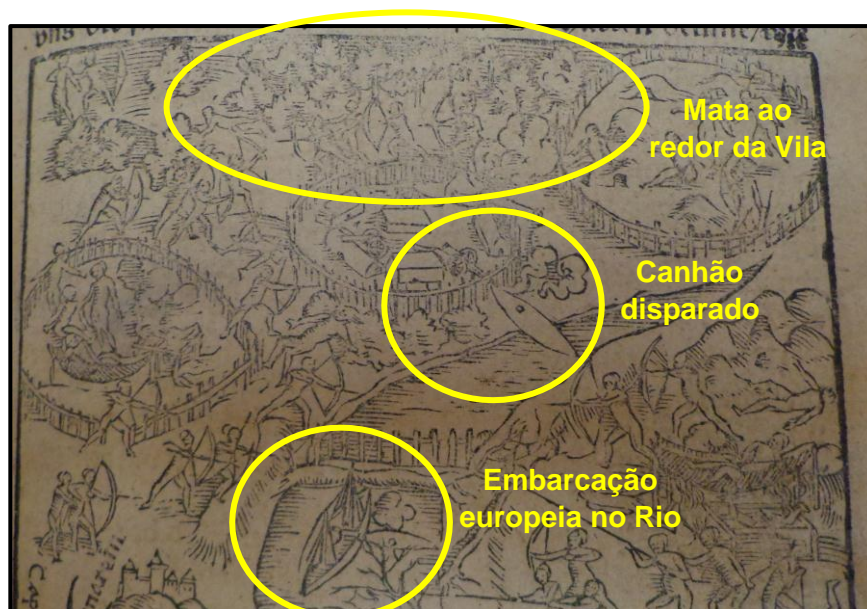


Figura 18b. Ilustração destacando o Rio, a mata e equipamentos de defesa. Destaque do autor.

Fonte: Staden, 1557

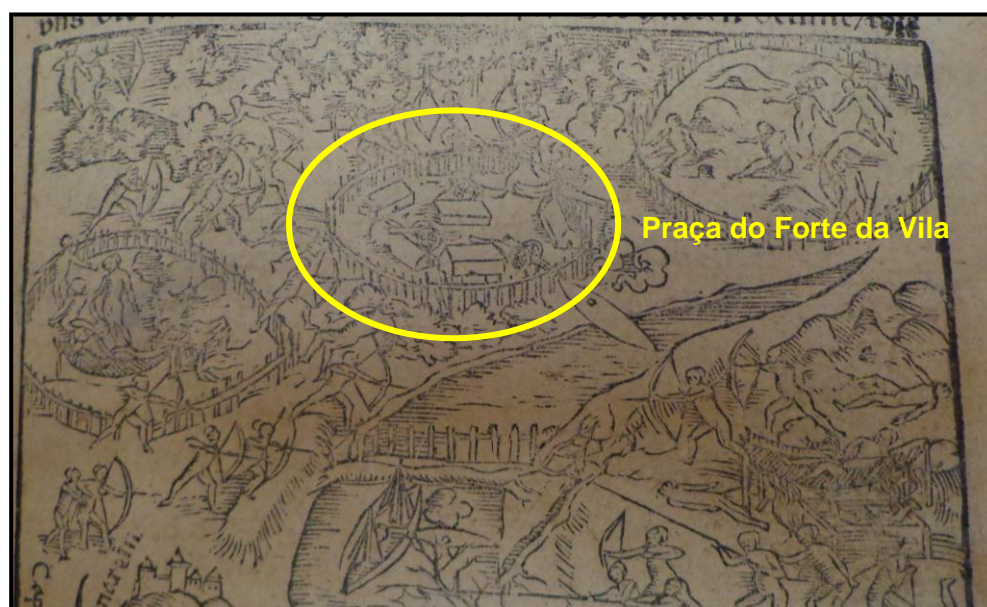


Figura 18c. Ilustração destacando as construções da Vila de Igarassu. Destaque do autor.

Fonte: Staden, 1557

Mesmo se tratado de um cenário de confronto, entre ameríndios e europeus, pela ocupação do território, é possível observar as interações entre o homem e o meio natural que se integram e compõem a paisagem a partir da interpretação da ilustração de Staden. O Rio, a mata, os outeiros são exemplos de características naturais que são apropriadas pelo homem, na qual expressa suas marcas na paisagem de diversas formas. As interações interpretadas na ilustração são indícios de que esses elementos naturais e culturais em conjunto estavam presentes no momento da formação e desenvolvimento da Vila de Igarassu.

Outro relato⁶¹ sobre o cerco de Igarassu foi à do Frei Vicente de Salvador, na qual os aspectos culturais da paisagem foram assim destacados:

“Dalli (do povoado denominado Marcos, às margens do Rio Igaracú), deu Duarte Coelho ordem a se fazer a Villa de Igaracú uma légua pelo rio dentro, do qual tomou o nome, e também se chama a Villa de S. Cosme e Damião, pela igreja matriz que tem deste titulo e orago, a qual é mui frequentada dos moradores da Villa de Olinda que dista della quatro léguas, e de outras partes mais distantes, pelos muitos milagres que o Senhor faz pelos merecimentos e intercessão dos santos” (Relato do Frei Vicente de Salvador citada na adenda 3 – capítulo 8, pp. 108-111).

A leitura deste relato deixa claro o papel da religião como mediador e apaziguador do confronto, ou seja, a dimensão imaterial da paisagem, assim como

⁶¹ A descrição do Frei Vicente de Salvador encontra-se no capítulo 8 do 2º volume de sua “História do Brasil” nas páginas 108-111 da edição citada na adenda 3 (FOUQUET, 1943).

estão presentes os elementos da paisagem cultural. Os aspectos naturais são raramente mencionados, embora seja feita alusão ao Rio como importante via de circulação entre as Vilas de Igarassu e Olinda e a Capitania de Itamaracá.

Na construção da paisagem, os aspectos imateriais ditados pela religiosidade também foram relevantes, sobretudo porque foi esta dimensão que impulsionou a construção dos primeiros edifícios religiosos, as igrejas, que foram formando os elementos culturais presentes na paisagem da Vila de Igarassu. Dessa forma, a paisagem dessa Vila, desde a sua fundação e desenvolvimento, englobou os aspectos imateriais na paisagem, mesmo com poucos indicativos no relato do Frei Vicente de Salvador sobre as construções religiosas na Vila de Igarassu.

A Figura 19 trás a expansão franciscana no tempo do Frei Vicente de Salvador, na qual a indicação de sua passagem pela Vila de Igarassu data de 1588, o mesmo ano em que foi erguido o Convento de Santo Antônio em Igarassu.



Figura 19. Mapa da missão missionária da ordem dos franciscanos no nordeste do Brasil.
Fonte: MANGUINHO, 1963/1964, p. 7

Os relatos de Staden e de Frei Vicente Salvador, mesmo se tratando de relatos históricos, trouxeram informações que apresentaram os significados dos elementos da paisagem da Vila de Igarassu durante a sua formação e seu desenvolvimento. Ressaltando que, apesar da atuação conjunta dos elementos

fisiográficos na formação do Sítio, o mais evidente é, sem dúvida, o Rio Igarassu que contribuiu para a construção e manutenção da Vila naquele período.

Outro momento relevante envolvendo a Capitania de Pernambuco⁶² e, conseqüentemente, incluindo a Vila de Igarassu, aconteceu no século XVII com a invasão holandesa de 1630, que culminou com o período do Brasil holandês. Segundo o viajante JOHAN NIEUHOF, essa capitania era dividida em 11 distritos distribuídos entre o rio São Francisco e a Capitania de Itamaracá. Destes distritos, Olinda e Igarassu eram os principais povoados.

A ocupação holandesa do Nordeste do Brasil no século XVII pode ser dividida em dois momentos: um que ocorreu em 1621 na Bahia, em uma tentativa que não foi bem sucedida e durou pouco tempo, até que os colonos portugueses retomaram o território; e a outra invasão foi em 1630, em Pernambuco sendo bem sucedida.

Pernambuco assim designado pelos portugueses e ameríndios, era a Capitania que “os franceses e nós [holandeses] chamamos geralmente de *Fernambuc*”. Nela havia duas cidades ou povoações, a principal Olinda e a outra “*Garasu*”: ambas contavam com cerca de mil famílias e 23 engenhos de açúcar⁶³, cuja produção atingia em alguns anos 50 mil arrobas. Havia aí muito pau-brasil e algodão e nessa época Igarassu contava com 08 engenhos, o que correspondia a uma pequena parcela perante o total da capitania. (MELLO, 1986).

A Figura 20 apresenta uma ilustração do roteiro percorrido pelos holandeses na Capitania de Pernambuco, durante o período da invasão. O mapa foi confeccionado tendo como base a literatura sobre a temática e os relatos aqui apresentados.

⁶² A capitania de Pernambuco contava com 65 léguas de costa de mar, tem principio no rio de Santa Cruz, que a divide da de Itamaracá, e corre para o sul até o rio São Francisco que a separa da capitania de Sergipe d’El –Rei, e para o sertão tudo o que for da conquista de Portugal até as índias de Castela. Esta capitania de El-Rei D. João III de Portugal a Duarte Coelho de Albuquerque, que entrou com suas naus pelo rio de Santa Cruz, e no sítio de Igarassu venceu e desbaratou muita cópia de índios que ali tinham sua povoação, e ilhas quiseram defender e ofender aos nossos (SANTIAGO, 1984).

⁶³ A economia açucareira sustentava a então capitania de Pernambuco, que possuía no fim do século XVI 66 engenhos de açúcar, número que passou para 150 em meados do século XVII numa contabilização realizada pelos holandeses. (SANTOS, 1968 *apud* MELO, 2011).

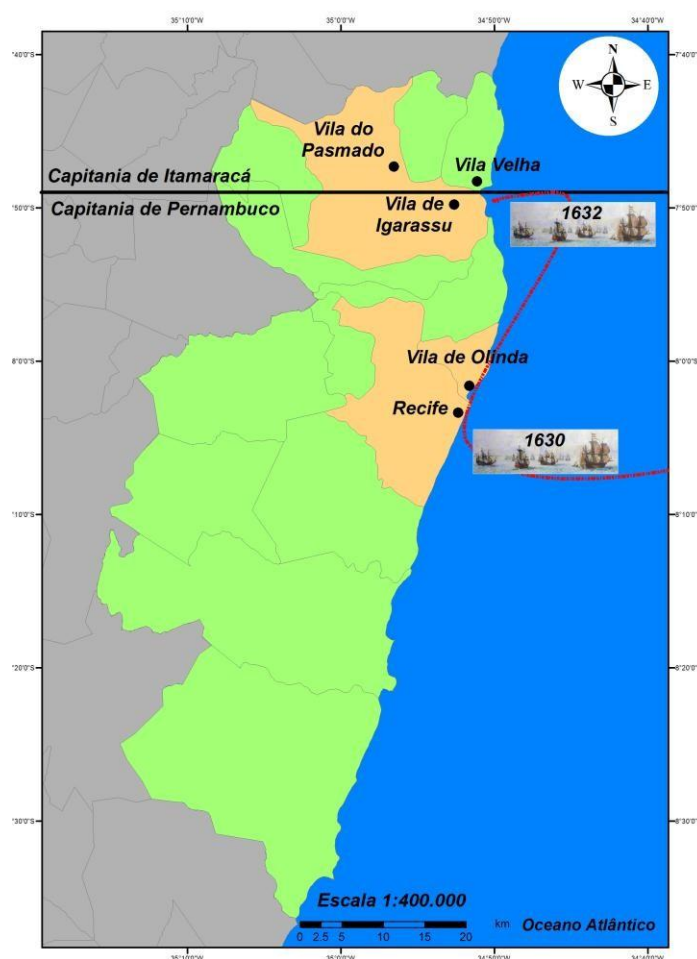


Figura 20. Perspectiva da invasão holandesa em 1630 na Capitania de Pernambuco.
Fonte: o Autor, 2014

A invasão holandesa no nordeste do Brasil levou sete longos anos de guerra contínua e foi até 1637, a partir daí se inicia o governo do Conde Maurício de Nassau.

Os holandeses contavam com a grande vantagem tática do seu poderio naval, cuja variedade e mobilidade permitiam-lhes atacar os pontos mais afastados do litoral, através de pequenos barcos que subiam e desciam a sua vontade os pequenos rios da zona da mata, saqueando e incendiando os engenhos de açúcar e amedrontando a população (MELLO, 1999).

Em abril de 1632, durante o primeiro momento de invasão, os holandeses, sob a orientação de Waerdenburch, iniciaram um ataque surpresa a Vila de Igarassu, numa série de devastadoras expedições contra a mata canavieira, destinadas a destruir as bases materiais da resistência luso-brasileira, os engenhos,

roças e currais, intimidando a população luso-brasileira, afastando-a progressivamente das tropas que a defendiam (FERREIRA, 1958; MELLO, 1999).

Desse fato histórico existem alguns relatos de época que data, do século XVII, e trazem o episódio da invasão e do saque dos holandeses na Vila de Igarassu, como o de João Fernandes Vieira, que descreve a invasão holandesa na Vila de Igarassu de forma precisa. Ele narra com riqueza de detalhes o que aconteceu naquele dia na Vila:

“Os holandeses saíram a noite pela vila de Olinda [...] deram de súbito em Igarassu às nove horas da manhã, tocando suas trombetas, acharam muita gente nas igrejas por ser dia santo, alguns homens que levaram das espadas e outros que lhes saíram ao encontro mataram e feriram, roubaram as casas e igrejas importando-lhes o saque muito, assim de ouro, prata e dinheiro, e outras fazendas e móveis, e até a lá dos colchões levaram. (...)” (SANTIAGO, 1984, p. 54).

O Donatário da capitania de Pernambuco, Duarte Coelho Pereira, em seu diário de memórias de guerra, relata sobre a Vila de Igarassu durante a invasão holandesa em Pernambuco com a tomada das Vilas de Olinda e Igarassu.

“No dia 18 de abril de 1630, na qual já completava dois meses do início da tomada dos holandeses em Olinda e passou pela vila de Igarassu (6 léguas ao norte) vindo da Paraíba um barco pelo Rio que o governador Antônio de Albuquerque enviava mantimentos, como: peixe salgado e farinha, pois havia uma falta desses abastecimentos”. (SECRETARIA DE INTERIOR, 1944, p. 39).

Num outro momento das memórias de Duarte Coelho, é feita referência aos cursos d’água, sobretudo o canal de Santa Cruz e sua importância por se tratar de um porto natural:

“Em 28 de maio de 1631, o inimigo [os holandeses] parte do porto do Recife em direção ao norte, para a capitania de Itamaracá. Na descrição da memória, é feita muita alusão ao Canal de Santa Cruz, na qual além de separar as duas capitanias (Pernambuco e Itamaracá) também forma um braço de mar com duas barras: a barra sul pertencente a Pernambuco na fica encontra-se a Vila de Igarassu e a barra norte chamada de Catuama. Em ambas as barras da Ilha de Itamaracá com uma medida de dez léguas de circunferência é possível receber embarcações, sendo um porto natural”. (SECRETARIA DE INTERIOR, Ibidem, p. 53).

A partir do trecho acima destacado, podemos observar a importância dos recursos hídricos e do porto natural na vida social e econômica da população da Vila. Pois, era a partir do Rio que era feito o escoamento e recebimento de mantimentos e produtos vindos de outras localidades da Capitania de Pernambuco e de Itamaracá.

A Figura 21 traz uma ilustração detalhando a invasão holandesa na Vila de Igarassu, tendo o Rio como principal eixo de ligação e o caminho utilizado para a entrada das tropas holandesas em 1632.

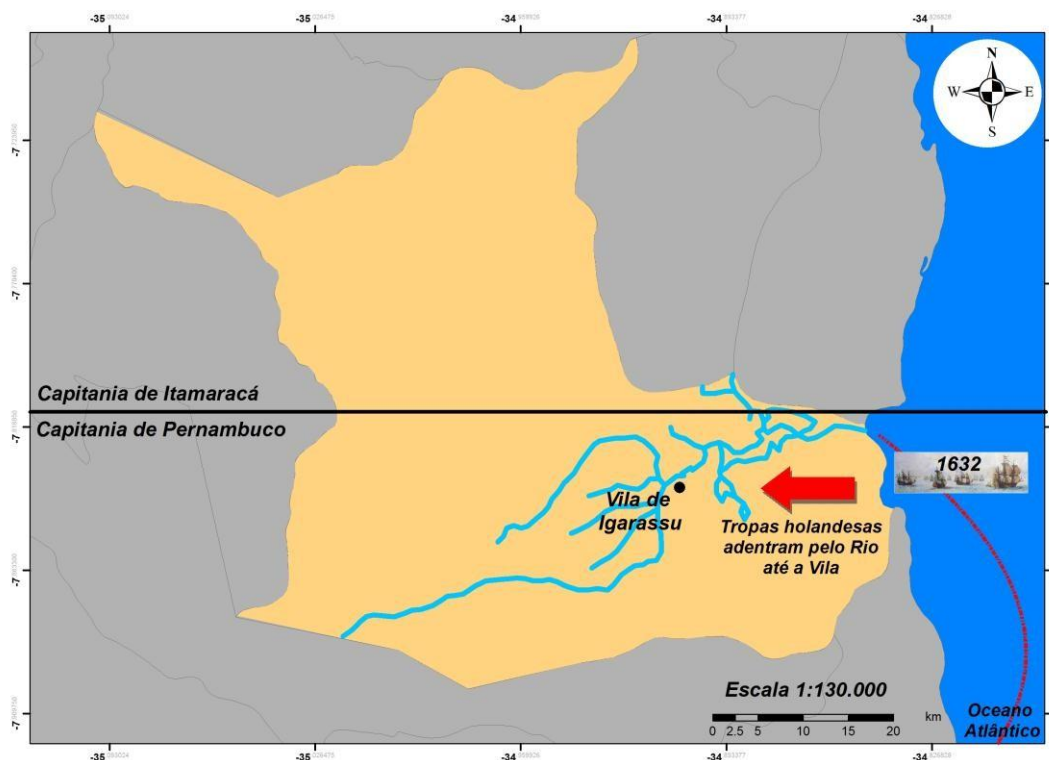


Figura 21. Ilustração da invasão holandesa à Vila de Igarassu em 1632, utilizando o Rio como canal de acesso.

Fonte: o Autor, 2014

A interpretação dos relatos trouxe subsídios reveladores quanto aos significados atribuídos à paisagem expressos nas representações do sítio de Igarassu. É importante, também interpretar por meio dos relatos citados os significados da paisagem natural, principalmente, dos recursos hídricos que tiveram um papel fundamental na formação da Vila. O Rio, em confluência com o canal de Santa Cruz, é claramente visto como a rota de navegação principal ligando a Vila de Igarassu a outros povoados portugueses nas Capitanias de Pernambuco e Itamaracá, além de ter sido o canal de ligação para as tropas invasoras.

Além dos recursos hídricos, os relatos dos viajantes também fazem menção a fatos e construções religiosas presentes na Vila de Igarassu, na qual essas expressões culturais estavam impressas na paisagem e faziam parte do cotidiano da então população do Sítio de Igarassu.

Diante do exposto, cabe salientar que a interpretação dos relatos permitiu ligar o passado ao presente, reconstituindo o cenário da Vila de Igarassu nas diversas épocas vividas. Neste contexto, no Quadro 05, a seguir, procuramos sintetizar a frequência com que os elementos e atributos que compunham a Vila de Igarassu apareceram nos registros culturais, mostrando os seus significados, por meio de relatos dos viajantes e das imagens por eles representadas. O Valor percentual no quadro pode ser considerado como um indicativo da importância dos atributos na conformação do Sítio de Igarassu.

A leitura da paisagem a partir de relatos de viajantes é apenas um dos eixos possíveis de interpretação. Mesmo se valendo de registros documentais, na sua grande maioria, com uma abordagem de fatos históricos, os produtos culturais utilizados atestaram como os recursos naturais, sobretudo os hídricos, responsável pela fundação de um porto, exerceram papel fundamental na constituição da fisionomia da paisagem cultural da Vila de Igarassu, pois eram elementos que estavam associados às marcas e expressões culturais dos povos que ali se estabeleceram.

Quadro 05. Síntese dos elementos e atributos interpretados nas iconografias dos séculos XVI e XVII

| PERMANÊNCIAS | | RELATOS E GRAVURAS | | | | | | |
|--|---|--------------------|--------------------|-------------------------------|---------------------------|----------------------------|-------------------------|----------------------------------|
| | | Cerco de Igarassu | | | Invasão holandesa de 1632 | | | Porcentagem das representações % |
| | | Relato de Staden | Gravuras de Staden | Relato do Frei V. de Salvador | Relato de Richshoffer | Relato de Fernandes Vieira | Relato de Duarte Coelho | |
| ELEMENTOS E ATRIBUTOS | | | | | | | | |
| Naturais | | | | | | | | |
| Relevo / Outeiro | X | X | | X | | | 50 | |
| Ilha | X | X | | | X | X | 67 | |
| Rio | X | X | X | | | X | 67 | |
| Canal de Santa Cruz | X | X | | | | X | 50 | |
| Mata / Floresta | | X | | | | | 17 | |
| Litoral | X | X | | X | | X | 67 | |
| Culturais | | | | | | | | |
| Feitoria | X | | | | | | 17 | |
| Povoado / Vila | X | X | X | X | | | 67 | |
| Porto | X | | | X | | X | 50 | |
| Estacada de cipós / Paliçadas / Cercas / Fortificações com troncos | X | X | | | | | 33 | |
| Povoações no litoral | | X | X | X | | X | 50 | |
| Igrejas | | X | X | | X | X | 67 | |
| Casario | | | | | X | X | 33 | |
| Barcos / Navios / Canoas | | X | | X | | | 33 | |
| Canhões | | X | | X | | | 33 | |
| Representações humanas | | | | | | | | |
| Índios / silvícolas / selvagens | X | X | X | | | | 50 | |
| Negros / escravos | X | | | | X | | 17 | |
| Colonos | X | | X | | X | X | 67 | |
| Cristãos | X | | | | X | | 33 | |

4.2 O olhar dos artistas sobre Igarassu: iconografias dos séculos XVI e XVII

No período de dominação flamenga no século XVII, por meio dos relatos de viajantes, dos mapas, gravuras e pinturas holandesas houve bastante riqueza e perfeição de detalhes ao mostrarem as paisagens, sobretudo à paisagem pernambucana (SOUTO MAIOR & SILVA, 1993).

Na apreciação feita por Furtado (1959, p. 50):

“A cartografia portuguesa começou a declinar com a incorporação de Portugal à Espanha, na chamada União Ibérica, em 1580. Além disso, Portugal estava empobrecido pelas lutas com a Holanda. Dessa forma a cartografia holandesa resplendia em pleno fastígio, ao passo que a portuguesa declinava”.

Guedes (2010), diz que é gigantesca a obra cartográfica⁶⁴ que astrônomos, geógrafos, engenheiros, capitães, pilotos e marinheiros holandeses a serviço da Companhia das Índias Ocidentais realizaram com relação ao Brasil em meio século de atividades náuticas (comerciais ou de conquista), além de efetuarem levantamentos hidrográficos.

Analogamente, Mello (1976) afirma que a cartografia holandesa em Pernambuco foi notória e seu desenvolvimento mais relevante aconteceu entre 1631-1648, na qual muitos exemplares foram produzidos, sobretudo, sobre Recife e Olinda. Na qual, boa parte dos produtos culturais produzidos nesse período representou com muita riqueza de detalhes os rios, as fortificações, as vilas, a vegetação e as igrejas, sobretudo a propósito da capitania de Pernambuco.

Com a administração do Conde Maurício de Nassau, durante a dominação holandesa, aconteceu à primeira experiência de coleta ordenada de imagens e espécimes do novo Mundo, visto que o Conde trouxe consigo muitos artistas europeus na sua comitiva para que eles reproduzissem e estudassem as características do território brasileiro, especialmente de Pernambuco.

A capitania de Pernambuco foi registrada em forma de textos e iconografias, como pinturas e cartografias, durante os dois primeiros séculos de sua ocupação,

⁶⁴ Boa parte da cartografia holandesa tratava-se apenas de uma navegação costeira, baseada em roteiros, chamados de *leeskaarten* (GUEDES, 2010).

sobretudo pelos integrantes da comitiva do Conde Nassau, no período de 1637 a 1644. Esses registros culturais feitos por esses integrantes representaram os primeiros momentos de formação da *urbe* brasileira, de forma a que permitissem que os europeus conhecessem as cenas do Brasil naquele momento (MACHADO, 2009), deixando um legado cultural que por meio da sua representação permite interpretar a maneira que estes artistas holandeses viam a paisagem brasileira, sobretudo a pernambucana e os seus significados.

No trecho traduzido da carta enviada por Mauricio de Nassau para o Marquês Simon Arnaud de Pomponne em dezembro de 1678, observamos o papel de alguns dos seus artistas sobre as representações de aspectos do Brasil:

“[...] as referidas raridades representam todo o Brasil em retrato, a saber a nação e os habitantes do País, os quadrúpedes, as aves, os peixes, as frutas e as ervas, tudo em tamanho natural, e bem assim a situação do mesmo país, cidades e fortalezas, podendo-se com a perspectiva de tais retratos, formar uma tapeçaria para mobiliar uma grande sala ou galeria, o que seria coisa raríssima, que não se encontra mais no mundo, já que tive no meu serviço, durante a minha permanência no Brasil, seis pintores, cada um dos quais pintou de maneira curiosa aquilo para que estava mais apto [...]”. BENISOVICH (1943, p. 36).

Entre estes artistas destacamos Frans Post (1612-1680), George Marcgrave (1610-1644) e Albert Eckhout (1610-1640) que a partir da reprodução de suas iconografias, fizeram com que a flora, fauna e o cenário da terra brasílica fossem conhecidos pela primeira vez na Europa. Especificamente os registros novéis e meticulosos da paisagem realizados por Post, juntamente com o rigor topográfico de sua pintura, permanecerão extracontemporâneos diante dos outros artistas do século XVII (MUSEUS CASTRO MAYA, 1998, p. 8).

O paisagismo retratado por Post sobre o Brasil, segundo Herkenhoff, é visto como um diálogo de distanciamento e aproximação não apenas com relação ao ambiente brasileiro, mas também com respeito à transformação e enquadramento nos parâmetros do paisagismo holandês (HERKENHOFF, 1999, p. 134). Dessa forma, Post tornou-se um dos primeiros pintores a retratar a paisagem e os habitantes do Brasil do século XVII.

“Os quadros de Frans Post nos dão a certeza de que ele foi muito mais que o pintor e paisagista da corte de Nassau. Foi o primeiro olho a registrar a história de uma América que no futuro interessaria a todos. Post não é só o fundador da paisagem brasileira e americana, é o artista que tendo aliado a tradição da pintura de paisagem dos Países Baixos à imaginação brasileira, compôs uma pictorialidade que perduraria quase quatro séculos. Narrar o passado da paisagem brasileira ainda é recorrer ao imaginário pintado por Post (REIS FILHO, 2000, p. 23)”.

No caso do Sítio de Igarassu, a pintura de Frans Post representando-o naquele período foi uma interpretação dos elementos existentes na paisagem, carregada de significados por ele experienciado, segundo um olhar transcultural de um observador holandês a quem coube representar a paisagem do trópico, destinada a ser vista por um público europeu.

No campo de pesquisa, as iconografias ao serem tratadas como instrumento de trabalho, possíveis de serem lidas e interpretadas, como expressão do olhar e como linguagem, abre um leque de possibilidades num campo pouco explorado.

Consoante Cosgrove & Daniels *op. cit.*, a interpretação de iconografias se caracteriza como o método mais preciso para interpretar as imagens visuais, pois se trata de um estudo histórico e teórico do imaginário simbólico. E nesse contexto, a paisagem pode ser representada de variadas formas materiais e em muitas superfícies.

No caso de Igarassu, constituída geograficamente pela colina, recortada suavemente pelo rio, pela vegetação de mangue e mata, e de edificações seculares que compreende igrejas e casarios, o que capta esta cena pictórica como paisagem é o observador, que a emoldura, destaca e seleciona, ilumina ou sombreia os atributos que a compõem, conferindo-lhe sentido e significado. Onde a natureza cultural da paisagem constitui mutuamente as interações entre o sujeito observador e o objeto observado⁶⁵.

Podemos então, a partir da observação das iconografias do passado e dos relatos dos viajantes, interpretar os sinais das permanências e mudanças nos

⁶⁵ Martins (2001) chama atenção para a dicotomia existente a partir de determinado modo de ver a paisagem, na qual ela pode ser vista como a natureza por evocar a arte e o sentimento, sendo classificado de “romântico”, enquanto tem outro olhar que mede, que compara e que mapeia, sendo classificada de “racionalista” ou “neoclássica”, sendo então como duas esferas contrapostas.

elementos e atributos da paisagem da vila de Igarassu, buscando verificar nos significados dos elementos e atributos que compunham esta paisagem no passado ainda estão presentes e são vivenciados hoje.

O período de dominação holandesa, no século XVII, trouxe um rico e detalhado acervo iconográfico para o Brasil, especialmente em Pernambuco. Os detalhes minuciosos sobre a fauna e flora brasileiras, como também, pequenos povoados, ruínas, capelas e grupos de pessoas, foram representados em mais de 130 quadros a óleo, pintados a partir de 1647. Nestas pinturas estão representadas composições estáticas que colocam os elementos da natureza e diversos tipos humanos de Pernambuco em uma paisagem profunda com um horizonte plano, emoldurado por palmeiras.

A obra de Post representou de modo notório Pernambuco, a sua topografia, o seu clima, a agricultura e a cultura política, na qual são intencionalmente escondidas no segundo plano, ou seja, tem-se que procurá-las com os olhos e só se pode encontrá-lo através dos detalhes abundantes do primeiro plano (LAGO, 1999).

O caráter etnográfico, ou seja, as pessoas, em grupo ou sozinhas, e as construções humanas também foram representadas nas obras deste pintor, sobretudo a figura do negro africano (HERKENHOFF, 1999). As pessoas que estão inseridas nas pinturas compondo a Paisagem das fazendas, capelas, ruínas, povoados, plantações de cana-de-açúcar, como também os animais e a vegetação exótica e exuberante também representado, podem ser observados na Figura 22, intitulada “Paisagem de Pernambuco”, de autoria de Post. Nela podem ser observadas as características citadas por Lago e Herkenhoff.



Figura 22. **Paisagem de Pernambuco**, circa 1637 / 1680. Frans Post, óleo sobre madeira, 34,3 x 47,3 cm. Fonte: **Coleção Museu Nacional de Belas Artes/IBRAM/MinC - 19/2013**. Fotografia: acervo MNBA

Coube a Post, durante a administração do príncipe de Orange⁶⁶, registrar as paisagens das áreas sobre controle holandês, assim como as batalhas e as principais edificações construídas ou conquistadas pelos holandeses (LAGO, 1999, p. 240). Nesse contexto, Frans Post retratou a vila de Igarassu, na qual foi à única Vila pernambucana retratada do interior (MELO, 2011).

As pinturas de Post representando Igarassu são bastante detalhadas e, a partir delas, podem-se observar aspectos arquitetônicos, inclusive ruínas, da vila, juntamente com elementos naturais, principalmente a vegetação. Os tipos humanos também são representados nas pinturas e eles são tipicamente recorrentes no espaço da Vila no século XVII. Sendo essas pinturas consideradas importantes documentos do período seiscentista.

⁶⁶ Príncipe de Orange é outra nomenclatura para se referir ao Conde Maurício de Nassau.

A obra deste artista pode ser dividida em quatro fases⁶⁷, na qual a pintura Igreja de São Cosme e São Damião em Igarassu (Figura 23) pertence à chamada terceira fase da obra de Post. Segundo Xexeo (2000), esta fase marca o retorno de Frans Post para a Europa em 1644 e, conseqüentemente, foi o momento em que ele pintou algumas obras sobre o Brasil em território europeu.



Figura 23. **Igreja de São Cosme e São Damião em Igarassu**, circa 1637 / 1680. Frans Post, óleo sobre madeira, 33,4 x 41,4 cm. Fonte: **Coleção Museu Nacional de Belas Artes/IBRAM/MinC - 19/2013. Fotografia: acervo MNBA**

Nessa pintura nos deparamos no primeiro plano com figuras humanas, especialmente de negros e uma vegetação abundante. Do lado esquerdo pode ser observado a Igreja dos São Cosme e São Damião, além de ruínas de alguma edificação e do lado direito algumas pequenas edificações. Estes detalhes podem ser observados nas Figuras 23a e 23b.

⁶⁷ Segundo Correa e Lago (2003), a primeira fase correspondeu à estadia no Brasil durante a administração do Príncipe de Orange. Em seguida, por cerca de quinze anos após o retorno a Europa, Post se manteve fiel aos esboços e registros levados do Brasil em sua bagagem, até mais ou menos 1659, constituindo a segunda fase. A terceira fase da produção de Post, na década de 1660, representa seu período mais fértil, sua maturidade técnica, e nela se veem concessões ao gosto burguês da Holanda seiscentista (ao contrário da fase anterior). Sua última fase, considerada de decadência, compreende os últimos dez anos de sua vida, e percebe-se uma vertiginosa queda na quantidade e na qualidade de suas pinturas.



Figura 23a. Detalhamento do primeiro plano da pintura de Frans Post. Esquema do autor.



Figura 23b. Detalhamento da vegetação nas laterais da pintura. Esquema do autor.

Ao fundo desta pintura, foi representado o horizonte, na qual pode ser identificado um rio, provavelmente o Rio Igarassu, assim como, tipos vegetais como coqueiros e uma vegetação de galeria (ou mata ciliar) acompanhando o percurso do Rio, como pode ser observado nos detalhes da Figura 23c. Post utilizou a técnica da perspectiva que remete o olhar do observador a uma paisagem distante, onde a configuração do relevo se confunde com a representação do céu. Segundo Boogaart (2005), essa composição de Post cria a ilusão de um espaço amplo observado de um único ponto de vista.



Figura 23c. Detalhamento do segundo plano no espaço amplo observado na pintura. Esquema do autor

Ainda de acordo com Boogaart (2005), em boa parte das pinturas de Post, 60 a 70% da tela representa o céu, normalmente coberto levemente por nuvens, e sem um sol visível. Como pode ser observado na Figura23d, representando a pintura da Igreja de São de Cosme e São Damião, não há um sol visível e o céu ligeiramente coberto de nuvens ocupa uma grande porção da tela. Essa representação do céu não corresponderia à luminosidade existente nos trópicos, pois foi interpretada por um olhar distante de um pintor holandês tendo como referência o céu dos Países Baixos.

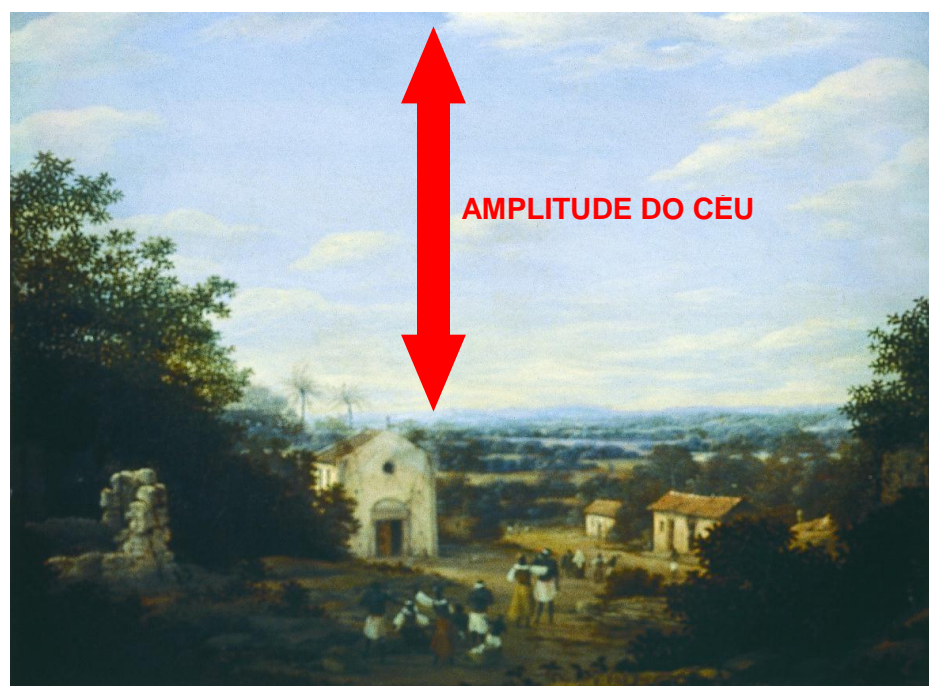


Figura 23d. Representação do céu na pintura e ausência de sol visível. Esquema do autor

Outro elemento a ser destacado na pintura de Post é o uso da topografia ou vista topográfica, na representação da paisagem. Segundo VIEIRA (2010), a paisagem como vista topográfica teve um importante papel na cultura visual da Holanda do século XVII. E consequentemente nas pinturas de Post. Esse mesmo autor afirma ainda que:

“As vistas topográficas apareciam em mapas murais, em gravuras vendidas nos mercados e mesmo em quadros que decoravam as casas tanto dos ricos como dos menos abastados. Quando essas composições são comparadas com a da gravura de Frans Post, é possível perceber que ele representou as localidades do Brasil com o mesmo tratamento dado às cenas pátrias”.

A pintura de Frans Post estabeleceu uma mediação entre um mundo novo e aquilo que lhe era familiar, atribuindo significado ao vivenciado. Assim, é possível verificar que Post trouxe o olhar do viajante que se aproxima da natureza e da realidade vivenciada por ele nas suas expedições, procurando dar forma não apenas ao que foi visto, como também ao que foi “experienciado”, a partir do seu olhar transcultural enquanto artista holandês.

Na fase em que pintou este quadro, este artista já estava mais maduro e suas pinturas ganham um requinte de virtuosismo, sendo considerada a fase mais fértil de sua produção, na qual ele começa a repetir alguns temas e elementos representativos em suas pinturas, além de em algumas de suas pinturas, dessa fase, aparecerem elementos exóticos vegetais e animais (IRB, 2003).

A pintura supracitada de Igarassu possui notável conteúdo estético e testemunhou o talento de Post em uma época em que a Holanda produzia gênios e artistas como: Rembrandt (1606-1669) e Frans Hals (1580-1666). O fato é que Post criou, com suas paisagens brasileiras, um gênero novo dentro do panorama geral da prática da pintura de paisagem na Holanda (XEXEO, 2000, p. 34).

Segundo Boogaart (2005), Post usou praticamente a mesma composição em todas suas pinturas brasileiras, na qual ele aplicou um formato que foi desenvolvido por seus professores no *Haarlem* para um novo tipo de pintura paisagística: a paisagem holandesa realista.

Além das 18 telas a óleo, Post fez inúmeros desenhos que serviram para a realização das gravuras⁶⁸ do livro de Barléu [Barlaeus ou, ainda, Barléus] publicado em 1647⁶⁹, que celebra os feitos do conde Maurício de Nassau. Segundo Lago (1999, p. 241) a monumental obra de Barléu, retrata a crônica ilustrada do Conde Maurício de Nassau durante sua estada no Brasil, e foi composta por 32 gravuras desenhadas por Post.

Dentre estas gravuras encontramos a gravura que retrata *Garasv* [Igarassu] (Figura 24). Segundo a legenda interpretada na gravura, observamos a Igreja Matriz de São Cosme e São Damião (A - *Templum S. Colmi*); o Convento de Franciscano (B - *Coenobium S. Francisci*); Ruínas urbanas (C - *Ruine Urbis*); Distância da Ilha de Itamaracá (D - *Insula Tamarica eminus conspicua*); e Pessoas indo ao templo (E - *Modus deducendi Iufitanas ad templum*), ver a Figura 24a.

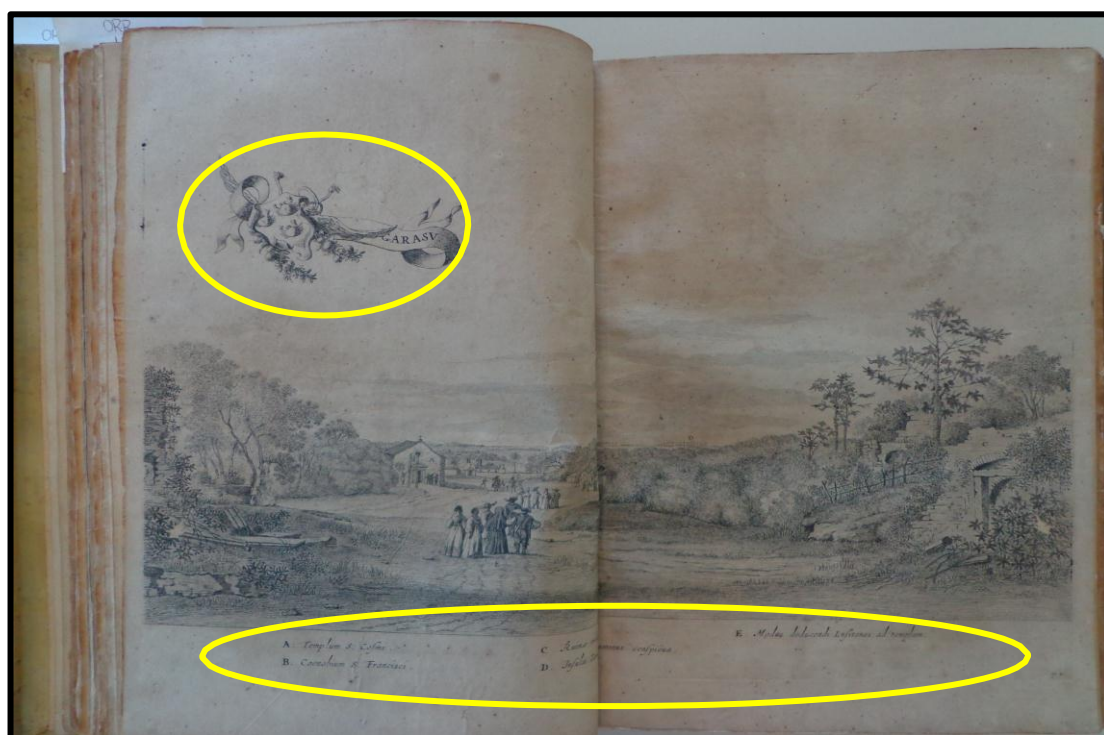


Figura 24. *Garasv* na gravura a sépia de Frans Post no livro de Barléu. Fonte: Barléus, 1647 p. 11. Acervo da biblioteca do Museu Histórico Nacional (MNH). Esquema do autor.

⁶⁸ São 32 desenhos a sépia que foram publicados, pela primeira vez no Brasil, todos numa só edição no livro. Os originais pertencem à coleção Sloane, e estão no British Museum na Inglaterra.

⁶⁹ O livro de Barléu tem 340 p. e é de suma importância para o Brasil, não somente sob o ponto de vista histórico, como etnográfico e econômico (CASCUDO, 1956).

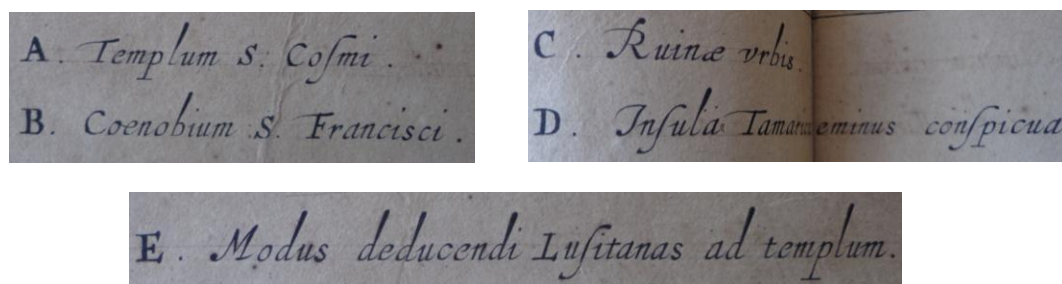


Figura 24a. Identificação das legendas na gravura de Post. Destaque do autor.

A Igreja de São Cosme e São Damião, que depois passou a ser Igreja Matriz da vila de Igarassu, identificada pela letra A está em primeiro plano com relação ao Convento de Santo Antônio, identificado pela letra B, conforme destacado na Figura 24b.

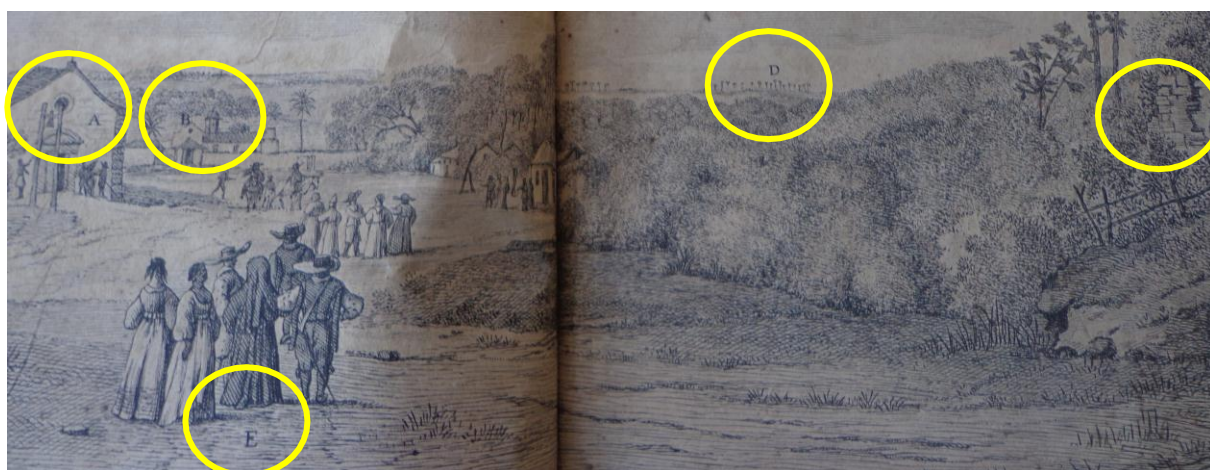


Figura 24b. Identificação das figuras representadas na gravura. Esquema o autor

A letra C faz referências a ruínas dentro do perímetro da Vila e a letra D traz uma vista, ao longe, da Ilha de Itamaracá com seus altos coqueiros⁷⁰ (*Cocos nucifera*), na qual muitos desses vegetais exóticos chegaram ao Brasil através do constante intercâmbio de muda feita pelos colonizadores a partir das mais diversas partes do mundo.

⁷⁰ Vale salientar que não somente a cana de açúcar espalhou-se nos horizontes e várzeas da terra pernambucana, mas também outros vegetais exóticos, não nativos, aqui foram aclimatados. Como, por exemplo, o coqueiro, originário do sudeste asiático e das ilhas polinésias.

A letra E faz referência a um grupo de pessoas ao que indica na legenda são habitantes da vila de Igarassu indo para Igreja, numa menção as práticas religiosas. Segundo Oramas (2010, p. 137), essa referência presente na gravura de *Garasv* se descreve como sendo o *MODUS DEDUCENDI LUSITANAS AD TEMPLEUM*, com os católicos se encaminhando para Igreja de São Cosme e Damião, aonde os homens iam à frente e as mulheres, em seguida, com seus véus longos e por ultimo vinham os escravos com as cabeças descobertas, sendo uma característica que permaneceu no Brasil por mais dois séculos.

Não era comum Post representar Igrejas edificadas em suas gravuras e pinturas, o que torna esta uma exemplar especial, pois normalmente ele representava as igrejas como ruínas, em alusão a invasão dos holandeses que saquearam e queimaram vários povoados dos portugueses no século XVII.

Segundo Guimarães (1957), Frans Post ao pintar seus diversos quadros e gravuras poetizava a paisagem através da harmonia dos elementos e na delicadeza dos pormenores, ou seja, no detalhamento. Isso é perceptível na descrição do Convento:

“Na vertical da composição apenas abrange o convento e o muro entelhado, atrás do qual, diz Sousa Leão, faltam as atuais mangueiras e jaqueiras da Índia, só mais tarde importadas. A frente, a aglomeração dos escravos. Os senhores se encaminham para o alpendre da entrada do templo” (GUIMARÃES, op. cit.).

Na vila de *Garasv* (Igarassu) era permitido a pratica do catolicismo com reserva determinada pelo governo das índias ocidentais em Pernambuco. Era uma tolerância que trazia a melhoria de relações com os portugueses, com quem os holandeses sempre necessitaram negociar um entendimento para evitar colapso da economia açucareira (Oramas, op. cit.).

Os documentos culturais do período de Nassau tornaram conhecida a paisagem pernambucana, na qual trazia os usos e costumes dos tipos humanos, como nativos, escravos, colonizadores, a fauna e flora do litoral e do interior no século XVII, sendo Frans Post o principal responsável por documentar aquele período.

Diferentemente das pinturas e gravuras dos artistas, as referências a Vila de Igarassu nas cartografias antigas não a retratam isoladamente, mas mencionada no contexto geral do território da capitania de Pernambuco ou então representada em mapas que abrangem a região da capitania de Itamaracá, devido a proximidade da Vila com esta capitania. No mapa seiscentista mostrado na Figura 25, encontramos referência à vila de Igarassu dentro do contexto do território de Pernambuco. Este mapa faz parte da coleção encomendada pelo Conde Mauricio de Nassau a Gaspar Barléus⁷¹, após o seu retorno a Europa, representando o litoral brasileiro abrangendo as capitanias de Pernambuco e Itamaracá.

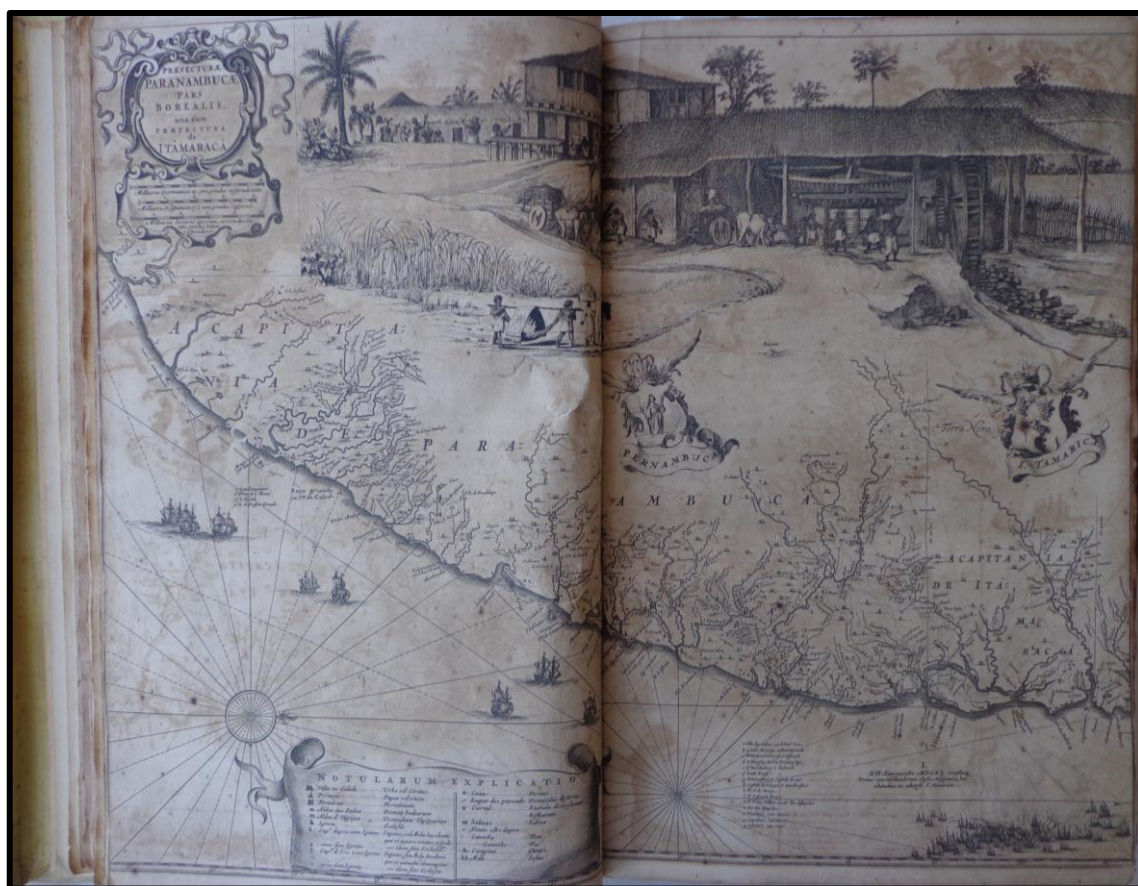


Figura 25. *Praefecturae Paranambucae pars Borealis, una cum praefectura de Itamaracá*.
Fonte: Barléus, 1647. Acervo da biblioteca do Museu Histórico Nacional (MHN)

⁷¹ Treze anos após a publicação de *Rerum per Octennivm in Brasilia Et álibi nuper gestarum*⁷¹ de Gaspar Barleus encomendado pelo Conde Mauricio Nassau. Foi publicado em 1660 “O pequeno Barleus, que na verdade é bastante semelhante ao primeiro livro. Este livro traz algumas referências que não foram publicadas na edição de 1647, como: a menção e uma gravura de um eclipse ocorrido na capitania de Pernambuco (Barléu, 1660), em que tudo indica que é o primeiro eclipse de que se tem notícia no Brasil. Além disso, a vila de Igarassu também aparece no Pequeno Barleus em uma gravura, juntamente com a menção ao Rio *Garafu* [Igarassu]. O Pequeno Barleus contém quatro tratados de Piso, e foi publicado em Cleve na Holanda, quando Nassau era governador de Cleve.

Pudemos interpretar pelo que está representada no mapa a relação entre a Vila de São Cosme e São Damião, atual vila de Igarassu, com a vila da Conceição, na capitania de Itamaracá, devido a proximidade na ligação entre o rio Igarassu com o Canal de Santa Cruz, apontado também nos relatos dos viajantes do século XVI.



Figura 25b. Proximidade entre as Vilas de Igarassu e da Conceição, tendo como principal rota de acesso o Canal de Santa Cruz e o Rio Igarassu. Esquema do autor.

Outro detalhe a ser ressaltado na observação e interpretação do mapa diz respeito à configuração do rio Igarassu, juntamente com seus afluentes, formando a bacia hidrográfica deste Rio, destacados com o prefixo “Igaruçu”: *Igaruçupitanga* e *Igaruçutabatinga* (Figura 25c). Essa representação demonstra a riqueza de detalhes dos mapas holandeses e o conhecimento do território que veio a ser invadido e saqueado em 1632. Inclusive vale salientar que os nomes dos rios e riachos que compõem a bacia de Igarassu são os mesmos daquele período, sendo uma permanência identificada, ressaltando que a única modificação foi à retirada do prefixo “Igaruçu” nos nomes.



Figura 25c. Afluentes do rio Igarassu identificados no mapa holandês do século XVII. Esquema do autor.

Seja pela sua contribuição na morfologia da área ou pela influência que teve na ocupação inicial da Vila, o rio Igarassu é um elemento de referência na paisagem da cidade de Igarassu, especialmente na porção do território que corresponde ao Sítio histórico e geográfico, onde teve grande relevância, sobretudo, para a navegação.

A leitura e interpretação dos significados da paisagem de Igarassu, por meio das iconografias constituídas pelas pinturas de Frans Post e o mapa de Barléus deu subsídios para a interpretação dos elementos e atributos da paisagem no século XVII, a partir do olhar holandês. Estas representações de tipologias arquitetônicas, como ruínas, fazendas e capelas, a vila, os animais, as pessoas que faziam parte daquele contexto, juntamente com elementos naturais, sobretudo a vegetação exuberante e o rio Igarassu serviu de base para elaboração do quadro abaixo.

Foi utilizada a mesma metodologia do Quadro 06, onde foi sintetizado a frequência com que os elementos e atributos que compunham a Vila de Igarassu foram representadas nas iconografias. O Valor percentual no quadro pode ser considerado como um indicativo da importância dos atributos na conformação do Sítio de Igarassu.

Quadro 06. Síntese dos elementos e atributos interpretados nas pinturas e cartografia do século XVII

| PERMANÊNCIAS | PINTURAS E CARTOGRAFIA DO SÉCULO XVII | | | | |
|---------------------------|---------------------------------------|----------------------------------|----------------|--|----------------------------------|
| | FRANS POST | | GASPAR BARLÉUS | | Porcentagem das representações % |
| | Paisagem Pernambucana | Igreja de São Cosme e São Damião | Garasv | <i>Praefecturae Paranambucae pars Borealis, uma cum praefectura de Itamaracá</i> | |
| ELEMENTOS E ATRIBUTOS | | | | | |
| Naturais | | | | | |
| Coqueiros | X | X | X | | 75 |
| Rio | | X | | X | 50 |
| Canal de Santa Cruz | | | | X | 25 |
| Mata / Floresta | X | X | | | 50 |
| Relevo / Outeiro | X | X | | | 50 |
| Amplitude do céu | | | | X | 25 |
| Culturais | | | | | |
| Povoado / Vila | | X | X | X | 75 |
| Ruínas | | X | X | | 50 |
| Igrejas | X | X | X | | 75 |
| Convento de Santo Antônio | | | X | | 25 |
| Casario | X | X | X | | 75 |
| Itamaracá | | | X | X | 50 |
| Representações humanas | | | | | |
| Negros / Escravos | X | X | X | X | 100 |
| Colonos | | | X | | 25 |

Consoante Cosgrove *op. cit.*, a paisagem é como um texto cultural que pode ser lido e interpretado, nesse contexto a leitura da paisagem a partir de pinturas e de mapas cartográficos são outros eixos possíveis de interpretação. No caso das pinturas de F. Post e da cartografia presente na coletânea de G. Barléus foram fundamentais para identificar os atributos elementos da paisagem, permitindo sua interpretação.

Comparando os relatos dos viajantes dos séculos XVI e XVII com as pinturas e a cartografia do século XVII, nota-se que os elementos e atributos presentes em ambos permaneceram na Paisagem desde a conformação da Vila de Igarassu até o período de invasão e dominação holandesa. É interessante ressaltar que as pinturas e a cartografia do século XVII adicionaram a Paisagem elementos e atributos que não foram considerados nos relatos, como: a figura dos coqueiros, a configuração do relevo e a amplitude do céu (como referências as pinturas) e a rede hidrográfica (como referência a cartografia). As iconografias, como produtos culturais, atestaram como os elementos e atributos exerceram papel fundamental na fisionomia da paisagem da Vila de Igarassu.

4.3 O olhar dos viajantes sobre Igarassu: séculos XVIII e XIX

As representações da paisagem no Brasil afloraram, principalmente, depois da abertura dos portos em 1810, e foram produzidas por viajantes estrangeiros das mais diversas nacionalidades: britânicos, alemães, franceses, russos, italianos. Nessas expedições, interesses comerciais, científicos e colonialistas entrelaçavam-se com motivações teológicas, morais e estéticas (MARTINS, 2001).

Com relação à Vila de Igarassu⁷², os registros documentais tiveram uma significativa representatividade ao longo dos séculos XVI e XVII, na qual a produção cultural abarcou relatos de viajantes e iconografias representadas por meio de

⁷² Desde o século XVII que a Vila de Igarassu ostenta o título de mui Nobre, sempre leal e mais antiga Vila da Santa Cruz e dos Santos Cosme e Damião de Igarassu (SILVA, 2002). O que parece, no entanto, é que a vila de Igarassu, que Duarte coelho pretendeu criar nas margens do canal do Rio, jamais foi concretizada, o que fez a câmara de Igarassu apropriar-se de sua referência, de forma a justificar a sua precedência em relação a Olinda (SILVA, *op. cit.*).

pinturas e cartografias, como foi visto nos itens anteriores. No entanto, nos séculos XVIII e XIX existem poucos registros iconográficos sobre Igarassu.

Os produtos culturais representados por meio dos relatos e registros históricos sobre Igarassu também são poucos, porém um dos mais interessantes são os relatos do viajante Henry Koster⁷³, que data de 1814, na qual é descrito com muitos detalhes os aspectos naturais de Igarassu, destacando o papel do Rio e citando, inclusive, Hans Staden:

“No mês de setembro subi pelo rio de canoa até Igarassu. A distância, da minha casa, era de duas léguas. O rio tem duas barras, uma situada na baía da povoação de Conceição e outra na baía da povoação da Camboa, a qual é diante da outra. O rio possui várias ilhas cobertas de mangues e muito baixas para que possam ser cultivadas. As margens do rio são também revestidas pelas mesmas plantas, excetuando uma parte, a esquerda da montante, onde a margem é alta, em perpendicular e com grande saliência. Nesse ponto a floresta vem até a orla da praia. Nos arredores da Vila de Igarassu os mangues foram cortados e n'alguns sítios pode ele não ser planta originária. Quando a maré está baixa a quantidade d'água que fica no rio é diminuta e n'alguns lugares fica inteiramente seco. Se não houvesse, entretanto, dois pontos de pequena extensão onde a água é sempre profunda, um homem a pé podia acompanhar-lhe o curso, por uma milha, de Camboa a vila. Desci um dia em Igarassu numa pequenina canoa, quando a maré baixava, e tinha comigo apenas um companheiro. Tivemos toda dificuldade em encontrar o canal com água bastante para que o nosso barco flutuasse. Era em Conceição que os portugueses vinham de Igarassu buscar provisões, durante o assédio dessa povoação de selvagens em 1548, como relata Hans Staden” (KOSTER, 1978, p. 293).

O interessante de observar na descrição feita por Koster é, sobretudo, o detalhamento dos elementos naturais que compõem a paisagem de Igarassu. Além disso, ao citar Staden no seu relato ele pôde observar um cenário, que tudo indica, parecia ser bastante semelhante ao que existia no século XVI e o Rio continuava com um papel de destaque na navegação por ser um elemento de ligação com outras porções do território de Pernambuco.

Em outro trecho do relato, Koster chama à atenção para o fato da vegetação de mangue estar ocupando uma porção nas margens do Rio significativa, ofuscando segundo ele a beleza natural:

“Os mangues destroem inteiramente a beleza que era natural esperar-se que os rios possuíssem na região de que estou tratando. Enquanto não forem abatidos, apresentarão a mesma uniformidade porque os olhos não podem

⁷³ Pintor português e senhor de engenho, retratou os engenhos no Brasil colonial e também explorou vários locais através de viagens. Mais informações em: GASPAR, Lúcia. Viajantes em terras brasileiras - Documentos existentes no acervo da Biblioteca Central Blanche Knopf. Fundação Joaquim Nabuco. Recife.

penetrar em sua verde espessura. [...] Em Igarassu os mangues são ininterruptos, e ouvi dizer que continuavam sem solução até Goiana. Há plantações ao longo desses rios [...]. os mangues crescem até a linha d'água, e quando a maré está vazando, suas raízes enlaçadas, seus renovos e ramos cobertos de ostras e borrados de lama, ficam a descoberto, mas quando a maré enche e a água alcança os galhos das árvores e essas que se curvam na parte alagada, apresentam ao viajante a visão de uma floresta saindo das águas. Os mangues dessa espécie atingem ao diâmetro de quinze a dezoito polegadas e sua altura é vinte e cinco a trinta pés” (KOSTER, 1978, p. 294 e 295).

O relato de viagem é analisado como uma importante etapa no processo de viagem, tanto para o viajante que, no ato da escrita, adquire autoridade sobre sua própria experiência no campo, quanto para o leitor sedentário, que reanima, com sua imaginação, as imagens grafadas no papel (MARTINS, 2001, p. 29). O olhar do viajante europeu reproduz, ao mesmo tempo, a ação de mapear e descrever paisagens das terras exploradas, como também vigia e controla simbolicamente esses territórios.

Outro relato importante no século XIX sobre Igarassu foi feito pelo missionário norte-americano Daniel Parrish Kidder⁷⁴, em uma das ocasiões em que esteve no nordeste brasileiro, em Pernambuco e visitou Igarassu. Na oportunidade ele fez uma descrição detalhando os prédios públicos, e dando algumas características físico-naturais.

“a vila de Igarassu está situada numa eminência, ao pé da qual corre o riacho do mesmo nome, franqueado por uma antiga e sólida ponte de pedra. Essa vila fica a légua e meia de Pernambuco e dispõe de escola primária, cadeia, paço municipal, igreja matriz e quatro ermidas” (KIDDER, 1945, p. 163).

É importante ressaltar no curto relato apresentado por Kidder a menção que ele fez a Ponte sobre o “riacho” ao se referir ao Rio Igarassu, como também o destaque as igrejas seculares de Igarassu localizadas sobre uma “eminência” e as edificações existentes no sítio da Vila, sendo essa uma característica dos colonizadores portugueses ao erigir alguma povoação.

⁷⁴ Missionário metodista norte-americano esteve no Brasil em duas ocasiões em viagem de propagação evangélica pela região nordeste e na Amazônia. Mais informações em: GASPAR, Lúcia. Viajantes em terras brasileiras - Documentos existentes no acervo da Biblioteca Central Blanche Knopf. Fundação Joaquim Nabuco. Recife.

Um registro histórico feito pela historiadora Kalina Vanderlei Silva⁷⁵, que mostra a religiosidade do Sítio de Igarassu, considerando que a dimensão imaterial também faz parte da paisagem cultural, foi o incidente da epidemia de febre amarela que aconteceu na capitania de Pernambuco no final do século XVII e início do século XVIII, atingindo principalmente Olinda e Recife. Segundo Silva:

“a vila de Igarassu não padeceu com o avanço desse surto; o que não impediu, todavia, que sua população sofresse com o medo do contágio. E seu temor se reverteu em fervor religioso, visto que no Ocidente medieval e moderno povo e Igreja comumente significavam as épocas de peste como castigos divinos impostos pelos muitos pecados da população, o que também significava que só o perdão divino poderia garantir proteção e cura para as doenças” (SILVA, 2012).

Motivados pelo medo e “fervor religioso”, os moradores da Vila buscaram proteção e segurança nos padroeiros da cidade, Santos Cosme e Damião. Com o fim da epidemia em Olinda e Recife, varias ações de graças foram dadas aos padroeiros, através de procissões e atos religiosos na Vila de Igarassu. Segundo Silva (2012), a gratidão tomou uma forma intermediária entre a festa de ação de graças e as tabuinhas votivas⁷⁶, doadas à Igreja matriz na primeira metade do século XVIII, que representa a proteção dada pelos santos padroeiros à vila enquanto, fora dela, a Morte dominava a capitania (Figura 26).

⁷⁵ É uma pesquisa dessa historiadora que foi publicado em 2012 no VI Simpósio Nacional de História Cultural e se refere a fatos importantes ocorridos no século XVII. Disponível em: <http://gthistoriacultural.com.br/VIsimposio/anais/Kalina%20Vanderlei%20Silva.pdf>.

⁷⁶ Tabuinhas votivas são presentes dados pelos fieis ao santo de devoção em consagração ou agradecimento de uma promessa. Normalmente são pinturas ou desenhos, esculpidas em madeira, modeladas em cera ou em quadro de madeira e, a grande maioria, conta com inscrições.



Figura 26. Tela de Ação de Graças aos Santos Cosme e Damião⁷⁷ pela Proteção da vila de Igarassu contra a Peste em 1685. Óleo sobre Madeira, 1729, autor anônimo. Acervo: Pinacoteca do Convento Franciscano de Igarassu/PE. Fonte: REIS FILHO, 2000.

A tela⁷⁸ mostra três vilas da capitania de Pernambuco e duas da capitania de Itamaracá. A legenda refere-se a eventos de 1685, mas a elaboração do quadro é do ano de 1729, devendo-se supor que as imagens correspondam à aparência daqueles núcleos urbanos, nessa época. A Vila de Igarassu é representada com ruas espaçosas, situadas em um território formado por morros; com a igreja matriz, sem torre, em estilo quinhentista, destacada no topo da colina. Essa descrição é

⁷⁷ Essa tela pertence ao Museu/pinacoteca de Igarassu, com a seguinte legenda: "Hum dos especiaes favores q tem receb.o esta freg.a de Igarassu dos seos Padroeyros S. Cosme e S. Damiã, foy o defenderem a da peste, a q. chamaram males que infestaram a todo Pern.co, e duraraõ m.tos annos começando no de 1685, e ainda q. passaraõ a Goyana e a outras freg.as adiante, so a toda esta de Igarassu deixaram intacta, por que sehem 2 ou 3 pessoa os trouceram do R.o, nellas se findaram sem passar a outra, o que tudo he notr.o E p.a memoria se pôs este quadro no anno de 1729 e o deo de esmolla m.el Frr.a de Carv.o". O quadro é um ex-voto pertencente à igreja dos santos Cosme e Damião e hoje recolhido ao Museu pinacoteca de Igaracú, no antigo convento franciscano daquela cidade.

⁷⁸ Segundo Pires (1987) a presença dos santos tidos, na crença popular, como heroicos e vigilantes defensores, fazem menção a "milagrosa" vitória de Duarte Coelho sobre os corsários e índios no século XVI e a proteção espiritual aos habitantes do lugar durante o episódio da epidemia.

muito condizente com os relatos dos viajantes que trazem a Vila no alto de uma “eminência”.

Em dezembro de 1859, a Vila de Igarassu recebeu a visita do Imperador Dom Pedro II. Na ocasião o então juiz municipal de Igarassu, Adelino Antonio de Luna Freire, escreveu um documento apresentando ao Imperador a situação de Igarassu naquele momento, na qual o documento traz uma descrição ampla de vários aspectos de Igarassu do século XIX.

“Esta a vila situada a 06 léguas ao norte do Recife, e duas a oeste da barra de Itamaracá sobre as margens do rio Iguarassú, as quais são unidas por uma excelente ponte de pedra lavrada, em que antigamente houve belos arcos, como na ponte do Recife; porém foram eles arrancados por uma formidável cheia, cuja noticia ainda chega aos nossos dias” (FREIRE, 1950/1951, p. 489).

Ainda segundo Freire,

“(…) a navegação compreende uma quantidade imensa de barcas e canoas empregadas no comercio entre a vila e diversos lugares e o Recife e jangadas ocupadas na abundante pescaria do Rio e da Costa” (FREIRE, 1950/1951, p. 491).

Assim como em outros relatos, o Rio também foi lembrado nesse documento de Freire, que destaca a sua navegabilidade e posição que ocupa na costa pernambucana e sua relação com a Vila de Igarassu e outras localidades, assim como foi destacada a ponte de ligação com a “barra de Itamaracá”.

Em outro trecho do documento foi feita referencia aos aspectos demográficos e populacionais. Assim, pode ser observado o crescimento da Vila de Igarassu em meados do século XIX:

“Atualmente a vila de Iguaraçu possui mais de dois mil habitantes, que se espalham por mais de 200 casas de telhas, incluindo 11 sobrados, e por uma porção imensa de casas cobertas de colmo, que rodeiam a Vila” (FREIRE, 1950/1951, p. 491).

No ano de 1871, Francisco Manuel Raposo de Almeida⁷⁹ esteve em Pernambuco e ao visitar a Vila de Igarassu, estudou detalhes sobre a divisão das capitanias de Pernambuco e Itamaracá ocorridas nos séculos XVI. No seu estudo, ele atribui ser no rio Igarassu o ponto onde passava a linha divisória entre as capitanias:

⁷⁹ Foi um jornalista, escritor e político luso-brasileiro e teve expressiva contribuição sobre a cultura brasileira.

“admitiu que aquela feitoria [de Cristovão Jacques] ficava na margem esquerda do *Rio Iguarassú* perto da foz e ressalta que o rio ia até a *Villa de Iguarassú*, dessa forma por esse canal deve-se contar os 50 passos, de que falavam as cartas de doação de D. João III” (COSTA, 1907).

O Rio figura nesse relato como um marco divisório, detendo significativa relevância para a Vila, visto que a partir dele em conjunto com o Canal de Santa Cruz era feita a separação entre as capitanias.

Dessa forma, o Rio como elemento natural continuava sendo representado como um dos elementos expressos na paisagem do Sítio de Igarassu, sendo seu significado representado nos relatos sobre Igarassu nos séculos XVII e meados do século XIX, como também as edificações que compõem a paisagem cultural deste sítio. A dimensão imaterial deste sítio⁸⁰, apesar de existir desde o século XVII, quando a vila foi fundada tendo como um dos elementos marcantes na paisagem as igrejas, marcando a religiosidade existente, só foi representada nos registros escritos mais recentemente, conforme apresentado neste item.

De modo semelhante aos quadros anteriores, o Quadro 07 a seguir traz uma síntese das permanências com que os elementos e atributos que compunham a Vila de Igarassu apareceram nos relatos dos viajantes dos séculos XVIII e XIX juntamente com as mudanças que foram observadas, na qual o valor percentual no quadro pode ser considerado como um indicativo da importância dos atributos na nesse período no Sítio de Igarassu.

⁸⁰ Quando o autor deste trabalho faz menção à dimensão imaterial da paisagem em Igarassu esta se refere a representação de eventos religiosos, como “Tabuinhas votivas” e procissões.

Quadro 07. Síntese das permanências e mudanças identificadas nas iconografias dos séculos XVIII e XIX

| PERMANÊNCIAS | | | | | | | MUDANÇAS | | | |
|---------------------------------|--|------------------|------------------------|-----------------------------|-----------------------------|----------------------------------|---|---|---|--|
| | Relatos e gravuras dos séculos XVIII e XIX | | | | | | Fundação da Vila de Igarassu | | | |
| | Relato de Koster | Relato de Kidder | Ex-voto Pintura votiva | Documento do Juiz municipal | Relato de Raposo de Almeida | Porcentagem das representações % | Relatos e gravuras dos séculos XVI e XVII | Pinturas e cartografias do século XVIII | | Relatos e gravuras dos séculos XVIII e XIX |
| ELEMENTOS E ATRIBUTOS | | | | | | | ELEMENTOS E ATRIBUTOS | | | |
| Naturais | | | | | | | Naturais | | | |
| Relevo / Outeiro | X | X | X | | | 60 | Ilha | X | | X |
| Ilha | | | | X | | 20 | Coqueiros | | X | |
| Rio | X | X | | X | X | 80 | Amplitude do céu | | X | |
| Canal de Santa Cruz | X | | | X | X | 60 | Rede hidrográfica | | X | |
| Mata / Floresta | X | | X | | | 40 | Manguezal | | | X |
| Vegetação de mangue | X | | | | | 20 | | | | |
| Litoral | X | | X | X | | 60 | | | | |
| Culturais | | | | | | | Culturais | | | |
| Feltonia | | | | | X | 20 | Feltonia | X | | X |
| Povoado / Vila | X | X | X | X | X | 100 | Cercas / Palçadas / Fortificações | X | | |
| Porto | | | X | | | 20 | Canhões / Armas bélicas | X | | |
| Igrejas | | X | X | | | 40 | | | | |
| Casario | | | X | X | | 40 | | | | |
| Barcos / Navios / Canoas | X | | X | X | | 60 | Ruínas | | X | |
| Ponte | | X | | X | | 40 | Itamaracá | | X | |
| Práticas religiosas | | | X | | | 20 | Ponte | | | X |
| | | | | | | | Práticas religiosas | | | X |
| Representações humanas | | | | | | | Representações humanas | | | |
| Índios / silvícolas / selvagens | X | | | | | 20 | Negros e escravos | X | | |
| | | | | | | | Índios / Selvagens / Silvícolas | X | | X |
| Colonos | X | | | X | | 40 | Cristãos novos | X | | |

Apesar dos poucos registros, sobretudo no aspecto da pintura, sobre a vila de Igarassu nos séculos XVIII e XIX se comparados aos do século anterior, os relatos desse período fazem alusão à religiosidade, pouco representada ao longo dos séculos XVI e XVII, embora tenha havida toda uma atribuição de milagres aos santos padroeiros da Vila na vitória sobre os índios, mesmo assim o fator religioso presente nos séculos XVIII e XIX é bem mais expressivo.

O olhar do viajante europeu descreveu as paisagens de Igarassu no período acima citado, apresentando como elemento de permanência na representação dos elementos da paisagem ao longo desses séculos a figura do Rio, presente em boa parte dos relatos e em algumas pinturas de época. Assim como a vegetação que dispõe de significativa representação e as edificações, sobretudo, as de caráter religioso.

Comparando os séculos XVI e XVII com os séculos XVIII e XIX foi possível observar que boa parte dos atributos e elementos identificados nos relatos e nas iconografias permaneceu na paisagem. Contudo, alguns atributos e elementos naturais como os coqueiros não foram considerados pelos artistas e nem os viajantes europeus nos séculos XVIII e XIX, assim como a representação do céu que foi uma característica das pinturas do século XVII e que deixaram de ser representadas nas poucas pinturas do século XVIII. Com relação as representações humanas, enquanto que nos séculos XVI e XVII a figura do negro e do indígena tiveram uma representação considerada, sobretudo do índio como em *uma metáfora na resistência da natureza frente a conquista dos colonizadores*, nos séculos XVIII e XIX as representações humanas foram menos consideradas, embora tenham sido mencionadas, mas não foram as atenções nos olhares dos viajantes deste período. Esses atributos se caracterizam como mudanças observadas na paisagem entre os séculos considerados.

Além disso, a grande mudança observada nos elementos e atributos representados e identificados nos séculos XVIII e XIX foi a Ponte sobre o Rio Igarassu. A figura dessa ponte pode ser inserida em dois momentos: primeiro ela faz alusão a um período de “expansão” da vila, na verdade ela ligava a parte alta da Vila (onde fica a Igreja Matriz, o Convento, a Casa de Câmara, alguns sobrados e os primeiros exemplares do casario) à parte que ficava ao nível do Rio. Onde, do outro

lado da ponte foram construídas alguns novos exemplares do casario e foi erguida a Igreja de São Sebastião, que data do século XVIII.

O segundo momento considera que a Ponte também simbolizava naquele período uma mudança nos acessos e nos deslocamentos dentro da vila, ou seja, com a abertura de caminhos e rotas, as pessoas passaram a circular por essas “vias” em ascensão e, em contrapartida, o Rio que antes era o principal acesso e saída do interior para o litoral e que ligava a Vila de Igarassu a outras localidades das capitanias de Pernambuco e Itamaracá começava a dar sinais de que estava perdendo espaço e sua importância declinando. Logicamente que esse processo foi lento, gradual e decorrente de fatores como a infraestrutura e de técnicas rudimentares da época, mesmo assim é uma observação crítica que é feita da figura da Ponte relacionado com o Rio.

A leitura da paisagem a partir da comparação entre períodos subsequentes é mais um dos eixos possíveis de interpretação. As abordagens de fatos históricos e de documentos de diferentes séculos atestaram como os elementos e atributos naturais se comportaram em épocas distintas, na qual boa parte permaneceu na paisagem, outros foram acrescentados e alguns mudaram. Isso atesta para o fato de que a paisagem é dinâmica, mutável e que novos elementos e atributos podem ser incluídos na paisagem, ampliando a sua dimensão.

4.4 O olhar dos artistas - fotógrafos sobre Igarassu

A fotografia foi introduzida no Brasil meses após sua invenção na França, no século XIX e foi considerada uma nova arte apresentando infinitas possibilidades (FERREZ, 1956).

Esse registro cultural é uma fonte histórica que demanda por parte do pesquisador um olhar crítico e atencioso ao interpretar as representações contidas no olhar do fotógrafo sobre dada paisagem, constituindo também um produto cultural que representa o olhar dos visitantes a partir de um novo meio técnico de comunicação. Nas palavras de Mauad (1996):

“A fotografia deve ser considerada como produto cultural, fruto de trabalho social [...] Neste sentido, toda a produção da mensagem fotográfica está

associada aos meios técnicos de produção cultural [...] o registro fotográfico foi feito para documentar um fato ou representar um estilo de vida”.

Essa mesma autora ao citar Jacques Le Goff⁸¹ considera ainda que a fotografia deva ser pensada, simultaneamente, como imagem/documento e como imagem/monumento. No primeiro caso, quando a fotografia indica marcas de materialidades passadas: pessoas, lugares, objetos, condições de vida, infraestrutura, etc. No segundo caso, é quando a fotografia é uma espécie de símbolo do passado que é perenizada para o futuro (LE GOFF, 1985 *apud* MAUAD, 1996).

Em Pernambuco a fotografia chegou em meados da década de 1840, por meio de vários artistas-fotógrafos, muitos itinerantes, que vieram a Pernambuco e registraram as paisagens constituídas por elementos naturais, e culturais, como as edificações e o cotidiano. Dentre esses fotógrafos estavam: Charles D. Forest Fredricks, que elaborou um catálogo fotográfico com uma parte considerável do Brasil, inclusive Recife; Augusto C. Stahl, que reuniu em fotografia um conjunto de vistas de Recife e seus arredores, incluindo Igarassu e o fotógrafo Marc Ferrez, que apresentou um serie de vistas de Pernambuco, Alagoas e do Rio são Francisco (FERREZ, 1956).

As coleções de Augusto C. Stahl⁸², considerado um dos melhores fotógrafos itinerantes que passaram pelo Recife, segundo Ferrez (1956, p. 14), “são valiosos e insubstituíveis documentos iconográficos que representam e permitem conhecer o Recife e seus arredores mais de cem anos depois do registro”. Em 1859, Augusto Stahl⁸³, fotografou a Vila de Igarassu, onde podem ser interpretados os elementos da paisagem observada e registrada por ele na Figura 27.

⁸¹ LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. *In*: Memória-História, Enciclopédia Einaudi, vol. I. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1985 *apud* MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. *In*: Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, nº 2, 1996, p. 73-98.

⁸² Em 1855 o artista-fotógrafo Augusto C. Stahl fundou no centro do Recife um estabelecimento comercial na Rua da Imperatriz, a empresa Stahl & Cia. Esse artista enviou trabalhos para uma exposição nacional em 1861 e fotografou um conjunto de vistas do Recife e arredores entre 1855 e 1859. Como Stahl não tinha o habito de registrar e nem assinar seus trabalhos, tornou-se difícil a identificação e, certamente, muitas fotografias de Stahl nunca serão conhecidas como sendo de sua autoria.

⁸³ Ao longo desse trabalho não foi encontrado nenhum documento atribuindo a fotografia de Stahl como o primeiro registro fotográfico oficial sobre Igarassu. Contudo, diante do fato de Stahl ser um



Figura 27. Vista da Vila de Igarassu na Fotografia de Stahl em 1859. Foto de Augusto Stahl, P&B, 17 x 23,3 cm. Fonte: Ferrez, 1956.

A fotografia de Stahl mostra em um primeiro plano o rio Igarassu e a ponte atravessando-o. Nesse mesmo plano também tem a imagem da vegetação nas margens de um trecho do Rio, na qual se caracteriza como uma vegetação de várzea com algumas plantas aquáticas, conforme pode ser observado na Figura a. Nesse trecho do Rio, não encontramos vegetação de manguezal, que de acordo com o relato de Koster existia indicando que seu avanço foi posterior ao registro fotográfico de Stahl.

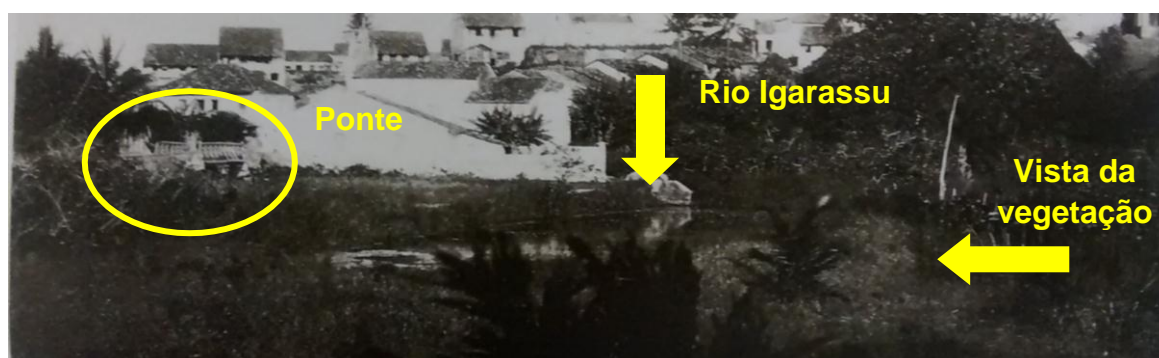


Figura 27a. Destaques no primeiro plano da fotografia de Stahl na Vila de Igarassu em 1859.

Esquema do autor

dos primeiros artista-fotógrafos a registrar cidades de Pernambuco há fortes indícios que essa fotografia em especial seja, provavelmente, o primeiro registro fotográfico de Igarassu.

A esquerda da imagem pode ser observada parte do casario da Vila, a Igreja matriz de São Cosme e São Damião e a torre do sinaleiro. Observando a altura dos telhados, notamos que o casario se eleva da esquerda para direita, acompanhando a elevação do outeiro desde o nível do Rio até a Igreja matriz. Na figura b, também pode ser observado os “fundos” do Convento do Sagrado Coração de Jesus localizado no canto a direita, conforme destaques na Figura b.

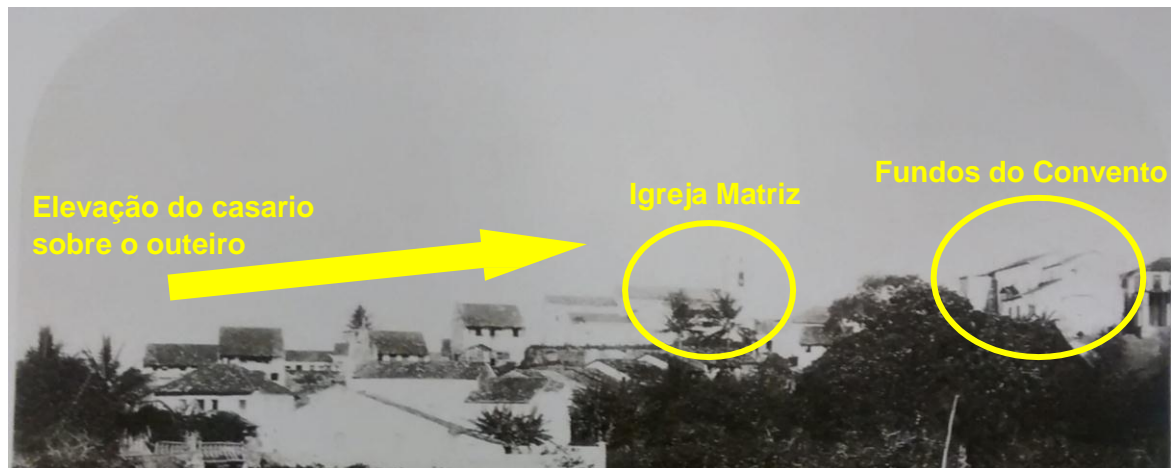


Figura 27b. Destaques dos elementos no plano central da fotografia de Stahl na vila de Igarassu em 1859. Esquema do autor.

Diante do exposto, pudemos interpretar que os elementos naturais e culturais constituintes da paisagem, da Vila de Igarassu, segundo o olhar de Stahl estão integrados. Pudemos também constatar que a representação da imagem fotográfica é condizente com os relatos dos viajantes dos séculos pretéritos que visitaram Igarassu.

No final do século XIX e início do século XX, algumas cenas do ambiente de Igarassu também foram capturadas em fotos, por alguns fotógrafos como Stahl que enviou suas fotografias de conjuntos de vistas de Recife e arredores para uma exposição nacional em 1861. A partir delas é possível interpretar elementos da paisagem, formados pela vida social, ambiente natural e construções seculares.

A Figura 28, de autoria anônima, traz uma representação da vila de Igarassu do final do século XIX e início do século XX com os elementos que constituíam a paisagem desse período, segundo o olhar do fotógrafo. Enquanto na foto de Stahl, há um olhar mais bucólico ao captar na primeira cena o ambiente natural, o olhar do fotógrafo anônimo prefere captar as construções seculares, a vida social e cotidiana, tendo ao fundo, como cenário, elementos naturais, como os coqueiros, que não

existiam segundo os relatos dos viajantes e da iconografia de Frans Post no século XVII, e no ultimo plano o relevo.



Figura 28. Igreja do Coração de Jesus [Título original], o cotidiano e vida social na Vila de Igarassu, autoria desconhecida. Fonte: Monteiro, 1913.

Na figura 28a, destacamos grupos familiares, que faziam parte da sociedade de Igarassu e que estavam no inicio da ladeira da misericórdia, em um pátio, próximo a uma das Igrejas, indicando que estariam participando de alguma comemoração religiosa. Este local liga a parte baixa da vila com o outeiro onde fica a Igreja Matriz, o Convento do Sagrado Coração de Jesus e outras construções do casario. Percebe-se o arranjo urbano do casario em torno de um pátio, tendo como principal edificação a igreja que se destaca, pela altura.



Figura 28a. Grupos humanos na vila de Igarassu. Esquema do autor.

Nessa mesma fotografia, na figura 28b, é possível ver o arruamento e o caminho de pedra que liga o primeiro plano da foto até a Igreja de São Sebastião ao fundo, passando pela ponte de pedra sobre o Rio Igarassu, consoante ao relato de Kidder, que faz menção a mesma ponte.



Figura 28b. Trecho do arruamento de pedra na Vila de Igarassu e casario. Esquema do autor

Com relação ao casario, esse registro fotográfico mostra várias casas da vila com suas janelas e portas abertas, inclusive um Sobrado, que não era comum na Vila, na qual existiam poucas edificações desse tipo. É possível perceber também os ornamentos da fachada das casas e da Igreja. Assim, neste registro fotográfico pôde ser identificado elementos culturais e naturais que foram mudando as características da paisagem da vila de Igarassu, resultado da ação do homem sobre o meio, ao longo do tempo, mostrando como a paisagem é dinâmica.

Nas primeiras décadas do século XX, os fotógrafos continuaram retratando os elementos expressos na paisagem da cidade de Igarassu. Até meados das décadas de 30 a 50 do século XX, o registro fotográfico ainda era um dos mais adequados meios para documentar fatos e representar os estilos de vida e as paisagens, na qual os temas predominantes eram as paisagens urbanas, constituídas, sobretudo, pelas edificações, como também as paisagens rurais.

Um dos registros mais interessantes nesse período data de 1937 (Figura 29) de Fernandes de Barros e foi publicado por Theodor Kladetz em sua obra “As antigas fortificações de Pernambuco [*Die alten Festungswerke von Pernambuco*, título original].



Figura 29. *Kirche zu St. Kosmas u St. Damian in Igarassú* [Título original]. Foto de Fernandes de Barros, 1937?. In: Kladetz, 1937, p. 189.

A fotografia traz no primeiro plano um grupo de pessoas; atrás o largo da matriz com a Igreja de São Cosme e Damião e algumas edificações com suas fachadas detalhadas no segundo plano, e no terceiro plano temos o Convento de São Francisco. Nessa foto também é possível ver ao fundo no canto direito ao centro, depois do convento franciscano, o perfil e a configuração do relevo no entorno da vila de Igarassu, além de densa área de mata fechada também atrás do convento, como elementos da paisagem natural em associação com o homem, como pode ser observado na Figura 29a.

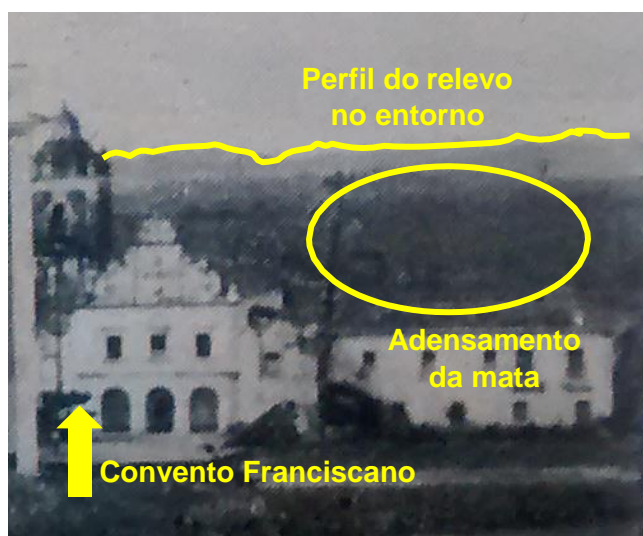


Figura 29a. Configuração do relevo e vista da vegetação no entorno da Vila de Igarassu na fotografia de Fernandes de Barros. Esquema do autor

Outros vários artistas-fotógrafos desse período também registraram as paisagens do Sítio de Igarassu, na qual destacamos: Juventino Gomes (mais conhecido como Juju) que na década de 1930 do século XX, registrou algumas fotografias de Igarassu que retratam elementos da paisagem dos arredores do sítio histórico, mostrando a expansão da cidade, com edificações mais simples e o cotidiano da população (Figuras 30 e 31)

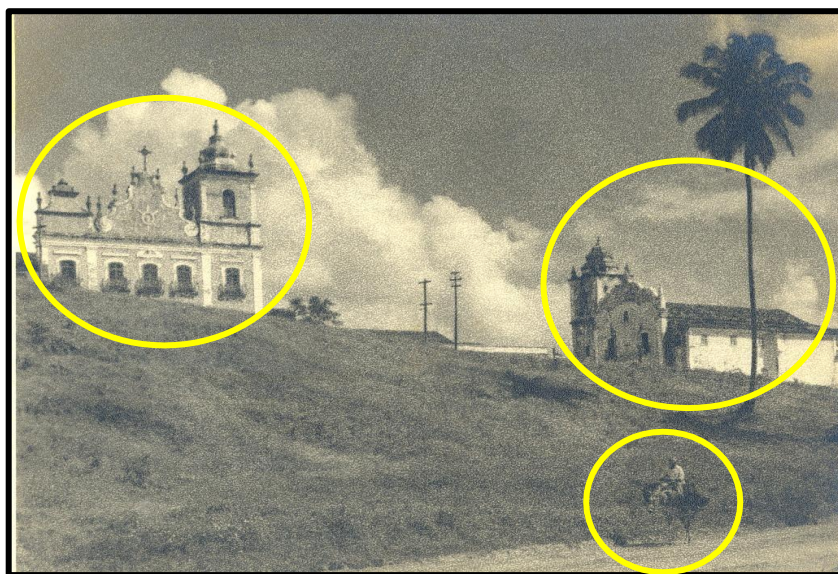


Figura 30. Fotografia da colina histórica (outeiro da Vila) com a vista do Convento do Sagrado Coração de Jesus e da Igreja de São Cosme e São Damião (Igreja matriz) de Igarassu em meados de 1930. Foto: Juventino Gomes (Juju). Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco. Esquema do autor

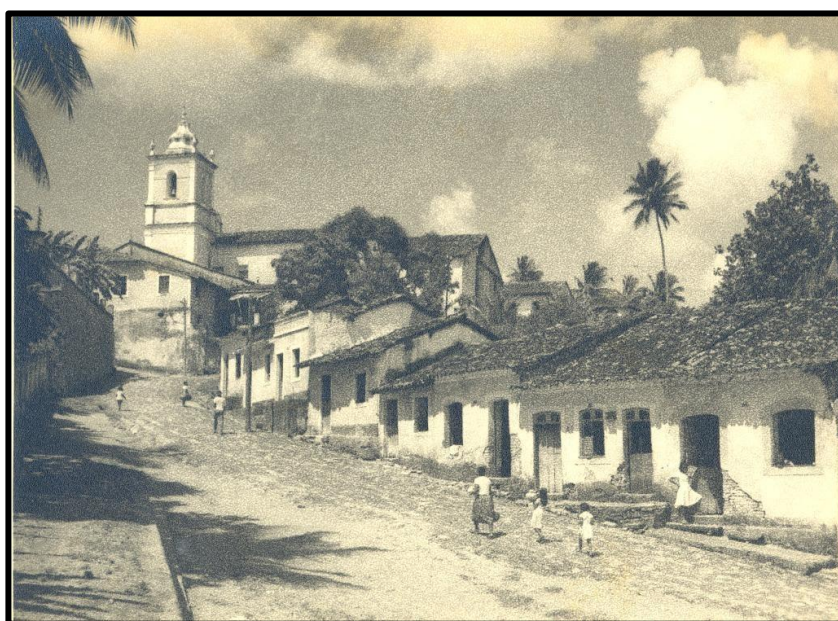


Figura 31. Fotografia da Ladeira da Misericórdia com a Torre do sino do Convento do Sagrado Coração de Jesus em meados de 1930. Foto: Juventino Gomes (Juju). Acervo da Fundação Joaquim Nabuco

Outro artista-fotógrafo que também capturou a cena da Vila de Igarassu no início do século XX foi o fotógrafo Alexandre Berzin, na qual predominava em suas cenas as vistas urbanas, dos monumentos históricos e aspectos físicos da paisagem, conforme podemos observar na Figura 32 e 33.

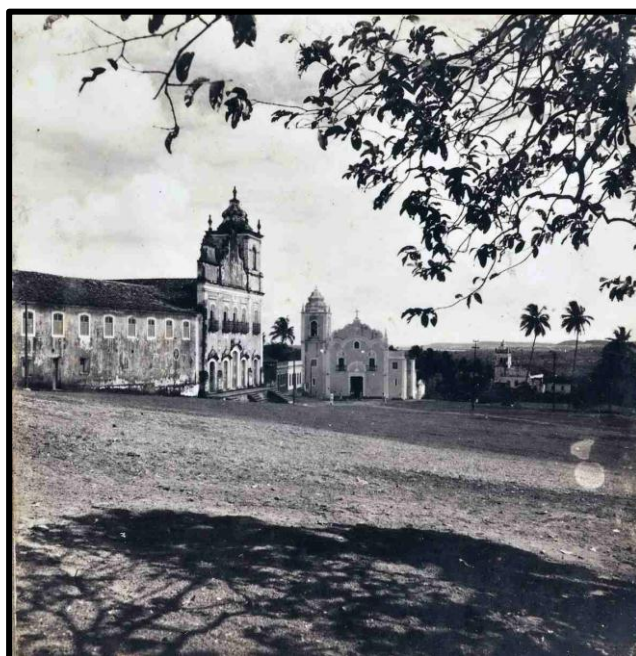


Figura 32. Fotografia sobre a sombra de uma árvore registrando no outeiro o Convento do Sagrado Coração de Jesus, a Igreja de São Cosme e São Damião, a colina histórica, alguns coqueiros e o caminho de pedra em meados da década de 1940/1950. Foto: Alexandre Berzin. Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco

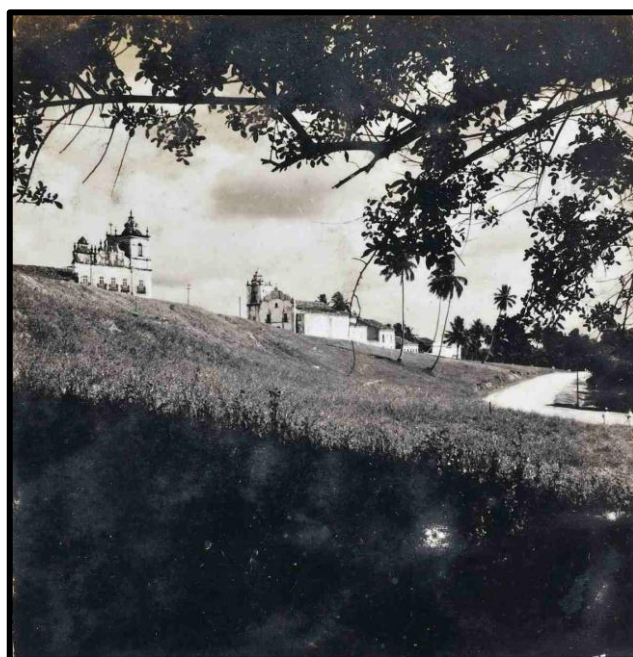


Figura 33. Fotografia da vista frontal da parte alta do outeiro com a Igreja matriz e os dois Conventos da Vila em meados das décadas de 1940/1950. Foto: Alexandre Berzin. Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco

Diferentemente das fotografias da metade do século XIX, na qual os atributos dos elementos da paisagem natural estavam presentes nas cenas capturadas pelos artistas-fotógrafos, os registros fotográficos do início século XX do sítio de Igarassu apresentaram como dominância os elementos culturais, formados pelas paisagens monumentos, ou seja, as construções seculares, como também os aspectos da vida social e cotidiana, e as edificações, havendo pouco destaque para os elementos naturais.

Isto mostra a dinâmica da paisagem, tanto na forma da modificação dos elementos que a constituem como na maneira de ver do observador. Pois a paisagem é entendida, neste estudo, a partir das relações existentes entre o homem e o meio, por meio dos significados dos elementos e atributos presentes no território, onde, segundo Cosgrove *op. cit.* trata-se de interpretar as diferentes maneiras de ver, de compor e harmonizar o mundo externo em uma 'cena', em uma unidade visual que é específica de um determinado território.

Nesse sentido, como forma de sintetizar a frequência com que os elementos e atributos que compunham a Vila de Igarassu apareceram nas fotografias da metade do século XIX até a metade do século XX foi confeccionado um quadro das permanências identificadas (Quadro 08). Ressaltando que o valor percentual no quadro pode ser considerado como um indicativo da importância dos atributos na nesse período no Sítio de Igarassu.

A interpretação de produtos culturais como iconografias (mapas, pinturas, fotografias), conteúdos historiográficos, assim como os relatos e depoimentos orais são subsídios utilizados para a identificação dos elementos e atributos da paisagem permitindo a sua interpretação.

Para Cosgrove (1988), a paisagem é concebida como um modo de ver e de representar, na qual ele utiliza como metáfora a iconografia, partindo do pressuposto de que a paisagem pode ser representada como uma forma pictórica que é carregada de significado e simbolismo, e pode aparecer das mais formas materiais e em muitas superfícies, como nas pinturas sobre tela, em relatos de viajantes escritos em papel e em fotografias, como foi visto no capítulo em questão.

Quadro 08. Síntese das permanências e mudanças identificadas nas Fotografias

| PERMANÊNCIAS | | | | | | | MUDANÇAS | | | | | | |
|---------------------------------------|---|------------------------------|--|---------------------|---|------------------------|------------------------------------|------------------|--|---|---|--|---|
| Fotografias | | | | | | | | | | | | | |
| Segunda metade do século XIX | | Primeira metade do século XX | | | | | | | | | | | |
| Augusto Stahl | | Autor desconhecido | | Fernandes de Barros | | Juventino Gomes (Juju) | | Alexandre Berzin | | | | | |
| Porcentagem das representações % | | | | | | | | | | | | | |
| ELEMENTOS E ATRIBUTOS | | | | | | ELEMENTOS E ATRIBUTOS | | | | | | | |
| Naturais | | | | | | Naturais | | | | | | | |
| Rio | X | | | | | 20 | Ilha | X | | | X | | |
| Mata / Vegetação | X | | | X | | 60 | Coqueiros | | | X | | | X |
| Vegetação de Mangue | X | | | | | 20 | Amplitude do céu | | | X | | | |
| Relevo / Outeiro | | X | | X | | 80 | Rede hidrográfica | | | X | | | |
| Coqueiros | | X | | X | | 60 | Manguezal | | | | X | | X |
| Culturais | | | | | | Culturais | | | | | | | |
| Ponte | X | X | | | | 40 | Fortia | X | | | X | | |
| Igreja dos SS. Cosme e Damião | X | | | X | X | 80 | Cercas / Paliçadas / Fortificações | X | | | | | |
| Convento Sagrado Coração de Jesus | X | | | X | X | 60 | Ladeira da Misericórdia | | | | | | X |
| Convento de Santo Antônio | | | | X | X | 60 | Canhões / Arma bélicas | X | | | | | |
| Casario | X | X | | X | X | 80 | | | | | | | |
| Igreja de São Sebastião | | X | | | | 20 | Ruínas | | | X | | | X |
| Igreja de Nossa Senhora do Livramento | | X | | | | 20 | Ilamaracá | | | X | | | |
| Estrada/ Caminho de pedra | | X | | | | 20 | Ponte | | | | X | | X |
| Ladeira da Misericórdia | | X | | X | | 40 | Práticas religiosas | | | | X | | |
| Representações humanas | | | | | | Representações humanas | | | | | | | |
| | | | | | | | Negros e escravos | X | | X | | | |
| | | | | | | | Índios / Selvagens / Silvícolas | X | | | X | | |
| | | | | | | | Cristãos novos | X | | | | | |
| Ruínas | | | | | | 20 | | | | | | | |

Dessa forma, a paisagem foi evidenciada em iconografias, que são produtos culturais, e a partir da investigação destes produtos culturais foi possível realizar a interpretação dos atributos e significados da paisagem, decifrando-os, pois a interpretação através da iconografia “*se caracteriza como o método com mais precisão para interpretar as imagens visuais* (COSGROVE & DANIELS, 1988)”.

A leitura da paisagem, como uma metáfora, em um texto que pode ser lido e interpretado a partir de uma leitura da própria paisagem feita pelos grupos culturais envolvidos com a paisagem em questão é outra característica dos estudos envolvendo o conceito de paisagem na geografia humana. Na qual, a paisagem como um texto cultural têm muitas dimensões e possibilidade de leituras diferentes, simultâneas e igualmente válidas (COSGROVE, 2012).

Nesse contexto, tanto as iconografias como a “linguagem” são valiosas ao se considerar os estudos de interpretação de significado da paisagem cultural e o capítulo seguinte vai trazer as considerações dos intérpretes da paisagem do Sítio de Igarassu (usuários e especialistas), que foram mediados pela figura do pesquisador, como interprete dos depoimentos orais dos grupos culturais considerados e da cartografia social elaborada pelo grupo dos usuários. Salientando que a leitura da paisagem aqui construída enfocou apenas um dos eixos de interpretação possíveis.

5. LEITURAS DA PAISAGEM PELOS GRUPOS CULTURAIS ENVOLVIDOS

Conforme pôde ser observado nos capítulos anteriores, a paisagem da Vila de Igarassu vem sendo construída desde o início da sua fundação no século XVI, sendo modelada ao longo do tempo intencionalmente por várias ações dos grupos culturais, resultando em elementos e atributos que, em diferentes períodos, permaneceram e/ou modificaram.

Os significados dos elementos e atributos da paisagem da Vila de Igarassu foram interpretados, desde o século XVI, por meio de produtos culturais como Iconografias⁸⁴ (mapas, pinturas, fotografias) e de relatos de viajantes europeus durante os séculos XVII a XIX. No entanto, como as paisagens são dinâmicas e estão em constante evolução sendo diversificadas, devem ser considerados os contextos nas quais se inserem. Nesse sentido, o objetivo do presente capítulo busca interpretar os elementos expressos na paisagem e os atributos que permaneceram e/ou modificaram em um determinado território desse sítio, por meio dos seus significados, com base nos diversos grupos de atores culturais envolvidos com o Sítio de Igarassu, a partir de depoimentos orais e das representações feitas por meio da cartografia social.

Dessa forma, a concepção de paisagem, neste trabalho, vai além da sua fisionomia, deixando de ser analisada apenas por suas características materiais, passando a incluir as interpretações de seus significados para os grupos que a vivenciam ou que a modelaram, pois a paisagem é, segundo Cosgrove (1998, p. 98), *“resultado de uma expressão humana intencional composta de muitas camadas de significados”*.

Visando a atingir o objetivo proposto, o capítulo será dividido em duas partes. Na primeira, serão interpretados os resultados das 26 entrevistas semiestruturadas realizadas com os atores do grupo denominado de usuários. De acordo com a metodologia proposta, a escolha dos atores foi feita a partir da observação livre *in loco*, na qual foram identificados os atores mais representativos por seu envolvimento com o Sítio de Igarassu, levando em consideração as relações histórica, social e cultural desses usuários com o sítio. Nesse sentido, foram entrevistados os seguintes atores: os inseridos nos grupos dos moradores do centro

⁸⁴ As iconografias são “produtos culturais” que servem de evidências das diversas e distintas expressões individuais e coletivas presentes na Paisagem.

do sítio histórico tombado e dos bairros circunvizinhos e adjacências, turistas, artesãos, guias turísticos e religiosos⁸⁵.

Ainda na primeira parte, além da entrevista foi solicitado a cada um dos usuários que fosse feita uma representação pictórica livre sobre um mapa base⁸⁶ (Anexo E) do Sítio de Igarassu, destacando os elementos e atributos mais representativos desse sítio. Tais representações simbólicas foram utilizadas para compor a Cartografia Social de Igarassu, salientado que foram utilizados, apenas, princípios e diretrizes dessa cartografia.

Na segunda parte, são apresentados os resultados de 10 entrevistas realizadas junto aos técnicos, que corresponde ao grupo dos *experts*. Esse grupo é composto por representantes das instituições patrimoniais nas três esferas: federal, estadual e municipal, assim como por acadêmicos com trabalhos e pesquisas que envolvem temas relacionados à Igarassu ou áreas relacionadas à paisagem e /ou patrimônio.

Os resultados dos depoimentos serão expressos em gráficos, onde estão listados em uma linha horizontal os elementos e os atributos colocados no sentido vertical. Assim, esse trabalho terá um aporte subjetivo por tratar da interpretação dos elementos da paisagem segundo os seus atributos, utilizando como ferramenta um aporte objetivo, que é a análise quantitativa dos resultados gerados na forma de gráfico. Os gráficos irão contribuir para na sistematização de um quadro final contendo as permanências e /ou mudanças dos elementos da paisagem, segundo seus atributos para os grupos culturais nos dias atuais.

Cada depoimento juntamente com as representações pictóricas do grupo dos usuários e dos *experts* são consideradas evidências que dão subsídios à interpretação dos significados dos elementos e atributos da paisagem do Sítio de Igarassu. Segundo Cosgrove (*op. cit apud* MELO, 2003), as diferentes posições ocupadas pelos grupos culturais na sociedade resultam em consciências e

⁸⁵ O caráter religioso em Igarassu é muito presente, decorrente do patrimônio cultural expresso nas Igrejas e ordens religiosas.

⁸⁶ Todo o material para realizar tal procedimento foi cedido durante a entrevista, a saber: lápis, borracha, lápis de cor, piloto, prancheta para apoio, folhas de ofício brancas e mapa base apresentando a localização de Igarassu.

experiências distintas, e a evidência dessas diferenças se expressa na paisagem. Apesar de a leitura ter como referência os aspectos fisionômicos, as relações estabelecidas entre o homem e o meio ambiente são carregadas de significados, onde estão contidos aspectos simbólicos e subjetivos, que devem ser consideradas na interpretação dos elementos que compõem a paisagem e dos atributos dados a esses elementos pelos usuários e observadores dessa paisagem.

5.1 Leituras da paisagem pelos usuários

Conforme explicitado acima na primeira parte deste capítulo será feita a interpretação dos elementos e atributos da paisagem do Sítio de Igarassu por meio dos significados atribuídos pelos usuários a partir dos depoimentos orais e dos esboços pictóricos.

A utilização neste estudo de um dos produtos culturais como os depoimentos orais e a representação pictórica, é de significativa importância na interpretação e identificação dos elementos e atributos da paisagem desse território, uma vez que são os usuários que apresentam maior vivência cotidiana no Sítio de Igarassu e por meio deles podemos identificar as permanências e /ou modificações existentes neste sítio.

Podemos interpretar, também, as relações estabelecidas entre o usuário e o meio ambiente natural e cultural, e se os significados da paisagem deste sítio, poderão contribuir com as instituições patrimoniais visando a dar subsídios para um futuro reconhecimento do sítio de Igarassu como bem patrimonial inserido na categoria da paisagem cultural. Dessa forma, estaremos contribuindo para a conservação integrada da paisagem deste sítio.

Quando nos referimos a um sítio de interesse patrimonial, no caso Igarassu, é importante de acordo com Muños Viñas (2005), ouvir e saber interpretar a voz e a opinião dos usuários, pois, muitas vezes, torna-se mais importante que as opiniões dos técnicos e especialistas. Nesse sentido, foram realizadas 26 entrevistas, distribuídas pelo município de Igarassu, englobando o centro histórico, os bairros

circunvizinhos e as adjacências, conforme pode ser observado na Figura 34 que destaca os locais vivenciados pelo grupo dos usuários que participaram das entrevistas⁸⁷. Destas, 12 foram com moradores, 02 com turistas, 03 com artesãos, 05 com guias turísticos e 04 com religiosos.

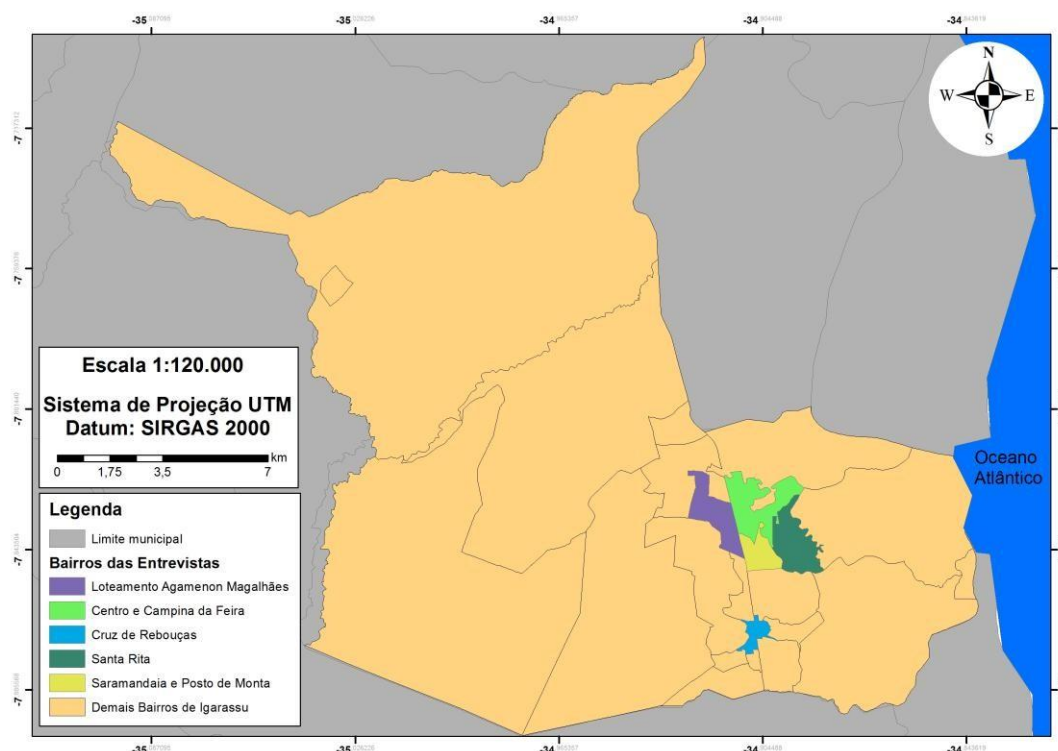


Figura 34. Mapa com os bairros abrangidos e onde foram realizadas as entrevistas semiestruturadas com os atores do grupo dos usuários. Fonte: o Autor, 2014.

O grupo dos moradores escolhidos para serem entrevistados habita a porção onde se originou o sítio de Igarassu inserida no Sítio histórico, que guarda resquícios do passado, representando a identidade deste sítio. Além desses moradores foram incluídos os que moram em bairros circunvizinhos e de adjacências, visto que são novas centralidades e áreas de expansão do crescimento urbano da cidade⁸⁸.

⁸⁷ Embora o Sítio de Igarassu esteja próximo ao rio Igarassu a atividade pesqueira não é tão expressiva como a algumas décadas, devido a questões ambientais e de poluição hídrica, observado no trabalho de campo e a partir da constatação de alguns depoimentos orais. Assim, os pescadores não foram considerados relevantes durante a aplicação das entrevistas.

⁸⁸ Como Saramandaia, Loteamento Agamenon Magalhães, Cruz de Rebouças, Beira Mar e Vila da Fachesf.

O grupo de turistas corresponde aos atores que vão à cidade para visitar os patrimônios materiais e imateriais do município de Igarassu. O grupo dos artesãos⁸⁹ é composto por moradores da cidade que vivem deste ofício e não são vinculados a cooperativas e nem tem apoio governamental.

O grupo dos guias turísticos compreende os atores que detêm significativo conhecimento, sobretudo da história, do município e foram considerados por atuarem nos segmentos de museus e guias de rua⁹⁰. Por fim, o grupo dos religiosos corresponde aos atores que estão ligados as Igrejas e Conventos do Sítio, tendo um papel fundamental na construção da Paisagem de Igarassu, pois o fator religioso esteve presente desde a fundação da Vila, no século XVI, e continua fortemente enraizado até hoje.

Apesar dos entrevistados se expressarem livremente as questões das entrevistas foi organizado dentro de tópicos semiestruturados (rever os Anexos A e B referentes às entrevistas), tendo como eixo norteador a narrativa estabelecida no trabalho. Dessa forma, os tópicos foram os seguintes:

- i. *Entendimento sobre Patrimônio e aspectos da história de Igarassu* – visando identificar os bens tombados e instituições patrimoniais existentes no Sítio e identificar se existe conhecimento sobre a história do município e a sua importância cultural;
- ii. *Identificação dos elementos, atributos e significados* – interpretação dos principais elementos naturais e culturais do Sítio de Igarassu merecedores de reconhecimento patrimonial por seus atributos; interpretação dos principais elementos da paisagem do sítio de Igarassu, segundo os seus atributos.

Paralelamente a aplicação da entrevista semiestruturada, foi solicitado ao entrevistado que fizesse uma representação pictórica do sítio de Igarassu

⁸⁹ Os artesãos são os trabalhadores que fazem representações simbólicas de elementos e atributos do Sítio de Igarassu com fins lucrativos.

⁹⁰ Semelhante aos artesões não são organizados em cooperativas e alguns trabalham por conta própria e recebem conforme a vontade dos turistas, a exemplo dos guias de rua.

destacando os elementos da paisagem que tinham maior significado, pela sua representatividade nesse sítio.

De acordo com Cosgrove (*op. cit. apud* MELO, 2003), esses documentos constituem-se como produtos culturais cuja representação permite interpretar o simbolismo contido nas paisagens. Ressaltando que essa forma de representação gráfica é uma das diretrizes contidas na chamada Cartografia Social⁹¹.

A Cartografia Social⁹² tem se destacado, nos últimos anos, nas questões envolvendo diagnósticos acerca do território (área), pois permite interpretações a partir de representações simbólicas geradas por meio de mapas pelos grupos culturais que vivenciam os espaços (ACSELRAD, 2010) (HOFFMANN, 2010). Essas representações são vistas como específicas de cada grupo considerado, marcando diferenças culturais e construindo signos identitários de pertencimento (ACSELRAD, 2012, p. 27).

Assim, a paisagem pode ser representada a partir da construção simbólica dos atores considerados. E deve ser interpretada através da iconografia, que é o estudo histórico e teórico do imaginário simbólico, na qual se configura como o método mais adequado e preciso para interpretar as imagens visuais (COSGROVE & DANIELS, 2000).

⁹¹ No estudo em questão, advirto que serão abordados e apropriados alguns princípios e diretrizes da Cartografia Social, pois a ação participativa, que torna este instrumento com rigor e validade metodológica é, sobretudo, o fato de o conhecimento produzido ser proporcional aos diálogos realizados, ou seja, ao contato feito com os atores culturais.

⁹² É importante esclarecer que a Cartografia Social, como instrumento, integra as técnicas de geoprocessamento, onde estes tipos de técnicas proporcionam uma maior eficiência no processamento dos dados, na execução de mapeamentos e na organização das informações em formato de banco de dados digital, e que, por conseguinte, traz respostas mais rapidamente. Pois, Segundo Rufino et. al. (2001), é possível através do emprego do geoprocessamento realizar análises espaços-temporais para o monitoramento da evolução de determinado evento, simular cenários antes da implantação de uma determinada ação, visualizar, manusear e analisar simultaneamente várias camadas de informações, otimizando os resultados.

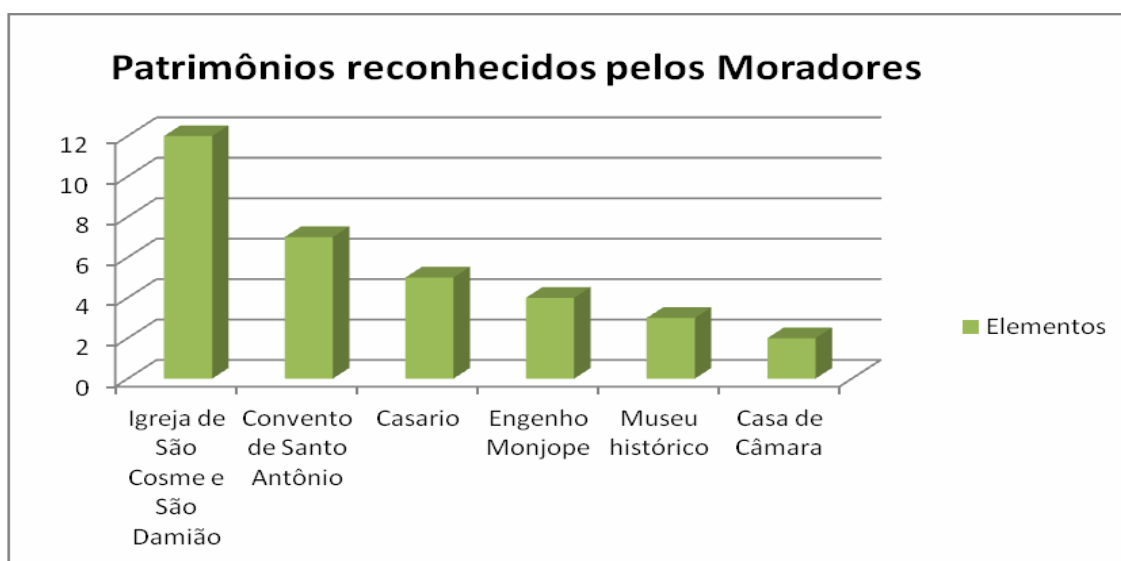
5.1.1 Grupo dos moradores

Composto por 12 usuários, este grupo é formado por pessoas de alta, média e baixa renda, e com variadas níveis de escolaridade. Essas diferenças socioeconômicas resultaram em diversificadas formas de apreensão da Paisagem, que se traduziram em tristezas e deleites no que concerne à indicação dos elementos e atributos que por vezes foram lembrados coexistindo paralelamente.

Com relação ao item: *Entendimento sobre Patrimônio e aspectos da história de Igarassu*, o grupo dos moradores demonstrou ter conhecimento dos bens tombados e da atuação do IPHAN no município, onde 50% dos entrevistados sabem da existência da Casa do Patrimônio (sede do IPHAN em Igarassu) e da sua atuação no município.

No gráfico 01 a seguir estão listados os bens patrimoniais reconhecidos pelo grupo dos moradores, onde podemos observar que a Igreja Matriz de São Cosme e São Damião foi citada por 36,4% e o Convento de Santo Antônio 21,2%, confirmando que a arquitetura religiosa no Sítio de Igarassu é muito representativa e está enraizada na memória dos moradores, inclusive os que moram em bairros mais afastados do centro histórico. Ainda neste item, conforme demonstra o gráfico 1, 15,2% dos entrevistados reconheceram a importância do casario, seguido de 12,1% do Engenho Monjope, e por 9,1% do Museu histórico e 6,1% da Casa de Câmara.

Gráfico 01. Bens protegidos legalmente no Sítio de Igarassu e reconhecidos pelos moradores



Fonte: Entrevistas orais realizadas pelo autor, 2014

Os bens que foram destacados pelos moradores entrevistados, apresentam proteção em alguma instância, indicando que para os moradores a atuação dos órgãos de defesa patrimonial tem algum reconhecimento, sobretudo porque sua atuação ocorre em elementos que eles interagem frequentemente e representam partes importantes de suas interpretações e significados da paisagem.

Um dos moradores consultados reconhece que é fundamental proteger a estrutura física dos monumentos devido a sua importância histórica e cultural. Segundo ele:

“Igarassu sendo um elemento histórico vivo da nossa colonização, eu acredito que tem uma importância, mas infelizmente ainda pouco é feito por essa manutenção [...] Eu sei que as casas do sítio histórico elas não podem ser modificadas a estrutura. Pelo menos a fachada ela tem que ser mantida de acordo com o que era. Tem que ser feita a manutenção das tintas e dos beirais. O sítio histórico tem esse status de não poder ser interferido arquitetonicamente e também as igrejas, embora algumas já tivessem em estado bem crítico. A população ficou receosa com relação ao teto, que é bastante antigo, as estruturas inferiores de algumas igrejas tem alçapões e túneis. Então tudo isso tem que ser feito, a manutenção, afinal de contas são 500 anos de história”⁹³.

Segundo uma das moradoras consultadas, pelo fato de Igarassu ter a Igreja mais antiga do Brasil faz com que haja certa visibilidade. Entretanto, ela afirma que falta um maior reconhecimento da cidade, sobretudo por parte da população.

“Pelo fato de termos a Igreja mais antiga do Brasil, isso abre portas para que não só a igreja, mas que a cidade inteira seja um patrimônio. E infelizmente não é. Falta um olhar mais específico pra tornar a cidade como um todo um patrimônio. Tem muita gente que não conhece a história de Igarassu. Você tem que preparar o turismo para o morador, para receber o turista. O morador precisa conhecer o patrimônio e a preciosidade que temos em mãos”⁹⁴.

Com relação ao tópico, *Identificação dos elementos, atributos e significados* quando perguntados sobre quais elementos poderiam vir a ser considerados como um patrimônio para cidade pelos seus atributos observa-se que o rio Igarassu foi citado em 29,6% dos depoimentos feitos pelo grupo dos moradores, apontando a relevância desse curso d’água como referência da cidade, apesar da poluição apresentada. Em seguida, os manguezais foram citados em 18,5% dos depoimentos e os coqueiros em 14,8%; já a Ponte, o Centro de Artes e o Refúgio Ecológico

⁹³ J. C. B. C. é morador do bairro de Cruz de Rebouças há 30 anos, tem superior completo e é professor de história. Entrevista concebida em Maio de 2014.

⁹⁴ T. U. é moradora do bairro da Saramandaia, de família tradicional, é cineasta e tem superior incompleto. Entrevista concebida em Maio de 2014.

Charles Darwin aparecem com 7,4% cada e os demais elementos foram citados em 3,7% cada um.

No geral, os elementos escolhidos nos depoimentos por seus atributos foram os naturais, conforme podemos perceber no gráfico 02, abaixo. Segundo a interpretação feita, este resultado não aponta nenhum elemento cultural, talvez porque a maioria desses já é reconhecida como bem patrimonial.

Gráfico 02. Elementos de reconhecimento patrimonial segundo os moradores



Fonte: Entrevistas orais realizadas pelo autor, 2014

Apesar do Rio ser considerado parte integrante do Sítio de Igarassu, está associado à poluição. Alguns trechos dos depoimentos afirmam que: “o Rio tá poluído e muitas famílias que viviam dele no passado, hoje não podem mais sobreviver dele”⁹⁵ e “o Rio está totalmente sem vida por conta da poluição, dizem que ele era lindo. É uma lástima, pois ele corta a cidade”⁹⁶ ou então “as águas do rio

⁹⁵ T. R. é moradora do bairro Saramandaia, tem ensino médio completo e é vendedora de loja. Entrevista concebida em Maio de 2014.

⁹⁶ M. S. C. é moradora do bairro Vila da Fachesf, tem ensino fundamental incompleto e trabalha com auxiliar de serviços gerais no Museu Histórico de Igarassu. Entrevista concebida em Maio de 2014.

*São Domingos eram limpas demais*⁹⁷ e “*minha mãe lavava roupas lá no Rio*”⁹⁸ ou ainda “*o rio São Domingos não é tratado como devia, hoje em dia o mau cheiro dele causa repulsa. Como você tem um bem tão grande e não trata dele?*”⁹⁹.

Mesmo diante desse quadro, vemos que a figura do Rio ainda é fortemente presente na memória da população, pois alguns moradores não puderam ver a sua beleza, nem se deleitar nas suas águas. Ao mesmo tempo, foi expresso o encanto dos que o conheceram e que contaram como era e a tristeza compartilhada ao se depararem com a poluição presente do rio Igarassu.

Alguns moradores de Igarassu consideram o rio como parte da identidade da cidade: “*a água não pode ser destruída, faz parte da cidade*”¹⁰⁰ e “*o rio São Domingos era o único ponto que conectava quem chegava no Atlântico até o interior e foi um local de intensas batalhas [...] Embora esteja degradado, antigamente eu conseguia ver vários tipos de caranguejos, inclusive os Aratus que eram um dos símbolos daquele lugar*”¹⁰¹ ou ainda “*faz parte do desenvolvimento e da cultura [...] Senão a cidade não teria a essência que tem*”¹⁰².

Outros elementos naturais, como o manguezal, foram mencionados durante as entrevistas. Em um dos depoimentos, a moradora associa o manguezal à vida e diz que uma cidade sem vegetação perderia sua identidade.

“Uma cidade sem o seu resquício de vegetação, ela não é nada. Porque é justamente essa vegetação que traz vida a cidade, não é só a história dela. É um conjunto de fatores. Tem o mangue, o rio, os caranguejos”¹⁰³.

⁹⁷ I. G. é moradora do bairro Loteamento Aveloz, tem pós-graduação em Matemática e é moradora de Igarassu a mais de 25 anos. Entrevista concebida em Maio de 2014.

⁹⁸ R. G. é morador do bairro Loteamento Aveloz, tem ensino fundamental completo e mora em Igarassu há mais de 40 anos. Entrevista concebida em Maio de 2014.

⁹⁹ T. U. *op. cit.*

¹⁰⁰ L. B. S. é morador do bairro Beira Mar II, tem ensino fundamental completo e mora em Igarassu a 27 anos. Entrevista concebida em Maio de 2014.

¹⁰¹ J. C. B. C. *op. cit.*

¹⁰² A. S. N. é morador do bairro Beira Mar I, tem ensino médio completo e atualmente é educador infantil. Entrevista concebida em Maio de 2014.

¹⁰³ T. U. *op. cit.*

Por esse depoimento percebemos que a paisagem de um território não pode ser restrita ao fator mais visível, uma vez que existem elementos cujos atributos têm um significado subjetivo e que alguns olhares “treinados” podem não ver a gama de possibilidades. Aí está a necessidade de se consultar os atores que vivenciam o sítio, na escolha dos bens que merecem reconhecimento patrimonial, pois é a população que apreende os significados e que vão além da fisionomia.

Apenas 3,7% dos moradores atribuíram aos ritos religiosos parte da riqueza imaterial do sítio de Igarassu, como integrantes da cultura presente na cidade resultado de muitos séculos de história, relacionados a instituições religiosas e as igrejas que são um bem patrimonial. Segundo um dos depoimentos:

“Igarassu dentro de Pernambuco é um dos municípios mais ricos em relação cultural, e parte dessa riqueza, consiste na religião, por ser na religião que a gente encontra a maioria dos monumentos históricos que trazem da cultura de Pernambuco [...] Eu creio que a característica do povo, apesar de ter passado o tempo, manteve certa religiosidade e isso está transcendendo a história. Atualmente o povo continua com a fé, continua com a sua visão religiosa. Mesmo pessoas que estão nascendo agora, pessoas que estão sem muito acesso a história, estão continuando”¹⁰⁴.

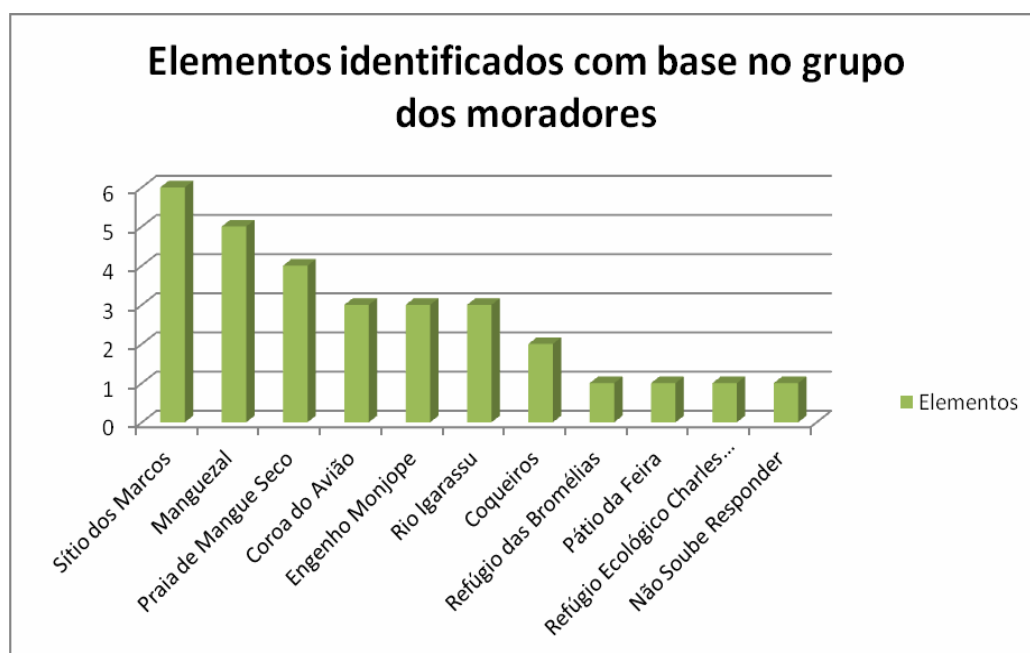
Por fim, no último tópico da entrevista sobre a identificação dos principais elementos da paisagem do sítio de Igarassu, segundo os seus atributos, a maneira de ver interpretada pelos significados contidos nos depoimentos dos representantes desse grupo, mostrou que o manguezal, o rio Igarassu e os coqueiros foram apontados em 16,7%, 10% e 6,7%, respectivamente nos depoimentos. Contudo, o Sítio dos Marcos foi considerado o mais representativo para o Sítio de Igarassu com 20% das citações feitas.

O litoral do município também foi incluído como representativo da paisagem, a praia de Mangue Seco e a Coroa do Avião¹⁰⁵, com 13,3% e 10%. Foi apontado também o Engenho Monjope em 10% dos depoimentos, já os demais elementos da paisagem foram citados em 3,3% cada um. O gráfico 03 mostra os elementos da paisagem de Igarassu mais representativos segundo os seus atributos.

¹⁰⁴ A. J. P. é morador do bairro Saramandaia, tem superior completo e é coordenador pedagógico, mora em Igarassu há 26 anos. Entrevista concebida em Maio de 2014.

¹⁰⁵ A Coroa do Avião é uma ilha que geograficamente está no município de Igarassu. É um banco de areia coberto de vegetação (restinga). Existe certo litígio entre os municípios de Igarassu e Ilha de Itamaracá pela posse do território de, aproximadamente 560 m de extensão.

Gráfico 03. Elementos da paisagem do Sítio de Igarassu segundo os moradores



Fonte: Entrevistas orais realizadas pelo autor, 2014

A interpretação desses depoimentos mostra que na leitura da paisagem os atributos são permeados por aspectos históricos, crenças, memórias e valores, que são resultados da relação estabelecida com o meio ambiente que influi no modo de ver de determinado ator cultural da paisagem. O estudo da paisagem cultural não pode estar desvinculado de um contexto histórico das relações humanas que envolvem a produção e o mundo a qual habitam (COSGROVE, *op. cit.*).

Dessa forma, os depoimentos mostraram que o patrimônio cultural expresso na arquitetura civil e, sobretudo, religiosa tem atributos com forte significado para a os usuários do sítio de Igarassu. Entretanto, os depoimentos também mostraram que o rio Igarassu é um elemento cujos atributos têm um significado muito forte por seu papel na construção cultural e natural da cidade, pois o Rio é visto como parte integrante da Paisagem do Sítio de Igarassu, juntamente com outros elementos naturais que também se fizeram presentes nos depoimentos.

Depois dos depoimentos orais os usuários receberam um mapa do município de Igarassu para que nele fosse feita uma representação pictórica da maneira como eles viam os elementos da paisagem de Igarassu para posteriormente

interpretarmos os seus atributos. Assim, as figuras¹⁰⁶ 35, 36, 37 e 38 são representações simbólicas expressas por alguns moradores, sendo selecionados 04 desenhos mais representativos por terem uma relação próxima com o depoimento.



Figura 35. Representação pictórica de E. R.¹⁰⁷.

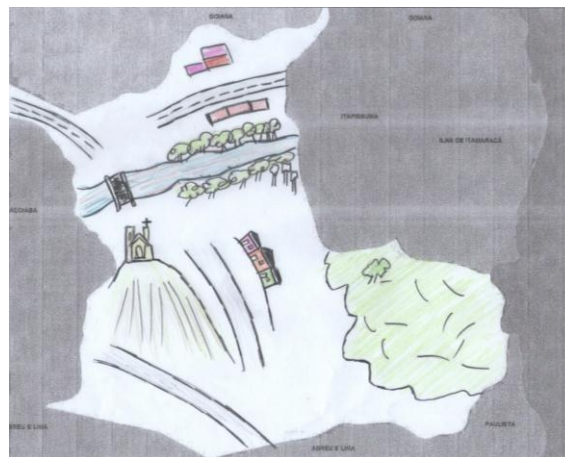


Figura 36. Representação pictórica de J. C. B. C.

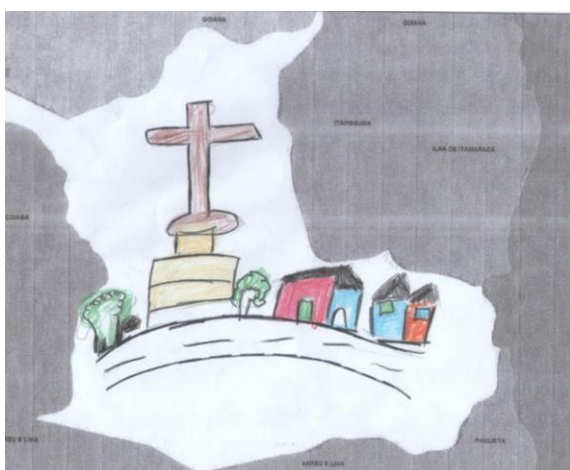


Figura 37. Representação pictórica de M. A.¹⁰⁸.



Figura 38. Representação pictórica de M. H. B. C.¹⁰⁹.

¹⁰⁶ Neste caso em particular, no corpo do texto somente serão apresentados 04 desenhos de moradores, as demais representações juntamente com de atores de outros grupos estão nos Anexos 06 até 15. Essa decisão foi tomada devido à significativa quantidade de representações. Os desenhos selecionados foram escolhidos com base nas respostas dos depoimentos.

¹⁰⁷ E. R. é moradora do bairro Posto de Monta, tem superior incompleto e é estudante. Entrevista concebida em Maio de 2014.

¹⁰⁸ M. A. tem 36 anos, é morador do bairro de Cruz de Rebouças, tem ensino médio completo. Entrevista concebida em Maio de 2014.

¹⁰⁹ M. H. B. C. é moradora de Igarassu a mais de 40 anos, reside no bairro de Cruz de Rebouças, tem magistério completo e atualmente é dona de casa. Entrevista concebida em Maio de 2014.

Na leitura e interpretação de várias representações pictóricas foi atribuído pelos usuários um papel de destaque a Igreja Matriz de São Cosme e São Damião assim como ao casario, ao museu histórico e o Cruzeiro.

Embora a arquitetura civil e, sobretudo, a religiosa tenham sido amplamente representadas os elementos naturais também tiveram papel de destaque por seus atributos, como as árvores e coqueiros, a colina, o rio, o mangue, o litoral e a Coroa do Avião. Em todas as representações pictóricas, encontramos os elementos cultural e natural da paisagem representados de forma integrada.

Na figura 35 também visualizamos a figura humana, interpretada como se estivesse em espaços públicos localizados no sítio histórico de Igarassu e nas áreas próximas a este sítio.

Diante do resultado das representações pictóricas, interpretamos que todos os elementos representados nos desenhos estão condizentes com os depoimentos orais, ou seja, as representações pictóricas do grupo dos moradores foram reflexos dos depoimentos orais.

5.1.2 Grupo dos turistas

Os turistas visitam Igarassu para admirar o patrimônio, material e imaterial, ressaltando que a maior parte tem o intuito de conhecer a mais antiga Igreja ainda em atividade no Brasil, a Igreja Matriz de São Cosme e São Damião.

A pequena quantidade de turistas entrevistados¹¹⁰, apenas dois, é fruto da pequena circulação de atores deste segmento em Igarassu. Apesar de a cidade receber quase que diariamente grupos de turistas do Brasil e de outros países, não existem no município, nem dentro do sítio histórico tombado, equipamentos¹¹¹ que fixem esses turistas como ocorrem em cidades como Olinda e Recife.

¹¹⁰ Durante o período de trabalho de campo, onde foram coletadas as entrevistas com os usuários, um grupo de turistas advindos do Rio Grande do Norte não quis participar da entrevista com a alegação que ficariam pouco tempo em Igarassu.

¹¹¹ Como restaurantes, pousadas, feiras de artesanato, centros de informação turística etc.

Dessa forma, os turistas que visitam Igarassu estão de passagem¹¹² e a abordagem se torna complicada, pois o tempo de permanência no Sítio é curto, visto que estão em grupos de passeio e tem horário cronometrado. Apesar disso, esse grupo foi introduzido por considerá-los capazes de apreender a paisagem ainda que em um enquadramento.

Tendo em vista este contexto, as entrevistas foram feitas tendo como tópico a interpretação dos principais elementos do Sítio de Igarassu merecedores de reconhecimento patrimonial por seus atributos e dos principais elementos da paisagem do sítio de Igarassu. Nesse sentido, as entrevistas com os atores desse grupo ocorreram nas proximidades do largo da Igreja Matriz, localizado na colina histórica.

Nos depoimentos as turistas consideraram os elementos que integram o conjunto urbano muito relevante, pois são construções que marcam períodos do Brasil colonial dos séculos XVI e XVII. Mesmo a arquitetura civil e religiosa sendo mencionadas nos depoimentos, uma das turistas destacou o aspecto natural dentro e no entorno do Sítio de Igarassu, destacando como elementos da paisagem, o relevo e os coqueiros. Segundo ela:

“Acho que se alguma coisa fosse representar Igarassu, seriam os coqueiros, os coqueiros que circundam a cidade, pois até no próprio hino de Pernambuco que fala da “Terra dos altos coqueiros” e nesse sentido, acredito que talvez a imagem dos coqueiros seja uma possível representação para Igarassu”¹¹³.

O rio Igarassu também foi destacado dentre os elementos naturais como importantes para a cidade, sobretudo pelo fator histórico vinculado a ele na ocupação e no povoamento das cidades litorâneas. Além disso, os elementos naturais foram considerados como integrantes da cultura do povo e seu papel social também foi lembrado, apesar de este encontrar-se poluído.

“os elementos naturais são importantes, porque é uma visibilidade e uma parte da cultura do povo que reside aqui, e uma forma de sobrevivência através do pescado, do marisco, embora o rio esteja poluído [...] os bens

¹¹² Como as turistas estão de passagem, não foi incluído as questões do tópico *Entendimento sobre Patrimônio e aspectos da história de Igarassu*, como também por serem apenas 02 turistas, não há necessidade de fazer um Gráfico para demonstrar os elementos de reconhecimento patrimonial.

¹¹³ J. L. T. turista do Estado da Paraíba, tem superior completo e é especialista em perícia e auditoria ambiental. Entrevista concebida em Abril de 2014.

naturais fazem parte do convívio da população, da cultura da população, é uma coisa a mais”¹¹⁴.

Assim, as turistas destacaram o Rio, os coqueiros, o manguezal e o Refúgio das Bromélias como elementos a serem considerados pelos seus atributos como representativos para a paisagem cultural do Sítio de Igarassu.

A representação pictórica feita pelos atores desse grupo lembra um “guia para orientar turista”, pois destaca os principais locais de interesse dentro do sítio histórico, representando elementos culturais como as Igrejas, o casario, o museu e os elementos naturais, como: o Rio, o mangue, os coqueiros e o refúgio das bromélias, interagindo entre si. (Figuras 39 e 40).



Figura 39. Representação pictórica de J. L. T.

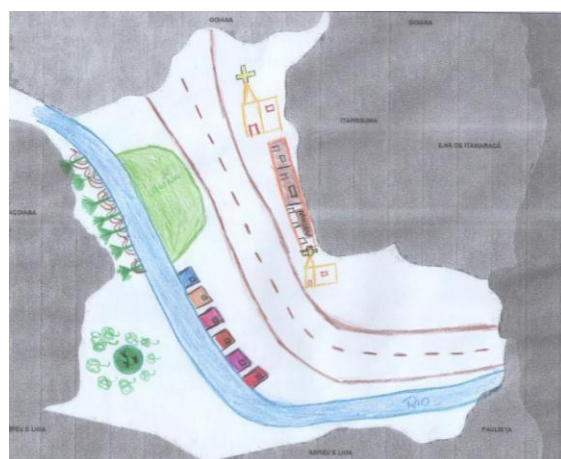


Figura 40. Representação pictórica de N. M. G. S.

Os elementos naturais foram destacados nos depoimentos das turistas e na representação pictórica por seus atributos, como merecedores de proteção patrimonial, pois em conjunto com os bens culturais já existentes, fazem parte da paisagem e são eles que identificam o sítio de Igarassu. Dessa forma há um entendimento da concepção de paisagem cultural ao considerar o meio natural e cultural de forma conectada, com uma concepção holística.

¹¹⁴ N. M. G. S. é turista da cidade Paulista/PE, tem superior completo e nunca tinha visitado Igarassu. Entrevista concebida em Abril de 2014.

5.1.3 Grupo dos artesãos

Composto por 03 usuários, o grupo de artesãos é formado por pessoas com no máximo ensino médio completo e alguns só tem essa atividade como rendimento que somada aos rendimentos de outros familiares compõem a renda do final do mês das famílias desses artesãos.

Antes de se comentar os resultados das entrevistas aplicadas aos artesãos é importante destacar que a matéria-prima dos artesanatos são pedaços de troncos de madeiras talhadas (normalmente de cajazeiras) que são pintados com verniz ou tintas coloridas e estão carregadas de significados e de representações simbólicas de elementos e atributos da paisagem do Sítio de Igarassu, prevalecendo os bens materiais, na qual a arquitetura religiosa é a preferência nas representações, devido ao aspecto emblemático e pelo forte enraizamento da Fé e da religião no Sítio de Igarassu, contudo outros elementos da arquitetura civil, como casarios também são representados. Na Figura 41 é apresentado um exemplo do artesanato produzido no Sítio de Igarassu.



Figura 41. Artesanato talhado no tronco de madeira

O Sítio de Igarassu é o local de trabalho, de produção e comercialização desses artesãos. Durante a observação livre, percebemos que são nas calçadas das Igrejas ou debaixo das árvores que eles desenham sobre a madeira, talham e pintam os artesanatos e as calçadas das igrejas se tornam verdadeiras vitrines para expor esses trabalhos, sobretudo, do Convento do Sagrado Coração de Jesus e da Igreja Matriz de São Cosme e São Damião. Em alguns casos, os artesãos atuam como guias de rua também, conforme pôde ser observado *in loco* e nos depoimentos durante as entrevistas.

Os atores desse grupo demonstraram ter um significativo conhecimento sobre as temáticas patrimoniais, sabendo dizer com clareza quais os bens e monumentos

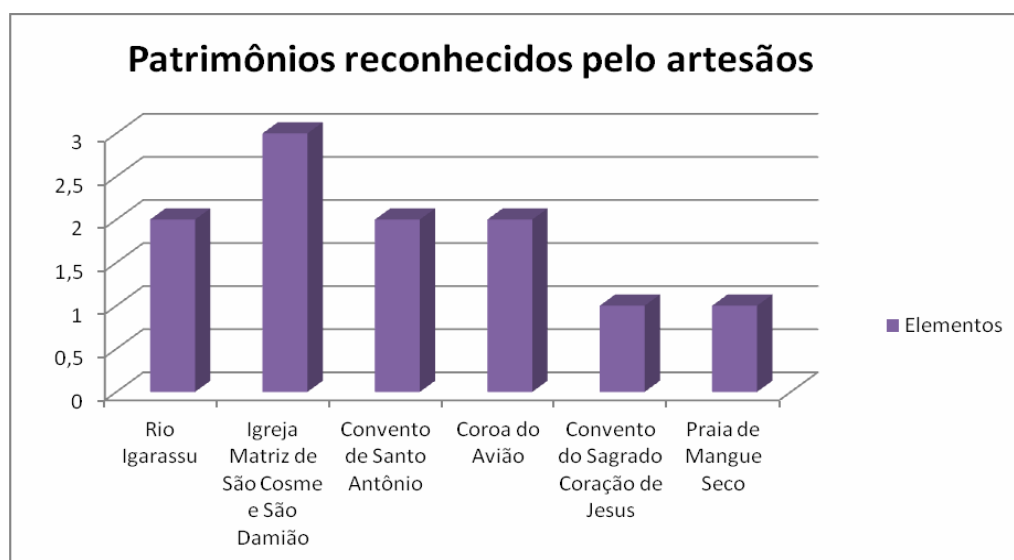
que apresentam proteção especial. Pelos depoimentos pudemos interpretar que além do reconhecimento existe uma valorização do patrimônio da cidade, destacando o patrimônio cultural. No depoimento de um dos artesãos:

“Igarassu é uma cidade localizada a 37km da capital. Primeiro núcleo de povoamento em Pernambuco. Abriga hoje vários monumentos, pontos turísticos históricos e foi fundada a partir da chegada de Duarte Coelho e da Igreja também. O Convento de Santo Antônio, o primeiro em devoção ao Santo e o terceiro erguido no Brasil. Onde está localizado na sua parte interna a 5ª maior pinacoteca da América latina, o valor histórico dela não tem dinheiro no mundo que pague”¹¹⁵.

A partir do gráfico 04, observamos que os elementos mais destacados, por esse grupo, por seus atributos foram as construções religiosas, como a Igreja Matriz de São Cosme e São Damião que foi citada e 27,3% das representações e o Convento de Santo de Antônio com 18,2%. Contudo também mencionaram alguns elementos naturais da cidade, como a Coroa do Avião, o rio São Domingos (ou rio Igarassu) com 18,2% cada um, conforme o depoimento:

“[...] a gente tem o mangue, a gente tem o rio São Domingos, a gente tem a própria área que envolve a parte histórica da cidade, mas eu acho que a gente podia ter um olhar melhor pra isso. Eu vejo que é pouco valorizado”¹¹⁶.

Gráfico 04. Elementos reconhecidos pelo grupo dos artesãos



Fonte: Entrevistas orais realizadas pelo autor, 2014

¹¹⁵ C. F. é artesão por profissão e tem ensino médio completo, morador do município e frequenta o Sítio diariamente. Entrevista concebida em Maio de 2014.

¹¹⁶ B. J. tem ensino médio incompleto e atualmente é artesão e guia turístico. Entrevista concebida em Maio de 2014.

Em outro depoimento, um dos artesãos consultado, diz que ouvia dos mais velhos sobre o papel do rio na cidade. Segundo ele:

“Não tive a oportunidade de ver, mas pessoas mais antigas chegaram a comentar que era justamente a riqueza de Igarassu. Onde as pessoas desfrutavam da pesca do caranguejo, do siri. Só que as indústrias poluíram o rio. Mas não tem nenhum tipo de preservação. É triste ver o rio dessa forma. A riqueza de Igarassu não é só a igreja e nem a coroa do avião. Os elementos naturais, o mangue também. A preservação do mangue não se limita só da ponte para trás [...] é do mangue que se mantém a família, que se tira sururu, aratu, caranguejo, ostra, marisco, siri”¹¹⁷.

Esse depoimento demonstra na leitura dos elementos da paisagem, que os seus atributos têm um significado que integra os elementos naturais e culturais, sendo o rio um elemento que mereceu atenção por parte desse grupo. Os elementos naturais, por seus atributos também foram mencionados merecedores do reconhecimento patrimonial.

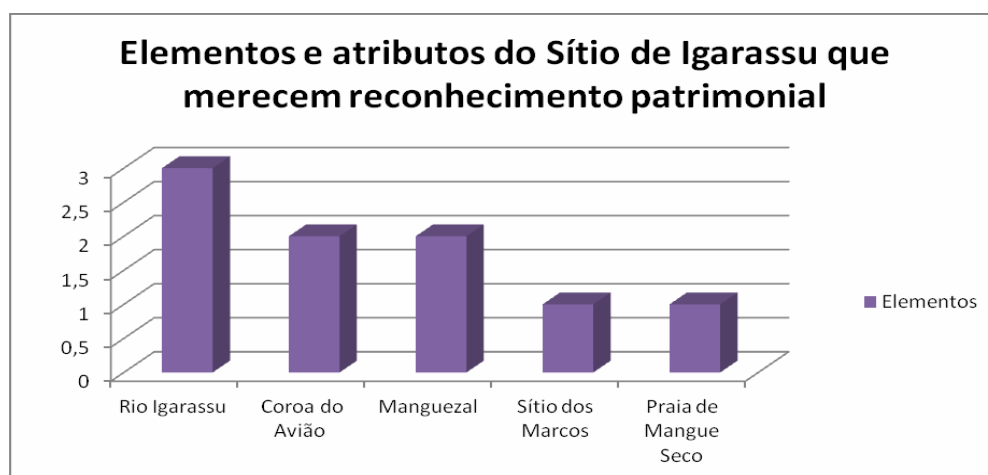
Conforme o gráfico 05, 33,3% consideraram o rio Igarassu, como o elemento com maior significado por seus atributos de ser reconhecido como bem patrimonial. Seguido da Coroa do Avião e do Manguezal com 22,2% cada um.

Além da importância do Rio, dois artesãos destacaram o litoral, formado pelas praias, e o manguezal como elementos naturais que são representativos do Sítio de Igarassu e que deveriam ser considerados na Paisagem, pois “a paisagem se torna mais bonita e destacada por causa da vegetação e o seu redor”¹¹⁸.

¹¹⁷ C. F. *op. cit.*

¹¹⁸ R. A. P. 27anos, tem ensino médio completo e é artesão. Entrevista concebida em Maio de 2014.

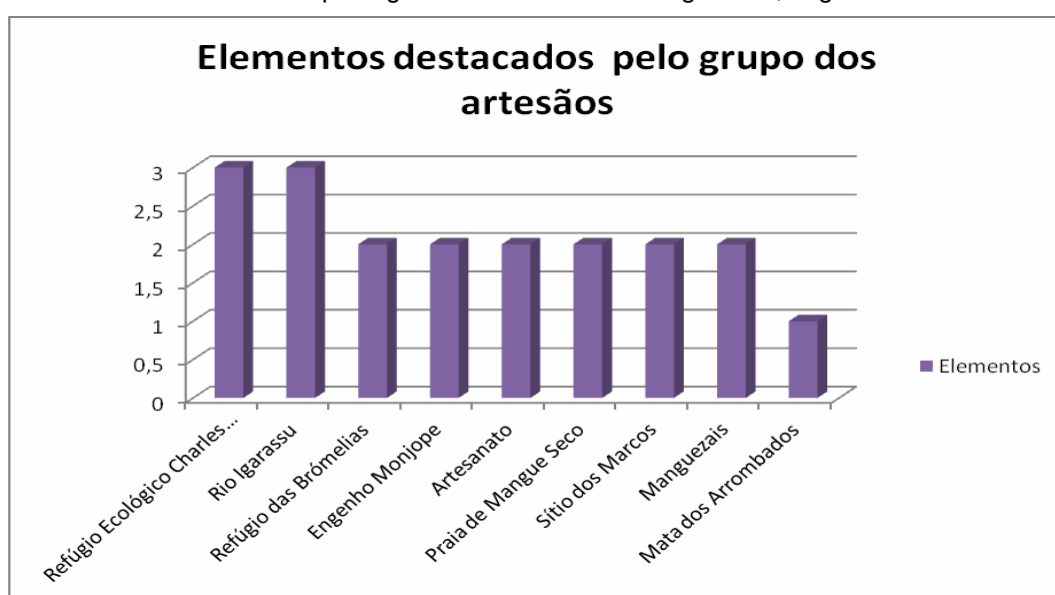
Gráfico 05. Elementos merecedores de reconhecimento patrimonial pelos artesãos



Fonte: Entrevistas orais realizadas pelo autor, 2014

Por fim, no ultimo tópico da entrevista, a interpretação dos principais elementos da paisagem do sítio de Igarassu, segundo os seus atributos, o Rio Igarassu e o Refúgio Ecológico Charles Darwin foram mencionados em 15,8% dos depoimentos cada um, seguidos do Refúgio das Bromélias, do Engenho Monjope, a praia de Mangue Seco e o Sítio dos Marcos, cada um com 10,5%. Com exceção do Engenho, os demais elementos citados compõem os atributos naturais no Sítio de Igarassu. O gráfico 06 mostra os elementos da paisagem mencionados pelo grupo dos artesãos, segundo seus atributos.

Gráfico 06. Atributos da paisagem cultural do Sítio de Igarassu, segundo os artesãos.



Fonte: Entrevistas orais realizadas pelo autor, 2014

Em síntese, durante as entrevistas, os elementos da arquitetura religiosa, de acordo com os significados dos seus atributos, teve destaque nos depoimentos, levando em consideração a sua expressão enquanto patrimônio cultural, sendo representada na maioria dos trabalhos dos artesãos. Foi expressivo também nos depoimentos deste grupo o papel do Rio na construção cultural e natural da cidade. Outros elementos naturais também mereceram destaque, como os refúgios ecológicos e o manguezal, assim como a menção a Praia, que é um espaço de convívio social.

A representação pictórica dos atores desse grupo seguiu a mesma metodologia proposta. Em todas as representações temos o patrimônio cultural, representado pelas Igrejas, o casario, o Sítio dos Marcos¹¹⁹, e a menção ao meio natural: coqueiros, manguezal e árvores. Além disso, o significado do termo Igarassu “Canoa Grande” teve uma representação emblemática (Figuras 42 a 44).

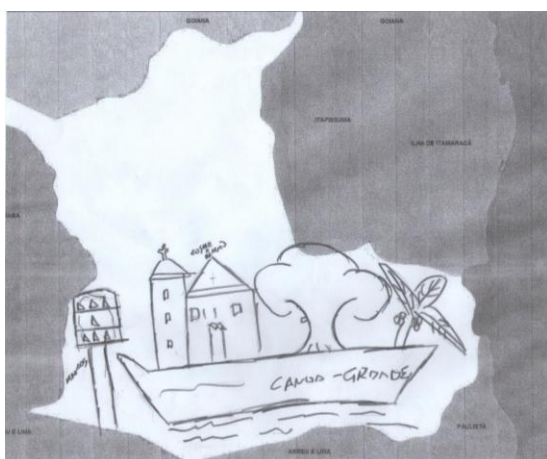


Figura 42. Representação pictórica de C. F.



Figura 43. Representação pictórica de B. J.

¹¹⁹ Marco esculpido em com um brasão talhado que marcava o limite entre as Capitânicas de Pernambuco e Itamaracá.



Figura 44. Representação pictórica de R. A. P.

O grupo de artesãos ao representarem a paisagem do sítio de Igarassu, de acordo com a nossa interpretação mostraram também as interações existentes entre os elementos cultural e natural deste Sítio.

5.1.4 Grupo dos guias turísticos

Contemplando um total de 05 atores, o quarto grupo compreendeu os guias turísticos que foram escolhidos pelo significativo conhecimento da história do município de Igarassu e por estarem diariamente em contato com esse Sítio.

Esse grupo é bastante heterogêneo, principalmente com relação aos níveis de escolaridade, que abarca desde o fundamental incompleto até o superior completo. Semelhante aos artesãos, os guias não são organizados em cooperativas e alguns trabalham por conta própria, a exemplo dos guias de rua.

A depender do nível de escolaridade os depoimentos apresentavam maior profundidade, como também o entendimento sobre as questões patrimoniais. Embora o conteúdo das respostas tenha sido mais limitado por parte de alguns atores, todas as respostas foram consideradas e tiveram um tratamento igualitário, pois toda observação feita por cada um deles foi importante.

Os guias turísticos atuam em três locais principais: no Museu histórico municipal, na Pinacoteca e nas ruas do sítio histórico de Igarassu. Em todos esses locais são contados fatos e aspectos da história do município e de Pernambuco,

sobretudo os referentes à arquitetura religiosa, o papel funcional das Igrejas e os atos de fé.

Uma das críticas levantadas pelos atores desse grupo é o fato de o turismo no Sítio de Igarassu ser passageiro, pela inexistência de equipamentos que assegurem a fixação do turista¹²⁰. Sobre a compreensão desse grupo quanto os bens patrimoniais e aspectos da história eles demonstram bom domínio dos conteúdos a cerca tanto da história, como dos bens patrimoniais de Igarassu, provavelmente fruto de suas atividades como guia.

Para um dos guias o Sítio de Igarassu tem uma importância incontestável para a compreensão do processo de colonização brasileira. De acordo com ele:

“Do forjo da nossa cultura, do forjo da nossa identidade cultural. A gente tem a presença aqui dos primeiros colonizadores na tentativa de povoar a America portuguesa, na tentativa de colonizar e até mesmo da extração econômica para Portugal. Então Igarassu para mim é de importância incontestável e incomparável também. Não é melhor e nem é pior também que outras cidades históricas do Brasil, mas é de fundamental importância para compreender esse processo de formação que nós somos hoje”¹²¹.

Com relação ao segundo tópico, dentre os elementos que merecem reconhecimento patrimonial, os mais destacados pelos atores desse grupo, o conjunto histórico e arquitetônico da arquitetura civil e religiosa receberam maior atenção, estando presente em todos os depoimentos (Gráfico 07).

Dois guias entrevistados consideram que Igarassu detém “*um dos mais importantes acervos e atrativos turísticos no Estado*”¹²², constituídos pelo “*patrimônio histórico, os monumentos históricos, as igrejas, o casario, que fazem o sítio histórico de Igarassu*”¹²³.

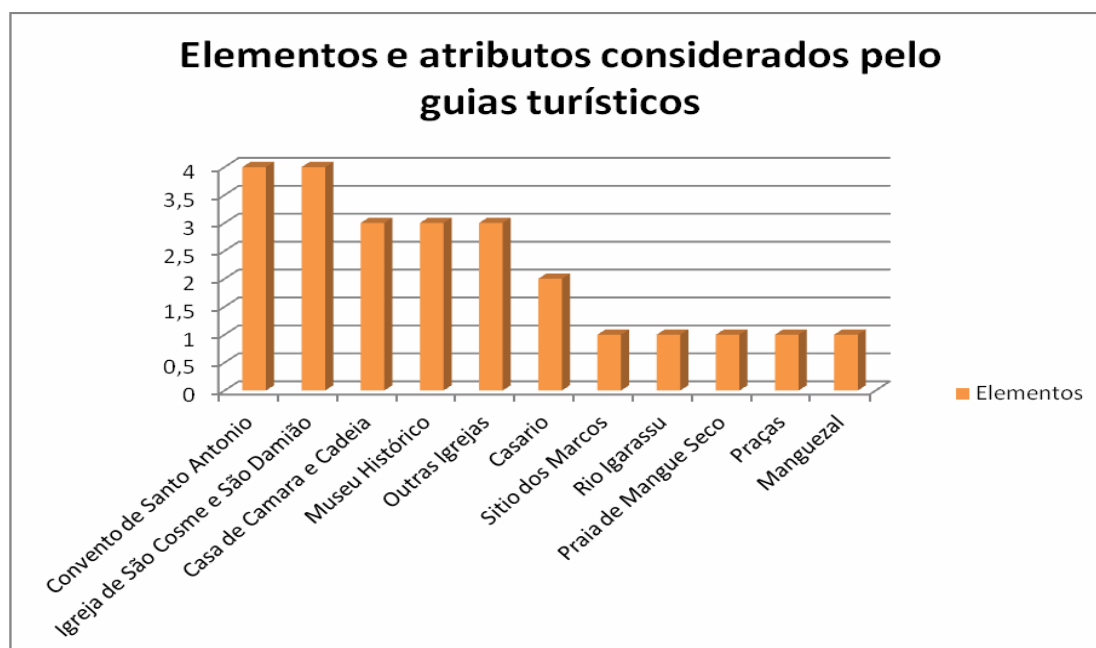
¹²⁰ Esse é um ponto muito negativo, pois o município apresenta muitos atrativos turísticos que tem pouco aproveitamento.

¹²¹ J. F. tem superior completo é professor de história e guia turístico no Museu Pinacoteca. Entrevista concebida no Convento de Santo Antônio em Maio de 2014.

¹²² J. G. tem o ensino médio completo e é guia turístico de rua desde os seus 13 anos. Entrevista concebida na escadaria do Convento do Sagrado Coração de Jesus em Maio de 2014.

¹²³ V. D. N. tem o ensino médio completo e atualmente é guia do Museu Histórico. Entrevista concebida em Maio de 2014.

Gráfico 07. Elementos e atributos com reconhecimento patrimonial, segundo os guias



Fonte: Entrevistas orais realizadas pelo autor, 2014

Em menor proporção, com 4,2% das menções cada, os guias turísticos reconheceram outros elementos que poderiam vir a ter o reconhecimento patrimonial no Sítio de Igarassu, porém com menos atributos, como o Rio, o manguezal, as praças e praia do município. Eles chamaram atenção, para o fato do Rio encontrar-se muito poluído e isso contribuía para o seu esquecimento.

“Infelizmente com a poluição do rio perdemos um pouco o sentido do rio, ele ta tão poluído que as vezes esquecemos dele”¹²⁴.

No entanto, no seu depoimento, chama atenção para a necessidade de recuperar o rio para que ele não seja totalmente esquecido. Outro depoimento mostra a importância do rio para a vida.

“É por ali que a cidade nasce. É pelo rio São Domingos que Igarassu surge. Lembrando que está no meio ambiente, está na natureza a questão da própria vida em si. E o manguezal, soma a ele está dentro desse cenário do paisagismo da cidade. O rio, o manguê. Hoje, matar isso é matar um pouco da cidade”¹²⁵.

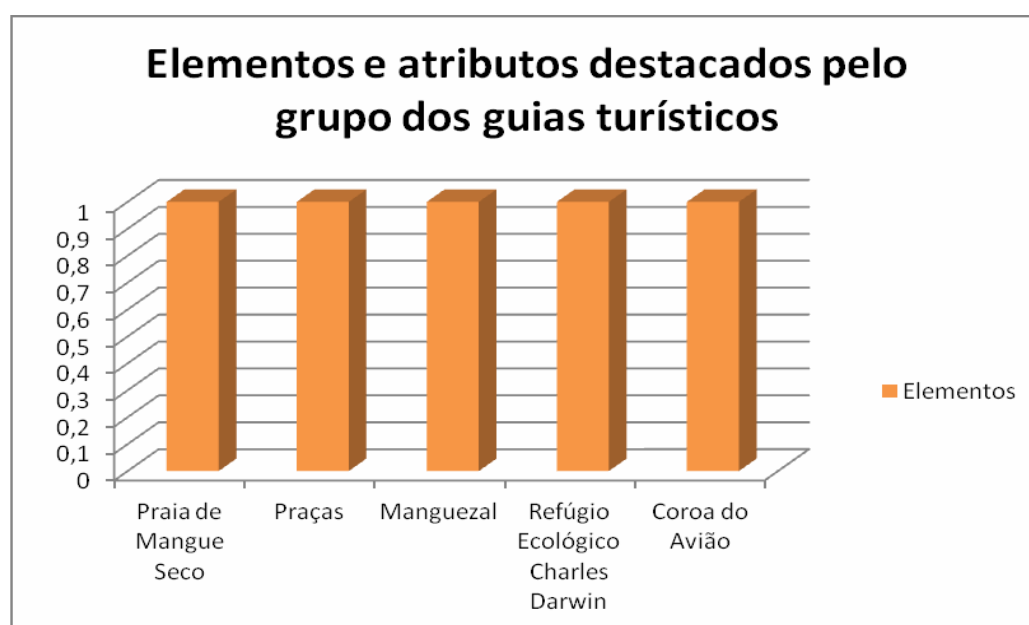
No ultimo tópico da entrevista sobre a identificação dos elementos da paisagem de Igarassu e os significados dos seus atributos, no depoimento dos guias

¹²⁴ V. D. N. *op. cit.*

¹²⁵ I. F. *op. cit.*

a escolha ficou homogênea e não houve nenhum destaque individual. Mesmo assim, foi interessante notar que o aspecto natural foi mais evidente sendo representado pelo litoral, pelo manguezal e pelo refúgio ecológico, totalizando 80% das citações, enquanto que o aspecto imaterial, do patrimônio vivo representado pelas praças representou 20%. O gráfico 08 mostra os elementos da paisagem de Igarassu mais representativos segundo os seus atributos para os guias.

Gráfico 08. Atributos da paisagem cultural do Sítio de Igarassu, segundo os guias turísticos.



Fonte: Entrevistas orais realizadas pelo autor, 2014

Nas entrevistas, ficou claro que os monumentos históricos foram os elementos mais reconhecidos por serem bens patrimoniais culturais, enquanto que os elementos da paisagem que mais se destacaram por seus atributos foram os elementos naturais. Nas informações obtidas nesse grupo não ficou claro na maneira de ver a integração entre os elementos naturais e culturais.

Os guias turísticos¹²⁶ quando solicitados para fazerem um desenho sobre o Sítio de Igarassu destacando os atributos dos elementos da paisagem desse sítio, representaram elementos carregados de simbolismos, como podemos observar nas Figuras 45 a 48.

¹²⁶ O desenho do outro guia turístico consultado está em anexo juntamente com os desenhos do grupo dos moradores consultados.

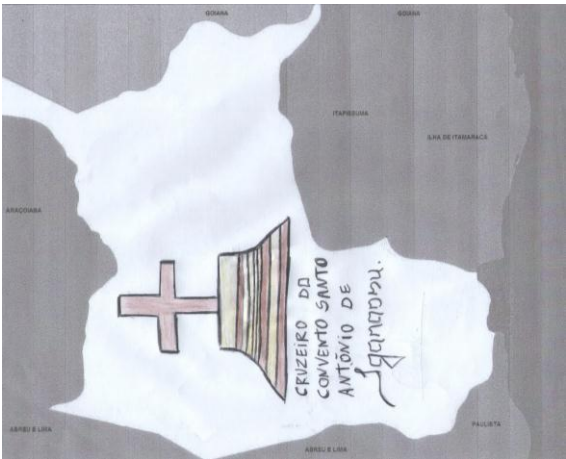


Figura 45. Representação pictórica de J. G.

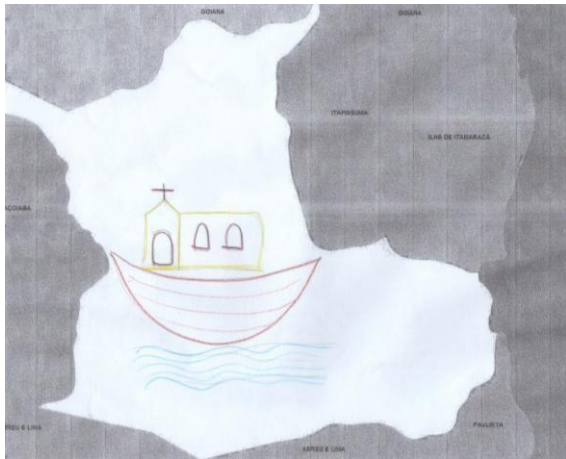


Figura 46. Representação pictórica de K.K.S.L¹²⁷.



Figura 47. Representação pictórica de I. F.

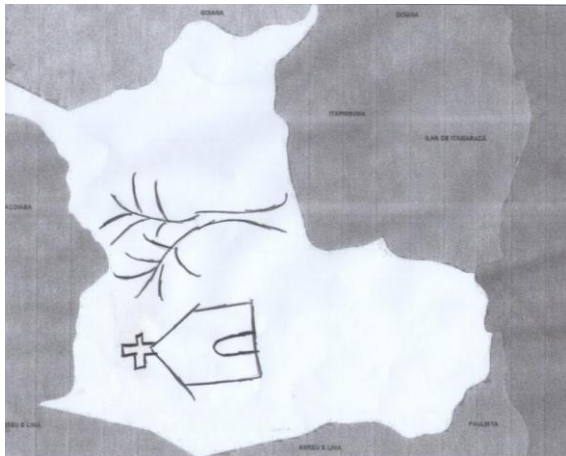


Figura 48. Representação pictórica de V. N. D.

Diferente dos depoimentos, onde foram destacados os atributos dos elementos da arquitetura civil e religiosa tendo os elementos naturais menos atributos, as representações pictóricas desses atores representam os elementos naturais com mais atributos, salientando que os elementos culturais ainda estão presentes. Um dos desenhos tem uma representação que tem como simbologia o “túnel do tempo” que transmite a idéia de que estar no Sítio de Igarassu é retornar ao passado, como pode ser observado na Figura 47.

Na figura 46 pode ser feita uma associação entre o que foi representado, ao significado do termo Igarassu com “Canoa Grande”. Esse caráter simbólico da “Canoa Grande” é um aspecto subjetivo presente na memória dos moradores da

¹²⁷ K. K. S. L. tem superior completo e é guia do museu histórico. Entrevista concebida em Maio de 2014.

cidade. Na verdade esta representação agrega em um único elemento os atributos da paisagem de Igarassu, uma vez que temos a figura do rio, representado o elemento natural, e do barco e da Igreja¹²⁸ que representam os elementos cultural e/ou imaterial.

5.1.5 Grupo dos religiosos

Por fim, o grupo dos religiosos compreendeu os atores que estão vinculados as Igrejas e Conventos do Sítio. Ao todo foram entrevistados 04 usuários desse grupo, sendo o Padre da Igreja Matriz, a Diretora do Convento de Santo Antônio, uma educadora da escola e orfanato do Convento e a coordenadora de um grupo de jovens ligados a comunidade católica da cidade.

Esses atores têm uma grande importância neste trabalho, por atuarem junto às instituições religiosas, que têm um papel fundamental na construção da Paisagem de Igarassu, pois o fator religioso esteve presente desde a fundação da Vila, no século XVI, com a atribuição da vitória dos portugueses sobre os índios a intervenção dos Santos Cosme e Damião. Assim como, durante a invasão holandesa em que as telhas da Igreja Matriz não foram levadas pelos flamengos, e a esse fato também foi atribuído à intervenção dos Santos padroeiros da cidade. Por esses fatos, até hoje o aspecto imaterial continua fortemente enraizado em Igarassu sendo expresso por meio de, procissões, novenas, missas e vigílias, atuando os religiosos na garantia da propagação da fé católica.

Sobre a compreensão desse grupo quanto aos bens patrimoniais e aspectos da história, foi possível verificar que todos eles detêm domínio da temática da história e do patrimônio da cidade. A maioria reconheceu as potencialidades de o município crescer culturalmente, mas lamentaram não ter um reconhecimento devido por parte dos gestores e dos moradores.

Na entrevista concebida pela diretora do Convento de Santo Antônio, no seu depoimento ficou explícito a sua admiração pela cidade de Igarassu e sua

¹²⁸ A representação da Igreja também está ligada a fé, como dimensão imaterial.

preocupação em mostrar para as crianças do convento¹²⁹ a riqueza cultural que eles têm no “quintal de casa”. Segundo suas palavras:

“No meu olhar, eu acho que, primeiramente, ela é uma cidade bonita. Uma cidade histórica. Acredito e vejo que ela é uma cidade desprezada. Ela não tem o valor que ela merece. E aí talvez diminua tanto a sua potencialidade quanto cultura, quanto história. Mas eu vejo e tento mostrar isso para as crianças, que mesmo há pouco tempo, eu tento trazer isso pra eles, pra eles valorizarem, pra eles acreditarem na riqueza que eles têm. Eles têm uma cidade com valor impar. Aí eu vejo Igarassu como essa cidade bonita, que deve ser valorizada”¹³⁰.

De opinião semelhante, a educadora da escola e do orfanato do convento diz:

“Eu entendo que Igarassu é uma cidade muito valiosa. Aqui nós temos muitos pontos turísticos. Só que eles não são explorados, ou não são explorados devidamente. E também não são cuidados como deveria ser, por exemplo aqui, o convento de Sto Antônio. Conheço aqui desde menina, a gente tem uma pinacoteca, uma sacristia, uma igreja. Que ao meu ver é a mais bonita dentro de Igarassu. E a gente ver que o cuidado é pouco [...] Então acho que há um pouco de descaso do olhar dos políticos para nossa cidade”¹³¹.

Os elementos da arquitetura religiosa e os aspectos imateriais expressos nas práticas religiosas e de expressão de fé foram os mais destacados por parte desse grupo, pelos atributos de serem reconhecidos como bem patrimonial.

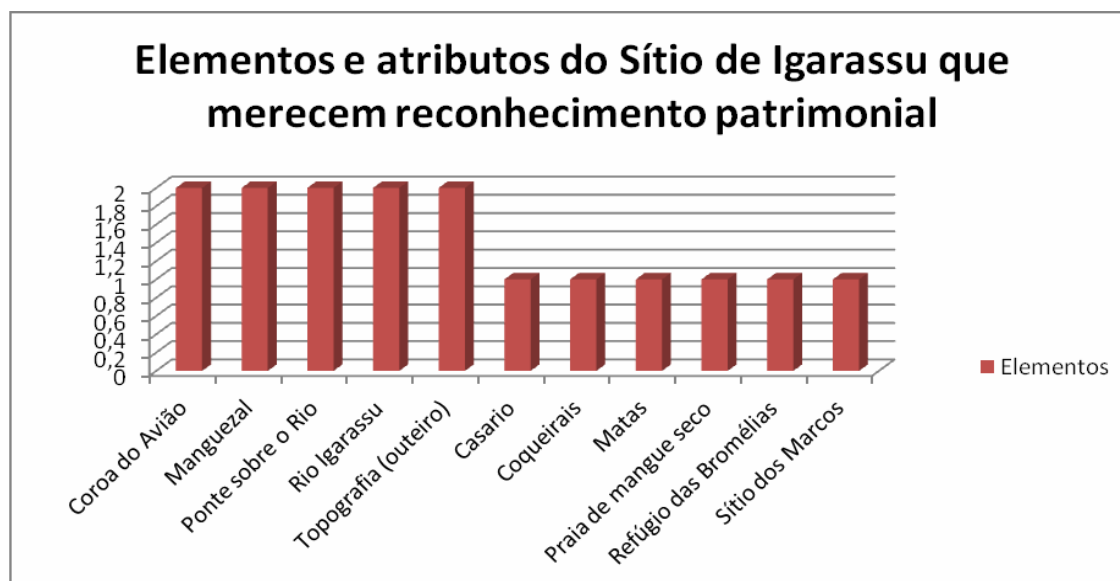
Todavia, ao mencionarem os elementos passíveis de serem reconhecidos como patrimônio, foi mencionado em 100% dos depoimentos, os elementos naturais, como a Coroa do Avião, o manguezal, o rio e a ponte e a topografia, ao lado dos demais monumentos já reconhecidos, no caso as Igrejas (Gráfico 09).

¹²⁹ O Convento de Santo Antônio em Igarassu abriga uma escola municipal e um orfanato que são mantidos por doações e boa parte dos professores são as próprias irmãs da ordem do Sagrado Coração de Jesus, que administra os dois Conventos existentes em Igarassu.

¹³⁰ I. I. tem superior completo e é diretora do Convento de Santo Antônio. Entrevista concebida em um dos salões do Convento de Santo Antônio em Maio de 2014.

¹³¹ M. M. F. tem o ensino médio completo e é educadora social na escola e no orfanato do Convento de Santo Antônio. Entrevista concebida no Convento em Maio de 2014.

Gráfico 09. Elementos merecedores de reconhecimento patrimonial pelos religiosos



Fonte: Entrevistas orais realizadas pelo autor, 2014

Nos depoimentos dos atores coexistem dois momentos que foram possíveis de interpretar: o primeiro faz referência à memória, expressa em histórias contadas pelas avós e pelas irmãs mais velhas da ordem do Convento. Nesta primeira referência o Rio foi citado como espaço de lazer, de encontro e de uso múltiplos, inclusive tendo peixes e crustáceos que serviam de alimentação para população; no segundo momento é externada tristeza frente à atual realidade do Rio, que se encontra poluído com dejetos domésticos e industriais, ou seja, os problemas ambientais característicos de boa parte dos centros urbanos brasileiros. Segundo um depoimento:

“Nosso rio poderia ser muito mais bem cuidado, porque ta no centro da cidade e é muito bonito. Às vezes eu olho para o rio e acho ele tão bonito e, ao mesmo tempo, a gente vê mau cheiro, vê que é mal tratado [...] Apesar da poluição. As irmãs quando jovens, elas lavavam roupas no rio e a água era cristalina. Dói né? A gente ver que um rio que está próximo a tudo: prefeitura, sítio histórico, de tudo.”¹³²

Esse depoimento mostra como a leitura da paisagem não é desvinculada das crenças, valores e memória presente em cada um dos atores. Isso demonstra também, como a paisagem é dinâmica e como expressa os aspectos subjetivos na escolha dos elementos do sítio em questão, segundo os seus atributos.

¹³² M. M. F. *op. cit.*

Outros dois religiosos fizeram vinculações do rio com o manguezal e, nos seus depoimentos ressaltaram a sua importância na história do município e para a população. Em um depoimento: *“Igarassu é uma área de mangue [...] então ele faz parte de nossa história. Muitas famílias cresceram dentro do mangue [...] muitas famílias com as madeiras fizeram a cama ou casas. É todo um sistema”*¹³³. Nesse depoimento percebemos que o manguezal e o rio faziam parte do cotidiano de varias famílias. No outro depoimento:

“Eu admiro muito mesmo passando por essa ponte de ferro e vejo a resistência dos mangues, dessa natureza. Uma vez ou outra já até apareceu um peixe-boi por ali. Mas o que vemos no normal é água escura, poluição enorme. Muitas pessoas tomavam banho ali. A nossa consciência ecológica é muito pouca. As casas e indústrias despejam seus restos lá”¹³⁴.

Esse depoimento demonstra os graves problemas ambientais. No entanto, em outro depoimento o Rio Igarassu e seu vasto manguezal são ressaltados por seus atributos como autênticos patrimônios para a cidade, devido a seus significados culturais, históricos e sociais, misturados a sentimentos de tristeza e nostalgia, como pode ser constatado:

“Eu acho riquíssimo. Você poder passar, é isso que eu geralmente penso quando eu ando por Igarassu, vou de um lado e pro outro, é essa questão de você viver morar dentro da cultura, da história, fazer parte daquilo. Porque através deles que temos a história. Então se a gente começa destruindo uma ponte, acabando com os manguezais. A gente querendo ou não tá apagando um pouco da continuidade da história. Então a igreja é ali, mas como faz pra chegar até a igreja? Uma ponte tem um significado. O manguezal tem um significado. Eu acho super importante”¹³⁵.

No ultimo tópico da entrevista sobre a identificação dos elementos da paisagem de Igarassu e os significados dos seus atributos, nos depoimentos o manguezal e o rio Igarassu foram os elementos mais importantes para os atores desse grupo, pelo significado dos seus atributos acima relatados, representando 23,1% cada um. Seguido do Engenho Monjope e os ritos religiosos e festas populares com, respectivamente 15,4% cada, tendo os outros elementos, como o

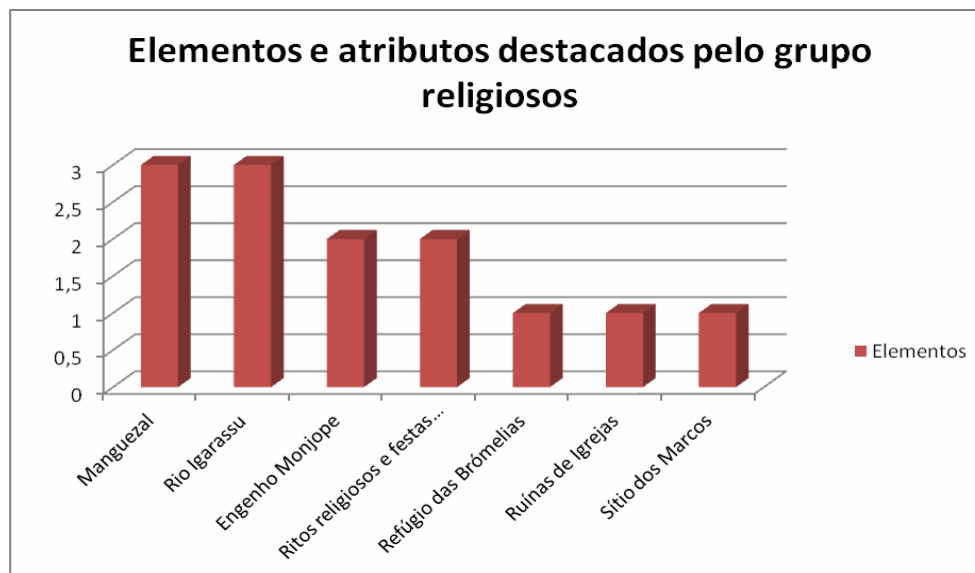
¹³³ M. M. F. *op. cit.*

¹³⁴ R. P. tem superior completo e atualmente é o padre da paróquia de Igarassu, vive em Igarassu a 14 anos.

¹³⁵ M. F. tem o ensino médio completo, moradora do centro a mais de 20 anos e atualmente é coordenadora do EJC, grupo de jovens ligados à comunidade católica da cidade.

Refúgio das Bromélias e o Sítio dos Marcos com 7,7%. O gráfico 10 mostra os elementos e atributos identificados pelo grupo dos religiosos.

Gráfico 10. Elementos da paisagem do sítio de Igarassu, segundo os atributos.



Fonte: Entrevistas orais realizadas pelo autor, 2014

Mesmo em um estado de má conservação, o Engenho Monjope, foi lembrado pela sua interação com a natureza, por ter resquícios de mata atlântica e alguns rios e riachos passam dentro ou nas adjacências deste Engenho. Os ritos religiosos e festas populares foram lembrados como expressões populares e de fé. A cidade conta com muitas tradições, sendo o mês de setembro o auge das expressões populares de fé, por ser o mês de aniversário da cidade.

O evento religioso mais importante na cidade é a procissão dos Santos padroeiros de Igarassu e o aniversário da Cidade que acontece em todo mês de Setembro com a realização de um desfile cívico. O cenário encontrado durante o percurso da procissão abrange desde construções seculares e com excepcional valor histórico, artístico e arquitetônico; passando por construções mais recentes e importantes eixos viários da cidade; até os elementos naturais em confluência com as construções humanas, a exemplo da ponte sobre o Rio Igarassu. A Figura 49 a seguir mostra o percurso feito, saindo e retornando à Igreja de São Cosme e São Damião onde é realizada uma missa Campal ao ar livre, As figuras 50 e 51 mostram algumas imagens da procissão.



Figura 49. Mapa da trajetória da procissão dos Santos padroeiros de Igarassu. Fonte: *Google Maps*. Esquema do autor: a linha amarela indica o sentido de Ida e a linha vermelha o sentido de Retorno.



Figura 50. Início da procissão saindo do largo da Igreja de São Cosme e São Damião e percorrendo importantes ruas e bairros da cidade. Foto: o Autor, 2013.



Figura 51. Trecho da procissão de São Cosme e São Damião na Rua São Sebastião sobre a Ponte do Rio Igarassu com suas margens vegetadas de manguezal. Foto: o Autor, 2013.

Paralelamente ao evento religioso, acontecem as comemorações do aniversário da cidade com a realização do Desfile Cívico Municipal que já faz parte do calendário festivo do município e acontece sempre no terceiro ou quarto sábado do mês de Setembro. O desfile¹³⁶ percorre boa parte da Avenida 27 de Setembro e tem a Colina histórica como “arquibancada” natural por permitir uma boa visualização (Figuras 52 e 53).

¹³⁶ O desfile conta a participação de estudantes de escolas municipais, estaduais e algumas privadas; além das apresentações das bandas marciais, entidades públicas municipais e grupos religiosos.



Figura 52. Vista longitudinal do Desfile Cívico a partir da Colina histórica, a partir da “arribancada” natural. Foto: o Autor, 2013.



Figura 53. Percepção visual do telespectador a partir da Colina histórica, ao fundo uma frondosa área vegetada que circunda o Sítio. Foto: o Autor, 2013.

Em síntese, pudemos interpretar pelos depoimentos, que o manguezal e o rio foram os elementos mais importantes para os atores desse grupo, pelo significado dos seus atributos. O Rio foi reconhecido, também por seu papel na construção cultural da cidade, pois foi a partir dele que a cidade se originou, continuando presente na sua paisagem. Portanto, para esse grupo não deve haver dissociação entre o patrimônio cultural e a dimensão natural e imaterial que permeia a cidade de Igarassu. Segundo esses atores as dimensões cultural, natural e imaterial, em conjunto, deveriam ser consideradas como bem patrimonial, com relação ao sítio de Igarassu.

Por fim, seguindo a mesma metodologia aplicada aos demais usuários foram solicitados aos atores desse grupo que fizessem uma representação pictórica, destacando os elementos da Paisagem do sítio de Igarassu mais representativos. As Figuras 54 a 56 trazem as representações simbólicas expressas pelo grupo dos religiosos.



Figura 54. Representação pictórica de M.M.F. Figura 55. Representação pictórica de R. P.

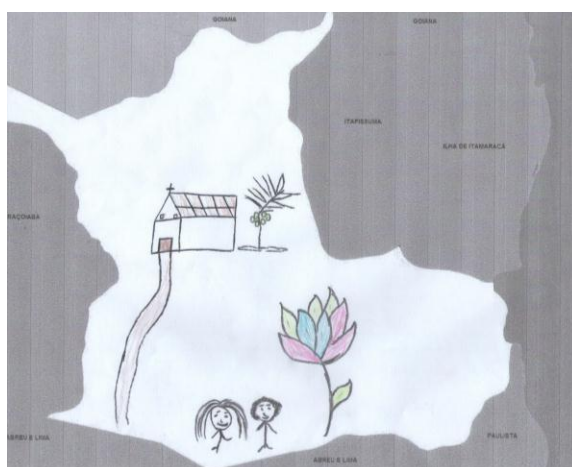


Figura 56. Representação pictórica de M.F.

Os elementos culturais como as construções religiosas, destacando a Igreja Matriz de São Cosme e São Damião e os Conventos foram muito representadas, assim como os elementos naturais, como os coqueiros, bromélias, manguezal e o rio. A colina histórica também mereceu destaque, e a ponte sobre o rio. Em algumas desses desenhos foi representado pessoas nos espaços públicos, dando uma conotação de convívio social. Diante dessas representações, podemos interpretar que foram atribuídos a esses elementos a integração entre si.

Comparando o depoimento dos atores desse grupo com suas representações pictóricas, percebemos que a linguagem falada diferiu em alguns aspectos da linguagem representada. Nos depoimentos, os elementos da arquitetura religiosa tiveram um destaque maior, estando presente na fala de todos os atores. Interpretando as representações pictóricas, os elementos naturais foram mais significativos, porque em uma das representações somente os elementos naturais tiveram destaque, conforme pode ser observado na Figura 55. Esse fato é um indicativo que os bens naturais são significativos e estão presentes na memória e no cotidiano dos usuários desse grupo e, pelos depoimentos, mereceriam um reconhecimento patrimonial integrado aos demais monumentos reconhecidos.

5.2 Leituras da paisagem pelos especialistas

Esse item traz o resultado das entrevistas semiestruturadas aplicadas aos atores culturais representativos do grupo dos *experts*, ou especialistas. Esse grupo é composto por especialistas de diferentes áreas do conhecimento, vinculados a instituições patrimoniais no âmbito: federal, estadual e municipal, assim como por acadêmicos que estudam temáticas que abordam a Paisagem, o Patrimônio e temas correlatos, com abordagens variadas.

Segundo Muñoz Viñas (2005) a escolha desses atores é importante, pois a tomada de decisões das políticas de conservação é sempre realizada por gestores do patrimônio, mesmo que haja uma ampla participação de outros grupos culturais envolvidos. Ou seja, a decisão final em torno da gestão patrimonial fica a cargo dos especialistas.

Para se interpretar a paisagem, a partir da leitura feita pelos especialistas foram realizadas 10 entrevistas. Foram consultadas 05 pessoas de instituições patrimoniais, sendo 02 da esfera federal, 02 da estadual e 01 da municipal. Com relação aos acadêmicos foram consultadas 05 pessoas, sendo 02 arquitetos, 01 antropólogo, 01 geógrafo e 01 historiador, para se ter uma visão multidisciplinar das temáticas abordadas.

Semelhante à entrevista aplicado ao grupo dos usuários, as questões da entrevista aplicadas aos especialistas também foram organizadas dentro de tópicos semiestruturados, tendo o primeiro e o terceiro tópico algumas questões em comum. Assim, os tópicos das entrevistas com o grupo dos especialistas foram estruturados da seguinte forma:

- i. *Conhecimento dos Instrumentos de Proteção patrimonial e da história de Igarassu*: visando a identificar se os especialistas detêm algum conhecimento sobre a história do município e a sua importância cultural; identificar a avaliação deles sobre os bens patrimoniais que existem nesse sítio; o conhecimento sobre os instrumentos de proteção patrimonial, destacando a categoria da Paisagem Cultural;
- ii. *Ações participativas e políticas patrimoniais* – opinião dos especialistas quanto à participação da sociedade civil na consulta envolvendo questões patrimoniais; e sugestões a fim de preservar os elementos da paisagem do sítio de Igarassu.
- iii. Interpretação dos principais elementos naturais e culturais do Sítio de Igarassu merecedores de reconhecimento patrimonial por seus atributos;

No primeiro tópico, com relação à avaliação feita pelos especialistas sobre os bens patrimoniais que existem no sítio de Igarassu, puderam ser interpretado em 38,2% dos depoimentos os monumentos da arquitetura religiosa em Igarassu, representada pela Igreja Matriz, o Convento de Santo Antônio e outras Igrejas. Além do patrimônio religioso, foi mencionado o sítio dos Marcos, com 14,7%, o Engenho Monjope, com 11,8% dos depoimentos, seguido das áreas de convívio e espaços públicos, em 8,8% dos depoimentos. O gráfico 11 mostra os elementos da paisagem mencionados pelo grupo dos especialistas, segundo seus atributos.

Gráfico 11. Bens reconhecidos no Sítio de Igarassu segundo os especialistas



Fonte: Entrevistas orais realizadas pelo autor, 2014

As igrejas, sobretudo a matriz do município, foram mencionadas, devido aos atributos artísticos e religiosos, a sua relevância imaterial transmitida pela fé e a relação com o momento da fundação da Vila no século XVI. De acordo com um dos depoimentos:

“A cidade reúne monumentos importantes, como exemplares da construção civil e construções religiosas. A igreja matriz, o convento, a casa de câmara, o conjunto urbano”¹³⁷.

No patrimônio religioso mereceu destaque por parte dos especialistas a Igreja de Nossa Senhora das Dores, no distrito de Nova Cruz, e as ruínas da Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem do Pasmado, às margens da rodovia PE-41, que não foram mencionadas pelos usuários (Figuras 57 e 58). Vale salientar que os elementos supracitados encontram-se fora do perímetro de tombamento instituído na década de 1972, como a poligonal de preservação¹³⁸.

¹³⁷ R. B. Arquiteta e especialista em preservação do patrimônio. Atualmente ocupa o cargo de coordenadora do patrimônio da FUNDARPE. Entrevista concebida em Abril de 2014.

¹³⁸ Segundo a arquiteta do IPHAN, em Igarassu existem os bens tombados isoladamente, como as igrejas e tem a poligonal do tombamento que protege o conjunto urbanístico e paisagístico de Igarassu desde a década de 1970. Salientando que esse conjunto paisagístico, não corresponde a Paisagem Cultural, conforme acima mencionado.



Figura 57. Igreja de Nossa Senhora das Dores, no distrito de Nova Cruz. Foto: o autor, 2013



Figura 58. Igreja de Nossa da Boa Viagem do Pasmado, próximo a PE-041. Foto: o autor, 2013

O Engenho Monjope,¹³⁹ foi mencionado pelas suas características e particularidades “[...], pois, detém todos os elementos tradicionais: a casa grande, a moita, a roda d’água, a senzala”¹⁴⁰, o que o torna uma propriedade rural de grande valor histórico, apesar de estar sem uso e em péssimo estado de conservação.

¹³⁹ Dentre os especialistas que tiveram um julgamento semelhante, temos: as 02 arquitetas da FUNDARPE, a arquiteta do IPHAN, o historiador, o geógrafo, e o atual secretário de Planejamento do município de Igarassu, totalizando 06 dentre os 10 entrevistados dos especialistas.

¹⁴⁰ E. A. é geógrafo e especialista em planejamento e administração do turismo. Atualmente é técnico de turismo na prefeitura de Igarassu e professor de faculdade. Entrevista concebida em Maio de 2014.

Com relação ao Sítio dos Marcos¹⁴¹, segundo um dos depoimentos; foi “a origem e a porta de entrada do colonizador português em Pernambuco e é uma área relativamente preservada”¹⁴². Todavia o acesso é difícil devido à falta de infraestrutura e sinalização adequada. O Sítio dos Marcos juntamente com o Canal de Santa Cruz compõe “toda a região considerada como a grande soleira desse território e que a partir daí que todo território, se descortina, se mostra”¹⁴³.

As áreas de convívio social, que são espaços públicos, são elementos de extrema relevância, considerado um bem patrimonial pelos especialistas, por ter como atributo o fato de que desde o início da fundação da vila de Igarassu esses espaços foram incorporados ao cotidiano dessa Vila, pois o tipo de ocupação territorial era semelhante aos aldeamentos portugueses e essas características foram trazidas para o “novo mundo”. Segundo depoimento de um professor do IAHGPE¹⁴⁴:

“Igarassu [...] uma cidade de limite territorial com interface com a capitania de Itamaracá. A cidade foi criada a luz da memória urbana ibérica, na qual existe uma constante urbana, que também pôde ser observada em outras vilas como Olinda e Vila Velha. Onde essa constante correspondia era formada pela Igreja Matriz, a Santa Casa de Misericórdia e a Casa de Câmara, juntamente com o casario em linha”.

Esta constante urbana, que também foi identificada em outras vilas, correspondia à memória das aldeias portuguesas, na qual o centro administrativo estava regido pela casa do município (a Casa de Câmara), a Santa Casa de Misericórdia (que significaria a saúde) e a Igreja Matriz (a representação da fé). Esta tríade, segundo o professor consultado, representava “a saúde do corpo e a saúde da alma”, sendo está à forma de ocupação territorial para o povoador dos primeiros tempos (Figura 59).

¹⁴¹ Local que limitava as capitanias de Pernambuco e Itamaracá.

¹⁴² J. P. B. é historiador, professor e especialista em história do Nordeste. Atualmente é o secretário executivo de Patrimônio Histórico de Igarassu. Entrevista concebida na sede temporária da secretária do Patrimônio histórico do município de Igarassu em Maio de 2014.

¹⁴³ J. R. P. é arquiteta e urbanista e mestre em preservação do patrimônio cultural. Atualmente é arquiteta no IPHAN. Entrevista concebida em Abril de 2014.

¹⁴⁴ J. L. M. M. é arquiteto e urbanista. Professor aposentado da UFPE. Atualmente é presidente do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGPE). Entrevista concebida em Abril de 2014.



Figura 59. Constante urbana no Sítio de Igarassu a luz da memória urbana ibérica. Fonte: *Google maps*. Esquema do autor.



Figura 59a. Saúde da alma (Igreja Matriz)



Figura 59b. Meio e diretriz jurídica



Figura 59c. Saúde do corpo (Ruínas da Misericórdia)

Esse tipo de ocupação territorial trazia uma interação das pessoas com o espaço e assim, surgiram os “lugares das conversas”, ou seja, as apropriações que se davam a partir da relação entre as pessoas e o território. Assim, foram se estabelecendo os espaços de convívio social.

Nesse contexto, em um dos depoimentos dados por uma arquiteta¹⁴⁵, são esses espaços públicos (praças, áreas de convívio, jardins) que permitem uma visão mais ampla do entorno e são pontos estratégicos da cidade e considera que esses espaços têm muitas relações com a paisagem da cidade.

“Existe uma relação entre os espaços, o solo natural e o solo construído, porque a cidade não é apenas o ambiente construído, voltado para a ocupação. Tem que ser levado em conta a visão sistêmica da cidade.

Ela considera que existem certas restrições no reconhecimento dos monumentos vivos, pois o caráter de pedra e cal ainda prevalece como elementos e atributos representativos, enquanto que os patrimônios vivos, como os jardins, por exemplo, tem uma maior dificuldade de serem considerados.

A interpretação da leitura do antropólogo consultado se aproxima dessa perspectiva de abordagem dos espaços públicos e das relações humanas colocadas pelos arquitetos, pois ele considera o entorno [no sentido de adjacências] e as formas de convívio das pessoas como algo relevante a ser considerado na escolha de um bem patrimonial como um dos elementos da paisagem do sítio de Igarassu.

“Independente da cidade que tenha seu patrimônio histórico construído como cargo chefe, o patrimônio imaterial é presente e há um estímulo a *patrimonialização* dos patrimônios [...] Pois a paisagem como um todo, tem seu entorno e a forma de convívio e as relações das pessoas, tem a gastronomia também, como relevantes”¹⁴⁶.

Ainda no seu depoimento chama atenção para a preferência que é dada na escolha dos bens materiais, os monumentos de pedra e cal. Ele afirma que não é interessante considerar as igrejas de modo isolado, como comumente acontece, mas considera que sejam vistas as calçadas, a fé das pessoas nas igrejas, as festas religiosas, as escalas, o contraste da cidade, a gastronomia, os espaços públicos e

¹⁴⁵ A. R. S. C. é arquiteta e professora adjunta do departamento de arquitetura e urbanismo da UFPE e da pós-graduação em desenvolvimento urbano e coordenadora do Laboratório de Paisagem. Entrevista concebida na sala do Laboratório de Paisagem em Abril de 2014.

¹⁴⁶ A. M. é antropólogo e professor adjunto do departamento e da pós-graduação em Antropologia pela UFPE. Entrevista concebida na sala de reunião da PPGA/UFPE em Maio de 2014

de convívio, pois são estes elementos intangíveis que dão o aspecto subjetivo a Paisagem. Para ele:

“Igarassu não é uma cidade morta, congelada e que ficou parada no passado. Essa concepção do congelamento como algo imutável, com um centro histórico intocável, isso não pode existir. Pois a Paisagem é dinâmica e os aspectos culturais mudam, assim como a escalas [...] Independente da cidade ter seu patrimônio histórico construído como carro chefe, o patrimônio imaterial é presente e há um estímulo a “patrimonialização” dos patrimônios”¹⁴⁷.

O aspecto imaterial da paisagem também foi levantando pela arquiteta do IPHAN e pelo geógrafo. Ela lembra que no âmbito federal, no ano 2000, com o surgimento da compreensão que o patrimônio cultural extrapolava a dimensão material e englobava a dimensão imaterial surge o instrumento do Registro que é um instrumento para dar conta aos bens de outras naturezas que não apenas os de natureza material unicamente e exemplifica com o Maracatu Estrela Brilhante de Igarassu que é reconhecido como patrimônio vivo¹⁴⁸.

Quanto ao tópico relacionado à opinião dos especialistas quanto à participação da sociedade civil na consulta envolvendo as políticas patrimoniais, todos os especialistas consultados concordaram com a inclusão dos usuários, uma vez que é a população que convive diariamente com os elementos e reconhece seus atributos, que muitas vezes não são percebidos pelos técnicos que trabalham nas instituições patrimoniais. Segundo um dos técnicos do IPHAN, a sociedade civil não só deve ser inserida no debate do patrimônio como ela é uma das responsáveis pela preservação do patrimônio cultural brasileiro. Para ele:

“É fundamental a sociedade civil no debate, pois uma ideia que prevalece no IPHAN hoje é preservar o quê e para quem, então se não houver um reconhecimento e um sentimento de pertencimento da comunidade envolvida com os bens que são protegidos pelo Estado brasileiro, sem esse reconhecimento não há valoração e sem valoração não há significado e nem significância dos bens em si para as comunidades. Sem isso não há uma perspectiva de proteção da comunidade que compõe a sociedade para com o seu patrimônio, como prevê a constituição federal de 1988 que trouxe na verdade uma abordagem muito mais ampla da que se tinha anteriormente,

¹⁴⁷ A. M. *op.cit.*

¹⁴⁸ O patrimônio vivo é uma classificação a nível estadual pela FUNDARPE, sendo uma figura que se assemelha ao Registro (instrumento de proteção a nível federal). Em Igarassu não existe o instrumento do Registro, sendo o Tombamento é o único instrumento que contempla Igarassu a nível federal.

quando coloca a sociedade civil como co-responsável pela preservação do patrimônio cultural brasileiro”¹⁴⁹.

Além disso, segundo ele o IPHAN assim como os demais órgãos de preservação deve ter sua atuação pautada mais na mediação do que na definição dos bens patrimoniais, pois ele alerta que se o reconhecimento não vier da comunidade não há como manter a condição de preservação dos bens patrimoniais.

De opinião semelhante, uma das arquitetas consultadas afirma que deve haver a participação de diferentes atores que tiverem envolvimento, senão a comunidade se sente excluída, e pode inclusive não ter zelo, “*ele se sente um estrangeiro dentro do próprio território inclusive as adjacências*”¹⁵⁰. Ela exemplifica com os parques urbanos que são propostos e construídos e que muitas vezes não atendem a necessidade da população e complementa sua opinião, sugerindo algumas medidas.

Como medidas a serem tomadas, os especialistas concordaram que a educação patrimonial seria a melhor alternativa de orientar e instruir a população na relação estabelecida com os bens patrimoniais. Eles acreditam que se faz necessário um canal de diálogos, sendo esse um dos passos para clarear e diminuir as dimensões difusas em torno da preservação do patrimônio seja ele natural e/ou cultural.

Quanto as sugestões apresentadas a fim de preservar os elementos da paisagem do sítio de Igarassu, foram propostas alternativas de um pacto de gestão e/ou um plano de conservação, como também a consulta a população para definir quais seriam elementos da paisagem a serem reconhecidos, segundo os seus atributos e de que forma preservar esses elementos.

“Assim, evitamos não cair na falácia de dizer que determinado elemento ou atributo é importante, mas não tomar nenhuma atitude para mudar isso, por exemplo, se o coqueiral é importante, como iremos conservá-lo?”¹⁵¹.

¹⁴⁹ F. C. C. G. é arquiteto e urbanista, mestre em desenvolvimento urbano e especialista em gestão pública. Atualmente é técnico do IPHAN. Entrevista concebida em Abril de 2014.

¹⁵⁰ A. R. S. C. *op. cit.*

¹⁵¹ J. R. P. *op. cit.*

Apesar do sítio de Igarassu ser identificado pelos elementos naturais, culturais e imateriais, expressos na sua paisagem, não existe uma política que contenha diretrizes capazes de prever a integração dos aspectos culturais e naturais em conjunto como um único bem. O Tombamento foi o instrumento utilizado em Igarassu, para proteção dos bens patrimoniais culturais, considerados pelos especialistas pela sua representatividade, não sendo considerado os elementos naturais e imateriais, no momento da escolha e definição, como não houve consulta a população.

Na interpretação dos depoimentos com os técnicos e gestores do patrimônio, foi observado que ainda existe resistência quanto à inserção de elementos naturais nas políticas patrimoniais por parte de alguns especialistas e que o instrumento do tombamento é ainda o mais utilizado. A partir da consciência das limitações impostas pelo instrumento do Tombamento¹⁵², que precisam ser superadas, foram criados outros instrumentos¹⁵³ como forma de ampliar a identificação do patrimônio brasileiro. Segundo um gestor do IPHAN:

“A categoria da paisagem cultural, surgida com a UNESCO, surge pela dificuldade de identificar dentro do patrimônio mundial elementos que tinham características do ambiente natural e do ambiente construído, porque anteriormente na UNESCO só se reconhecia um bem natural e um bem cultural (como um bem construído) e a paisagem cultural surge justamente para trabalhar essa associação entre os artefatos humanos que eram produzidos no ambiente natural e a partir dessa perspectiva o IPHAN em 2007 adota o conceito de paisagem cultural estabelecido pela UNESCO e traz para discutir aqui no Brasil, no documento da carta de Bagé (e que tinha a perspectiva de pensar como a paisagem cultural poderia ser aplicada)”. Esses outros instrumentos, como a Chancela da Paisagem Cultural, surgiram como intuito de fortalecer a identificação do patrimônio cultural brasileiro para ampliar outros tipos e elementos que não eram reconhecidos anteriormente e também para fortalecer o instrumento já existente, no caso o instrumento do Tombamento, do ponto de vista da proteção federal”¹⁵⁴.

Segundo um dos depoimentos, a paisagem cultural teve uma abordagem do ponto de vista do IPHAN, bastante diferente da abordagem adotada pela UNESCO. De acordo com a arquiteta consultada:

¹⁵² Surgiu com o Decreto-Lei nº25 de 1937 e é o instrumento mais forte em âmbito federal.

¹⁵³ Dentre outros instrumentos de proteção conhecidos, além do Tombamento, temos o inventário, o registro do patrimônio imaterial, a Chancela da Paisagem Cultural e a lista de bens ferroviários.

¹⁵⁴ F. C. C. G. *op. cit.*

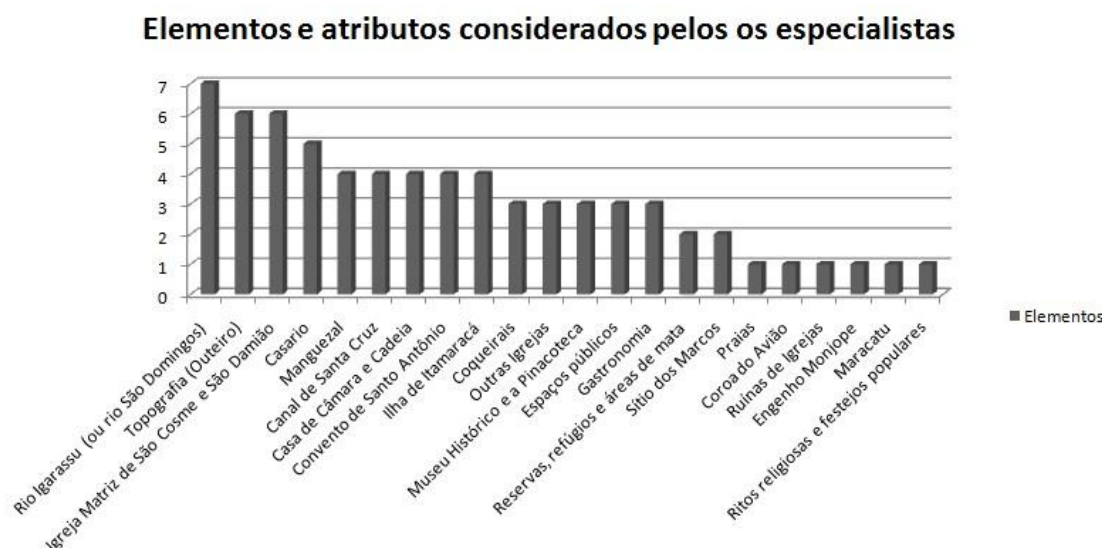
“o IPHAN não se apropriou muito das potencialidades desse instrumento e existe toda uma discussão se seria um instrumento para dar conta do que o tombamento não engloba ou se seria um instrumento que poderia dialogar com outros instrumentos de proteção, por exemplo, o tombamento e o registro vinculado com a chancela da paisagem cultural, visto que os objetos de análise e abordagem mudam, as apropriações são outras e que o tombamento e registro não deram conta. No caso da chancela faltou essa visão de que o objeto mudou e que não é apenas um novo instrumento, mas que também viabiliza a proteção de outros atributos que não foram contemplados no primeiro momento (no tombamento)”¹⁵⁵.

O caráter de integração entre os elementos culturais e naturais, por ter como atributo a forte presença na paisagem do sítio de Igarassu foi destacada pelos especialistas consultados, como importante de ser considerada como um bem patrimonial de forma conjunta. Os elementos naturais que deveriam ser incluídos em um processo de tombamento, segundo os depoimentos foram: o Rio, com 10,1%, a topografia, 8,7%, a igreja com 8,7%, o casario, 7,2% o canal de Santa Cruz, 5,8%, o manguezal, 5,8% os coqueirais com 4,3%, e as praias, 1,4%, entre outros. Esses elementos foram mencionados, tendo como atributo a importância histórica na configuração da cidade.

Neste sentido, o gráfico 12 apresenta os elementos e atributos considerados nas entrevistas pelos especialistas com os dados tabulados e organizados quantitativamente, no entanto a partir da interpretação do significado dos atributos na escolha desses elementos que compõem a paisagem, feita tendo como eixo norteador a narrativa proposta, baseada na relação entre o homem e o meio.

¹⁵⁵ J. R. P. *op. cit.*

Gráfico 12. Elementos e atributos considerados no Sítio de Igarassu, segundo os especialistas.



Fonte: Entrevistas orais realizadas pelo autor, 2014

Mesmo tendo reconhecimento e destaque, tanto para os especialistas como para os usuários, as águas do rio Igarassu e toda a interação que ele traz consigo se “afoga em tristezas” e se perde na memória dos atores culturais, pois ele deixou de ter a função de alimentar boa parte da população por motivos de poluição e sua relevância, paulatinamente, vem diminuindo nesse sentido.

O Rio Igarassu, ou São Domingos, é um dos elementos simbólicos. Segundo um depoimento: “*O rio que dá sentido a toda essa ocupação*”¹⁵⁶. O rio que foi destacado em iconografias e relatos de viajantes, nos séculos XVI, XVII e XIX, sobretudo pela sua navegabilidade e pela importância cultural e religiosa, é o rio que hoje recebe dejetos urbanos e industriais, e sofre com o assoreamento advindo dos próprios moradores das adjacências. Esse é o cenário do “atual” rio Igarassu.

Por meio dos depoimentos interpretamos os atributos dos elementos culturais, pois desde o início da ocupação do sítio de Igarassu, houve a relação direta entre os elementos naturais, com a posterior configuração das construções humanas, identificando a paisagem de Igarassu, de forma integrada. Segundo um dos arquitetos consultados, tal relação é decorrente da matriz cultural dos colonizadores:

“Igarassu era inicialmente uma povoação, em seguida torna-se vila, na qual ganha força e reconhecimento ao atingir esse estágio [...] Os dois clássicos

¹⁵⁶ J. R. P. *op. cit.*

momentos da apropriação do espaço, na qual o primeiro era ficar no litoral e o segundo ficar próximo a algum Rio que desaguasse no litoral. Esses dois momentos/princípios são válidos e são de origem ibérica. Nesse sentido, para cada uma das duas situações existiam parâmetros próprios, que foram aplicados no “novo mundo” que era um mundo desconhecido até então, dessa forma buscou-se inicialmente as condições naturais nas colônias muito semelhantes às encontradas nos países ibéricos (água, portos naturais, topografia) esses fatores contribuíram com o sucesso das primeiras capitanias e com as ocupações bem sucedidas do território ¹⁵⁷.

De opinião semelhante, ao historiador e arquiteta do IPHAN, chama atenção para o significado dos atributos dos elementos naturais, como o Canal de Santa Cruz e a colina de Igarassu, que foram fundamentais, num primeiro momento, para a escolha e forma de dominação do território. De acordo com o seu depoimento:

“Igarassu foi a grande porta de acesso/entrada dos portugueses quando chegaram ao nosso território e, sobretudo o Canal de Santa Cruz se configurou como esse primeiro local estratégico de acesso no primeiro momento e a colina de Igarassu no segundo momento como também um local estratégico de controle desses acessos e dessa costa que era tão importante naquele momento. O que marca muito a história é esse processo e a própria forma de ocupação do território e desenrolar desse processo com a arquitetura religiosa e depois a arquitetura civil [...] ¹⁵⁸”.

Ainda sobre a relação da topografia com os recursos hídricos, o historiador acrescenta que esse era um padrão de ocupação inerente a civilização humana. No seu depoimento:

“ [...] Se você não tem água, se você não tem um lugar elevado para se proteger. Sua civilização está fadado a desaparecer. Isso é um padrão que vem do Egito antigo, da suméria antiga e que os povos foram absorvendo até a criação de uma coisa chamado pirobalística. A invenção da arma de fogo é que muda esse padrão. Porque ela não tem mais distância. Ela vence a distância com relativa facilidade. As técnicas de defesa começam a mudar. O castelo não é tão importante, porque o canhão acaba com isso. Então enquanto existia a neurobalística o padrão de defesa, o padrão de sobrevivência era um. A pirobalística muda isso [...] O mundo e a percepção que a gente tem de como se deu ocupações, ela passa muito pela evolução técnica científica. E a gente vem da beira do lago, para montanha com o rio perto, depois isso não é mais necessário porque tem técnicas de cavar o poço de buscar água. Esse era um padrão que era inerente a civilização humana. Água é fundamental ¹⁵⁹”.

A leitura do geógrafo consultado também considerou que a topografia e o entorno visual (coqueiro, mata e mangue) deve ser preservado, pois esses elementos são atributos da Paisagem do Sítio de Igarassu:

¹⁵⁷ J. L. M. M. *op. cit.*

¹⁵⁸ J. R. P. *op. cit.*

¹⁵⁹ J. P. B. *op. cit.*

“[...] Esse entorno deveria ser preservado porque está em cima (no outeiro) e de repente você levanta a vista e vê tudo muito verde e se esse verde deixar de existir a paisagem não será mais a mesma e, por consequência, essa paisagem cultural *linkada* com a paisagem natural vai deixar de existir. Deve haver instrumentos que possam garantir a estas características da paisagem para que esta não deixe de existir”¹⁶⁰.

O manguezal também tem um papel fundamental, sobretudo no cotidiano das populações ribeirinhas que vivem ao longo do Canal de Santa de Cruz, pois muitas tiram seu sustento do mangue e é dele que surgem vários pratos da gastronomia local, como a fritada de aratu¹⁶¹, que foi um atributo considerado como representativo da paisagem cultural de Igarassu por alguns dos especialistas.

Além desses elementos, mereceu destaque a integração com a Ilha de Itamaracá, pois alguns especialistas consideram que Igarassu não deve ser vista isoladamente, como paisagem, sendo importante analisar o conjunto, a rede de ligação. Esse fato, provavelmente, é decorrência de uma história em comum, pois a Vila de Igarassu, durante os séculos XVI e XVII era uma vila limítrofe com a Capitania de Itamaracá. Outro entendimento é que a Paisagem “rompe” as barreiras político administrativas, corroborando a afirmação que a Paisagem não pode ser tratada inserida em um polígono.

Foi interpretado na leitura dos depoimentos que, embora os elementos mencionados sejam diversos não têm atributos conflitantes, mesmo resultando em maneiras de ver a paisagem, baseada em crenças, significados e valores distintos. Mesmo com diferentes leituras, alguns elementos foram recorrentes entre os diversos grupos consultados, sobretudo quando comparando os grupos dos usuários aos dos especialistas.

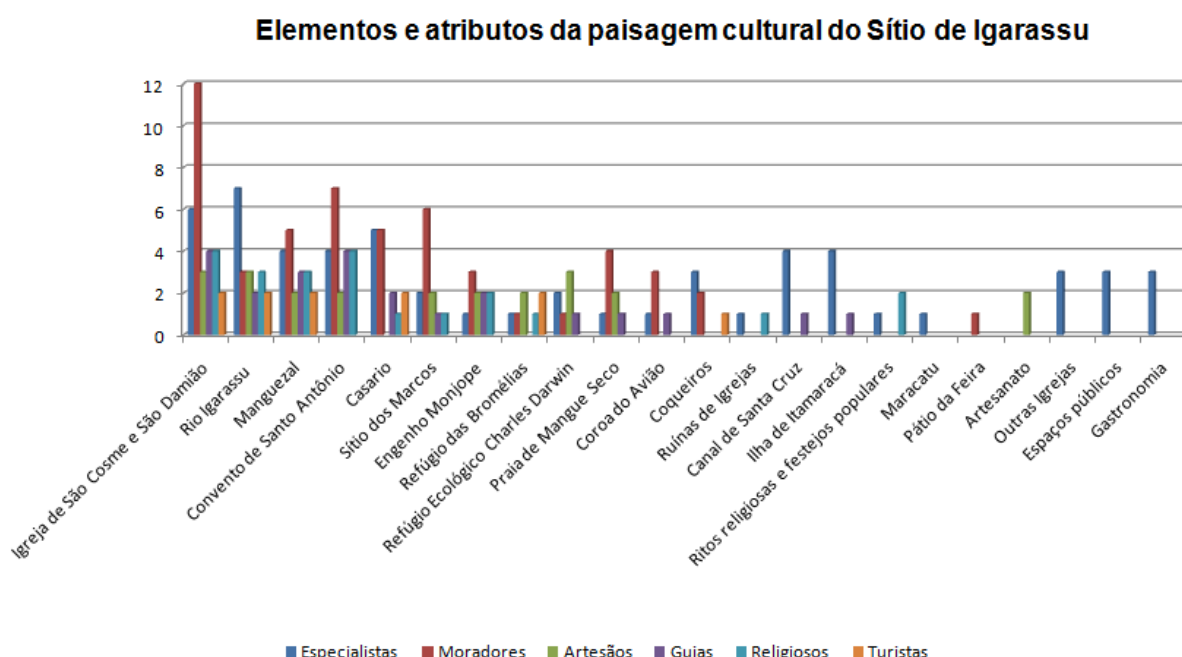
O processo de definição dos elementos considerando os significados dos atributos que compõem um patrimônio não deve ser refletido sobre os mais votados nas pesquisas realizadas. O que é levado em consideração, de fato, é a escolha baseada em critérios estabelecidos em um determinado momento, que destaca alguns elementos e atributos enquanto outros são esquecidos nesse processo (MUÑOS VIÑAS, 2005).

¹⁶⁰ E. A. *op. cit.*

¹⁶¹ É uma espécie de caranguejo que tem a capacidade de subir nas árvores de mangue, pois é o local onde se alimenta e se acasala.

Assim, o gráfico 13 apresenta alguns dos elementos que por meio dos seus atributos foram mencionados nos depoimentos dos usuários, especialistas e acadêmicos. A escolha e definição dos elementos que compõem a paisagem é resultado da narrativa apresentada ao longo do trabalho e dará subsídios para a construção do Quadro e da confecção do mapa da paisagem contendo os elementos que permanecem na paisagem atual de Igarassu.

Gráfico 13. Principais elementos e atributos que compõem a Paisagem Cultural Sítio de Igarassu



Fonte: Entrevistas orais realizadas pelo autor, 2014

A grande variedade de elementos da paisagem de Igarassu, visualizados no gráfico indica uma paisagem que pelos seus atributos é carregada de significado. Segundo a interpretação dos depoimentos, o Rio Igarassu, o Manguezal, o Sítio dos Marcos, e o Engenho Monjope, juntamente com o patrimônio histórico religioso e civil, compõem os principais elementos desta paisagem, que pelos seus atributos foram citados pelos 06 grupos consultados, tendo culturais, sociais, estéticos e históricos.

O conjunto formado pelo Refúgio das Bromélias¹⁶² e do Refúgio Ecológico Charles Darwin, foram mais mencionados pelos usuários, e embora sejam áreas de

¹⁶² O Refúgio das Bromélias pertence ao artesão e paisagista Adinelson Vieira Dantas (o Pequeno) que criou o espaço em meados da década de 1990/2000, pois estava preocupado com a degradação de uma imensa área de mangue existente na parte posterior da residência de seus pais, percebeu a

preservação ambiental privadas, foram consideradas por membros desse grupo pelas interações ambientais que apresentam com o Sítio de Igarassu. O Refúgio das Bromélias fica no entorno do sítio histórico tombado e é relativamente recente, enquanto o Refúgio Ecológico Charles Darwin, fica distante do sítio histórico de Igarassu. Este fato demonstra que não devem ser criados polígonos limitando a paisagem, pois como dito anteriormente, a paisagem é dinâmica e mutável e seus elementos e atributos vão além da fisionomia.

Outros elementos citados pelos usuários foi a praia de Mangue Seco, localizada no litoral do município de Igarassu, bastante movimentada no verão por turistas e moradores, assim como a Coroa do Avião, que é possível ser vista da praia e durante as marés secas, é possível caminhar da Praia de Mangue Seco até a Coroa do Avião.

Os coqueiros também foram elementos vistos como marcantes na paisagem, por esse grupo, sendo um elemento que foi considerado muito mais nas representações pictóricas do que nos depoimentos. A presença de coqueiros no município é marcante, sendo possível encontrá-los inclusive nos quintais de casas e se destacam na paisagem quando vistos de cima do outeiro do sítio histórico.

Um dos elementos mencionados pelos especialistas foi a Ilha de Itamaracá como resultado de fatores históricos que uniram essa porção do território, como foi mencionado acima. O que separava essa Ilha de Igarassu era o rio e o Canal de Santa Cruz, sendo este o único caminho de ligação do interior com o continente. Por conta dessa forte interação no passado, a Ilha de Itamaracá foi considerada como um elemento da paisagem, na verdade não seria toda a Ilha, mas a porção que corresponde a Vila Velha e sua integração com o Canal de Santa Cruz.

Por fim, foi mencionado por alguns usuários e especialistas, o aspecto imaterial, expresso nos ritos religiosos, nos espaços públicos, na gastronomia e por outras manifestações culturais que também devem ser considerados como um bem que faz parte da paisagem do sítio de Igarassu, por serem representações vivas e por suas características simbólicas e únicas da cidade.

Os elementos acima mencionados pelo grupo de atores, como também os monumentos históricos protegidos e preservados da arquitetura civil e, sobretudo, religiosa, mencionados por praticamente todos os atores consultados, compõem a representação simbólica, feita com base nas representações pictórica feita pelos usuários do Sítio de Igarassu, sendo definida nas Figuras 60 e 61, na qual a primeira não cria polígonos, todavia destaca os elementos mencionados de acordo com os seus atributos. E a segunda o mapa que traduz a síntese da Cartografia Social a partir das representações dos usuários.

O presente capítulo teve a intenção de interpretar os diversos elementos, mencionados segundo os seus atributos, pelos usuários e especialistas, com base nos depoimentos orais, de forma a atingir o objetivo proposto. Nesse sentido, foram interpretados, por meio dos seus significados, os elementos expressos na paisagem e os atributos que permanecem e/ou modificaram no sítio de Igarassu, constando no Quadro 09 a seguir. A interpretação foi feita tomando como base a narrativa construída, de forma a integrar a teoria com o estudo empírico, tendo como referência o eixo norteador. Com base nas informações contidas nesse estudo, pretendemos contribuir com políticas patrimoniais que contenham propostas que tenha no seu cerne a relação do homem com o sítio de Igarassu, visando a conservação integrada da paisagem desse sítio.

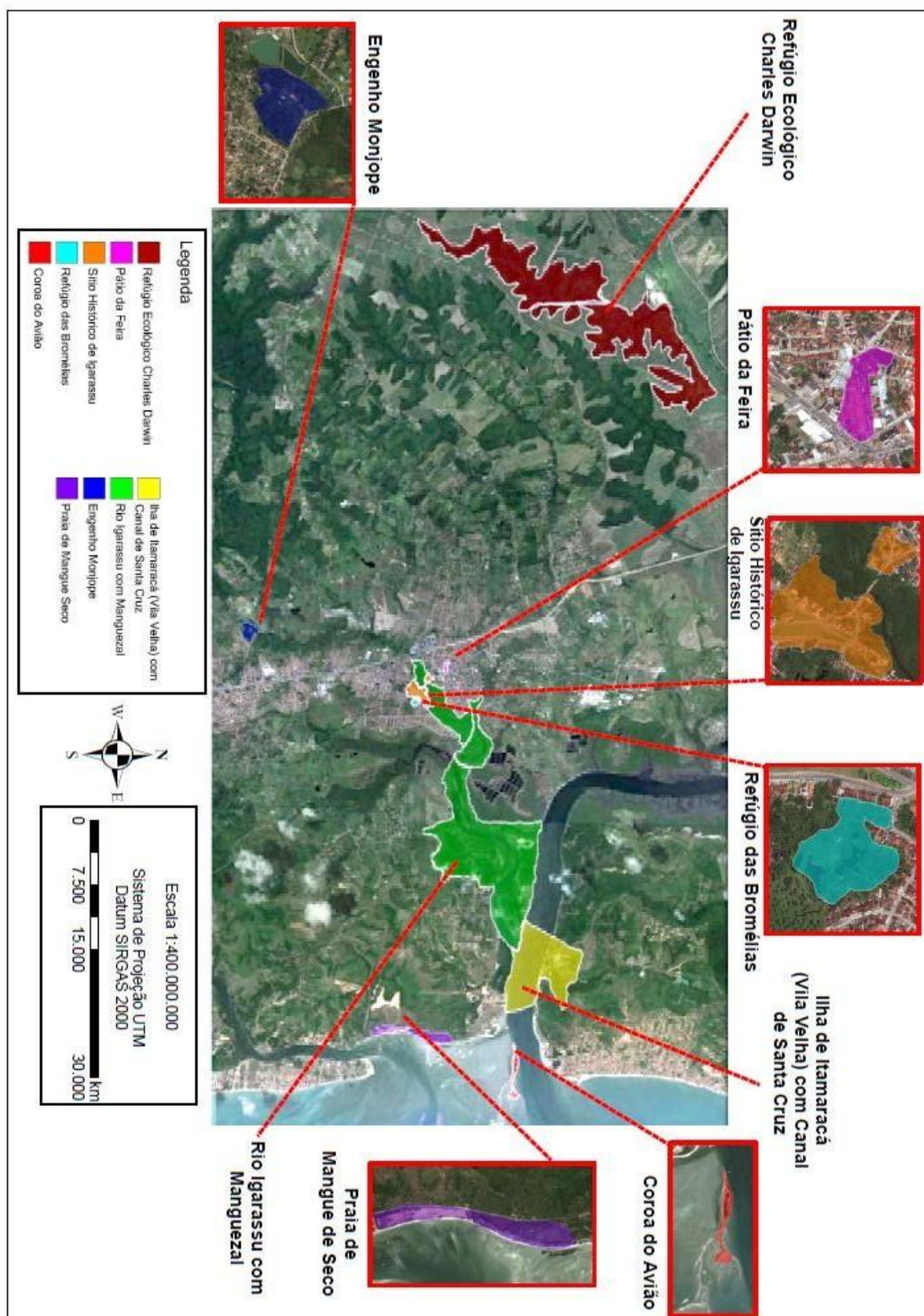


Figura 60. Identificação dos elementos da Paisagem Cultural do Sítio de Igarassu

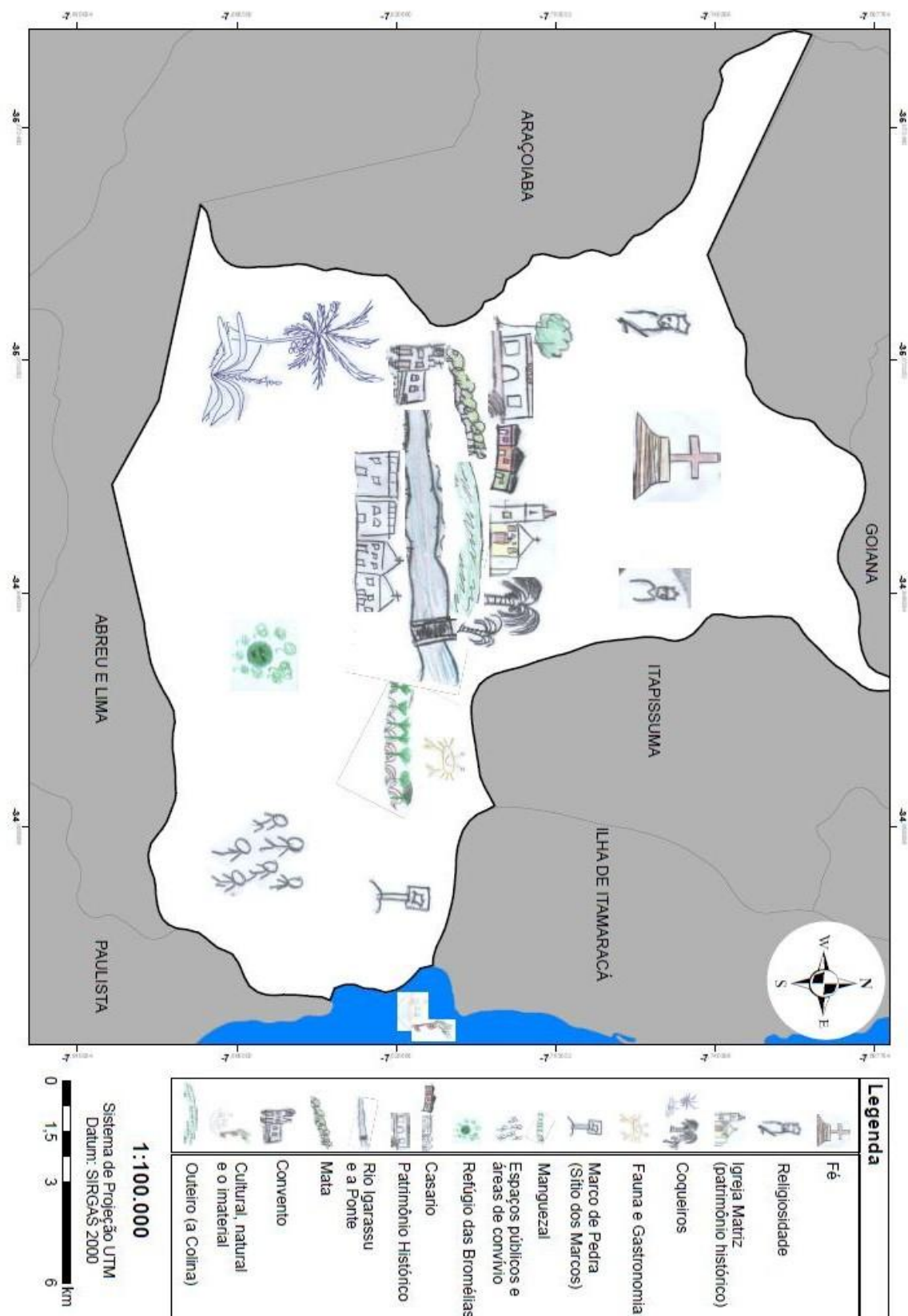


Figura 61. Cartografia Social do grupo dos usuários

Quadro 09. Elementos expressos na paisagem e os atributos que permanecem e/ou modificaram no sítio de Igarassu, a partir dos depoimentos orais

| PERMANÊNCIAS | | | | | | | | | | MUDANÇAS | | | | | | |
|-----------------------------------|---|----------|------------------|------------|----------|---------------|---|-----|---|--|--|---|---|---|---|---|
| | Leitura da paisagem através dos depoimentos | | | | | | | | Fundação da Vila de Igarassu | | | | | | | |
| | Usuários | | | | | Especialistas | Relatos e gravuras dos séculos XVI e XVII | | Pinturas e cartografias do século XVIII | Relatos e gravuras dos séculos XVIII e XIX | Fotografias da segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX | Depoimentos orais dos stakeholders (usuários e especialistas) | | | | |
| | Moradores | Artesãos | Guias Turísticos | Religiosos | Turistas | | | | | | | | | | | |
| ELEMENTOS E ATRIBUTOS | | | | | | | | | | ELEMENTOS E ATRIBUTOS | | | | | | |
| Naturais | | | | | | | | | | Naturais | | | | | | |
| Rio | X | X | X | X | X | X | X | 100 | Ilha | X | | | | X | | |
| Mata / Vegetação | X | X | X | X | X | X | X | 100 | Coqueiros | | | X | | | X | X |
| Vegetação de Mangue | X | X | | | X | X | X | 83 | Amplitude do céu | | | X | | | | |
| Relevo / Outeiro | | | | X | | X | X | 33 | Rede hidrográfica | | | X | | | | |
| Coqueiros | X | | | | X | X | X | 50 | Manguezal | | | | | X | | X |
| Litoral / Praia | X | X | X | | | X | X | 67 | Litoral / Praia | | | | | | | X |
| Canal de Santa Cruz | | | X | | | X | X | 33 | Mata / Vegetação | | | | | | | X |
| Ilha | | | X | | | X | X | 33 | | | | | | | | |
| Culturais | | | | | | | | | | Culturais | | | | | | |
| Ponte | | | X | | | | | 17 | Feltonia | X | | | | X | | |
| Igreja dos SS. Cosme e Damião | X | X | X | X | X | X | X | 83 | Cercas / Palçadas / Fortificações | X | | | | | | |
| Convento Sagrado Coração de Jesus | | X | | | | | | 17 | Ladeira da Misericórdia | | | | | | X | |
| Convento de Santo Antonio Casaro | X | | X | X | | X | X | 67 | Canhões / Arma bélicas | X | | | | | | X |
| | | | X | X | X | X | X | 83 | Gastronomia | | | | | | | X |
| | | | | | | | | | Espagos públicos | | | | | | | X |
| | | | | | | | | | Pátio da Feira | | | | | | | X |
| Igreja de São Sebastião | | | | X | | X | X | 33 | Ruínas | | X | | | | X | |
| | | | | | | | | | Itamaracá | | | X | | | | X |
| Estrada/ Caminho de pedra | X | | | | | X | X | 33 | Ponte | | | | X | | X | |
| Ladeira da Misericórdia | X | | | | | | | 17 | Práticas religiosas | | | | | X | | |
| Gastronomia | | | | | | X | X | 17 | Representações humanas | | | | | | | |
| Espagos públicos | X | | X | | | X | X | 17 | Negros e escravos | X | | X | | | | |
| Ruínas | | | | X | | | | 33 | Índios / Selvagens / Silvícolas | X | | | | X | | |
| Pátio da Feira | X | | | | | | | 17 | Cristãos novos | X | | | | | | |
| Artesanato | | X | | | | | | 17 | | | | | | | | |

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo interpretar se os elementos naturais e culturais que contribuíram para a formação da paisagem do Sítio geográfico de Igarassu mudaram e/ou permanecem atualmente por meio dos significados dos atributos dados a esses elementos pelos grupos que os vivenciam cotidianamente, juntamente com os que observam esse recorte espacial, a fim de contribuir com a conservação dessa paisagem.

Ao longo do trabalho, a paisagem foi concebida como um resultado combinado das condições naturais e humanas interagindo entre si “[...] *salientando que tais interações são mutáveis e percebidas nas paisagens visíveis e invisíveis*” (BESSE, 2006). A paisagem também foi concebida como um modo de ver, de representar e repleta de significados “[...] *expressos e apreendidos das mais variadas formas na paisagem entre os diversos atores culturais envolvidos*” (COSGROVE, 1998).

A adoção da concepção de Paisagem Cultural, baseada na Nova Geografia Cultural, como um dos aportes teóricos desse estudo foi feito visando a contribuir com os estudos de Sítios que tenham como característica elementos naturais, culturais e imateriais na formação da sua paisagem, como é o caso de Igarassu.

Tendo como intuito contribuir com novos aportes metodológicos no estudo da paisagem foi adotada a perspectiva de alguns geógrafos que segundo Ribeiro (2007), percebe a paisagem enquanto um documento a ser lido, ou seja, interpretam a paisagem a partir da leitura feita pelos grupos culturais envolvidos com a paisagem em questão. No entanto, segundo Cosgrove (2012), como os textos têm muitas dimensões, oferecem a possibilidade de leituras diferentes simultâneas e igualmente válidas.

Nesse contexto é que foram interpretados os produtos culturais como as iconografias, relatos de viajantes e depoimentos orais que expressam os significados dados aos atributos da paisagem, por meio de diferentes maneiras de ver, baseadas em crenças, valores e interesses individuais, resultando, portanto em leituras distintas e algumas vezes conflitantes.

Neste estudo também foi considerado algumas características da paisagem. Uma delas é o seu caráter dinâmico e mutável, podendo ser lida e interpretada em

diferentes momentos históricos, com base nos produtos culturais que representam cada momento específico, uma vez que “a paisagem, é polissêmica e está em permanente construção” (RIBEIRO, 2010).

Esse caráter dinâmico da paisagem no âmbito patrimonial acaba levantando questionamentos sobre o que de fato devemos manter da paisagem para as gerações futuras e de que forma trabalhar com os atributos da paisagem de forma integrada.

Diante do caráter dinâmico de mudança da paisagem, visando a interpretar as mudanças e /ou permanências nos elementos que a constituíram, optou-se pela construção de uma narrativa, que pautasse a leitura e interpretação da paisagem do Sítio de Igarassu a partir das representações iconográficas, como: mapas, pinturas e fotografias e nos relatos de viajantes, como produtos culturais representativos dos séculos XVI, XVII, XVIII, XIX e da primeira metade do século XX.

Para se interpretar as mudanças e /ou permanências nos elementos que constituem a paisagem atual, a leitura e interpretação se baseou nos depoimentos orais dos *stakeholders* e da representação iconográfica, gerando um quadro final, assim como a cartografia social elaborada pelo grupo dos usuários. Dessa forma, na construção da narrativa, sempre estiveram presentes a relação entre a evidência empírica e a teoria, tendo como eixo norteador a relação sociedade e natureza.

É bom salientar que não existe uma única narrativa no estudo da paisagem, o que define a narrativa é o eixo norteador, baseado nas escolhas e definições feitas em momentos específicos, podendo outros estudos construir narrativas sobre o mesmo território, com uma interpretação dos significados dados aos atributos da paisagem que podem, inclusive, ser diferente dos que aqui foram interpretados.

No capítulo 3, após a leitura e interpretação das iconografias e relatos de viajantes, foi possível evidenciar a dinâmica das mudanças e /ou permanências dos elementos da paisagem, de acordo com os seus atributos como resultados das relações estabelecidas entre Sociedade e a Natureza entre os séculos XVI e meados do século XX.

A interpretação das iconografias e relatos revelou os significados dados aos atributos da paisagem expressos nas representações do sítio de Igarassu. Ficando

expresso nos relatos que os atributos dados aos elementos naturais da paisagem principalmente, dos recursos hídricos que tiveram um papel fundamental na formação da Vila, sendo a figura do Rio em confluência com o Canal de Santa Cruz citado como uma rota de navegação que ligava a Vila de Igarassu a outros povoados portugueses nas Capitanias de Pernambuco e Itamaracá, além de ter sido o canal por onde adentraram as tropas invasoras.

A leitura da paisagem a partir de relatos de viajantes é apenas um dos eixos possíveis de interpretação. Mesmo se valendo de registros documentais, na sua grande maioria, com uma abordagem de fatos históricos, os produtos culturais utilizados atestaram como os recursos naturais, sobretudo os hídricos, exerceram um papel fundamental na constituição da fisionomia da paisagem cultural da Vila de Igarassu, pois eram elementos cujos atributos estavam associados às marcas e expressões culturais dos povos que ali se estabeleceram.

Outra forma de leitura foi por meio das pinturas de Frans Post e da cartografia presente na coletânea de Gaspar Barléus que foram importantes registros durante o período de dominação holandesa, permitindo a interpretação dos atributos dados aos elementos da paisagem, partindo do olhar transcultural desses holandeses.

Por fim, no capítulo 3, nos registros fotográficos da segunda metade do século XIX, houve predominância dos elementos naturais, enquanto que nas fotografias do início século XX foram dominantes os elementos culturais, formados pelas paisagens documentais, ou seja, as construções seculares, como também os aspectos da vida social e cotidiana, e as edificações, havendo pouco destaque para os elementos naturais. Logo, isto mostra a dinâmica da paisagem, tanto na mudança dos elementos que a constituem como na maneira de ver do observador.

A leitura da paisagem a partir da comparação entre períodos subsequentes é mais um dos eixos possíveis de interpretação. As abordagens de fatos históricos e de documentos de diferentes séculos atestaram como os atributos dados aos elementos naturais e culturais se comportaram em épocas distintas, na qual alguns elementos permaneceram na paisagem, e outros mudaram. Isso atesta para o fato de que a paisagem é dinâmica, mutável e que novos elementos podem ser incluídos na paisagem, como também os atributos podem mudar, dependendo da maneira de ver a paisagem.

O capítulo 4 trouxe as interpretações dos significados dos atributos dados a paisagem pelos grupos que a vivenciam e pelos observadores obtidos a partir da aplicação da entrevista semiestruturada. Com a interpretação dos depoimentos foi possível compreender que a leitura da paisagem é permeada por crenças, memórias e valores, que tem base no envolvimento profissional ou vivencial com o sítio e na formação intelectual dos atores entrevistados, direcionando os modos de ver o território.

Foi percebido na leitura e interpretação dos depoimentos orais que os vários atributos dados aos elementos da paisagem não são conflitantes, embora tenham uma matriz de significados diversificada. Mesmo com diferentes leituras, alguns atributos e elementos foram recorrentes entre os diversos grupos consultados.

Dessa forma, os depoimentos mostraram que o atributo histórico da arquitetura civil e, sobretudo, religiosa foi bastante destacado, sobretudo pelos especialistas de instituições patrimoniais, que mencionaram igrejas nas adjacências do sítio histórico. Foi destacado também o rio Igarassu por ter o atributo de ser parte integrante da paisagem do sítio de Igarassu, portanto estando integrado com o patrimônio cultural. Outros elementos naturais também presentes nos depoimentos, pelos seus atributos foram o mangue, os coqueiros e o refúgio das bromélias. Como atributos imateriais foram citados os ritos religiosos e festas populares que fazem parte da tradição da cidade. Por fim, os espaços públicos, como a colina histórica, as praças próximas ao sítio tombado e o litoral, foram citados por ter o atributo de serem espaços de convívio social.

Foi utilizada também como produto cultural a cartografia social, como mais um instrumento possível de identificação e interpretação da paisagem cultural, “*cuja representação permite interpretar o simbolismo contido nas paisagens* (COSGROVE *op. cit.*)” e essas representações simbólicas apresentam especificidades de cada grupo que foi considerado “*marcando diferenças culturais e construindo signos identitários de pertencimento* (ACSELRAD, *op. cit.*)”.

Mesmo utilizando princípios e diretrizes da cartografia social, foi visto o grande potencial de sua aplicabilidade na construção da narrativa e na identificação e interpretação dos simbolismos representados em desenhos carregados de significados e subjetivismos.

Na paisagem representada simbolicamente pelos atores culturais foi destacada a arquitetura religiosa e civil, sendo mais representada a Igreja Matriz de São Cosme e São Damião, como também o casario, o museu histórico e o Cruzeiro. Pela interpretação das representações pictóricas pudemos apreender que existe interação entre os atributos dados aos elementos naturais e culturais, uma vez que os elementos naturais também estavam representados.

Nesse contexto, alguns atores consultados, mencionaram os elementos naturais como merecedores de proteção patrimonial em conjunto com os bens culturais já existentes. Dessa forma se amplia o conhecimento da paisagem cultural como um instrumento patrimonial de preservação de sítios que, como Igarassu tenham como característica elementos naturais; culturais e imateriais na formação da sua paisagem.

Mesmo com essas características, os instrumentos de proteção patrimonial do sítio de Igarassu, não são suficientes para a proteção dos bens culturais, naturais e culturais de forma integrada. De acordo com Castriota (2009), os mecanismos tradicionais no campo do patrimônio relacionados à preservação ambiental já não bastam para atender, documentar, proteger e conservar esse campo, pois o patrimônio é muito mais vasto e formado com arranjos distintos, desse modo precisam ser revistos e reexplorados metodologicamente para que se adaptem aos novos contextos.

Nesse sentido, esse trabalho trouxe como contribuição a reflexão para os *stakeholders* da possibilidade de inserção do sítio geográfico de Igarassu na categoria patrimonial de Paisagem Cultural, que tem no seu cerne a relação entre a sociedade e a natureza existente no território, sendo este um instrumento mais recente e que responderia ao contexto em que se insere o sítio geográfico de Igarassu.

Outra contribuição foi o método de leitura e interpretação da paisagem, onde trabalhos futuros poderão contribuir com outras narrativas visando a conservação integrada das paisagens do sítio em questão e de outros sítios com características semelhantes. Salientando que a paisagem do sítio de Igarassu é uma construção inacabada, pois está em constante mudança.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. **Mapeamento, identidades e territórios**. In: Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), 2010. p. 09-46.

ANDRADE, Moisés *et al.* (org.). **Igarassu proposições urbanológicas**. SUDENE, UFPE: Série estudos urbanológicos. 1974, 76p.

ALECRIM, E. **Inventário do potencial turístico de Igarassu**. Igarassu: Secretária de turismo, cultura e esportes de Igarassu (STCEI), 2007.

ANTROP, Marc. **From holistic landscape synthesis to transdisciplinary landscape management**. In: Tress, B. *et al.* (orgs.). From landscape research to landscape planning: aspects of integration, education and application, 2006b, XIII, 434 p. Disponível em: <<http://library.wur.nl/ojs/index.php/frontis/article/view/1098/669>>. Acesso em março de 2014.

Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (CPRH). **Diagnóstico socioambiental – litoral norte**: qualidade ambiental do litoral norte e qualidade das águas superficiais. Publicações CPRH/MNA – PNMA II, 2000.

ARAÚJO, Guilherme Maciel. **Paisagem cultural**: um conceito inovador. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (org.). Paisagem cultural e sustentabilidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, IEDS, 2009, 220 p.

BARLÉU, Gaspar. **Rerum per octennium in Brasilia et álibi gestarum sub praefectura illustrissimi comitis I. Mauritii Nassaviae**. Officina Tobiae Silberling MDCLX. 1647, 664p.

BARRETO, Jorge; MELO, Fernando; VIEIRA, Edvan. **História Municipal de Igarassu**. 2013, 1ª edição, 67 p.

BARROS, Nilson Cortêz Crócia de. **Quatro comentários sobre paisagem e região**. In: SÁ, Alcindo José de. & CORRÊA, Antonio Carlos de Barros (Orgs). Regionalização e análise regional: perspectivas e abordagens contemporâneas. Recife: Universidade da UFPE, 2006. 247p.

BELUZZO, Ana Maria de Moraes. **O relato maravilhoso de Staden**. In: O Brasil dos viajantes: imaginário do Novo mundo. Fundação Odebrecht, 1994, volume 1, pp 44-52.

BENISOVICH, Michel. **Frans Post e Albert Eckhout, pintores holandeses do Brasil, e as “Tapeçarias das Índias” dos Gobelins**. In: Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1943, 340 p.

BERJMAN, Sonia. **El paisaje y el jardín como elementos patrimoniales**: una visión argentina. In: TERRA, Carlos Gonçalves & ANDRADE, Rubens Oliveira de. Paisagens culturais, contrastes sul-americanos. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Belas Artes, pp. 143-157.

BERQUE, Augustin. **Paisagem, meio, história**. In: Cinq propositions pour une du paysage. Paris: Editions Champ Vallon, 1994.

BERQUE, Augustin. **El nacimiento del paisaje in China**. In: El paisaje. Huesca: arte y naturaleza. Actas del segundo curso, Huesca, 1996. Editado por la Diputación de Huesca, España.

BESSE, Jean-Marc. **Ver a Terra**: Seis ensaios sobre a paisagem. Editora Perspectiva, 2006. 120p.

BO, João Batista Lanari. **Proteção do patrimônio na UNESCO**: ações e significados. Brasília: UNESCO, 2003. 186p.

BOOGART, Ernst van den. **Viver ou morrer no Brasil holandês**. Organizado por Marcos Galindo. Recife: editora Massangana, 2005, 245 p.

BRASIL. **Artigo 216, seção II da Cultura**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

_____. **Decreto-lei nº 25 de novembro de 1937**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>. Acesso em: jan. 2014.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009, 380p.

_____. **Paisagem cultural e sustentabilidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, IEDS, 2010.

CAUQUELIN, Anne. **A invenção da paisagem**. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Martins, 2007, p 196p.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3.ed. São Paulo: Estação Liberdade: Ed.UNESP, 2006. 282 p.

_____. **O patrimônio em questão**: antologia para um combate. Tradução: João Gabriel Alves Domingos. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011, 184 p.

COSTA, J. B. R. **Problemas histórico-geographics III**: o marco de Iguarassú. In: Revista do Instituto Archeologico e geographico Pernambucano. Comissão de redação: Drs. Pereira da Costa, Alfredo de Carvalho e Arthur Muniz. Recife, 1907. Volume XII.

CLARK, K. **Landscape into art**. London, J. Murray, 1991.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Florianópolis, Ed. Edusc, 1999.

_____. **O papel da geografia cultural na compreensão da ação humana**. Traduzido do francês por Márcia Trigueiro. In: ROSENDAHL, Zeny e CORRÊA, Roberto Lobato (Ongs). Matrizes da geografia cultural. Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 2001, p. 146.

_____. **A paisagem dos geógrafos**. In: CÔRREA & ROSENDAHL. Geografia Cultural: uma antologia, volume 1. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012, p. 245-276.

Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Históricos (ICOMOS). **Carta de Atenas, 1931**. Disponível em: <http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Atenas_1931.pdf>. Acesso em: jan. 2014.

_____. **Carta de Veneza, 1964**. Disponível em: <http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Veneza_1964.pdf>. Acesso em: jan. 2014.

_____. **Convenção do Patrimônio Mundial, 1972**. Disponível em: <<http://www.icomos.org.br/cartas/ConvencaoPatrimonioMundial.pdf>>. Acesso em: fev. 2014.

_____. **Carta de Bagé, 2007**. Disponível em: <http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Bage_PaisagemCultural.pdf>. Acesso em: fev. 2014.

CÔRREA, Roberto Lobato. **A paisagem geográfica: uma bibliografia**. In: Espaço e cultura. Rio de Janeiro, NEPEC, UERJ, 1997, p. 113-122.

CÔRREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Geografia cultural: apresentando uma antologia**. In: Geografia cultural: uma antologia, volume 1. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012, p. 07-14.

_____. **Carl Sauer e a Escola de Berkeley: uma apreciação**. In: Matrizes da geografia cultural. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, 146p.

COSGROVE, Denis. **A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas**. In: CÔRREA, R. L. A Paisagem, Tempo e Cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p. 92-123.

_____. **Mundos de significados: geografia cultural e imaginação**. In: CÔRREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. Geografia cultural: uma antologia, volume 1. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012, p. 105-118.

COSGROVE, D. & DANIELS, S. **The iconography of landscape**. Cambridge, Cambridge University Press, 1988.

COSGROVE, D. & DOMOSH. **Author and Authority: writing the New Cultural Geography**. In: Place/Culture/Representation. (Orgs.) Duncan *et al.* London/New York. Routledge. 1993, p.25-38.

COUNCIL OF EUROPE. **Convenção europeia da paisagem**. Florença, 2000. Disponível em: <<http://www.gddc.pt/siii/docs/dec4-2005.pdf>>. Acesso em: mar. 2014.

DANIELS, S. & COSGROVE, D. **Introduction: iconography and landscape**. In: The Iconography of landscape. (Orgs.) Cosgrove, D. *et al.* Cambridge, Cambridge University Press. 2000, pp. 1-10.

DUNCAN, James. **The superorganic in American Cultural Geography**. Annals of the association of American Geographers, 1980, 70(2): 181-198.

DUNCAN, James. **The City as Text: the politics of landscapes interpretation**. In: the Kandyen kingdom. USA, Cambridge University Press, 1990, 229 p.

_____. **A paisagem como sistema de criação de signos**. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs.). Paisagens, textos e identidade. Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 2004.

FERREIRA, Jurandyr Pires. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Instituto brasileiro de geografia e estatística. Rio de Janeiro, 1958, volume XVIII, 323 pp.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2ª edição, 1986, 1838 p.

FERREZ, Gilberto. **Velhas fotografias pernambucanas 1841-1900**. Recife, Departamento de Documentação e Cultura, 1956.

Fundação de desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (FIDEM). **Plano de preservação dos sítios históricos da região metropolitana do Recife (PPSH/RMR)**. Governo do Estado de Pernambuco. Secretaria de Planejamento. 1978, 400 p.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, MinC/Iphan, 2005.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 8ª edição, 2002, 541 p.

_____. **A arqueologia do saber**. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. 239 p.

FOUQUET, C. **O cerco de Igarauçu 1549: determinação de uma data histórica e um subsídio para a formação de lendas**. Folhetos da Sociedade Hans Staden, São Paulo, 1943.

FOWLER, Peter. **World heritage cultural landscapes 1992-2002**. Paris: UNESCO, 2003.

FREIRE, Adelino Antônio de Luna. **Apontamentos sobre Iguarassú**. In: Revista do Arquivo Público. Secretária do Interior e Justiça. Recife, 1950/1951, 1º e 2º semestres, anos V e VI – números VII e VIII, 931 pp.

FURTADO, Major Sebastião da Silva. **Estudo das cartas históricas da mapoteca da diretoria do serviço geográfico a cartografia luso-brasileira**. Ministério da Guerra, Rio de Janeiro, 1959, 103p.

GADAMER, H. **Verdade e método**. Petrópolis: Vozes, 1999.

GEERTZ. Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2013, 323 p.

GODINHO, Rosemary de Sampaio. **Renascimento**: uma nova concepção de mundo através de um novo olhar para a natureza. *In*: DataGramaZero – Revista da Informação, volume 13, nº1, 2012. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/fev12/Art_01.htm>. Acesso em: fev. 2014.

GOMES, Edvânia Tôrres Aguiar. **Recortes de paisagens na cidade do Recife**: uma abordagem geográfica. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2007, p. 359.

GUEDES, Max Justo. **A cartografia holandesa do Brasil**. *In*: O Brasil holandês (1630-1654). Os holandeses no Brasil, Evaldo Cabral de Mello (org.). São Paulo: Penguin Classics, 2010.

HERKENHOFF, Paulo. **Representação do Negro nas índias ocidentais**: Barléu, Post e Eckout. *In*: O Brasil holandês (1630-1654). Editora Sextante Artes, 1999.

HOFFMANN, Maria Barroso. **Mapeamentos participativos e atores transnacionais**: a formação de identidades políticas para além do Estado e dos grupos étnicos. *In*: Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), 2010. p. 47-80.

HONORATO, Manoel da Costa. **Dicionário topográfico, estatístico e histórico da província de Pernambuco**. SEC/PE, 1976, 54 p.

IGARASSU. **Lei nº 2.629 de 28 de dezembro de 2006**. Plano diretor participativo de Igarassu.

_____. **Lei Orgânica do Município de Igarassu de 1990**. Casa de Câmara Municipal de Igarassu

IPHAN/COPEDOC. **Bens móveis inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**: 1938-2009 / [Org. Francisca Helena Barbosa Lima, Mônica Muniz, Melhem e Zulmira Canário Pope]. 5 ed. revisado e atualizado. [Versão Preliminar] – Rio de Janeiro: 2009. 166 p.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Declaração de Amsterdã, 1975**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=246>>. Acesso em: jan. 2014.

_____. **Recomendação europeia, 1995**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=266>>. Acesso em: jan. 2014.

_____. **Chancela da Paisagem Cultural Brasileira, de 2009**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1236>>. Acesso em: dez. 2013.

_____. **Carta de Petrópolis, 1987**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=257>>. Acesso em: fev. 2014.

_____. **Carta de São Paulo, 1989**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=260>>. Acesso em: fev. 2014.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Carta do Rio, 1992**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=263>>. Acesso em: fev. 2014.

_____. **Carta de Fortaleza, 1997**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=268>>. Acesso em: fev. 2014.

Instituto Ricardo Brennand (IRB). **Frans Post e o Brasil holandês**. Recife: Capivara, 2003.

JOKILEHTO, Jukka. **Notes on the definition and safeguarding of HUL**. City & Time 4 (3): 4, 2009.

KIDDER, Daniel Parrish. **De volta a Pernambuco**. In: SOUTO MAIOR, Mário & SILVA, Leonardo Dantas. A paisagem pernambucana. Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1945, 279 pp.

KOSTER, Henry. **Viagens ao nordeste do Brasil**. Tradução de Luis da Câmara Cascudo, Recife, 1978, volume XVII, 2ª edição, Coleção Pernambucana, 477p.

LACERDA, Norma; ZANCHETI, Silvio Mendes; DINIZ, Fernando. **Planejamento metropolitano: uma proposta de conservação urbana e territorial**. In: Revista eure. Vol. XXVI, nº79, pp. 77-94. Santiago de Chile, 2000.

LAGO, B. & P. C. **Frans Post o Brasil Holandês**: na coleção do Instituto Ricardo Brennand. Recife: Capivara, 2003.

_____. **Os quadros de Post pintados no Brasil**. In: O Brasil e os Holandeses: 1630-1654. (Org.) Herkenhoff, P. Rio de Janeiro, Sextane Artes. 1999, p. 238- 271.

_____. **Frans Post (1612-1680)**: obra completa. Rio de Janeiro: Capivara, 2006.

LE GOFF, Jacques. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

MACHADO, Roseline Vanessa Oliveira. **Frans Post e as impressões de Pernambuco-NE**. In: XIII encontro da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em planejamento urbano e regional. Florianópolis, 2009.

MANGUINHO, Gastor. **Anuário de Olinda**. Olinda, 1965, números XV-XVI, anos: 1963/64, 107 pp.

MARTINS, Luciana de Lima. **O Rio de Janeiro dos viajantes: o olhar britânico (1800-1850)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001, 207 p.

MARTINS, Éder de Souza; REATTO, Adriana; CARVALHO JR, Osmar Abílio de; GUIMARÃES, Renato Fontes. **Ecologia da paisagem: conceitos e aplicações potenciais no Brasil**. Planaltina – DF: Embrapa Cerrados, 2004, 35p.

MAUAD, Ana Maria. **Através da imagem: fotografia e história interfaces**. In: Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, nº 2, 1996, p. 73-98.

MCDOWELL, Linda. **A transformação da geografia cultural**. In: Gregory, D. *et. al.* Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996, p. 161-183.

MELO, Vera Mayrinck. **Um recorte da paisagem do Rio Capibaribe**: seus significados e representações. Tese. (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

MELO, Taciana Santiago de. **Registros coloniais inscritos nos mapas da antiga vila de Igarassu, Pernambuco**. In: anais do I simpósio brasileiro de Cartografia Histórica. Paraty/RJ, 2011.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Os holandeses no Brasil**. In: O Brasil holandês (1630-1654). Editora Sextante Artes, 1999.

MELLO, José Antonio Gonsalves de. **A cartografia holandesa do Recife**: estudos dos principais mapas da cidade, do período 1631-1648. Publicação do Parque histórico nacional dos Guararapes (PHNG) Iphan/Mec. Recife, 1976.

_____. **Estudos Pernambucanos**: crítica e problemas de algumas fontes da história de Pernambuco. Recife, 1986, Fundarpe, 2 edição, Diretoria de Assuntos Culturais, 243 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008. 407 p.

MITCHELL, W. J. T. Iconology: image, text and ideology. Encyclopédie de Géographie Humaine. Paris: Economica, 1986, pp. 257-272.

MONTEIRO, M. **Álbum de Pernambuco**. Lisboa, Portugal: Oficinas Typographicas do Anuario Comercial, 1913.

MUÑOZ VIÑAS, Salvador. Contemporary theory of conservation. Oxford: Elsevier, 2005, 239 p.

MUSEUS CASTRO MAYA. **A paisagem pitoresca do Brasil**. Coordenação geral, Paulo Sérgio morais de Sá. Rio de Janeiro: os museus castro maya, 1998. 64 p.

OLIVEIRA LIMA, Manuel de. **Pernambuco seu desenvolvimento histórico**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco, 2ª edição, 1975, coleção Pernambucana, 1ª fase, v. 1

ORAMAS, Luis Pérez. **Frans Post, invenção e “aura” da paisagem**. In: O Brasil holandês (1630-1654). Editora Sextante Artes, 1999.

PIRES, Wilberto. **Recife, Caruaru, Igarau - suas origens**: uma versão descontraída. Recife, 1987, 39 p.

POZZO, Renata Rogowski; VIDAL, Leandro Moraes. **O conceito geográfico de paisagem e as representações sobre a ilha de Santa Catarina feitas por viajantes dos séculos XVIII**

e XIX. In: Revista Discente Expressões Geográficas, Florianópolis: nº 06, ano VI, 2010, p. 111-131.

PROGRAMA MONUMENTA. **Sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais:** norte, nordeste e centro-oeste. Brasília: Programa Monumenta, 2005, 456p.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial.** Colaboradores Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno e Paulo Júlio Valentim Bruna, São Paulo, Editora da USP, 2000.

RIBEIRO, Sandra Bernardes. **Brasília:** memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural. São Paulo: Anneblume, 2005.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio.** Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007, p. 152.

_____. **Os ídolos da Paisagem:** caminhos e descaminhos da relação entre paisagem e patrimônio. Rio Claro: 1º congresso de organização espacial, UNESP, 2010.

_____. **Possibilidades e limites da categoria de paisagem cultural para formação de políticas de patrimônio.** In: CUREAU, S.; KISHI, S. A. S.; SOARES, I. V. P.; LAGE, C. M. F. (orgs). Olhar multidisciplinar sobre a efetividade de proteção do patrimônio cultural. Belo Horizonte, 2011.

RICHARDSON, Roberto Jarry; PERES, Jose Augusto de Souza; *et al.* **Pesquisa social:** métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2012. 334 p.

RIEGL, Aloïs. **O culto dos monumentos:** sua essência e sua gênese. Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 2006, 120 p.

RUGENDAS, Johann Moritz. **Malerische Reise in Brasilien** []. Paris, Mühlhausen: Engelmann, 1835.

RUFINO, Iana Alexandra; TRIGUEIRO, Edja B. Faria; MEDEIROS, Valério A. S. **Geoprocessamento e análise sintática do passado:** estudo das relações entre vitalidade urbana e preservação arquitetural no centro histórico de Natal. In: Anais do Congresso e Feira para usuários de geoprocessamento da América Latina. Curitiba, 2001, 1 CD-ROM.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução a uma ciência pós-moderna.** Porto: Edições Afrontamento, 2002, 199 p.

SANTOS, Paulo F. **Formação de Cidades no Brasil.** Coimbra: V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, 1968.

SANTIAGO, Diogo Lopes. **História da guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira herói digno de eterna memória, primeiro aclamador da guerra.** Recife, FUNDARPE, Diretoria de assuntos culturais, 1984, 612 p.

SAUER, Carl O. **The Morphology of Landscape**. In: Land and Life: A Selection from the writings of Carl Ortwin Sauer, ed. by J. Leighly (Berkeley: University of California Press, 1963), pp. 315-350. Disponível em: <http://geography.uoregon.edu/amarcus/geog620/Readings/Sauer_1925_Morphology_of_landscape.pdf>. Acesso em: jan. 2014.

_____. **A morfologia da paisagem**. In: CÔRREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs). Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: EdUREJ, 1998, p. 12-74.

SECRETARIA DE INTERIOR. **Memórias diárias da Guerra do Brasil 1630-1638 de Duarte de Albuquerque Coelho**: Marquês de Basto, Conde e Senhor de Pernambuco. Recife, 1944. 330 p.

SILVA, A. de F.; BRAGA, A. C.; GAMEIRO, F. G.; LIRA, F. B.; SÁ CARNEIRO, A. R.; MELO, V. M. **Os valores patrimoniais da paisagem cultural**: uma abordagem para o processo de intervenção. Paisagem e Ambiente. São Paulo: v. 24, p. 297-308, 2007.

SILVA, Leonardo Dantas. **Pernambuco preservado**: histórico dos bens tombados no Estado de Pernambuco. Recife, L. Dantas Silva, 2002. 272 p.

SILVA, Kalina Vanderlei. **A peste e a morte no imaginário açucareiro colonial: a tela de ação de graças aos Santos Cosme e Damião pela proteção da Vila de Igarassu contra a peste em 1685**. In: VI Simpósio Nacional de História Cultural: Escritas da História: Ver – Sentir – Narrar. Organizadoras Talitta Tatiane Martins Freitas e Lays da Cruz Capelozi. Teresina/PI, 2012, Edição 1.

SOUTO MAIOR, Mário & SILVA, Leonardo Dantas. **A paisagem pernambucana**. Recife: Editora Massangana. Fundaj, 1993, p. 280.

STADEN, Hans. **Warhaftige beschreibung eyner landschafft der wilden nachten, grimmigen, menschenfresser leuthen, in der newen welt America gelegen...** Marburg, 1557, 87 p.

VIEIRA, Daniel de Souza Leão. **Topografias Imaginárias**: A Paisagem Política do Brasil Holandês em Frans Post, 1637-1669. Universiteit Leiden, 2010.

UNESCO. Convention concerning the protection of the world cultural and natural heritage. World Heritage Committee, sixteenth session. Santa Fe: United States of America, 1992. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/repcom92.htm>>. Acesso em: out. 2013.

XEXEO, Pedro Martins Caldas (org.) **De Frans Post a Eliseu Visconti**. Acervo do Museu Nacional de Belas Artes. Rio de Janeiro: Editora MARGS, 2000, 104 p.

ZANCHETI, Sílvia. **What is sustainable conservation of urban heritage sites?** Mimeo, 2009.

ANEXOS

ANEXO A – ROTEIRO DA ENTREVISTA APLICADA AO GRUPO DOS USUÁRIOS

DADOS GERAIS

ID:

Data / Horário:

Local da entrevista (nome e coordenadas geográficas):

PERFIL DO ENTREVISTADO

Nome:

Sexo:

Escolaridade:

Ocupação:

Residente em (Bairro; Cidade; Estado ou país):

Frequência no Sítio tombado (em média / tempo):

QUESTÕES DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Entendimento sobre Patrimônio e aspectos correlativos da história de Igarassu.

1. Você sabia que o Sítio Histórico de Igarassu é um importante artefato da história do Brasil? Conte-me o que você sabe sobre esse Sítio Histórico?
2. Você sabia que os patrimônios são reconhecidos e protegidos legalmente e que nesta cidade encontramos alguns deles? Poderia citar algum?
3. Quando você ouve falar no Sítio Histórico de Igarassu o que você destacaria? Qual a primeira coisa de que você lembra?
4. Tem algum elemento não histórico que você poderia destacar?
5. Você conhece alguma ação de proteção ou conservação que envolva o patrimônio? Qual?

Elementos naturais, olhares e significados.

6. Quando você cruza a ponte do Rio Igarassu e se depara com as águas do Rio e com a vegetação do mangue, você considera importantes esses elementos naturais para o sítio tombado? Por quê?
7. Você acha bonito de se contemplar o Sítio de Igarassu? E a colina histórica? E o Rio com a vegetação do mangue? Você os utiliza de alguma forma?
8. Se você fosse mostrar Igarassu para algum visitante, o que você mostraria? Por quê?
9. Em sua opinião, existe algum (a) outro (a) monumento e/ou mesmo elemento natural que você acha que representa mais a Igarassu ou que também poderia representar? Por quê?
10. Você consegue enxergar Igarassu de outra forma além de uma cidade histórica? De que forma?

ANEXO B – ROTEIRO DA ENTREVISTA APLICADO AO GRUPO DOS ESPECIALISTAS (OU EXPERTS)

DADOS GERAIS

ID:

Data / Horário:

Local da entrevista:

PERFIL DO ENTREVISTADO

Nome:

Sexo:

Escolaridade:

Ocupação:

Residente em (Bairro; Cidade; Estado ou país):

Frequência no Sítio tombado (em média / tempo):

QUESTÕES DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Entendimento sobre a História, o Patrimônio e os Instrumentos de Proteção.

1. Você conhece a história da cidade de Igarassu?
2. Você conhece alguma ação de proteção ou conservação que envolva patrimônio? Qual?
3. Qual sua opinião sobre esses instrumentos de proteção patrimonial? São efetivos? Contemplam ao que se propõe?
4. Você sabe o que é ou conhece o instrumento categorizado como paisagem cultural?
5. Você considera que os elementos naturais (o Rio, o mangue, a colina, por exemplo) apresentam alguma relação com a cidade? Essa relação seria um bem patrimonial? Por quê?

Ações participativas e políticas patrimoniais.

6. Qual sua opinião sobre incluir a sociedade civil no debate da questão do patrimônio? Você já pensou em consultar a sociedade a respeito de quais elementos deveriam ser reconhecidos como patrimônio em Igarassu?
7. Que medidas ou ações poderiam ser pensadas ou tomadas a fim de manter viva na sociedade e nas gerações futuras a paisagem cultural?
8. Em sua opinião, existe algum (a) outro (a) monumento ou mesmo elemento natural que você acha que representa mais a Igarassu ou que também poderia representar? Por quê?

Elementos naturais, olhares e significados.

9. Se você fosse mostrar Igarassu para algum visitante, o que você mostraria? Por quê?
10. Você consegue enxergar Igarassu de outra forma além de uma cidade histórica? De que forma?

ANEXO C – ETAPAS PARA O TOMBAMENTO FEDERAL DE BEM CULTURAL MATERIAL

- 1) REQUERENTE – Encaminha solicitação ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) ou ao Ministério da Cultura, expondo razões da solicitação.
- 2) IPHAN – Analisa a solicitação, avaliando a necessidade de serem ou não realizados estudos sobre o bem cultural. Em caso positivo solicita ao Diretor de Patrimônio Material e Fiscalização (Depam) a abertura de processo. Ele é feito no Arquivo Noronha Santos, no Rio de Janeiro. O processo retorna ao Estado que solicitou abertura de processo para ser realizada a instrução. Nesta etapa são realizados exaustivos estudos, reunindo documentação de modo que permita identificar plenamente o patrimônio cultural, e no mínimo preenchendo a etapa 1 do Sistema de Informações.
- 3) AVALIAÇÃO TÉCNICA FAVORÁVEL – O técnico da Superintendência emite parecer favorável ao tombamento o processo é encaminhado para novo Parecer da Gerência de Tombamento do Depam. O diretor do Depam encaminha ao presidente do IPHAN que repassa o processo à procuradoria jurídica.
- 4) IPHAN – Expede notificação ao proprietário do bem para que ele tome conhecimento do processo ou realize a impugnação.
- 5) PROPRIETÁRIO DO BEM – Tem 15 dias para anuir ou pedir a impugnação do processo, caso discorde do pedido de tombamento. No caso de ele anuir o processo.
- 6) IPHAN – Encaminha o processo para o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. O conselheiro relator do processo apresenta ao Conselho seu relatório se posicionando favoravelmente ou não à proteção do bem.
- 7) CONSELHO – Aprova o tombamento.
- 8) IPHAN – O presidente do IPHAN encaminha o processo com a aprovação do Ministro da Cultura.
- 9) MINISTRO DA CULTURA – Realiza a homologação que é publicada no Diário Oficial da União (DOU).
- 10) IPHAN – O processo retorna para o presidente, que encaminha ao Arquivo Noronha Santos, para a inscrição do bem no respectivo Livro de Tombo.

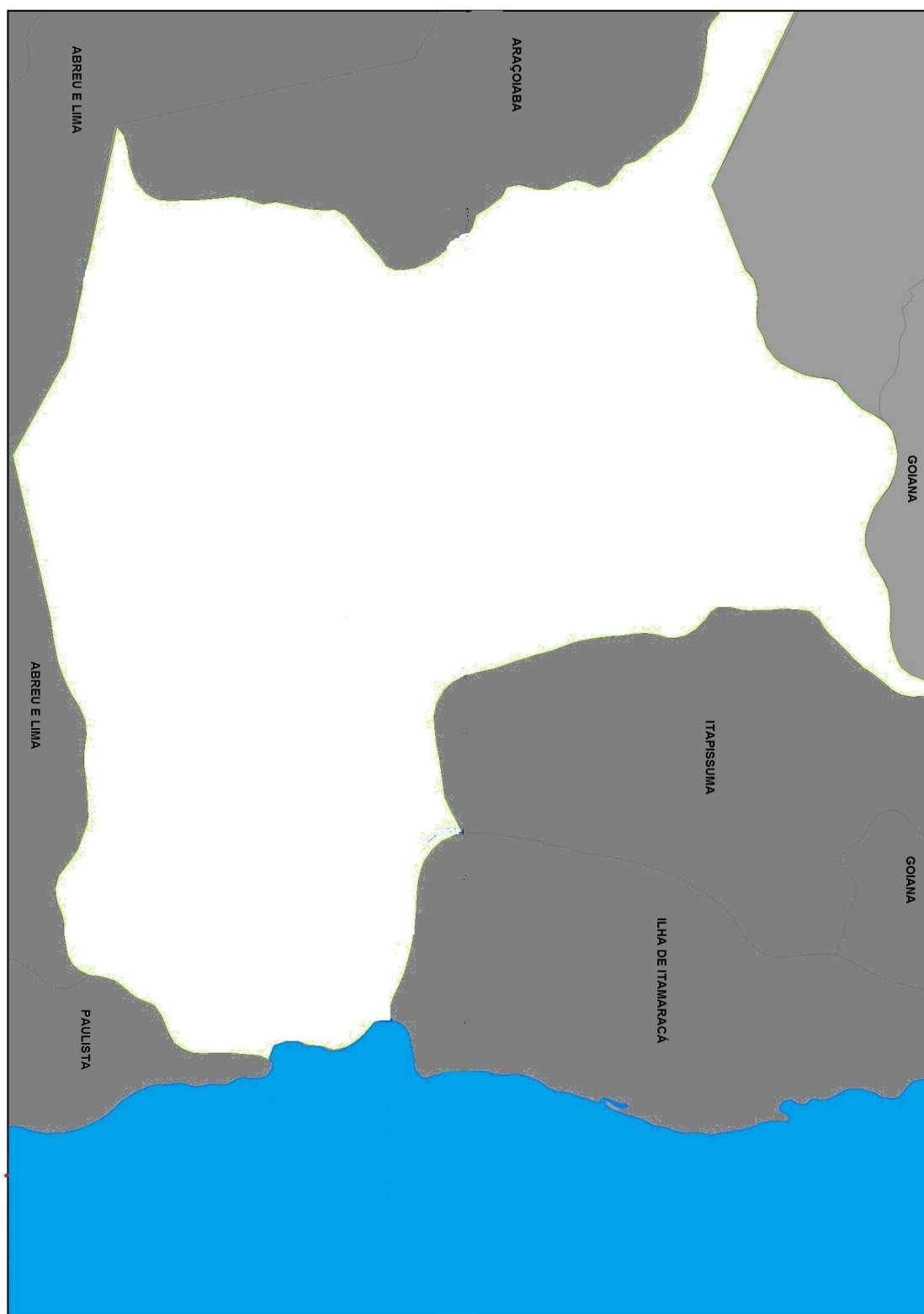
Fonte: Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE). Patrimônios de Pernambuco: materiais e imateriais. Recife, 2009, 78 p.

ANEXO D – ETAPAS PARA O TOMBAMENTO ESTADUAL DE BEM CULTURAL MATERIAL

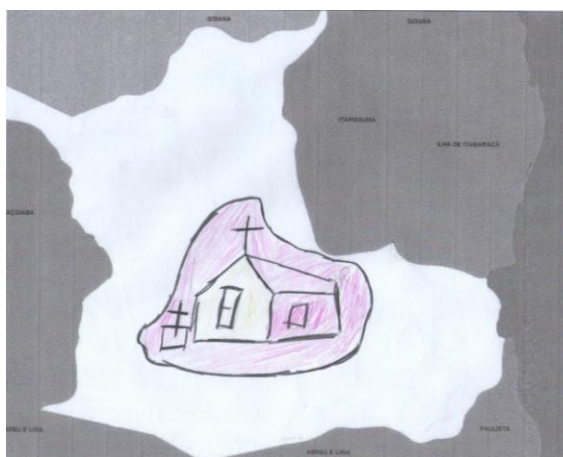
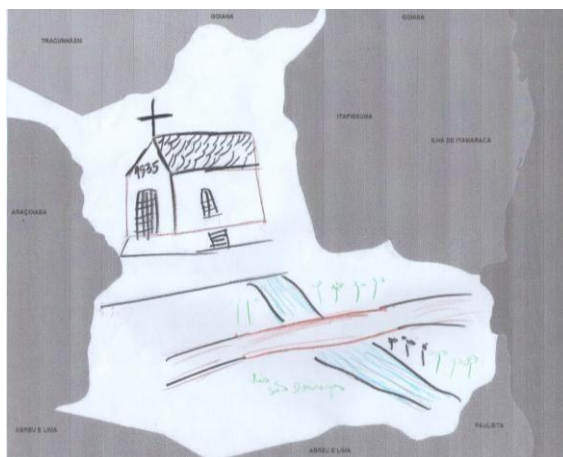
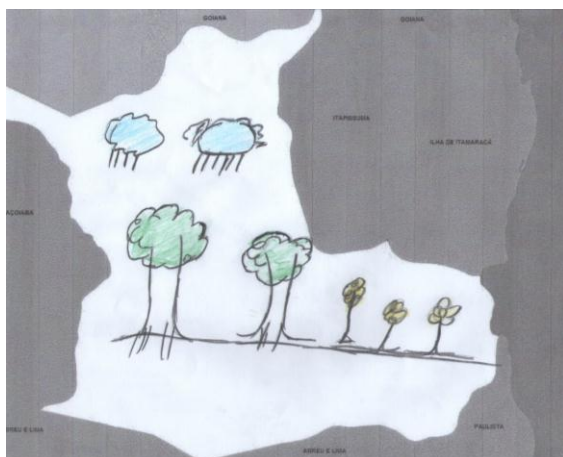
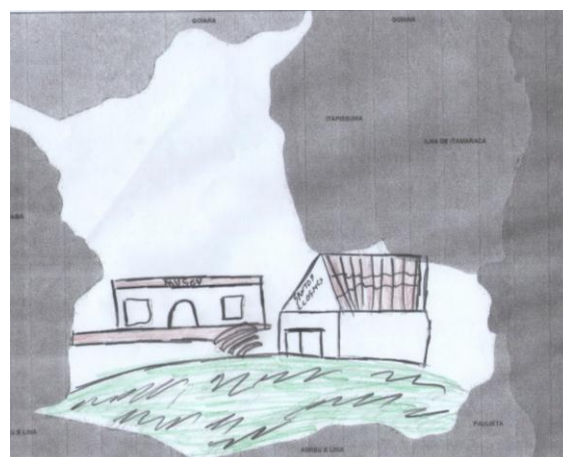
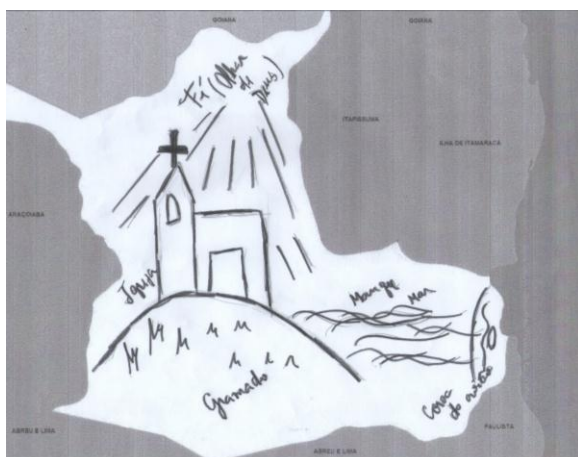
- 1) REQUERENTE – Encaminha solicitação ao Secretário de Educação
- 2) SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO – Analisa a solicitação. Abre o processo
- 3) FUNDARPE – Publica edital no Diário Oficial e em Jornal local. Notifica o proprietário; Realiza exame técnico. Emite parecer conclusivo.
- 4) SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO – Encaminha o processo para o Conselho Estadual de Cultura.
- 5) CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA – Avalia e baixa a resolução.
- 6) SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – Toma conhecimento. Encaminha para homologação do Governador.
- 7) GOVERNADOR – Decreta o tombamento. Publica no Diário Oficial.
- 8) SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – Encaminha para o conselho para registro.
- 9) CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA – Registra no Livro de Tombo. Comunica ao IPHAN, ao prefeito do município e ao Cartório de Registro Geral de Imóveis.
- 10) SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – Encaminha a FUNDARPE para arquivamento.
- 11) FUNDARPE – Arquiva o processo. Monitora o bem.

Fonte: Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE). Patrimônios de Pernambuco: materiais e imateriais. Recife, 2009, 78 p.

ANEXO E – MAPA BASE UTILIZADO PELO GRUPO DOS USUÁRIOS NAS REPRESENTAÇÕES SIMBÓLICAS DA PAISAGEM DO SÍTIO DE IGARASSU



DEMAIS ANEXOS – REPRESENTAÇÕES PICTÓRICAS DA PAISAGEM DO SÍTIO DE IGARASSU DOS DEMAIS ATORES DO GRUPO DOS USUÁRIOS.



DEMAIS ANEXOS – REPRESENTAÇÕES PICTÓRICAS DA PAISAGEM DO SÍTIO DE IGARASSU DOS DEMAIS ATORES DO GRUPO DOS USUÁRIOS.

